

práticas de  
**comunicação**  
antirracista  
no Brasil

LEONARDO CUSTÓDIO  
JÚLIA TAVARES  
MÔNICA SACRAMENTO  
LÚCIA XAVIER (ORGS.)



## Expediente

Organização **Leonardo Custódio, Júlia Tavares de Oliveira, Mônica Sacramento e Lúcia Xavier (Orgs.)**

Revisão de texto **Wagner Nascimento**

Projeto gráfico **Taiane Brito**

## Realização



## Apoio

**Ford Foundation**



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Práticas de comunicação antirracista no Brasil  
[livro eletrônico] / orgs. Leonardo  
Custódio...[et al.]. -- 1. ed. --  
Rio de Janeiro : Criola, 2023.  
PDF

Vários autores.  
Outros organizadores: Júlia Tavares de  
Oliveira, Mônica Sacramento e Lúcia Xavier.  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-87137-10-4

1. Antirracismo - Brasil 2. Educação  
3. Comunicação 4. Cultura e sociedade 5. Jornalismo  
6. Práticas educacionais I. Custódio, Leonardo.  
II. Oliveira, Júlia Tavares. III. Sacramento, Mônica.  
IV. Xavier, Lúcia.

24-193157

CDD-305.8

### Índices para catálogo sistemático:

1. Antirracismo : Resistência : Sociologia 305.8


Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

## CRIOLA

Av. Presidente Vargas, 482 - Sobreloja 203 - Centro

CEP: 20071-909. Rio de Janeiro, RJ Tel. (21) 2518-7964

E-mail: [criola@criola.org.br](mailto:criola@criola.org.br)

 @ongCriola | [www.criola.org.br](http://www.criola.org.br)

Rio de Janeiro, setembro de 2023.

**Conectadas com seu tempo, pessoas negras têm utilizado diferentes meios de comunicação e tecnologias para comunicar suas ideias e propostas para a sociedade.** Com a internet, essas muitas vozes ampliaram-se em número, visibilidade e alcance geográfico. Em diferentes áreas e carreiras profissionais ou formações, em especial as mulheres negras travestis, trans e cis ocupam o espaço virtual (ciberespaço) para disputar brechas no acesso e na criação de sistemas de produção como autoras-narradoras de suas histórias de vida, inquietações, ações, demandas e sonhos.

Essa produção intelectual traz inúmeras contribuições para o surgimento e consolidação de novos temas, conceitos e agendas voltadas ao enfrentamento do racismo patriarcal cisheteronormativo e suas consequências.

Neste Práticas de Comunicação Antirracista no Brasil, **CRIOLA e Aliança Midiativista Antirracista (ARMA Alliance)** apresentam o resultado de uma chamada pública para o envio de artigos inéditos sobre o tema. O edital foi aberto a militantes, ativistas, organizações não-governamentais, coletivos, artistas, pesquisadores e acadêmicos da luta antirracista em todos os estados do país para reunir estudos, experiências e práticas/formatos comunicacionais inovadores e criativos produzidos por pessoas negras contra o racismo histórico, sistêmico e cotidiano na sociedade brasileira.

Os 17 artigos selecionados após o processo de edição revelam como diversas iniciativas antirracistas no campo da comunicação ou da educação ainda são pouco divulgadas e reconhecidas pela sociedade. Ao reunir esses trabalhos em uma única publicação, esperamos dar visibilidade às práticas relatadas, ampliar a troca entre seus autores e, acima de tudo, fortalecer essas ações em diversas áreas. Nosso sonho comum é que as ações aqui reunidas deixem de ser movidas apenas por iniciativas individuais em contextos de extrema resistência para se integrarem a políticas institucionais, com aporte de recursos, incentivo e todos os investimentos necessários.

Este e-book também celebra a finalização do trabalho realizado em parceria entre CRIOLA e ARMA Alliance após uma série de entrevistas conduzidas pelas duas organizações entre 2018 e 2019 com militantes e intelectuais negres que utilizavam a comunicação em suas práticas antirracistas no Brasil. Agora, ativistas ganham o protagonismo para relatar e compartilhar avanços e limites do esforço que empreendem em seus campos de atuação.

**Boa leitura!**



# SUMÁRIO



**Comunicação Antirracista na Prática..... 07**

Leonardo Custódio, Aliança Midiativista Antirracista (ARMA Alliance)

**Jornalismo E Ciberativismo ..... 13**

**Notícia Preta: Experiências de ‘quilombismo’ em uma escola de comunicação antirracista**

Nayara Luiza de Souza

**Mulheres negras e a autodefinição no ciberespaço: a disputa por outro imaginário social como estratégia política pelo Portal Geledés**

Liana Cristina de Souza Sant’Anna, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Anna Marina Barbará Pinheiro

**O corre é diário: comunicação ancestral e feitiços contracoloniais para a construção de um outro jornalismo.**

Carmen Kemoly da Silva Santos, Luan Matheus dos Santos Santana, Sarah Fontenelle Santos, Maria Angela Pavan



## **Redes Sociais E Tecnologia ..... 46**

### **Comunicação e política institucional: um duplo compromisso político antirracista**

Monique Paulla

### **Àwa Educadoras: Instagram para Formação Pedagógica, Diálogo e Práticas Antirracistas**

Camila Oliveira, Caroline Sotero, Graziele Vidal

### **Educomunicação popular e periférica: relato de experiência com o Laboratório de Midiativismo e Empreendedorismo Negro (NegritoLab)**

Catharina Maia Caetano, Rafaela Rodrigues dos Santos; Silas Rafael Nascimento Félix

### **Como os vieses raciais no Instagram impactam na vida de criadores de conteúdo negros?**

Ariel Thamara

## **HISTÓRIA E CULTURA..... 93**

### **A Capoeira como Resistência Comunicacional, Cultural e Simbólica no Rio de Janeiro**

Amanda Rangel Bittencourt

### **Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro: imagens, existência e luta na construção de novas visualidades e visibilidades**

Denise Gomes Marinho

### **Marília Negra: Práticas Comunicacionais em Territórios Negros**

Mariana Alves de Sousa, Daniela Almeida Lira, Andreas Hofbauer, Anderson da Silva Rodrigues, Fabiana da Silva Soares, Ingrid Macedo Santos

### **Pelos sertões goianos: COMUNICAÇÃO antirracista e cerradeira como tecnologia ancestral**

Ludmila Pereira de Almeida

### **Sangue entre as pernas: experiência de cinema feminista, periférico e pedagógico**

Zona de Cinema

**Diálogos Negros: Enegrecendo a Universidade**

Luiza Figueiredo Farias, Lisiane Vieira dos Santos

**“A Cor da Cultura”: Reflexões Pedagógicas sobre  
Materiais Audiovisuais**

Luciana Costa da Silva

**Oficinas de Leitura Crítica da Mídia como Práticas  
Antirracistas de Comunicação**

Eduarda Nunes

**Sankofa em Prática: Comunicação e Educação  
Antirracista em Bagé (RS)**

Andréa de Carvalho Pereira, Andressa Pinto da Costa, Arthur Teixeira Ernesto, Elenara Oliveira Lami, Elimara Gonçalves, Marina Rodrigues Lopes, Maurício Nunes Macedo de Carvalho, Rosana Rodrigues Lopes

**Quando o Cinema Brincante Encontra a Escola: Práticas Audiovisuais  
Antirracistas e Pedagogias em Interlocução**

Daise dos Santos Pereira, Edmilson dos Santos Ferreira, Léo Lima



# Comunicação Antirracista na Prática

Leonardo Custódio\*

Ao ouvir o termo “comunicação antirracista”, em quais exemplos concretos você pensa? Não seria surpresa se você pensasse imediatamente em alguma página do Facebook, em canais do YouTube ou TikTok, ou perfis de influenciadores no X/Twitter ou Instagram como práticas comunicacionais que informam, denunciam e mobilizam ações contra as tantas formas de racismo que acontecem diariamente no Brasil e no mundo. Afinal, hoje em dia vivemos em sociedades hiperconectadas onde parte significativa das nossas experiências cotidianas ocorrem em interações através das tecnologias móveis e digitais. Além disso, é inegável que o desenvolvimento e a popularização da Internet, da telefonia celular e de tantas outras tecnologias de informação e comunicação (TIC) a partir do final da década de 1990 facilitaram a produção, disseminação e alcance de vozes e representações negras até então restritas, caricaturadas ou silenciadas pela branquitude dominante nas grandes empresas de mídia impressa, rádio e televisão. Apesar da acessibilidade às tecnologias digitais em massa das últimas duas décadas ser problemática por sua natureza comercial, as chamadas “novas TICs” representaram um amplo quebrar de correntes institucionais que por tanto tempo aprisionaram ou limitaram a construção de narrativas, representações e informações negras empoderadoras de si contra as históricas e diárias violências racistas.

Porém, vozes negras (CORRÊA, 2019) sempre se fizeram ecoar e ouvir no Brasil contra as violências, limitações e silenciamentos gerados pelas desigualdades sociais e raciais constitutivas do país (NASCIMENTO, 2017; ALMEIDA, 2019; OLIVEIRA, 2021; SOUZA, 2021; SODRÉ, 2023). Nos primórdios do cativeiro na África, nas travessias nos porões dos navios negreiros e nas senzalas coloniais, o cantar, o dançar e o contar de histórias mantiveram vivas ancestralidades, memórias, espiritualidades, amor, dignidade, esperança e a luta por liberdade. Ao dominar o idioma do colonizador e se apropriar de seus gêneros literários e políticos, versos e prosas negras, escritas, impressas e faladas, foram fundamentais para a luta abolicionista no Brasil Império. Com o fim da escravidão e a construção do Brasil urbano-industrial com sangue e suor da mão-de-obra negra, a música, a dança e, mais tarde, a dramaturgia, a atuação negra no audiovisual e na literatura curavam almas de corpos cansados e mantinham viva a dignidade do nosso povo diante da exploração capitalista, do preconceito racial, do descaso político e da repressão governamental. Além disso, o avanço educacional, social e político do povo negro tem gerado um aumento exponencial da produção intelectual e científica negra que se retroalimenta e se fortalece mutuamente em diálogo com práticas pedagógicas, narrativas militantes e argumentações políticas que emanam da proatividade prolífica da negritude brasileira.

E agora? Ao ouvir o termo “comunicação antirracista”, em quais exemplos concretos você pensa? Talvez depois dessa rápida reflexão histórica, outras práticas brotem em seu pensamento além das re-

\*Leonardo Custódio é Doutor em Ciências Sociais, Educador e Pesquisador (Universidade Åbo Akademi, Finlândia) Fundador e coordenador da Aliança Midiativista Antirracista (ARMA ALLIANCE, 2018-2022, Finlândia)

des sociais online e do agora no qual vivemos. Com o imediatismo frenético e os “corres” que definem nossa relação com o mundo no século XXI, é importante nos lembrarmos constantemente de como nossas formas de nos comunicar contra o racismo e para o fortalecimento do povo negro hoje se relacionam com histórias que nos precedem, nos formam e nos atravessam. As práticas de comunicação antirracista antecedem aos conceitos de racismo e antirracismo – palavras razoavelmente recentes (MUNANGA, 2004) que denotam formas antigas de, por um lado, violência e discriminação racial, e por outro, resistência popular, cultural, política e econômica.

Em outras palavras, as intensas interações e produções de conteúdo nas e através das novas tecnologias de informação e comunicação de hoje são parte de um contínuo histórico de práticas comunicacionais por meio das quais resistimos, nos constituímos e nos fortalecemos como povo negro. Essas práticas se complementam e, em conjunto, transformam nossas relações com nossos pares e com uma sociedade que ainda se mantém extrativista de sua natureza, exploratória de suas desigualdades e violentamente discriminatória em sua branquitude. Não por acaso, muitos de nós – pessoas negras nascidas e crescidas numa sociedade de branquitude hegemônica (BENTO, 2022) – identificamos as raízes dos nossos processos individuais e coletivos de nos tornarmos negros (SOUZA, 2021) nas vozes, cantos, rituais, musicalidades, escritos, poesias, narrativas e representações negras dos nossos que resistiram e persistiram apesar de tantos legados coloniais (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSFOGUEL, 2018) que atravessam nossas vidas em sociedade e nos cortam a mente e a carne até os dias de hoje.

Assim, por “comunicação antirracista” nos referimos às formas amplas e múltiplas de comunicação, expressão e interação que se dedicam à vários propósitos antirracistas. Exemplos de práticas contemporâneas de comunicação antirracista incluem denúncias, confrontos ideológicos, mobilizações de ações coletivas, práticas de cura e autocuidado assim como a construção de redes de solidariedade, apoio e empoderamento mútuo diante das consequências materiais, simbólicas, físicas, psicológicas e

políticas do racismo patriarcal cis-hetero-normativo do Brasil. Seja no ciberespaço, através da tecnologia móvel, em meios de transmissão audiovisual, em veículos impressos e/ou em processos interativos presenciais, o povo negro age como protagonista na disputa e ocupação de espaços para a construção de sistemas de produção comunicacional onde se frutifiquem narrativas, representações, contestações e ações que nos empoderam nas lutas cotidianas contra o racismo.

Neste sentido, ao contribuir para o estudo e o fortalecimento da comunicação antirracista no Brasil, este livro é um exemplo em si das práticas que propomos estudar. É preciso ressaltar que este trabalho não é o primeiro e nem será o último a apresentar reflexões analíticas e descrições das inúmeras e crescentes iniciativas de comunicação antirracista no país. Nas encruzilhadas entre pesquisa acadêmica, sociedade civil organizada e militância antirracista existem várias abordagens sobre o tema. No ensino superior, por exemplo, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia publicou o dossiê “Raça, Mídia e Comunicação Antirracista” (CARDOSO FILHO, ALMEIDA e CAMPOS, 2021). Com foco nos temas publicidade, jornalismo, epistemologia, estética e imagem, o dossiê traz onze contribuições que analisam o caráter antirracista em processos comunicacionais distintos ao mesmo tempo em que contribuem para a ampliação de pesquisas antirracistas no campo de estudos em comunicação. Outro avanço epistemológico importante foi a inauguração dos grupos de pesquisa “Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico” da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) em 2022<sup>1</sup> e “Comunicação, Raça e Interseccionalidades”, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). Coordenados respectivamente pelos professores Márcia Guena dos Santos (UNEB) e Richard Santos (UNSB), e as professoras Fernanda Carrera (UFRJ/UFF) e Laura Guimarães Corrêa (UFMG), os GPs se constituem como espaços inovadores para encontros, construções de conhe-

1 Para maiores informações sobre o GP, ver: <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/gps1/gp-comunicacao-antirracista-e-pensamento-afrodiasporico> (último acesso em 04 de Agosto de 2023).



cimento e trocas de saberes entre gerações de pesquisadores sobre comunicação antirracista no Brasil.

Na militância e em organizações de sociedade civil, a comunicação antirracista é tanto uma temática quanto um instrumento. Uma das referências mais importantes de comunicação antirracista no Brasil é o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Desde 1988, o Geledés exerce um trabalho fundamental de defesa dos direitos das mulheres, negros e atua também contra todas outras formas de discriminação. Desde o final dos anos 1990, o Portal Geledés se tornou referência de plataforma para a circulação e disseminação de conhecimento antirracista que informam o debate público, educam e mobilizam ações em diversos setores da vida social e política no Brasil. Sob a direção de Sueli Carneiro, o Portal Geledés já fazia um trabalho de curadoria, publicação, divulgação e circulação de conteúdos negros e antirracistas antes da temática racial se tornar relevante e lucrativa aos olhos brancos do mercado editorial brasileiro. Hoje há diversas plataformas online que produzem conteúdo negro antirracista. Porém, por anos, o Portal Geledés foi a plataforma que serviu – e ainda serve – como uma espécie de Palmares intelectual digital diante da histórica negligência política e midiática ao saber do povo negro no Brasil.

Como não poderia faltar, é importante enfatizar também o trabalho incessante de Criola em sua missão de “instrumentalizar as mulheres negras – jovens e adultas, cis e trans – para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia”. Para isso, em suas três décadas, entre várias formas de atuação e incidência, Criola produz comunicação antirracista em inúmeros gêneros e formatos – de publicações impressas e eletrônicas a blogs, canal de YouTube e uma presença ativa nas redes sociais. Além disso, Criola também promoveu a criação, em 2017, da Rede Nacional de Ciberativistas em Defesa das Mulheres Negras. Desta forma, Criola é um dos espaços mais prolíficos de empoderamento e resistência negra em todo território nacional. É na história da comunicação antirracista brasileira no geral e, em particular na trajetória de Criola, que apresentamos orgulhosamente o livro *Práticas de Comunicação Antirracista no Brasil*.

Curiosamente, a história desta coletânea de reflexões e relatos sobre práticas comunicacionais antirracistas no Brasil começou em 2017 na Finlândia. Naquele ano, eu iniciei minha pesquisa de pós-doutorado intitulada “O potencial e as limitações das mídias digitais para o ativismo antirracista: comparando experiências ativistas no Brasil e Finlândia” (2017-2019), na Universidade de Tampere. A pesquisa foi uma forma de vincular o meu interesse por práticas militantes de comunicação no Brasil (CUSTÓDIO, 2016; 2017) com estudos sobre a ebulição de iniciativas antirracistas de pessoas de herança africana, asiática, muçulmana, cigana, indígena e tantas “outras raízes” no branquíssimo país para o qual havia me mudado dez anos antes. Com o aumento, visibilidade e alcance de vozes de minorias raciais na Finlândia a partir de 2010, eu notei que as narrativas e demandas antirracistas pareciam com as que ouvia no Brasil. Assim, eu propus a pesquisa para responder à pergunta: se a Finlândia e o Brasil são países tão distintos entre si, o que explica a semelhança entre as iniciativas midiáticas antirracistas nos dois países?

Além do tema comparativo, eu também tinha o interesse em conduzir o processo de pesquisa de forma colaborativa. Na Finlândia, fundações filantrópicas tradicionalmente abrem editais anuais para financiar processos inovadores de pesquisa. Com esse objetivo, eu entrei em contato com o coletivo de mídia finlandês *Ruskeat Tytöt* (RT) – traduzido literalmente como “meninas marrons” – para propor a ideia de colaboração. A partir daquele momento, eu e Monica Gathuo – então editora da página RT – iniciamos a parceria que deu origem à Aliança Midiativista Antirracista, ARMA Alliance (CUSTÓDIO e GATHUO, 2020). Pouco depois, Criola se juntou a nós como parceiras da ARMA Alliance.

Em dezembro de 2017, a Fundação Kone anunciou o financiamento de três anos (2018-2020) para executar o processo colaborativo. Neste período, conduzimos entrevistas com mais de sessenta ativistas nos dois países (um salve especial para Dee Dee Pereira, que se juntou à equipe do Brasil nesse período e foi fundamental em vários processos criativos); organizamos atividades coletivas, como um grande encontro internacional em Lisboa no contexto da conferên-

cia AfroEuropeans 2019; e articulamos a residência de Silvana Bahia (PretaLab), na Finlândia. Infelizmente, a pandemia da COVID-19 não nos deixou promover o intercâmbio entre a militância comunicacional antirracista do Brasil e da Finlândia que havíamos sonhado. Em dezembro de 2022, a Aliança Midiativista Antirracista encerrou suas atividades como processo colaborativo. Apesar disso, o livro *Práticas de Comunicação Antirracista no Brasil* permanece como legado vivo capaz de circular conhecimento e abrir possibilidades de novos encontros, trocas de saberes e processos de construção solidária e coletiva de conhecimentos para fortalecer a luta antirracista no Brasil.

## Sobre o livro

Gerado a partir de um processo seletivo iniciado em outubro de 2022, o livro “*Práticas de Comunicação Antirracista no Brasil*” apresenta dezessete capítulos com análises de iniciativas e relatos de experiências de diversas regiões do país. Combinando reflexões acadêmico-teóricas e descrições de vivências, as contribuições demonstram o mosaico histórico, criativo e determinado de pessoas negras comprometidas com a transformação social do Brasil a partir da luta cotidiana contra o racismo. Escrito em linguagem acessível, com reduzido uso de jargões acadêmicos, esta coleção contribui para uma compreensão mais ampliada da comunicação antirracista em múltiplos setores da vida social, cultural, política e econômica do Brasil. Em outras palavras, os capítulos a seguir informam e servem como inspiração para a construção de novos processos de atuação nas instituições de ensino, na esfera de articulação de políticas públicas, no setor de produção cultural, nos esforços para mobilização popular e em outros espaços a partir dos quais vozes e narrativas ecoem e circulem em sua missão de fazer do Brasil uma sociedade cada vez mais antirracista.

A partir dos eixos temáticos que propomos no processo seletivo, o livro possui quatro seções: (a) jornalismo e ciberativismo, (b) redes sociais e tecnologia, (c) história e cultura, e (d) educação e pedagogia.

Apesar de temáticas distintas, os capítulos dialogam entre si e formam, juntos, um entrelaçamento de narrativas que se fortalecem e se complementam mutuamente.

A primeira seção, jornalismo e ciberativismo, traz três contribuições. Em “Notícia Preta: Experiências de ‘quilombismo’ em uma escola de comunicação antirracista”, Nayara Luiza de Souza analisa a prática antirracista de pedagogia midiática combinada com a produção de notícias do Notícia Preta – do qual também faz parte – tanto como portal jornalístico quanto como escola de formação. Em “Mulheres negras e a autodefinição no ciberespaço: a disputa por outro imaginário social como estratégia política do Geledés”, Liana C. S. Sant’Anna, Ana Lúcia Nunes de Sousa e Anna Mariana Barbará Pinheiro demonstram como o Portal Geledés valoriza, dignifica e atua pelos direitos da população negra através de imagens e textos. Em “O corre é diário: Comunicação ancestral e feitiços contra-coloniais para a construção de um outro jornalismo”, Carmen Kemoly da Silva Santos, Luan Matheus S. Santana, Sarah Fontelle Santos e Maria Angela Pavan analisam as práticas jornalísticas transformadoras que vivenciam como pesquisadores e participantes da “Plataforma de Comunicação Popular e Colaborativa OcorreDiário”.

A segunda seção, redes sociais e tecnologia, tem quatro capítulos. Em “Comunicação e política institucional: Um duplo compromisso político antirracista”, Monique Paulla apresenta um mapeamento analítico sobre os usos que a Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL) faz da plataforma Instagram para criar visibilidade ao cotidiano popular, preto, feminista e LGBTQIAP+ e impulsionar denúncias que faz em seu mandato. Em “ÀWA Educadoras: Instagram para formação pedagógica, diálogo e práticas antirracistas”, Camila Oliveira, Carolline Sotero e Grazielle Vidal refletem sobre a experiência de construir e viabilizar o perfil ÀWA Educadoras no Instagram como um espaço de diálogo, memória, partilha e empoderamento mútuo entre profissionais da educação. Em “Educomunicação popular e periférica: relato de experiência com o Laboratório de Midiativismo e Empreendedorismo Negro (NegritoLab)”, Catharina Maia Caetano, Rafaela Rodrigues dos Santos e Silas Rafael N. Félix apresentam a concepção e realização do laboratório dedicado a

promover o ensino de comunicação digital, midiatismo e empreendedorismo para a juventude negra periférica de Salvador, Bahia. Em “Como os vieses raciais do Instagram impactam na vida de criadores de conteúdo negros?”, Ariel Thamara parte de sua própria experiência como seguidora de influenciadoras digitais na adolescência, passando por sua trajetória como pesquisadora, para refletir sobre como algoritmos de redes sociais reproduzem padrões humanos de racismo, discriminação e exclusão social.

A terceira seção, história e cultura, apresenta cinco contribuições. Em “A capoeira como resistência comunicacional, cultural e simbólica no Rio de Janeiro”, Amanda Rangel Bittencourt parte da criminologia crítica para refletir sobre o valor da capoeira como prática política de valorização de si como povo na segunda metade do século XIX antes e depois da abolição da escravatura. Em “Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro: Imagens, existências e luta na construção de novas visualidades e visibilidades”, Denise Gomes Marinho analisa como a marcha e as imagens produzidas na Orla de Copacabana contribuem para construir e ressignificar a relação do movimento das mulheres negras com o espaço urbano. Em “Marília Negra: Práticas comunicacionais em territórios negros”, Mariana Alves de Sousa, Daniela Almeida Lira, Andreas Hofbauer, Anderson da Silva Rodrigues, Fabiana da Silva Soares e Ingrid Macedo Santos refletem sobre como a comunicação antirracista na formação de “territórios negros” em Marília, São Paulo, contribuem para a construção de novas formas de ocupação do espaço urbano. Em “Pelos sertões goianos: Comunicação antirracista e ceradeira como tecnologia ancestral”, Ludmila Pereira de Almeida faz uma descrição analítica das múltiplas práticas comunicacionais de movimentos de mulheres negras do Cerrado que valorizam o interior do país e dos corpos em processos de usos complexos de tecnologias virtuais e ancestrais. Em “Sangue entre as pernas: Experiência de cinema feminista, periférico e pedagógico”, o movimento Zona de Cinema relata a experiência de realizar o curta-metragem “Sangue entre as Pernas” por uma equipe só de mulheres jovens e periféricas que atuam em rede como profissionais da indústria criativa engajadas em processos pedagógicos de emancipação.

A quarta e última seção, educação e pedagogia, traz cinco artigos. Em “Diálogos negros: Enegrecendo a universidade”, Luiza Figueiredo de Freitas e Lisiane Vieira dos Santos relatam a experiência que vivenciaram, como enfermeiras e ativistas no âmbito acadêmico do Rio Grande do Sul, de criação de um projeto de extensão dedicado à abordagem e debate sobre como raça e racismo se relacionam à saúde e à cultura do povo negro. Em “‘A Cor da Cultura’: Reflexões pedagógicas sobre materiais audiovisuais”, Luciana Costa da Silva apresenta uma pesquisa com professoras da rede pública de Niterói, Rio de Janeiro, que se apropriam e utilizam materiais audiovisuais, produzidos em programa do governo federal, com representações de meninas e mulheres negras como recursos antirracistas no cotidiano escolar. Em “Oficinas de leitura crítica da mídia como práticas antirracistas de comunicação”, Eduarda Nunes relata e analisa experiências vivenciadas em oficinas dedicadas à educação midiática, de gênero e racial em Olinda e Recife, Pernambuco. Em “Sankofa em prática: Comunicação e educação antirracista em Bagé (RS)”, Andréa de Carvalho Pereira, Andressa Pinto da Costa, Arthur Teixeira Ernesto, Elenara Oliveira Lami, Elimara Gonçalves, Marina Rodrigues Lopes, Maurício N.M. de Carvalho e Rosana Rodrigues Lopes relatam a experiência de um projeto de expansão com uso de materiais audiovisuais para disseminar e consolidar as práticas pedagógicas contra o racismo no sistema universitário. Em “Quando o cinema brincante encontra a escola: Práticas audiovisuais antirracistas e pedagogias em interlocução”, Daise dos Santos Pereira, Edmilson dos Santos Ferreira e Léo Lima refletem sobre o encontro para trocas de saberes pedagógicos e midiáticos entre professores e estudantes em Magé, Baixada Fluminense, com o coletivo de produção audiovisual Cafuné na Laje, da favela do Jacarezinho, Rio de Janeiro.

Por fim, volto à pergunta inicial: em quais exemplos concretos você pensa ao ouvir o termo “comunicação antirracista”? Quando o processo de organização deste livro começou, ficou muito evidente que cada pessoa envolvida tinha alguma ideia pré-estabelecida do que essa comunicação significava na prática. Ao mesmo tempo, estávamos curiosos para saber como a chamada de capítulos nos surpreenderia. Assim,

com a cabeça aberta e uma preocupação constante em tocar todo o processo da forma mais respeitosa possível, posso dizer que organizar este livro em diálogo gerou, acima de tudo, um grande aprendizado coletivo. A breve apresentação de seções e capítulos indicam como as práticas de comunicação antirracista são diversas e ricas em temáticas, áreas de conhecimento, profissões e geografias. Ao ler cada uma das contribuições, esperamos também que a leitura gere a sensação de solidariedade, pertencimento e inspiração mútua que sentimos ao realizar essa parceria. Afinal, a comunicação antirracista nos atravessa como indivíduos e povo. Em outras palavras, ela nos une e nos inspira a agir, com criatividade e persistência, na nossa busca incessante por sentidos, significados e ações que mantenham vivas nossas ancestralidades, dêem liga à nossa diversidade, embalem nossas lutas cotidianas e garantam futuros de plenitude em saúde, conhecimento, cidadania e humanidade.

**Tenham uma ótima leitura!**

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CARDOSO FILHO, Jorge; ALMEIDA, Gabriela; CAMPOS, Deivison (Orgs.). **Dossiê Raça, Mídia e Comunicação Antirracista**. Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura, Salvador, v.19, n.3, Setembro-Dezembro, 2021.
- CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). **Vozes negras em comunicação: mídia, racismos, resistências**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CUSTÓDIO, Leonardo. **Midiativismo de Favela: Reflexões sobre o processo de pesquisa**. Tampere: University of Tampere, 2016. Disponível para download na página: <https://research.tuni.fi/uploads/2020/01/8aff35f2-midiativismo-de-favela.pdf> (último acesso em 07 de Agosto de 2023).
- CUSTÓDIO, Leonardo. **Favela media activism: Counterpublics for human rights in Brazil**. Lanham: Lexington Books, 2017.
- CUSTÓDIO, Leonardo; GATHUO, Monica. **Connections with Paulo Freire's legacy in anti-racism media activist collaboration in Finland**. Commons: revista de comunicación y ciudadanía digital, vol. 9, no 2, 2020. p. 133-158.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 15-34.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1ª ed. São Paulo: Dandara Editora, 2021.
- SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis: Vozes, 2023.
- SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.



# Jornalismo e ciberativismo

Notícia Preta: Experiências de 'quilombismo'  
em uma escola de comunicação antirracista

Mulheres negras e a autodefinição no  
ciberespaço: a disputa por outro imaginário  
social como estratégia política pelo Portal  
Geledés

O corre é diário: comunicação ancestral e  
feitiços contracoloniais para a construção  
de um outro jornalismo

# Notícia Preta: experiências de “Quilombismo” em uma escola de comunicação antirracista

Nayara Luiza de Souza\*

## Introdução

Imagine que você é uma mulher negra nascida no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990. Você pode ter nascido no Rio de Janeiro, o segundo estado mais negro do país, assim como a fundadora do Notícia Preta, ou na zona rural em uma dessas cidadezinhas que chamamos de interior, como eu. Quem sabe você nasceu em uma das mais de 13 mil favelas existentes hoje no Brasil, como um dos nossos editores, ou em uma das 5.972 localidades quilombolas urbanas e rurais que estão recenseadas pela primeira vez em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Talvez sua vivência tenha se construído até longe de comunidades negras estruturadas ou, como a maioria dos comunicadores que integram o Notícia Preta, você tenha escolhido a comunicação Social como profissão. Talvez você somente não esteja satisfeita com o modo como as pessoas negras são retratadas pela imprensa nacional. Sejam quais forem as experiências que formam sua identidade, caso deseje ser ou já se veja como alguém antirracista ou que quer mudar como as pessoas negras são vistas e tratadas no Brasil, convido você a ouvir esse nosso<sup>1</sup> registro memorialístico.

Em 12 de julho de 1942, na cidade de Aracaju, nascia Maria Beatriz Nascimento, uma intelectual e militante do movimento negro brasileiro que dedicou grande parte da vida dela em pesquisas sobre o quilombo como uma organização de pessoas negras. Nascimento é uma das mulheres que nos inspira na des-

crição do **Notícia Preta** como uma experiência de quilombismo e de resistência. Essa nossa escolha se dá para homenagear e demarcar a importância da proteção dos territórios quilombolas brasileiros, organizações que ao longo do tempo seguem sendo atacadas pela branquitude, e como uma ampliação da palavra quilombo para organizações de pessoas que lutam pela existência do povo negro. Nas palavras de Beatriz, de maneira ampliada, “estando um negro com outro negro já é um quilombo” (NASCIMENTO, M. B., 2022, p. 130).

Este mesmo senso de união é que me Orienta e Orienta a criadora do portal **Notícia Preta**, Thaís Bernardes, quem resume com a expressão a seguir que nos guiará (eu e você leitor) na busca por entender o que é uma comunicação antirracista e como podemos utilizar o jornalismo como uma ferramenta de transformação social. Ela nos diz: “nós (pessoas negras) somos diversos, mas não somos dispersos”. A frase é inspirada no discurso proferido pela vereadora, mulher negra e periférica Marielle Franco, em 8 de março de 2018, quando a parlamentar lembrou o lema do movimento de mulheres daquele ano, que dizia: “sim, nós somos diversas, mas não estamos dispersas”. E foi no intuito de reunir jovens comunicadores de todo

\* **Nayara Luiza de Souza é mineira**, nascida na zona rural de Sete Lagoas e criada pelos cantos da mãe, tias e avó que embalaram sua paixão pela história das pessoas. Neta de congadeiro, sempre foi guiada pelos tambores da resistência. Jornalista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/2012) e mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), formação esta potencializada pela política de cotas na pós-graduação. Integra a linha de Textualidades Midiáticas com pesquisas sobre racialidade, racismo, gênero, violência e mulheres negras. Jornalista voluntária no portal Notícia Preta desde 2021, aprende na prática o quilombismo como cura.

1. Embora eu, Nayara Luiza de Souza, assine esse texto, o registro traz consigo muitas vozes, por isso chamo esse registro de “nosso”.

o país que, naquele mesmo 2018, Thaís fundou o jornal antirracista conhecido como **Notícia Preta**.

Como definição, o **NP**, como também é chamado por integrantes e leitores, é “muito mais do que um portal de notícias, é um jornal antirracista feito por profissionais, estudantes e comunicadores negros, negras e negres que acreditam que, através da comunicação e da educação, é possível ter uma sociedade mais justa e com equidade racial”<sup>2</sup>. E, nesse propósito, o espaço foi se transformando nestes últimos quatro anos em uma escola de formação de Comunicadores Antirracistas, em um espaço de capacitação, aperfeiçoamento e empregabilidade para estudantes negros, negras e negres de jornalismo e, como contaremos a seguir, em quilombo e experiência de cura.

O convite, assim, é para que, ao conhecer o que inspira e Orienta o **Notícia Preta** como “muito mais do que um portal de notícias”, conheçamos uma experiência de prática antirracista através da produção factual e diária de reportagens racializadas e com recortes sociais que se caracterizam como o princípio editorial do **NP**. Durante essa quase meia década de quilombo de comunicação, 79 comunicadores voluntários de diferentes territórios do país e da diáspora vivenciaram a escola de Formação de Comunicadores Antirracistas e, através desta construção conjunta, tornaram-se negros<sup>3</sup> no sentido de serem pessoas negras conscientes da sua racialidade e da efetiva prática antirracista.

Igualmente e inicialmente me apresento como uma das jornalistas voluntárias que participa e integrou por dois momentos esse aquilombamento: o primeiro deles como jornalista voluntária no processo de formação de comunicadores antirracistas do **Notícia Preta**, na turma de 2021, durante o isolamento da pandemia de covid-19, no Brasil. Naquele momento, eu pude, depois de dez anos formada como jornalista, efetivamente ser capacitada e ouvida em uma escola de for-

2. <https://noticiapreta.com.br/quem-somos/>

3. “Torna-se negro” é um conceito que também nomeia o livro da psiquiatra e psicanalista, mulher negra, Neusa Santos Souza, a quem honramos neste capítulo. Neusa resume a percepção de tornar-se e saber-se negra com as seguintes palavras: “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (SOUZA, 2021, p. 46).

mação de comunicadores antirracistas, além de vivenciar o acolhimento de uma redação antirracista e quilombista. Em 2022, retornei ainda de forma voluntária como coordenadora de comunicação, tendo a possibilidade de repassar alguns dos aprendizados e vivências a outros comunicadores negres e a aprender muito com cada um deles. Ambas as experiências de redefinição de carreira e cura através da produção coletiva de informações antirracistas se misturam em outro modo de fazer jornalismo. Esses sentimentos e o aprendizado de compreender as dinâmicas raciais no Brasil, e que compartilho com outros companheiros, é o que leremos/ouviremos a partir daqui.

## Um anseio pessoal e coletivo: a construção do Notícia Preta

O anseio de criar o **Notícia Preta** surgiu enquanto a CEO (*Chief Executive Officer*) – um nome para descrever uma diretora executiva, ou a dona da empresa –, Thais Bernardes, trabalhava como Coordenadora de Comunicação de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Ela conta que, por estar nesse espaço, as demandas sempre eram por uma “uma mãe negra sofrendo”, algo que a incomodava profundamente. A professora e escritora Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2019) conta que essa imagem congelada da mulher negra, em especial aquelas que são periféricas, como o rosto da dor e do sofrimento, é uma das imagens mais repetidas pela lógica do genocídio das pessoas pretas brasileiras.

A professora explica que a mulher-negra-mãe, ou nas palavras dela, “mulheres que choram a dor do aniquilamento e sequestro dos corpos de seus filhos e filhas para as barbaridades em curso” (FLAUZINA, 2019, p. 65), tem essa imagem de dor, de lágrimas e de sofrimento repetida tantas vezes nas capas de jornais, nos programas de TV, em vídeos que circulam pela internet, que nós podemos terminar por acreditar que esse sofrimento imposto a essas mulheres faz parte delas e que não há nada a ser feito.

Essa reprodução da “mãe negra sofrendo” que os

jornalistas pediam a Thais Bernardes como personagem para as matérias atua, assim, para que a gente não sinta empatia por essas mulheres e naturalize aquela dor. Ana Flauzina vai resumir essa estratégia da aniquilação das pessoas pretas moradoras de favela como “criminalização do sofrimento” (FLAUZINA, 2019, p. 65). Junto a Luciane de Oliveira Rocha (2017), essa nomeação ainda pode ter mais um conceito de enfrentamento a esta realidade que é da “maternidade ultrajada” (ROCHA, L., 2017. p. 51), definida pela também professora como “uma expressão de indignação pela impossibilidade de exercer a maternidade devido à violência e o descaso perante o sofrimento negro” (ROCHA, L., 2017. p. 51).

E se essas mulheres, em vez de serem reduzidas a uma imagem desumanizante de sofrimento, pudessem expressar o ultraje que têm sofrido ao serem agredidas pelo Estado e, muitas vezes, pela polícia? Para Thais Bernardes, a resposta veio com a criação do **Notícia Preta**, uma forma de criar esse espaço seguro onde essas mulheres e todas as pessoas negras pudessem contar as próprias histórias. Thais conta ter dito para si mesma algo que ainda repete para os comunicadores negros, negras e negres que integram o **NP**: *“Esse não é um jornalismo que eu quero fazer, eu faço um jornalismo diferente. Eu faço jornalismo antirracista onde pessoas pretas não são estigmatizadas, onde eu não exploro dor de mãe preta e uso antecedentes criminais. E assim nasceu o Notícia Preta”* (SOUZA, B., 2022), conta Thais.

Orientado pelo propósito do “quilombismo”, palavra utilizada pelo professor Abdias Nascimento, o portal de **Notícia Preta** foi fundado em 20 de novembro de 2018 e, nesses mais de quatro anos, segue a perspectiva de “quilombo” de Abdias e de Beatriz Nascimento. Como eu comecei a contar no início do capítulo, Beatriz Nascimento pesquisou durante toda a vida o que chamou de “sistemas alternativos organizados pelos negros”. Ela diz que os negros sempre produziram esses espaços em que podem ser livres, desde os quilombos até as favelas, e, para nós, o **Notícia Preta** tem se constituído como esse espaço em que podemos ser livres. Abaixo um trecho bonito de como Beatriz fala sobre o que é esse quilombo:

**O quilombo é um avanço, é produzir ou**

**reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição** (NASCIMENTO, M. B., 2022, p. 130).

Esse ideal de resistência e de coletividade é, para o editor de jornalismo e chefe de reportagem do **Notícia Preta**, Igor Rocha, o que faz desse território virtual um quilombo. Comunicador nascido e criado no Cantinho do Céu, comunidade da Região Nordeste de Belo Horizonte (MG), Igor nos recorda da ancestralidade ao falar sobre o quilombismo que guia o **NP**. “O que é um Quilombo? Na etimologia da palavra, são comunidades criadas por pessoas escravizadas e/ou seus descendentes. Somos descendentes de Reis e Rainhas que foram escravizados e o **NP** pode ser considerado um quilombo por termos os mesmos ideais de coletividade, de censo de unidade popular, de ser um espaço formado por pessoas negras, jornalistas, designers, consultores, todos negros, descendentes de pessoas escravizadas da Diáspora Africana”. Assim, a proposta de quilombismo do professor Abdias Nascimento e a da idealizadora do projeto que define o **NP** se unem. Abdias Nascimento nos alertava que:

**(...) devemos (nós pessoas negras) codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro** (NASCIMENTO, A., 2002, p. 73).

Essa tarefa que Abdias dizia ser uma responsabilidade daquela geração se perpetua até as atuais porque ainda enfrentamos o genocídio negro. Alguns dados tristes que o **Notícia Preta** tem repetido são, como lembrava o professor, parte do projeto de nação instituído desde o império brasileiro de que, dentro do que se entende como população brasileira, não existissem mais pessoas negras. Essa matança do povo preto foi, desde o fim oficial da escravização no Brasil, um projeto de governo que incluiu o encarcera-



mento em massa de pessoas negras e a imigração de brancos europeus em uma tentativa de embranquecer os brasileiros. Como nos explica Abdias Nascimento no livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, esse desaparecimento dos descendentes de africanos no Brasil era estimulado pela miscigenação com pessoas brancas, mas, também por um projeto de morte física e espiritual dos negros brasileiros através do embranquecimento da cultura negra e assassinatos em massa.

“Estudo confirma que negros são os que mais morrem em intervenções policiais no Brasil” (ESTUDO..., 2020), “Homens negros tem 3,5 vezes mais chances de serem assassinados do que brancos, revela pesquisa” (ROCHA, I., 2022), “Mulheres negras morrem mais no parto e têm mais filhos prematuros, afirma Fiocruz” (MULHERES..., 2021), “Homens negros são 70% das pessoas em situação de rua em São Paulo, diz estudo” (FREIRE, L., 2020) e “Mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídio, segundo Atlas da Violência” (RODRIGUES, 2021) são alguns dos títulos das notícias que o **NP** divulgou nesses quatro anos e que demonstram como e o que é ser uma pessoa negra no Brasil. E, embora seja necessário que a denúncia do genocídio do povo negro continue a ser divulgada e debatida, não é apenas como lugar naturalizado de violência que pessoas negras podem e devem aparecer no jornalismo. Lembra que foi esse o incômodo que inquietou a Thaís ao criar o **Notícia Preta**? Então...

É com a ajuda da Thaís que eu repito uma pergunta e uma resposta dela para tentar explicar o que é essa comunicação antirracista e quilombista que estamos praticando. “O que são temas negros?” pergunta nossa CEO, ao que ela mesma nos responde: “São todos os temas que nos perpassam, todos os temas fazem parte de nós” (COMUNICAÇÃO..., 2021) e isso inclui economia, educação, cultura, política, arte e entretenimento, saúde e muito mais. Na palestra do TEDxPelourinho, ela dá um exemplo que vamos repetir aqui: “quando eu faço uma matéria dizendo que não há investimento na saúde pública e nos hospitais públicos, a maioria das pessoas que utiliza hospitais públicos no Brasil é uma maioria negra. Se a gente racializa essa matéria a gente vai entender que falta

investimento na saúde da população negra e periférica!”. E aqui, nós chegamos a uma palavra importante para começarmos a entender o que é uma comunicação antirracista: racializar.

Alguns parágrafos atrás, falamos do projeto de genocídio das pessoas negras brasileiras, que incluiu o apagamento destas dos registros da história nacional oficial. Assim, considerar os dados raciais nos mais diversos temas e questionar em uma pauta onde estão as pessoas pretas e como elas estão sendo retratadas pode ser considerado um processo de racialização das matérias jornalísticas. O que nos propomos a fazer é registrar que as pessoas negras seguem combinando de não morrer, embora eles tenham combinado de nos matar, em uma paráfrase a Conceição Evaristo<sup>4</sup>. É para registrar que ainda estamos aqui e somos 56,1% da população (IBGE, 2021). Racializar, contudo, é também uma ferramenta de dizer da continuidade do processo de extermínio porque nós ainda somos aquelas, aqueles e aqueles que morremos mais. É, por fim, como nos ensina o professor Abdias em carta escrita durante uma visita que ele fez a Lagos, na Nigéria, em 1977, para que reconquistemos o controle dos nossos destinos.

**Eu deixo vocês com um apelo: encontrem os caminhos e os meios de abrir os impulsos criativos que habilitem os negros individualmente, as nações negras, e as organizações de tais nações, a reconquistar o controle de seus destinos** (NASCIMENTO, A., 1978, p. 28).

Respondendo a esse apelo em um âmbito coletivo, as pessoas que constituem o **Notícia Preta** se propõem a fazer uma comunicação e um jornalismo antirracista e quilombista. E para continuar a falar sobre como isso acontece, outra questão nos inquieta. Onde a gente aprende a fazer um jornalismo antirracista (já que quase a totalidade dos currículos dos cursos de jornalismo no Brasil não tem essa disciplina no currículo e mal fala sobre uma imprensa negra secular que resiste no país)?

## A escola de formação

4. “A gente combinamos de não morrer” é o título de um dos contos do livro “Olhos d’água” da escritora negra e mineira Conceição Evaristo (2016). É também a frase repetida pelas personagens do conto.

## de Comunicadores Antirracistas

O **Notícia Preta** é “muito mais que um portal de notícias”, porque também é uma incubadora de comunicadoras e comunicadores negres. As pautas e matérias são sugeridas e produzidas por jovens comunicadores das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país que passam por “Oficinas de Formação em Comunicação Antirracista” e acompanhamento próximo de coordenadores que já tenham, como eu, algum tempo de prática jornalística e passado pela experiência da escola de formação do **NP**. Embora essa formação inclua uma etapa mais técnica que envolve o aprendizado de procedimentos de jornalismo, assessoria de imprensa, noções de direito para comunicadores, audiovisual, rádio, educação antirracista, gestão de redes sociais, direitos humanos, entre outras temáticas relacionadas à comunicação, o espaço segue o princípio da “educação libertadora” (FREIRE, 2001).

Um dos pontos a que o também professor Paulo Freire vai nos conduzir em suas falas e no livro *Educação como prática de Liberdade* diz justamente das nossas capacidades enquanto pessoas de interpretar os diversos conhecimentos a partir das nossas próprias vivências. Assim, ao “sermos diversos, mas não dispersos”, como lembra a criadora do **Notícia Preta**, cada colaborador do **NP** de cada localidade do país contribui e ensina de uma forma muito única todo o quilombo coletivo. São experiências de negritude que nos unem, mas também nos oferecem modos diversos de vida e de construção de pautas, de matérias e de comunicação antirracista. O Brasil é um país que, por ser do tamanho de alguns continentes, muitas vezes descrevemos como um país continental e isso ficou escurecido nas reuniões semanais de redação no **Notícia Preta**: ser uma pessoa negra no Sul do país é diferente de ser uma pessoa negra no Norte. E em cada estado, em cada cidade e, se na mesma cidade, em cada comunidade em que nascemos, crescemos e fomos criados.

Aprendemos que a educação antirracista precisa ser,

em seu cerne, ou seja, em seu íntimo ou propósito, direcionada para a libertação do povo negro. Não é uma aprendizagem dos bancos de escola, ou, para usar um termo freireano, “uma educação bancária”, em que as ferramentas têm seu funcionamento decorado para ser repetido sem questionamentos. Muito pelo contrário, o **NP** é (e precisa ser) um local de multiplicidade de vozes, opiniões e experiências. Esta forma de conhecer múltipla é que nos conduz para a liberdade e para a luta por uma humanização, como ainda traz em sua própria voz o professor Paulo Freire:

**A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor** (FREIRE, 1967, p. 43, grifos nossos).

Bernardes explica que, no **Notícia Preta**, es próprias jornalistas se pautam segundo a perspectiva de que a comunicação antirracista é, por princípio, horizontal: “É um jornal antirracista feito por profissionais, estudantes e comunicadores negres que acreditam que, através da comunicação e da educação, é possível ter uma sociedade mais justa e com equidade racial” (SOMOS O NOTÍCIA PRETA, 2022). Na produção de algumas das nossas matérias jornalísticas, a dor coletiva em noticiar o genocídio das pessoas negras brasileiras nos afetava nas mais variadas formas e a todo o momento. Uma psicanalista negra, afro-portuguesa de ascendência nos países de Angola e São Tomé e Príncipe, a também artista plástica, de nome Grada Kilomba, fala sobre essa dor do racismo cotidiano, que se repete todos os dias e o tempo todo, como uma ferida que segue aberta e que às vezes sangra. E esse sentimento nomeado por Kilomba foi verbalizado nas reuniões semanais de pauta do **NP** como uma constante vivenciada por nós, jornalistas negres.

Muitas das vezes escrever sobre a morte de pessoas que nós sentimos que podiam ser nós mesmas, mesmas e mesmos ou ainda nossos pais, mães, filhos, filhas e filhas, conhecidos, amigos e vizinhos...

nos faziam sangrar de alguma forma. E, infelizmente, em alguns momentos essa possibilidade foi real. Coberturas de enchentes que provocaram perda de moradia e vida aconteceram enquanto alguns colaboradores estavam em suas casas naquelas regiões, chacinas em comunidades foram acompanhadas por mensagens de “meu amigo estava no local, ainda não temos notícias dele” (fala de uma colaboradora durante a Chacina do Jacarezinho em 2021). Isso tornava a subjetividade<sup>5</sup> uma diferença jornalística mais responsável do modo de vida cidadã do que a falsa imparcialidade pregada por algumas correntes dos jornalismo hegemônicos.

Mas, para além da violência e do genocídio, nossos modos de vida diversos também têm como Orientação antirracista registros de pessoas negras e de expressões da cultura negra também diversas. Uma das matérias cuja pauta eu pessoalmente determinei e escrevi as entrevistas, ainda como colaboradora, foi a “Símbolo da resistência negra, Congado pode se tornar patrimônio cultural de MG” (SOUZA, N., 2021). Nesta escrita que seguiu as etapas técnicas do jornalismo de apuração, ouvir especialistas, personagens e fonte oficiais, minha ancestralidade se manteve em cada observação e em cada linha. Como uma pessoa oriunda de uma família que teve os tambores afro-mi-neiros, as danças e rezas do Congado como espaço de formação de identidade, foi uma pauta que disse muito de mim mesma, mas também de uma experiência coletiva negra.

O mesmo pode ser observado na matéria “Ancestralidade afro-brasileira: festa celebra Irmandade da Boa Morte” (JORGE, 2022), escrita pelo jornalista baiano Mário Jorge, colaborador **do Notícia Preta** em 2022 e que eu pude editar como coordenadora. Jorge fala da festa como uma celebração da resistência e da cultura negra em Cachoeira, cidade do Recôncavo baiano. O texto segue o rigor da notícia factual do jornalismo diário, a estrutura narrativa, as análises das fontes e, além do formal, permite o registro da religiosidade negra que por muito tempo foi proibida e apagada no Brasil. Essas definições da pauta, da

5. Para saber mais sobre a subjetividade jornalística como valor de um jornalismo antirracista, sugerimos a leitura do livro da recifense Fabiana Moraes (2022) A pauta é uma arma de combate. Ela observa que essa subjetividade não é sinônimo de uma experiência individual, mas de uma experiência individual que se integra à coletiva: como ser negra no Brasil.

escolha por especialistas exclusivamente negres, do tema a ser noticiado dentro da rotina, e não como uma exceção de efemérides negras ou escolhas restritas aos momentos de violência, vão provocando uma mudança diária na narrativa jornalística.

A historiadora Ynaê Lopes dos Santos traz uma metáfora interessante para pensarmos sobre o racismo como algo que só pode ser enfrentado através do exercício diário de enfrentamento e reprogramação de pensamentos e ações.

**“Não há pílula mágica, porque não estamos tratando de uma doença. Uma alegoria mais eficiente para compreender a real dimensão do racismo seria compará-lo ao sistema nervoso central do corpo humano. Não bastam remédios. É preciso reprogramar todo o nosso cérebro. E isso teria de ser feito por meio de exercícios constantes e ininterruptos que possam efetivamente transformar nosso organismo diante desse sistema (SANTOS, 2022, p.15).**

“O jornalismo também é uma ferramenta de formação de imagens, historicamente”, define Thais Bernardes ao lembrar que o jornalismo dito hegemônico determina quais são os corpos descartáveis, criminosos e que não merecem comoção nem acesso aos direitos básico ou a uma vida digna. Esses mesmos jornalismo nos mostram os outros corpos majoritariamente masculinos, brancos, cisgêneros e heterossexuais que devem ser defendidos. São essas mesmas imagens que nós vemos todos os dias que vão construindo imaginários, ou seja, aquilo que nossas cabeças imaginam ser a verdade. O **Notícia Preta** busca mudar essa lógica e gerar reflexões escolhendo ser factual porque o racismo precisa ser enfrentado diariamente e ao ouvir artistas, músicos, celebridades e políticas (os/es) negres como personagens e como especialistas.

Escolher profissionais negres como fonte, ou seja, como a pessoa que entende daquele assunto (seja economia, saúde, direito, moda, artes, políticas públicas...) é também uma estratégia de enfrentamento do imaginário do corpo negro como o destino natural

da violência e da morte. Posso afirmar, ao ler e redigir as matérias do **NP**, algo que eu já sabia e vivia, mas não via nas páginas dos jornais: pessoas negras estão aptas a falar de tudo, não apenas sobre ser negro ou sobre racismo. Como jornalistas, podemos e devemos ouvir pessoas negras sobre todos os temas e não apenas com a pergunta se elas já sofreram preconceito.

Em uma pesquisa divulgada em 2021, denominada “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”, organizada pelas organizações Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas e I’MAX, foi perguntado aos entrevistados como a questão étnico-racial atua na escolha de pautas e fontes. A opinião de 22,6% das pessoas ouvidas é de que os temas raciais não têm relevância para os veículos de mídia; para 35,5% dessas pessoas, os profissionais negros não têm espaço em matérias com temas positivos e, em 21,8% dos casos, falar de racismo não foi considerado “bem-vindo”. A escolha das fontes confirmou, segundo 73% dos jornalistas entrevistados, que a cultura da empresa privilegia fontes brancas.

Uma de nossas colaboradoras da turma de 2021, Polianne Lima, paulista e cria da zona leste de São Paulo, chegou ao **NP** nos últimos anos da faculdade de jornalismo, na qual ingressou através do Prouni. Polianne contou que antes de entrar para o **NP**, assim como todas nós, não teve contato com a pauta antirracista no ensino acadêmico. “Escrever para a redação do **Notícia Preta** me possibilitou elaborar pautas relevantes, que precisam de destaque e discussão, mas geralmente são deixadas de lado pela mídia tradicional”, contou a jornalista antirracista. Abaixo podemos ouvir um pouco do que ela dividiu com a gente:

Em uma dessas ocasiões cobri a maior premiação da comunidade negra, o Troféu Raça Negra de 2022. Uma cerimônia que reuniu diversas personalidades negras e premiou mulheres fundamentais na luta antirracista. A grandeza desse evento além de me emocionar, me inspirou na busca e na certeza de continuar com o jornalismo. Escrever para um jornal

independente, que me deu a liberdade de trabalhar em diversos temas pautando a relevância da discussão racial e sem amarras, foi uma boa maneira de entender que posso praticar o jornalismo além do convencional. O espaço aberto pelo NP já mudou minha forma de enxergar o impacto e o poder da comunicação, e essa formação sempre estará presente na minha prática jornalística.

Divido agora alguns outros depoimentos semelhantes do quilombo **Notícia Preta**, que, como diz o nosso editor Igor Rocha, é uma família e uma casa que está sempre aberta para as pretinhas, pretinhos e pretinhos, mas principalmente uma redação antirracista:

Eu entrei no NP em dezembro de 2018, quando o site ainda era um “bebê”, com pouco menos de um mês de vida e lembro que a acolhida da Thais e dos demais que estavam antes de mim foi uma coisa que não vivia há muito tempo. Trabalhei em redação e, em 2018, estava numa assessoria de comunicação institucional, foi um choque de realidades quando comecei a ter contatos com as fontes que eram pessoas iguais a mim, pessoas negras, periféricas, que passaram tudo que eu passava na vida (IGOR ROCHA – MG).

Foi nesse espaço que eu comecei a pensar e a produzir a comunicação antirracista, essencial no Brasil. Foi aqui também que eu me entendi ainda mais como uma mulher negra (SAMILLY LOURES – ES).

A minha maior lição em relação a esse tempo que eu fiquei no NP é: colaborar é melhor do que competir. Nós temos reuniões de pauta semanais em que a gente decidia quais eram as coisas que a gente iria trazer pra dentro do portal. E isso era muito interessante porque existiam sugestões de todos os colegas, a gente não competia pela pauta mais importante, todas eram relevantes para o portal. (MAIRA TAVARES – RN)

Se pudéssemos resumir tudo isso, poderíamos con-

tar mais ou menos o que responde a CEO do **Notícia Preta** ao descrever o que ela faz: “O jornalismo não pode servir para reforçar padrões e estereótipos preconceituosos que colocam as pessoas em um determinado lugar, eu faço um jornalismo como ele deve ser: sem pré-julgamentos”. Outro desafio pra que todos os jornalismo, ou pelo menos a maioria deles, sejam antirracistas é onde nós comunicadores negros podemos aprender e praticar o que sabemos como pessoas racializadas.

Podemos fazer uma recuperação histórica sobre as leis que têm fomentado a entrada das pessoas negras (pretas e pardas) nas instituições de ensino superior através da Lei nº 12.711/2012, conhecida popularmente como “Lei de Cotas”, sancionada em agosto daquele ano, e da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio. Essa última lei foi estendida no ano seguinte pelo Conselho Nacional de Educação aos currículos dos programas de ensino superior no país, contudo, a efetivação desses conteúdos segue sendo ignorada pelas instituições de formação.

Em 2022, a professora Carla Baiense Felix discutiu a necessidade de debater-se a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais nos cursos de jornalismo do país. De acordo com o levantamento documental realizado pela professora, o ensino de questões raciais nos cursos de jornalismo no país tem se limitado a ofertas de disciplinas optativas episódicas. Felix defende a curricularização de disciplinas obrigatórias ligadas ao tema, nas palavras dela:

**É fundamental enegrecer o currículo, de forma a combater toda forma de racismo na formação de novos profissionais. Para os e as estudantes negros e negras, significa, também, reconhecer a contribuição de seus antepassados e contemporâneos à história do jornalismo** (FELIX, 2022, p. 13).

Um dos questionamentos de Thais, que inclusive ingressou na universidade através do sistema de cotas, foi exatamente o mesmo ouvido por outros colaboradores do **NP** nestes quatro anos: “O que a gente aprende na faculdade de jornalismo com recorte ra-

cializado para que isso nos forme enquanto profissionais com uma visão racializada do jornalismo?”, e a resposta é: “nada ou muito pouco, dependendo dos professores que encontramos”. Como exemplo, Bernardes conta algo que também se repetiu comigo: sair formada em jornalismo da universidade sem aprender sobre a imprensa negra no Brasil. Thais recupera ainda o surgimento do primeiro jornal antirracista nacional: *O Homem de Cor*, de 1833, que, como jornal negro criado como resistência, dentro do regime escravocrata, nos ajuda a lembrar que nós sempre estivemos aqui.

Ao recordar sobre onde os corpos negros estavam nos primeiros jornais do país, Thais lembra-se constantemente dos anúncios de “procura-se negro fujão” ou “vende-se uma escrava”. E, se dentro da escravização isso era naturalizado, essa permanência, mesmo que atualizada e disfarçada, não deve ser repetida. Essa mudança de onde corpos negros são vistos no jornalismo passa também por enegrecer as redações, algo que está intrínseco na escola de formação do **Notícia Preta**, que tem como um dos objetivos ajudar jornalistas negres a se capacitarem, criarem portfólio variado e terem acesso a empregos na área.

A pesquisa Perfil Racial da Imprensa ainda descreve como resultado algo que podemos reproduzir: “as redações jornalísticas brasileiras são mais brancas e masculinas do que a população brasileira e o racismo está presente na vida de praticamente todos os profissionais negros durante seu percurso profissional” (PERFIL RACIAL DA IMPRENSA BRASILEIRA, 2021). De acordo com o levantamento, 77,6% dos jornalistas presentes nas redações brasileiras são brancos, enquanto 20,1% são negros (13,20% pardos e 6,90% pretos) e jornalistas indígenas não chegam a 1%. Em relação aos jornalistas negros, metade eram mulheres e metade, homens. Entre os jornalistas negros, pode ser observada outra disparidade em relação à região do país em que residem: no Nordeste, nas redações, apenas 39%, seguido pela região Norte (25%), Centro-Oeste (21%), Sudeste (20%) e Sul (5%).

A pesquisa ainda nos apresenta outros dados que fo-

ram ouvidos no contexto dos jornalistas negros, sendo que 43% dizem já ter sofrido racismo no ambiente de trabalho, 14% na empresa em que trabalhavam naquele momento e 35% acreditam que a cor da pele tem dificultado o desenvolvimento na empresa. Ao descreverem as situações de racismo sofridas, foram elencadas: “não acreditar que é jornalista por ser negro(a)”, “tratamento diferenciado pela polícia ou segurança de eventos”, “recriminar o cabelo”, “não possuir o padrão de beleza exigido” e ainda situações de assédio racial.

Essas experiências de racismo foram observadas nas falas das colaboradoras e colaboradores do **NP** de diversas formas, desde uma insegurança em escrever matérias com medo de serem criticados de maneira violenta até uma resistência em aparecer em conteúdos em vídeo por não gostarem da autoimagem nas câmeras, terem ouvido que não são bons no vídeo ou “não se acharem bonitos”.

Importante lembrar que, embora a construção de uma comunicação antirracista não seja só feita por pessoas negras, quando, como é a proposta do **Notícia Preta**, é realizada por comunicadores negres, temos essa experiência de enfrentamento do racismo nas pautas e sobre nossos próprios corpos. Para ilustrar e dividir, conto, a seguir, mais um pouco do sentimento que tem guiado o **NP** para que nosso quilombo seja, como nos inspirou Beatriz Nascimento, “uma continuidade de vida”, da criação de momentos felizes, ou simplesmente “uma possibilidade nos dias de destruição”.

## NP: um jornalismo de experiência e cura

“Mais do que um jornal”, eu ouvi da Thaís e do Igor ao chegar ao **Notícia Preta** e hoje posso dizer que esse “mais” não diz só da extensão de redação para escola de formação, mas, também, da comunidade quilombista de acolhimento que o **NP** se constituiu para mim e para meus companheiros de resistência. Quando comecei a ouvir de outros noticiapretenses (palavra inspirada pelas escolas de samba e que agora transfiro para cá) que essa experiência de cura era

compartilhada, senti que estava de volta a um território meu pela primeira vez desde que me entendi como mulher negra.

“Um sonho sonhado sozinho é muito sem graça, e o bom de sonhar o **Notícia Preta** é que ele é um sonho coletivo. Eu poderia ter uma outra forma de gestão do meu negócio, mas quando eu começo a entender que o que a gente faz não é jornalismo apenas, é transformação social, toda a minha forma de gerenciar a minha empresa é diferente do mercado tradicional, e tem que ser”, são as palavras de Thaís ao refletir sobre esses quatro anos do **Notícia Preta** em uma entrevista que ela concedeu a outra noticiapretense, a Barbara de Sousa. Foi a Barbara, inclusive, quem disse algo no silêncio que uma mulher preta divide com outra que resume bem todo esse capítulo: “Fazer parte do **Notícia Preta** significa fazer parte de uma coisa muito maior do que eu, sabe?”, com um sorriso e um olhar que eu entendo que ela sabe que eu sei.

Nesse pouco mais de um ano que eu integro o quilombo **Notícia Preta**, eu acompanhei e conheci histórias como da Milene Graís, do Rio Grande do Sul, que mudou de curso durante a colaboração por se encontrar como jornalista no **NP**, da professora Maysa do Mato Grosso do Sul, que levou pra sala de aula o antirracismo que vivenciou na redação, e da mineira de Itajubá, Yngrid Horrana, que começou a pouco o curso de jornalismo e me ajudou a recordar porque eu escolhi essa profissão:

“Para mim, que nasci e sigo crescendo no interior de Minas Gerais, colaborar em um dos principais veículos antirracistas do país acabou se tornando a maior “viagem”. Pois tive contato com pessoas do Sul ao Nordeste, todas muito diferentes umas das outras. A partir de tais peculiaridades, então, concluí que também compartilhamos angústias e frustrações (além do brilho da pele preta). Disso ficou nítido que ter a oportunidade de passar por esse coletivo jornalístico – que se difere de espaços regidos pelos métodos de produção colonial – tem me preparado para construir um jornalismo com resgate à essência da profissão: dar voz ao povo e contribuir para

que essa potência ecoe pela sociedade. E mesmo estando no início dessa jornada, vejo que meu propósito está se encaminhando. A cada compartilhamento ou comentário nas matérias construídas pela equipe do NP (sejam eles dedicados por figuras públicas, apoiadores do jornal e até mesmo pela minha mãe – a qual é suspeita pra dizer) sou marcada pelo frenesi que me instiga a permanecer construindo narrativas diversas.

Por fim, mas sem acabar, temos muitos desafios ao pensar que o **NP** é uma mídia brasileira que precisa se autofinanciar para manter a transformação social que executa e que inspirou sua criação. A profissionalização dos integrantes ultrapassou o jornalismo, sendo necessários aprendizados de empreendedorismo, administração de negócios, captação de recursos e muito mais. Esse texto memorialístico segue, assim, convidando você antirracista que ficou comigo até o final a sonhar junto e replicar essa possibilidade na sua comunidade, a integrar o nosso sonho quilombista e a nos auxiliar a ser perene. Nosso desejo coletivo é que o **Notícia Preta** integre por muitos anos a história da imprensa negra brasileira e um lugar de acolhimento, aprendizado e cura antirracista.

🗨️ **Água do mar bateu e a pedra rolou, Olha lá que veio do mar o Notícia Preta aqui chegou!**  
- canto dos escravizados recuperado pelos cantadores do Jongô e do Reinado para falar das vozes de resistência)

## Referências

- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho de Educação Superior. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN12013.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN12013.pdf). Acesso em: 12 jan. 2023.
- COMUNICAÇÃO antirracista e transformação social | Thais Bernardes | TEDxPelourinho. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (9min58s). Publicado pelo canal Tedx Talks. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t9NLOVkbR34>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- ESTUDO confirma que negros são os que mais morrem em intervenções policiais no Brasil. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/estudo-confirma-que-negros-sao-os-que-mais-morrem-em-intervencoes-policiais-no-brasil/>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- FELIX, Carla Baiense. A obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais nos Cursos de Jornalismo: um debate necessário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO-UFPB, 45., João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2022.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia Genocida. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- FREIRE, Louise. Homens negros são 70% das pessoas em situação de rua em São Paulo, diz estudo. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, fev. 2020. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/homens-negros-sao-70-das-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sao-paulo-diz-estudo/>. Acesso: 15 jan. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- JORGE, Mario. Ancestralidade afro-brasileira: festa celebra

Irmandade da Boa Morte. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/cachoeira-celebra-festa-da-irmandade-da-boa-morte/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MULHERES negras morrem mais no parto e têm mais filhos prematuros, afirma Fiocruz. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 27 out. 2021. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/mulheres-negras-morrem-mais-no-parto-e-tem-mais-filhos-prematuros-afirma-fiocruz/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz & Guerra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu, 2022.

PERFIL RACIAL DA IMPRENSA BRASILEIRA. São Paulo: Jornalistas&Cia; Portal dos Jornalistas; Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROCHA, Igor. Homens negros tem 3,5 vezes mais chances de serem assassinados do que brancos, revela pesquisa. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/homens-negros-pesquisa/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROCHA, Luciane de Oliveira. Morte íntima: a gramática do genocídio antinegro na baixada fluminense. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Helion Costa (org.). **Motim**: horizontes do genocídio antinegro na diáspora. 1. ed. Brasília, DF: Brado Negro, 2017. p. 37-66.

RODRIGUES, Julia Oliveira. Mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídio, segundo Atlas da Violência. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 2 set. 2021. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/mulheres-negras-sao-67-das-vitimas-de-femicidio-segundo-atlas-da-violencia/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SOMOS O NOTÍCIA PRETA. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, Barbara. 4 anos do Notícia Preta: “O bom de sonhar o NP, é que ele é um sonho coletivo”, diz Thais Bernardes fundadora do portal. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/noticia-pretajornalista-thais-bernardes-aniversario-portal/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, Nayara. Símbolo da resistência negra, Congado

pode se tornar patrimônio cultural de MG. **Notícia Preta**, Rio de Janeiro, 11 maio 2021. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/simbolo-da-resistencia-negra-congado-pode-se-tornar-patrimonio-cultural-de-mg/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.



# Mulheres negras e a autodefinição no ciberespaço: a disputa por outro imaginário social como estratégia política pelo Portal Geledés

Liana Cristina de Souza Sant'Anna, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Anna Marina Barbará Pinheiro\*

## Introdução

Lélia Gonzalez, em “A mulher negra na sociedade brasileira”, criticou as teorias que formam os “mitos” da democracia racial e do brasileiro como um ser cordial (GONZALEZ, 2020). Sueli Carneiro (2011) denuncia o quanto o pensamento social brasileiro contribui para a invisibilização da raça como elemento estruturante das desigualdades no Brasil. Além disso, mostra que os avanços para a superação deste cenário ainda não foram significativos. No mesmo trabalho, critica a falta de políticas públicas elaboradas a partir da raça como causa de desigualdade social (CARNEIRO, 2011).

Ter acesso a textos como os da Lélia e Sueli nos dão fôlego e inspiração para produzir nossas próprias narrativas e dar continuidade ao trabalho de tantas mulheres negras que produziram e produzem teo-

ricamente e, indo além, contribuem com uma nova perspectiva dentro e fora da academia.

Neste capítulo, discutiremos como o Portal Geledés tem sido um espaço seguro de prática de comunicação antirracista para as mulheres negras, construindo outras perspectivas sobre o imaginário social vigente. A partir da ideia de Autodefinição, uma forma de rerepresentar as populações negras a partir do ponto de vista das pessoas negras, analisaremos algumas das produções textuais do Portal Geledés ([www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)).

\*Liana Cristina de Souza Sant'Anna é Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela UFRJ / NEPP-DH. Bacharel em Produção Cultural pela UFF / CURO, com especialização em Políticas Culturais de Base Comunitária Flacso/Argentina. Como produtora cultural independente, atua na captação de recursos, planejamento de projetos e programas socioculturais, bem como analista e parecerista. Tem experiência como articuladora social e educadora social na facilitação de processos educativos, participativos e políticos.

\*Ana Lúcia Nunes de Sousa é Professora Adjunta no Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, com atuação no Laboratório de Vídeo Educativo e no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde. Líder do NEGRECS – Núcleo de Estudos de Gênero e Relações Étnico-raciais na Educação Audiovisual em Ciências e Saúde e do GERAES – Grupo de Pesquisa em Recepção Audiovisual em Educação em Ciências e Saúde. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa “O Mundo do Trabalho, Comunicação e Educação em Enfermagem” (EEAN – UFRJ). Doutora em Comunicação y Periodismo pela Universitat Autònoma de Barcelona e em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo

pela Universidade Federal de Goiás, pós-graduada em Comunicação Hipermedia pelo Instituto Internacional de Jornalismo José Martí (Cuba); em Documentário Criativo pela Univalle (CO); e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Buenos Aires. Trabalha com extensão e pesquisa, principalmente nos temas: comunicação comunitária; Internet; audiovisual; educação e relações étnico-raciais. Associada à Associação Brasileira de Pesquisador@s Negr@s e à International Association for Media and Communication Research, onde atua como vice-chair da Seção Comunicação Participativa.

\*Anna Marina Barbará Pinheiro possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é Professora do Departamento de Ciência Política da UFRJ, onde coordena o Laboratório de Estudos de Gênero (LEG: [www.legufrj.net](http://www.legufrj.net)) e o mestrado em Políticas Públicas e Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ. Tem experiência nas áreas de Ciência Política e História do Brasil, atuando principalmente nos temas relativos ao gênero, à sexualidade e aos feminismos.

O Portal Geledés, um site disponibilizado na internet, foi fundado no ano de 1997 pelo Geledés Instituto da Mulher Negra, uma organização de mulheres negras, sediada na cidade de São Paulo, desde 1988, e que tem Sueli Carneiro como uma das fundadoras. O Portal funciona como agregador de informações diversas, cujo epicentro são as lutas por dignidade humana com foco no combate às opressões de raça, gênero, sexualidade e classe.

O portal também aparece como espaço de reafirmação e documentação das estratégias de incidência política das mulheres negras do instituto; acolhimento às vozes de mulheres negras; possibilita encontrar informações validadas academicamente, como estatísticas e pesquisas qualitativas para uso de argumentação sobre uma causa.

Nosso objetivo neste texto é analisar como o Portal Geledés propicia a autodefinição das mulheres negras por meio de escritos de si, ou seja, de suas próprias narrativas. Neste ambiente, florescem autoimagens que agregam na luta por outro imaginário social e pela construção de uma comunicação antirracista. É um Portal construído para romper as ‘imagens controladoras’, através da constante inserção das mulheres negras na disputa do poder, por via da construção simbólica.

## Racismo, imaginário social e Ubuntu

Há uma frase conhecida por quem estuda políticas públicas, que suscita muitas reflexões: “há, sempre, uma política por trás da política pública”. O campo das políticas é também espaço de disputas simbólicas. Como o pensamento social brasileiro está ancorado no mito da democracia racial – uma ideologia racista (GONZALEZ, 2020) –, tal pensamento acaba refletindo na formulação e execução das políticas públicas.

Silvio de Almeida (2018) afirma que o racismo, para ser mantido, requer a “criação e recriação do imaginário social”, em que se associam características biológicas ou práticas culturais à raça e naturaliza-se

a desigualdade social. E, por fim, esta associação é atribuída à “identidade racial” (ALMEIDA, 2018 p. 57). Ou seja, estabelece-se um paralelo entre a identidade racial e condições desiguais, fruto de uma estrutura de exploração econômica, social e histórica. E, além disso, nega-se a existência do racismo no país, mistificando as causas dessas desigualdades como naturais às condições dos grupos raciais.

Os mecanismos de produção simbólica, tal como as culturas, a educação e as mídias, têm significativa colaboração na invisibilização da raça enquanto causadora das desigualdades sociais. Desta forma, torna-se natural aos olhos da sociedade que parte da população não tenha acesso às políticas públicas para manter sua dignidade humana, como acesso à água potável, às vacinas, à moradia e tantas outras. O que é compreendido como natural não gera comoção social para pressionar os governos em prol de uma mudança radical. Compreendemos, a partir destas leituras, que desfazer a “ideologia” do “mito da democracia racial” é uma tarefa árdua, e muito importante para combater o racismo. E tem custado aos movimentos negros mais de cinquenta anos de batalhas no campo da construção simbólica do poder (MUNANGA, 1999).

Ainda que o conhecimento filosófico sobre os conceitos de biopoder, racismo e necropolítica não sejam popularizados, todo cidadão e cidadã sabe que o Estado é autorizado a usar a violência para manutenção do poder dos grupos dominantes (MBEMBE, 2018b). Os grupos dominantes utilizam a violência – às vezes estatal – tanto para coerção e domínio quanto para construção simbólica de poder por meio do medo. E garantem, assim, a manutenção de seus valores e princípios, que, como vimos, reforçam as desigualdades sociais. Tal como o imaginário social de que algumas raças são subalternas a outras, as disputas para construção simbólica do poder se dão por mediação do Estado, incluindo o uso da violência.

E como os grupos subalternizados se movimentam para contradizer os valores impostos? Há, dentre as diversas ferramentas, o uso das comunicações e das culturas para fortalecimento dos valores e princípios

que unem os indivíduos, tornando-os comunidades. Observamos os movimentos negros como comunidades, enquanto conjuntos de indivíduos reunidos pelo bem comum. Em Sousa (2021, p. 216), vemos o “comum” pensado a partir de uma afroperspectiva.

**“ O que a teoria do comum em Ubuntu nos traz é uma forma de interpretar o comum centrado no humano, já que Ubuntu é a própria humanidade do ser, que só se realiza a partir do outro; e aqui não é um outro como a outredade a ser evitada e/ou temida, mas como o outro que possibilita que a humanidade seja um comum a ser compartilhado por todas as pessoas.**

Sousa (2021, p. 216) propõe pensar a comunicação comunitária a partir da filosofia africana, da ideia de *Ubuntu*:

**“ Uma comunicação comunitária afroperspectivista poderia ser fortemente vinculada aos laços comunitários; mais centrada no humano e menos dependente dos aparatos tecnológicos; narrada, decidida e gerida pelos próprios sujeitos, com voz e agência, de forma horizontal, compartilhada e democrática; intergeracional, respeitando os mais velhos e cuidando dos espaços, da natureza e dos processos para os mais jovens e os que virão depois; e integradora entre todas as pessoas da comunidade.**

A tarefa dos movimentos negros para construir um “novo imaginário social” sobre as populações negras no Brasil é complexa, já que construir comunidades negras é um dos desafios. Como estratégia, os movimentos se apropriam das ferramentas digitais para criar novos espaços possíveis para agregar pessoas e abrigar comunidades. Muitas vezes, utilizam as TICs – tecnologias das informações e comunicações – para fluir informações que conectem os indivíduos e propagar novas formas de pensar sobre si e sobre o outro, propondo outras formas de observar e viver no mundo.

## Comunicação e disputas simbólicas

Os movimentos negros organizados têm como uma de suas principais pautas de atuação a reconstrução simbólica das imagens de negros e negras no imaginário social brasileiro (PEREIRA, 2010). A disputa simbólica do poder é travada cotidianamente, com objetivo de mudar a forma como as comunidades negras ainda são vistas, subalternizadas e expostas à violência estatal (MBEMBE, 2018b).

A comunicação tem papel fundamental na construção e desconstrução simbólica sobre as imagens das populações negras. Com esta compreensão, vimos as mulheres negras no cenário de disputa pelas comunicações e no exercício de narrarem a si mesmas. No entanto, o acesso aos meios de produção e difusão não são assegurados, cabendo aos movimentos negros buscarem outras formas de fazer valer seus direitos. Neste cenário, o acesso às TICs é imprescindível para fortalecer a árdua tarefa de desmistificar as ‘imagens controladoras’ (COLLINS, 2013).

Para Cicília Peruzzo (2005), o direito de comunicar representa um avanço na concepção de cidadania porque desloca a noção de direito do indivíduo para o coletivo. Além disso, incorpora o “direito à informação e de partilha do uso de canais de expressão” como direito de cidadania (PERUZZO, 2005. p. 38). Segundo ela, mediante a demonstração da “capacidade de articulação, consciência e resistência política” (PERUZZO, 2005, p. 34), os movimentos sociais conseguem ampliar a noção qualitativa de direitos humanos.

E como as mulheres negras têm disputado a construção simbólica do poder por meio das comunicações? Vimos cotidianamente, nas redes sociais, que é possível elaborar um discurso que contradiz o que nos foi ensinado historicamente, mesmo sem ter poder sobre as indústrias da comunicação. A popularização da internet propiciou o uso das TICs e o surgimento de novas protagonistas na elaboração e difusão de informações.

O surgimento dessas protagonistas ocorre em antagonismo à forma como operam as grandes empresas de comunicação, a serviço do capital e como meios de propagação da ideologia dominante (CHERKAOUI, 1995). O capitalismo é um sistema forjado na exploração das pessoas negras (MBEMBE, 2018a). Disputar a comunicação como direito e, a partir deste direito, construir o novo imaginário social sobre as populações negras é, antes de tudo, ir contra a retroalimentação deste sistema estruturado no racismo (MBEMBE, 2018a).

Pensamos nas mulheres negras como possíveis heroínas, que estão no processo de conquista de espaços para mudar o imaginário social e dar um novo lugar para as negras e negros no Brasil. Sueli Carneiro (2018) nos fala que as propostas e conquistas adquiridas pelos movimentos de mulheres negras são para o bem comum e já constituem melhorias nas vidas das diversas populações, incluindo as não negras.

Quando as mulheres negras se valem das mídias para propagação de suas imagens, partindo de seu próprio ponto de vista, produzem contradição ao imaginário social vigente, isso movimenta as estruturas do sistema. Esta movimentação ocorre por meio do ciberativismo, possível pela centralidade das TICs no cotidiano, em tempos atuais.

O ciberespaço promove um amplo alcance das informações, onde a comunicação toma formato aberto, heterogêneo e abandona o verticalismo um-todos, operando em formato de rizoma todos-todos (LEVY, 1999; ALMEIDA, 2018). Para Pierre Levy (1999), a cibercultura desenvolve-se a partir da interação dos indivíduos, no tráfego dos seus valores e princípios, na forma e formatos de usos, nos comportamentos que as pessoas apresentam, nos seus modos de navegar no ciberespaço – nas formas de convívio digital.

Acreditamos que a cibercultura é um campo fértil para a construção do poder simbólico no que se refere à construção das imagens e do imaginário social sobre as mulheres negras em múltiplos territórios, por isso, nos dedicamos a analisar a utilização do ciberespaço pelas mulheres negras como lugar de disputas simbólicas de poder.

## Mulheres negras na disputa das imagens

Por imagem, falamos daquilo que representa além do que pode ser visto. Falamos do que é possível ser sentido, compreendido e assimilado. Uma imagem e seus signos são mais que meramente algo visualizado em um papel, ou no horizonte. (FLUSSER, 2011).

Para Vilém Flusser, “imagens são mediações entre homem e mundo” (FLUSSER, 2011, p. 23). Os indivíduos não decifram as “cenas das imagens” como códigos que explicam o mundo. Ao invés, passam a vivenciar o mundo como um conjunto de cenas (FLUSSER, 2011, p. 23). Sendo assim, é possível compreender que para a construção do imaginário social necessita-se do estímulo contínuo da imaginação, sendo esta a responsável por decodificar as cenas (produzidas pela sucessão de imagens) (FLUSSER, 2011). Por exemplo, se a imaginação é cotidianamente estimulada por imagens de mulheres negras em funções subalternizadas e em sofrimento contínuo, as pessoas, sejam brancas ou negras, terão dificuldades para associar mulheres negras como advogadas, juízas, deputadas, ou em qualquer cargo que detenha poder e autoridade.

É necessário inserir novas imagens das mulheres negras em diversas posições e situações para reconstrução de um novo imaginário social. Vemos um caminho com a “autodefinição”, o processo de autoconhecimento, troca e autoafirmação dos valores realmente importantes para as comunidades negras, em particular para os indivíduos e, em especial, para as mulheres negras (COLLINS, 2013).

É urgente romper com o aprisionamento das imagens controladoras que limitam as personalidades e as subjetividades das populações negras. Inclusive, esses aprisionamentos dificultam o acesso às afetividades, como argumentou Patrícia Hills Collins (2013). As imagens controladoras (COLLINS, 2013) podem ser compreendidas como parte dos estereótipos (FANON, 2008) usados para o controle das populações negras em nichos sociais. São imagens que permeiam o imaginário social e reforçam as diferenças so-

ciais. Quando um indivíduo é exposto à interpretação da realidade social de uma determinada forma frequentemente, seus sentidos são moldados para conceber estas informações como verdadeiras. Infelizmente, são imagens estereotipadas que ditam a dinâmica social, cultural, econômica e afetiva das relações humanas e sociais.

Para romper com as imagens controladoras, acreditamos que será necessário sair do “espaço seguro” (COLLINS, 2013). Estes espaços, segundo Collins (2013), são aqueles onde as mulheres negras trocam informações sem receios e cerceamento – onde forjam suas autodefinições.

Dentro do “espaço seguro”, entre as comunidades negras, é possível fortalecer a disseminação de imagens positivas, a autoestima e a autodeterminação. E fora do espaço seguro, é preciso falar direto à população não negra e ter coragem de dialogar, seja qual for a origem do outro. Isso ocorre atualmente em ampla escala nas redes sociais. Essas são as possibilidades que a cibercultura têm ao fomentar o diálogo entre os diferentes.

Neste cenário, a atuação dos movimentos de mulheres negras no ciberespaço, em portais e nas redes sociais, contribui para desconstruir estereótipos. Acreditamos que o trabalho realizado pelas mulheres negras através do Portal Geledés é uma iniciativa importante que rompe com as imagens controladoras e, por isso, nos dedicamos a analisá-la. Na próxima seção, passamos a descrever como realizamos este trabalho analítico.

## Metodologia ou modos de fazer

Neste trabalho, nosso objetivo é destacar a prática de comunicação antirracista propiciada pelo Portal Geledés, através da publicação de textos que caminham no sentido de promover a autodefinição de mulheres negras, rompendo com as imagens de controle que comumente são impostas a este grupo.

No desenvolvimento desta pesquisa, selecionamos 28 textos do Portal Geledés, coletados em 2020. Para este capítulo, em especial, nos debruçamos

sobre 10 textos e analisamos aqui três deles. Estes textos foram publicados na seção “Mulher Negra” do Portal. Os textos, após coletados, foram categorizados e analisados de acordo com a técnica da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009). Esta técnica permite buscar os sentidos de um texto. Considera-se que um conteúdo possui uma dimensão simbólica, na qual a(o) autora(o) expressa de maneira indireta informações importantes. Ao analisar o conteúdo, encontramos mensagens que relacionamos com os conceitos que orientam os estudos, o que permite compreender seus significados.

Campos (2004) explica que a técnica funciona em três etapas:

**1. Pré-exploração ou leituras flutuantes:** nesta etapa, navegamos e realizamos leituras no Portal Geledés e, em meio a tantas informações, escolhemos um recorte para trabalhar;

**2. Seleção das unidades de significados:** quando nos interessou a seção “Mulher Negra” e uma série de artigos sobre um processo de mobilização social para criação do aplicativo juntas.

2.1 Criamos duas unidades de significados: Advocacy e Disputa simbólica do poder.

**3. Classificação (ou categoria) do texto:** Nesta etapa, criamos três classificações para cada unidade de significado. a) *Advocacy*, com as classificações: “Ações articuladas”, “Defesa” e “informações qualificadas” (LIBARDONI, 2000); b) Disputa simbólica de poder, com as classificações: “Autodefinição”, “Imagens controladoras” e “Uso de espaço seguro” (COLLINS, 2013).

Por fim, neste capítulo, analisaremos detalhadamente a unidade de significado b) Disputa Simbólica de Poder e suas classificações, uma vez que são elas que nos permitem falar sobre a prática de comunicação antirracista desenvolvida pelas mulheres do Instituto Geledés ao construírem suas próprias imagens, suas autodefinições. Esta unidade de análise apareceu em 10 textos, dos quais analisaremos três na próxima seção.

É importante considerar que foi necessário adaptar a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009), utilizada como procedimento metodológico, ao olhar posicionado e interseccional – baseado na epistemologia insubmissa feminista negra (FIGUEIREDO, 2020) – para compreender como se dá a disputa por mudanças no imaginário social. No quadro abaixo, apresentamos o esquema de codificação utilizado para realizar a análise de conteúdo.

Esquema de classificação para análise de conteúdo		
Unidade de significado	Classificação	Sentido do Conteúdo / olhar feminista negro
Disputa simbólica do poder	Autoimagem e autodefinições	Quando falam de si e de outras mulheres negras e apresentam outras imagens em contradição ao imaginário social dominante.
	Imagens controladoras	Quando há reprodução ou contradição das imagens controladoras.
	Uso de espaço seguro	Quando falam de si de forma íntima, quando o espaço se revela seguro para se abrir intimamente.

Fonte: Elaboração própria

## Os textos do Portal Geledés

Convidamos a quem ler este capítulo a navegar pelo Portal Geledés para conhecer suas diversas formas de atuação, mas principalmente a forma como agrupam narrativas acolhedoras às mulheres negras.

Ao passo que realizamos a leitura dos dez (10) textos escolhidos, escritos por dez (10) autoras, na seção “Mulher Negra”, encontramos narrativas em primeira pessoa, e percebemos que esta seção configura um espaço seguro para o encontro das ideias e dos ideais que buscam contradizer as imagens controladoras (COLLINS, 2013) sobre si e sobre as outras. Esta compreensão se dá pelas características e formas como os textos foram escritos:

**a. Em primeira pessoa, falando de si**, sobre as suas formas de ver o mundo e sobre como se sentem ao se conscientizarem sobre como o mundo as vê;

**b. Expõem afetos, memórias afetivas**, suas dores e seus medos, expõem suas fragilidades, bem como o que acreditam ser suas forças e suas qualidades;

**c. Constroem diálogos direcionando** a palavra diretamente às leitoras, propõem soluções, ou apenas caminhos menos tortuosos;

**d. As escritas são feitas por mulheres** que enviaram ao Portal Geledés, ou re-post de artigos escritos e publicados em outras fontes, mas que estão de acordo com os temas inerentes às mulheres negras e o Portal Geledés.

Encontramos nesta seção discursos tanto para construir outras imagens e identidades de si, quanto para desconstruir as ‘imagens controladoras’ (COLLINS, 2013) e contradizer o imaginário social dominante sobre as imagens das mulheres negras. Vamos detalhar a análise de alguns trechos de três (3) textos selecionados para este capítulo.

No artigo *A doutora da pele preta*, a autora Monique Rodrigues Prato compartilha suas vivências enquanto advogada, e ilustra situações de racismo velado que vivenciou devido à sua cor da pele. No entanto, a autora demonstra que não questiona a própria capacidade. Pelo contrário, relata, segura de si, como revela o trecho: “*Na mesa, eu era a única que detinha o conhecimento jurídico da matéria*” (PRATO, 2018), referindo-se a um episódio em que clientes se direcionavam a uma colega de trabalho caucasiana para ter suas dúvidas sanadas.

Este trecho destacado foi classificado como autodefinição; a autora apresenta outra imagem de si para o outro e nega a imagem controladora das mulheres negras enquanto subalternas e incapazes por natureza. As imagens controladoras reforçam estereótipos que alimentam a crença de que negros e negras são pessoas subalternizadas por condição natural da cor da pele (ALMEIDA, 2018).

A autora do texto “Nós somos as mulheres que nunca serão suficientes”, Juliana Lopes, ilustra como o racismo opera para minar a autoestima das mulheres negras:

**“ desde muito pequenas aprendemos que não importa o quanto nos esforcemos para ser bonita e inteligente, ainda não temos consciência do racismo, mas o sentimento de não ser suficiente se faz presente em nós (LOPES, 2018).**

Escolhemos este trecho porque encontramos a reprodução da “imagem controladora” e a apropriação do “espaço seguro”. A primeira classificação porque a autora coloca “o sentimento de insuficiente” como parte do aprendizado na infância, e a segunda classificação porque falou sobre seus sentimentos, o que é íntimo e subjetivo.

Esse aprendizado de “insuficiência” está no cerne da manutenção do sistema econômico vigente, que tem o racismo como pilar. Assim, manter a população negra acreditando no estereótipo de subalterno por natureza de sua raça é uma estratégia para perpetuar a exploração de uns sobre o outro. O racismo, enquanto estrutura do sistema capitalista (MBEMBE, 2018a) tem mecanismos de retroalimentação desta estrutura. A autora revela em seu desabafo um dos mecanismos do racismo.

No artigo *Mulheres negras no poder potencializam a reestruturação da esquerda*, Débora Britto apresenta uma entrevista com duas deputadas estaduais, recém-eleitas na ocasião, cada uma em um estado da região sudeste. Compreendemos que as entrevistadas têm consciência da disputa simbólica de poder, como parte da reconstrução da esquerda.

“*As mulheres negras são a vanguarda. Tenho quase que certeza profética de que as mulheres negras são a vanguarda da reorganização da esquerda*” (BRITTO, 2018). Esta fala de uma entrevistada evoca o papel de protagonistas para mulheres negras, solucionadoras de uma problemática política posta em debate público. Classificamos como autodefinição na construção de um discurso contra hegemônico,

no qual a mulher negra não só se vê diferente do que o imaginário social dita, mas projeta sua autoimagem para o futuro.

Ambas incluíram nos seus discursos o antagonismo dos homens brancos, que são a parte da 'elite' dos partidos de esquerda. Aqueles que detêm o poder de decisão no pleito das pautas partidárias, principalmente no desenho das estratégias a seguir. Em outro trecho uma das entrevistadas diz:

Porque é isso, é essa outra cara que chega, que é outra coisa. A gente precisa digerir, ruminar esse marxismo que não cabe mais na nossa leitura. Ou é interseccional ou não é. Não tem como construir política na prática, de verdade, sem interseccionalizar a pauta. Não é racializar o debate, é colocar o racismo no centro do debate marxista. É outra lógica e a gente vem trazendo isso tudo para dentro e causa um rebuliço necessário. É a famosa dialética marxista revolucionária. O que vai dar isso a gente ainda vai ver. Não dá para pensar política hoje desde o micro ao macro sem pensar nas dimensões espirituais, seja da nossa conexão com o todo, as relações que a gente tem que arrumar. (BRITTO, 2018).

Este artigo nos interessou desde seu título, pois confere poder às mulheres negras. Estas mulheres, por sua vez, indicam que a mudança estrutural ovacionada pelos partidos políticos de esquerda não ocorre porque, nos seus modos de ver, e conseqüentemente de se posicionar diante dos fatos, os dirigentes não constroem mudanças significativas na prática. As mulheres negras (entrevistadas) têm poder de construção teórica sobre as práticas políticas dos seus cotidianos e apontaram que é necessário interseccionalizar, considerar que as opressões que sustentam e estruturam o sistema capitalista são cruzadas e a opressão de classe está interseccionada às opressões de gênero e raça (CRENSHAW, 2002).

A disputa simbólica pelo poder se revela em diversos trechos do texto, quando se sentem fortalecidas e amparadas para criticar duramente os dirigentes (a maioria homens brancos), quando se autoproclamam detentoras das estratégias para mudanças profundas na estrutura das organizações dos partidos de es-

querda. Com isso, vimos que o espaço do Portal Geledés agrupa textos que ampliam o debate sobre as opressões de raça e de gênero, enquanto pilares das desigualdades sociais. Mas, para além disso, as práticas comunicativas deste Portal propiciam o encontro de ideias e ideais, ao passo que propagam novas imagens positivas sobre as mulheres negras, contribuindo para disputa de poder simbólico por um outro imaginário social, o que cabe às populações negras como pessoas detentoras de direitos e poder.

#### Conclusão

Após analisar o conteúdo dos textos e encontrar o sentido da disputa simbólica de poder, nós pudemos concluir que o Instituto Geledés mantém práticas comunicativas que produzem contradiscurso ao imaginário social vigente.

Os textos da sessão "Mulher Negra" contribuem para ampliação dos debates públicos que colocam raça e sexismo como elemento estruturante das desigualdades sociais. As autoras que enviam seus textos colaboram para a disputa por um outro imaginário social sobre as populações negras, dentro deste portal. Acreditamos que o papel das mulheres no Portal Geledés está relacionado à organização e gerenciamento do espaço seguro no ciberespaço, um endereço eletrônico onde mulheres negras buscam troca de informações que as auxiliem na construção de suas autodefinições. Assim, o Portal Geledés aparece como um lugar privilegiado para esta construção, pois é um site que carrega o status institucional de uma organização reconhecida mundialmente por sua atuação na luta por direitos humanos e por mobilização política. Além disso, acreditamos que o Portal Geledés desenvolve práticas ciberativistas antirracistas, promovendo produção comunicativa alternativa à indústria de comunicações. Ao passo que também promove debate público que busca a defesa dos direitos das populações negras e, por meio de seus textos, produz a possibilidade de construção de espaços seguros em meio à amplitude da cibercultura.



## Referência

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRITTO, Débora. Mulheres negras no poder potencializam a reestruturação da esquerda. **Geledés – Instituto das Mulheres Negras** [online], São Paulo, 4 dez. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-no-poder-potencializam-a-reestruturacao-da-esquerda/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CHERKAoui, Mohamed. Estratificação. In: BOUDON, Raymond (coord.). **Tratado de sociologia.** Tradução de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 107.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução Natália Luchini. São Paulo: Cebrap, 2013.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: Edufba, 2008.
- FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia Insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, 2020.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta.** São Paulo: Annablume, 2011.
- GONZALEZ, Léila. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Léila. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 39.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da *advocacy*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 207, 2000.
- LOPES, Juliana. Nós somos as mulheres que nunca serão suficientes. **Geledés – Instituto das Mulheres Negras** [online], São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nos-somos-as-mulheres-que-nunca-serao-suficientes/#>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2018a.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica – biopoder, soberania,** estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018b.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- PRATO, Monique Rodrigues. A doutora da pele Preta. **Geledés – Instituto das Mulheres Negras** [online], São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-doutora-da-pele-preta/>. Acesso em: 28 out. 2019.
- PEREIRA, Amílcar Araujo. **“O Mundo Negro”:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 18-41, 2005.
- SOUSA, Ana Lúcia Nunes de. Repensar a comunicação comunitária a partir da filosofia africana. **Comunicação, mídia, consumo**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 200-218, 2021.

w

# O corre é diário: comunicação ancestral e feitiços contracoloniais para a construção de um outro jornalismo

Carmen Kemoly da Silva Santos, Luan Matheus dos Santos Santana, Sarah Fontenelle Santos, Maria Angela Pavan\*

## Introdução

Para além de um Portal em formato de site, a Plataforma de Comunicação Popular e Colaborativa OcorreDiário é uma tecnologia que movimenta registros históricos. Atua principalmente nas áreas do Jornalismo, Educação Popular, Círculo de Saberes e Cultura, Arte e Coletividades, Direito à Moradia, Direito à Cidade, onde os conteúdos perpassam organicamente pela raça e a defesa de comunidades tradicionais e povos originários.

Com colaboradores multidisciplinares, utiliza a escrita, a oralidade e as ferramentas da comunicação para criar possibilidades 'outras' de vida e práticas comunicacionais, articulando forças junto a movimentos e

organizações sociais, lutando na prática através da comunicação popular, como um lugar de aprendizado e democratização dos saberes.

Há quase quatro anos no ar, a plataforma já acumulou mais de 105 mil visualizações e 400 publicações. Pelo menos 38% das produções são da editoria de Direitos Humanos e 17% de Arte e Cultura. São mais de 40 conteúdos na editoria de Povos Originários, em parceria com organizações orgânicas; cerca de 50 matérias na editoria da Boa Esperança, comunidade tradicional ribeirinha e quilombola piauiense impactada pelo Projeto desenvolvimentista do Parque Lagoas do Norte, que nomeia o OcorreDiário como o megafone da comunidade.

**\*Carmen Kemoly da Silva Santos** é rapper, poeta, jornalista, mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e realizadora audiovisual. Nascida e criada em Timon, e morando atualmente em Salvador, é colaboradora e cofundadora da Plataforma Ocorre Diário de Comunicação Popular. Dirigiu e roteirizou, em 2019, o curta-metragem *Esperança 1770*. A partir de 2018, começa uma trajetória em Slam's pelo Rio de Janeiro, sendo finalista de alguns, como o Slam Pequena África da FLUP e Slam Liberdade de Petrópolis, em 2018, o Slam das Minas RJ, em 2019, e em 2021 fica em terceiro lugar no Slam Insubmisso, de poetas negras e nordestinas. Inserida no hip hop do Piauí desde 2014, lança em 2019 seu primeiro EP intitulado 'KARMA', com nove faixas disponíveis em todas as plataformas digitais e também alguns clipes e produções audiovisuais no Youtube. Autora do livro-reportagem *Timonegra: Vida e cultura em comunidades negras na cidade de Timon*.

**\*Luan Matheus dos Santos Santana** é pai, jornalista, educador popular, mestre em comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutorando em comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor temporário no curso de jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Nascido na Chapada do Corisco (Teresina-PI), tem dedicado seu tempo de estudo e trabalho na construção de outras alternativas de pensar e fazer jornalismo. Compõe o Grupo de Pesquisa JOII (Jornalismo, Inovação e Igualdade), por onde organi-

zou, em 2020, o I Congresso Internacional de Jornalismo, Inovação e Igualdade. É cofundador da Plataforma de Comunicação Popular e Colaborativa Ocorre Diário, com produções focadas nas áreas de política e direitos humanos.

**\*Sarah Fontenelle Santos** possui graduação em Comunicação Social: Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Estadual do Piauí (2013) e mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (2015) e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM-UFRN). Integrante do grupo de estudos Epistemologias Subalternas e Comunicação (desCom). Cofundadora da Plataforma de Comunicação Popular e Colaborativa - Ocorre Diário. Tem experiência na área de Comunicação, assessoria de imprensa e jornalismo, Relações Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: direito à comunicação, direito à cidade, comunicação popular, contracolonialidade, mídia regional. Atualmente atua como professora no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

**\*Maria Angela Pavan** é professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atua na Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM/UFRN).

Por volta de 50 conteúdos são sobre meio ambiente, em parceria com a REAPI (Rede Ambiental do Piauí), que adentra o estado do Piauí alarmando os Direitos da Natureza através do levantamento de questões socioambientais. Por meio da Escrita Afetiva de seus colaboradores e colaboradoras, que vão desde jornalistas formados oficialmente, até professores, arquitetos, ativistas, defensores populares, artistas, performers, dançarinas; tem sido possível produzir conteúdo sensível, e ainda intervir através deles para a efetivação de direitos, seja por meio do anexo de material em processos jurídicos ou ampliação do entendimento da comunicação enquanto um direito humano.

O OcorreDiário celebra sua trajetória como um veículo que acompanhou as complexas movimentações políticas e caóticas do Brasil, com o avanço da extrema direita, desde 2016, enquanto coletivo de comunicadores populares. Essa prática cotidiana, para além de buscar um outro olhar sobre o jornalismo, possibilita, por meio das experiências orgânicas e da comunicação popular, a construção de outros espaços possíveis de re-existência dos povos originários, quilombolas e periféricos. Espaços plurais, que celebrem as existências plurais.

O que apresentamos a seguir é um compilado que nós, coletivamente, enquanto comunicadores/as e pesquisadores/as da comunicação, estamos refletindo sobre nosso fazer comunicação. Dimensões que atravessam nossos corpos, nossas escritas, nossas condutas e, sobretudo, nosso fazer profissional. Em um movimento contracolonial (SANTOS, 2015), buscamos romper com as velhas lógicas nortenas que há séculos imperam sobre o jornalismo. Um sentir-pensar-fazer que impulsiona nossas práticas e cria outras possibilidades de pensar e fazer jornalismo.

## Feitiços contracoloniais para um outro jornalismo

Antônio Bispo dos Santos, intelectual quilombola do quilombo Saco Curtume, é um tradutor dos saberes orgânicos, que articula vivências, experiências e inter-relações entre seres humanos e não humanos, para assim chegar a um entendimento singular sobre a vida. Bispo prefere o feitiço ao milagre. Não ele, individualmente. Mas ele enquanto ser coletivo. Isso porque, no quilombo, o negócio é resolver. “Ou nós resolve pelo milagre ou nós resolve pelo feitiço, mas que nós resolve, nós resolve. Nós ainda estamos vivo” (SANTOS, 2019, p. 122).

O feitiço é, portanto, aquilo que não espera passivamente pelo outro ou por uma força suprema. O feitiço é, portanto, uma ação para resolver. O feitiço é, assim, tão espiritual quanto material. Faz-se na sutileza dos corpos, mas atravessado pela ancestralidade dos povos.

Por isso, entendemos que o nosso fazer não pode se limitar à passividade daqueles que esperam por um milagre, pois foi exatamente assim que o colonialismo foi exitoso em seu projeto de domínio e extermínio. Assumimos, portanto, feitiços contracoloniais para produzir, sentir e pensar um outro jornalismo. Abaixo, apresentamos algumas dimensões do nosso fazer, o que aqui estamos chamando de feitiços:

## Reposicionamento das fontes

Em estudo recente (SANTOS; SANTANA; CONDORELLI, 2023), nos debruçamos a melhor compreender quais os tipos de relações que a Plataforma Ocorre Diário estabelecia com as fontes utilizadas para a produção dos seus conteúdos jornalísticos. Nessa empreitada, percebemos não apenas as relações criadas, mas também a necessidade de reavaliar o próprio conceito de fonte, como tradicionalmente é ensinado nas universidades a partir de autores como Schmitz (2011) e Lage (2001). Não se trata de questionar o



trabalho desses pesquisadores, mas sim de ampliar o leque de possibilidades analíticas e conceituais sobre as fontes das notícias.

Esses autores compreendem as fontes como o nascedouro das notícias, uma espécie de depositário inicial das informações que serão utilizadas pelos jornalistas para construção das matérias. Essas fontes apresentam diferentes nuances, podendo ser ativas, passivas, populares, organizacionais, institucionais, oficiais, entre tantas outras nomenclaturas que foram pensadas para caracterizá-las. Assim, nessa perspectiva, as “fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências [...] de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público” (SCHMITZ, 2011, p. 9).

Essa compreensão não é incorreta, mas, em nossa compreensão, é incompleta. Por isso, abandonamos o entendimento de fonte como objeto inicial de construção da notícia/reportagens, reposicionando seu lugar para além de depositário inicial da informação. A nossa prática nos mostrou que existem múltiplas formas de relacionamento com as fontes. Nesse caminhar teórico e prático, percebemos três configurações comuns em nosso relacionamento com as fontes do OcorreDiário:

1. **A fonte presente no percurso:** assumindo outras funções no processo para além de recurso/depositário da informação;
2. **A fonte como produtora do conteúdo:** onde ela é convidada a relatar determinado fato, a partir da sua vivência e experiência;
3. **Articulação com movimentos sociais:** onde o Ocorre Diário difunde informações de ações e mobilizações de movimentos (SANTOS; SANTANA; CONDORELLI, 2023. p. 10).

Um exemplo emblemático aconteceu em abril de 2020, quando Alex Sander do Nascimento Simões foi brutalmente assassinado pela Guarda Municipal de Teresina, com 11 tiros (11 TIROS..., 2020). Na ocasião, militantes de direitos humanos consideraram uma execução. O OcorreDiário acompanhou o caso durante um bom tempo, criando uma rede de ação

e colaboração (incluindo autores deste artigo) com movimentos sociais, advogados populares e familiares da vítima, por meio de um grupo de Whatsapp. Esse movimento possibilitou uma outra relação com as fontes, que acompanharam várias etapas do processo de produção dos conteúdos publicados, indo além da disponibilização de informações iniciais e estando presentes no percurso de abordagem dos temas, divulgação dos conteúdos, etc.

Nos processos de produção do OcorreDiário, as fontes também assumem uma posição de produtoras das notícias, mesmo que a intenção inicial delas não tenha sido essa. Como aconteceu em novembro de 2019, na matéria intitulada “Ex-relatora da ONU pelo Direito à Moradia, Raquel Rolnik se lança em defesa das famílias atingidas pelo Programa Lagoas do Norte” (EX-RELATORA..., 2019). Uma carta escrita por Raquel às famílias do quilombo urbano da Boa Esperança (atingidas pelo Programa Lagoas do Norte) foi transformada em texto principal da matéria. Uma forma de proporcionar a menor interferência possível nas ideias da fonte.

A terceira posição assumida pelas fontes trata-se de uma parceria direta entre a plataforma OcorreDiário e Movimentos Sociais. Exemplo disso são as matérias publicadas na editoria “Esperanças”, feitas em coprodução com a comunidade e suas representações. Em dezembro de 2019, publicamos a matéria “Programa Lagoas do Norte: Banco Mundial abre investigação para apurar violações do Direito à Moradia em Teresina” (PROGRAMA..., 2019), um material produzido em cooperação entre colaboradores do OcorreDiário e moradores da comunidade.

A Práxis produtiva da Plataforma OcorreDiário emerge desde uma perspectiva que questiona os modos tradicionais de fazer jornalismo e busca imprimir outras relações e posicionamentos para construção de um outro jornalismo.

# Re-existência digital e re-envolvimento comunicacional

Forjou-se, no imaginário coletivo, a ideia de que a comunicação é (ou deve ser) uma espécie de guardiã da democracia. Ou seja, um espaço onde a população possa compreender a realidade, analisá-la e, assim, melhor intervir nos seus processos. Entretanto, essa é uma ficção que tem pouca base real. Pelo contrário, a comunicação vem se configurando ao longo do tempo como um instrumento para a resolução de objetivos que interessam aos emissores (donos da mídia), de modo que prevalece a relação unilateral em vez da desejável inter-relação em igualdade de condições (VILLANUEVA, 2020).

Isso, via de regra, coloca a comunicação dentro de uma visão desenvolvimentista, como parte do processo de “evolução” das sociedades, muito embora, os interesses quase sempre não sejam coletivos, mas individualizados. Ou seja, no caso da comunicação de mercado, voltada aos empresários, ao poder político e econômico.

O desenvolvimento tornou o discurso onipresente para justificar as mais diversas agressões, quer seja na usurpação das terras indígenas e quilombolas, quer seja para o desmatamento das florestas, assassinato dos rios, poluição dos mares e muitos outros. Partindo inicialmente das provocações teórico-práticas de Maria Sueli Rodrigues Sousa (2020, 2022), buscamos aqui lançar um outro olhar sobre a representação do desenvolvimento na mídia, não como parte de um projeto de evolução social, mas como parte de amplo processo de separação, segregação e subalternização dos povos, em que a comunicação é um polo de sustentação dessas ideias e o desenvolvimento uma justificativa política para tal; portanto, trata-se de uma colonialidade comunicacional intrínseca.

O caminho, para Sousa (2020), é parar e voltar. Se o desenvolvimento foi responsável por des-envolver (entendendo o ‘des’ como prefixo que indica negação, separação ou cessação), seria, portanto, neces-

sário insurgir novas formas de pensar a comunicação e o jornalismo, como uma prática capaz de re-envolver (entendendo o ‘re’ como elemento designativo de repetição ou ação retroativa) os povos em um projeto social de fato coletivo, partindo de um outro imaginário, capaz de evidenciar a pluralidade de vidas e culturas que o projeto eurocêntrico racista busca apagar com o seu monismo desenvolvimentista (SOUSA, 2020).

Se o desenvolvimento nos separa, o re-envolvimento nos une em projeto coletivo de sociedade. Na comunicação, entendemos que para isso acontecer é necessário se pensar desde a concepção organizativa até as técnicas de produção e coleta de informações. Pluralizar as vozes, os temas, as abordagens. No que diz respeito à questão organizativa interna, o OcorreDiário funciona como uma plataforma colaborativa, de produção coletiva e horizontal. Atualmente a plataforma conta com dois núcleos, sendo um núcleo de colaboradores e outro núcleo diretivo. A diretoria coletiva do OcorreDiário é composta por 10 pessoas, que se dividem em 5 coordenações. As coordenações também são coletivas e buscam uma paridade de raça e gênero.

Atualmente a diretoria coletiva é composta por cinco homens e cinco mulheres, sendo que 60% dos/as coordenadores/as são pessoas negras. Há, ainda, entre os/as coordenadores/as, pessoas LGBTQUIA+, lideranças comunitárias, professores, artistas, jornalistas, arquitetos, antropólogos.

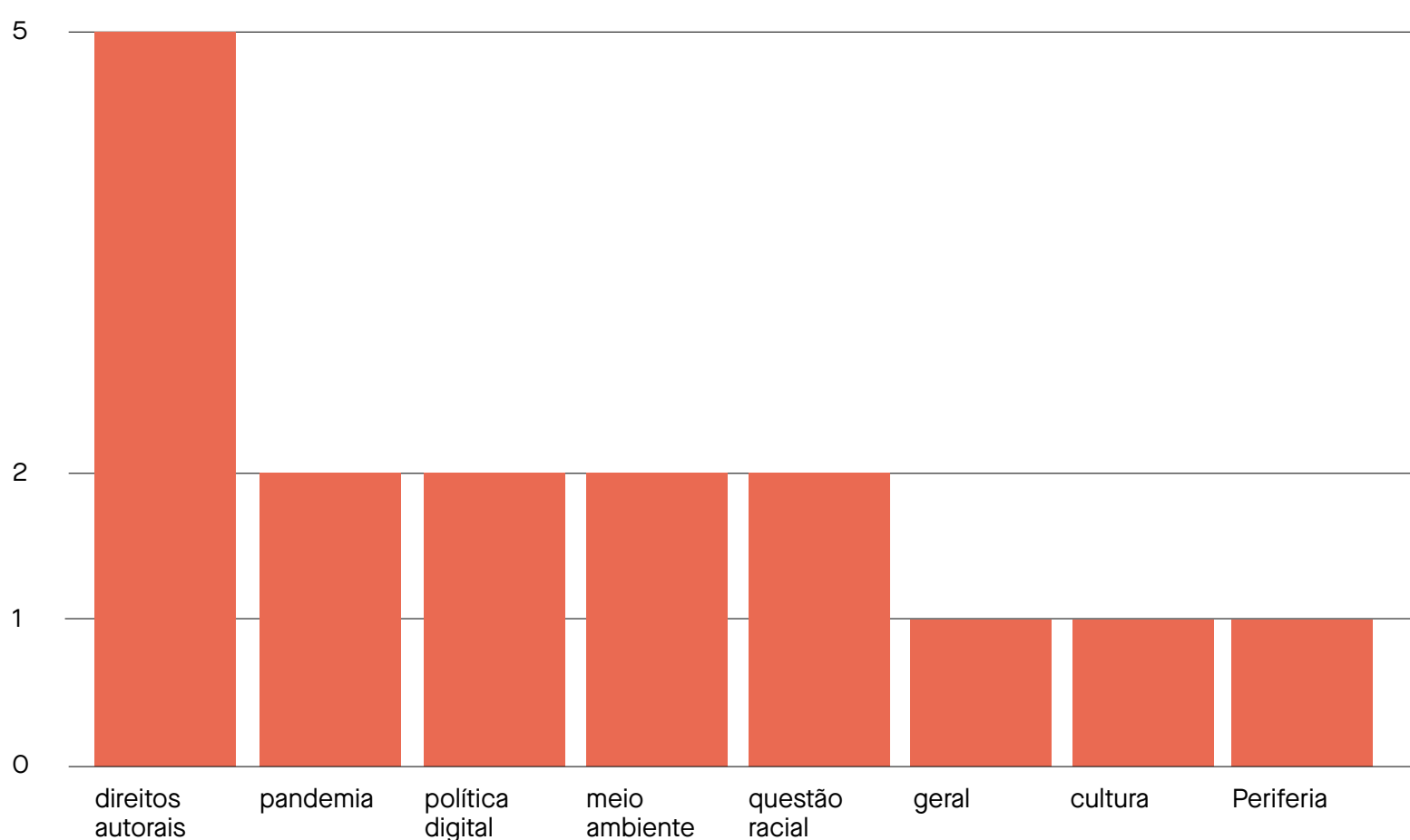
Mais que um direcionamento, essa é uma opção política que garante um compromisso com pautas que, para nós, são inegociáveis: defesa da democracia e dos direitos humanos, combate ao racismo, machismo, LGBTQUIA+fobia e toda forma de opressão. Uma opção que se reflete nas produções da plataforma e gera outros movimentos de resistência e re-existência, como Santana (2021) analisou em sua dissertação de mestrado.

Re-existir em um contexto digital é a possibilidade de se apropriar socialmente das novas tecnologias a fim de construir comunidades digitais, conexões e conteúdos capazes de gerar visibilidade às demandas

de grupos e sujeitos historicamente silenciados pelos processos de “desenvolvimento” e colonização, constitutivos da sociedade moderna. As análises que fizemos no capítulo anterior nos fazem afirmar que ambas as iniciativas [OcorreDiário e Fala Dirceu] investigadas neste trabalho constroem espaços de re-existência digital. Fazem isso na medida em que centram sua atuação na web, a partir da apropriação e uso das novas tecnologias para gerar processos de visibilização dos povos subalternizados e oprimidos (SANTANA, 2021, p. 99).

A pesquisa em questão revelou que as produções do OcorreDiário se concentram, no período analisado (2019), em temas como Direitos Sociais, Pandemia, Política digital, Meio ambiente, Periferia, Cultura e Questão racial. “As pautas relacionadas a Direitos Sociais faziam referência a mobilizações e lutas de sindicatos, coletivos políticos e sociais e de comunidades em luta por moradia, transporte, etc.” (SANTANA, 2021, p. 75).

Nesse aspecto, o Jornalismo alternativo do OcorreDiário rompe com um paradigma do jorna-

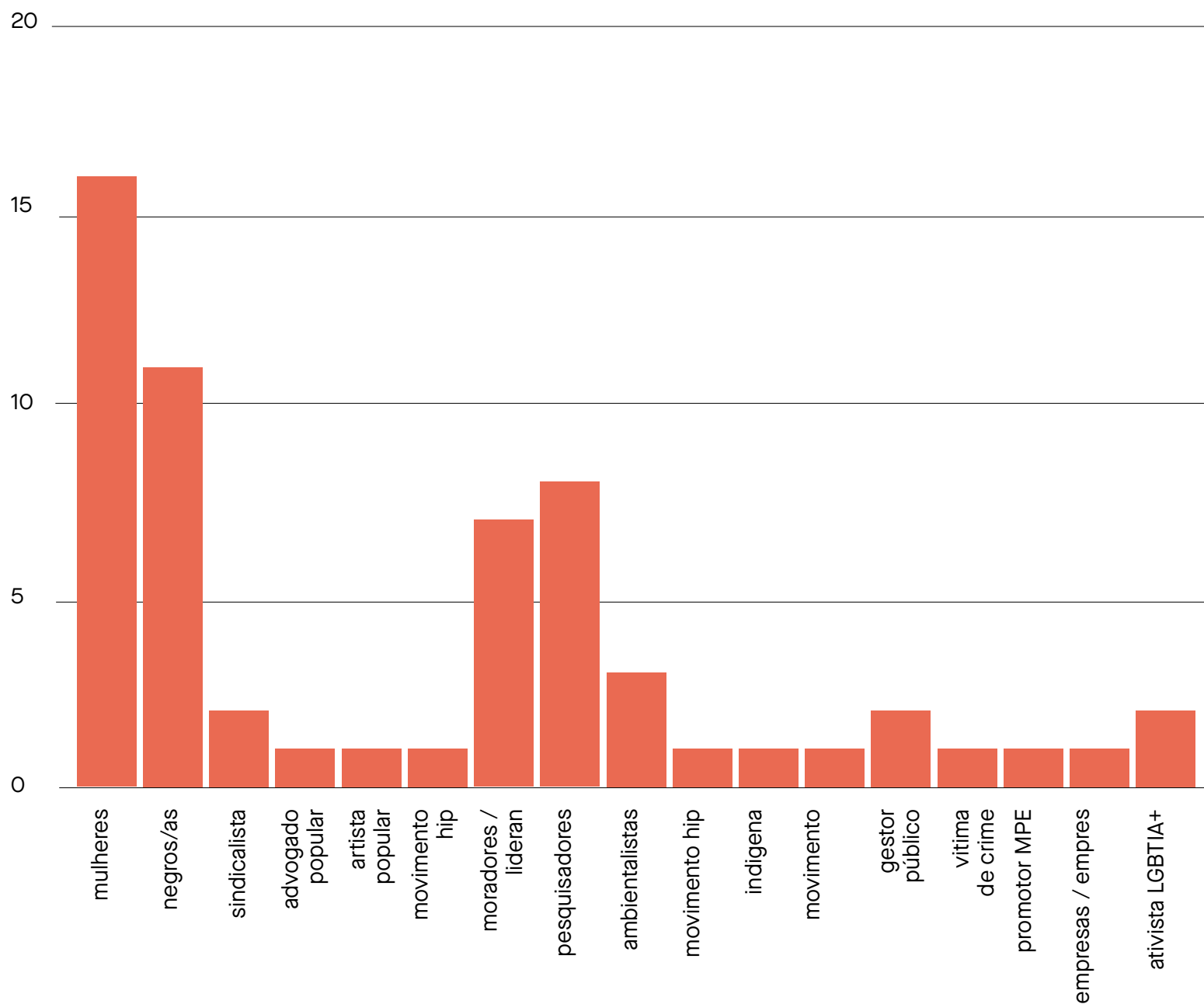


Fonte: Santana (2021)

lismo convencional: a neutralidade/imparcialidade. Seus textos e temáticas escolhidas assumem um lado sem se afastar daquilo que entendemos por webjornalismo. Portanto, é um jornalismo tipicamente digital, alinhado com as lutas das comunidades, periferias, sujeitos subalternizados e invisibilizados (SANTANA, 2021, p. 78).

As fontes ouvidas pelo Ocorre Diário também deslocam os sujeitos historicamente protagonistas dos espaços midiáticos e jornalísticos. De acordo com Santana (2021), as fontes utilizadas pela plataforma são de uma grande diversidade, abarcando sindicalistas, advogados populares, artistas, lideranças comunitárias, ativistas sociais, mulheres, negros e negras, etc.

Esse movimento coloca no centro dos processos comunicacionais do OcorreDiário pessoas



Fonte: Santana (2021)

e grupos sociais historicamente subalternizados pelos processos da colonização e colonialidade. Com o peso da interseccionalidade, os marcadores de raça, gênero e trabalho são postos como elementos fundamentais para universalização dos modos de vida e organização (QUIJANO, 2000).

**“ Ou seja, pessoas racializadas (negros/as, indígenas), não masculinas (mulheres, pessoas LGBTQIA+) e pertencentes ao proletariado (trabalhadores, desempregados, comunitários) foram subjugadas à condição de inferioridade, colocadas à margem dos processos de “desenvolvimento”, tendo suas histórias, memórias e culturas usurpadas pelo poder dominante, nesse caso: patriarcal, heteronormativo, branco, europeu (SANTANA, 2021).**

Ao trazer essas pessoas para o centro das suas produções, acreditamos que o OcorreDiário contribui significativamente para um processo de reescritura da história, memória e vida dos povos colonizados. Celebra suas existências (negada pelo modo de vida ocidental colonial), reverbera suas forças e potências e, assim, no campo digital, promove um espaço de re-existência, chamado por Santana (2021) de espaços de Re-existência Digital.

# Oralidade

“Porque mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade”. A poesia ‘Fogo’, de Antônio Bispo dos Santos, é uma afirmação da força da oralidade e da sua importância para os povos quilombolas e originários. As letras escritas no papel podem ser rasgadas, apagadas, queimadas. Mas a sabedoria que emerge da palavra falada, não. Essa não se apaga, queima ou rasga. Ela tem resistido aos séculos, preservando memórias, tradições e modos de vida.

A linguagem tem sido, para Santos (2015), utilizada como objeto de dominação e colonização dos povos, em que a única forma de transmissão de saber validado era aquele feito por meio da linguagem escrita.

**“Falo da tentativa de desmantelamento e de substituição compulsória dos saberes tradicionais, transmitidos oralmente de geração a geração, por meio da imposição dos saberes acadêmicos transferidos através da linguagem escrita. A partir de então, o acesso à linguagem escrita que sempre foi negado as comunidades contra colonizadores, lhes foi oferecido como oportunidade de “melhoria” das suas condições de vida (SANTOS, A., 2015, p. 52).**

A tradição oral, tanto para os povos indígenas quanto quilombolas, vai muito além da compreensão da fala como uma simples enunciação das palavras. Nessa perspectiva, a oralidade é vista como “um meio de construção e de reprodução de conhecimento, preservado e transmitido de uma geração para outra por meio de rituais e performances de cada grupo” (SARAIVA, 2020, p. 228).

**“É o mais velho contando uma história, ou um mais novo que teve uma experiência que pode compartilhar com o coletivo que ele pertence e isso vai integrando um sentido da vida, enriquecendo a experiência da vida de cada sujeito, mas constituindo um sujeito coletivo (KRENAK, 2018).**

Assumir essa percepção na construção dos conteúdos jornalísticos é uma postura que desafia o modo colonial ocidental de pensar e fazer jornalismo. O OcorreDiário, em sua prática cotidiana, tem feito esse percurso por duas vias principais: 1) a primeira, por meio da escuta sensível, quando é dada à oralidade sua devida importância e relevância; 2) a segunda, por meio de produções que privilegiem a escrita oral. Dessa forma, buscamos tratar das questões da cidade (como direito à moradia, por exemplo), por meio das histórias de vida das pessoas que fazem a cidade acontecer. Deslocamos o olhar, saindo das coisas e indo para as pessoas. Um exemplo do que estamos falando é a produção “A voz das avós da Boa Esperança” (A VOZ..., 2023), que conta uma parte da história do território, a partir de uma parte da história de vida das mais velhas.

A série “Invisibilizados que vivem do rio”, produzida pela comunicadora popular Maria Lúcia Oliveira, é outro exemplo. Ainda em construção, a série já conta com quatro histórias de vida de moradores do Quilombo Ribeirinho Boa Esperança. São histórias de pessoas que se entrelaçam e constroem a história do território. Até o momento, compartilharam suas histórias: Dona Oscarina (mulher negra, vazanteira, catadora de materiais recicláveis e pescadora) (SÉRIE..., 2022), Seu Raimundo (agricultor ribeirinho) (“O FUTURO..., 2022); Seu Antônio (vazanteiro) (“O RIO..., 2022) e Dona Margarida (artesã da região) (AFLUENTES..., 2022).

Em comum, as histórias refletem a íntima relação dessas pessoas com o rio e tudo o que ele proporciona, seja na agricultura das suas vazantes, que vira alimento pelo trabalho de dona Oscarina, seu Antônio e seu Raimundo; seja pela argila que se transforma em arte nas mãos da dona Margarida.

Os relatos, tal qual foram produzidos e publicados, por meio de entrevistas gravadas com os moradores, geram um movimento de re-humanização das práticas comunicacionais, na medida em que coloca como protagonistas da histórias pessoas que historicamente foram colocadas à margem.



A oralidade transmite uma ciência popular que dificilmente poderia ser contada de outra forma. Ou, se fosse, certamente, não traria o mesmo peso que os relatos de vida podem proporcionar. A formalidade da escrita, tal qual fazemos aqui neste texto, é importante e tem seu papel na evolução das sociedades, todavia, não dá conta de expressar a amplitude das relações sociais, modos de vida e afetos que se tecem nos mais diversos espaços, territórios e tempos.

## Construção horizontal e colaborativa

Aprendemos na educação popular freireana sobre os princípios da horizontalidade, cuja base nos enseja participação, autonomia e protagonismo das classes populares, quando as mesmas tomam para si a história em suas mãos. Para Freire (1987), a palavra é essencialmente diálogo e este, por sua vez, só se estabelece por meio da troca. Aprender ensinando e ensinar aprendendo é um dos valores fundamentais ensinados pelo mestre e patrono da educação brasileira.

A comunicação realizada em colaboração, tendo o OcorreDiário como esse espaço de mediação e encontro horizontal, faz da escuta e da elaboração conjunta das narrativas na construção da palavra coletiva dos setores subalternizados uma importante ferramenta para emancipação por meio de comunicação, que é também ação.

A comunicação horizontal e colaborativa que se faz pelo OcorreDiário é um convite para criar discursos coletivos desde a base social que luta por direitos, é sua missão elaborar a palavra coletiva em meio à ação, em circularidade e pondo os diferentes sujeitos e sujeitas em trocas recíprocas, respeitando suas linguagens, crenças, territorialidades e ancestralidades. É uma comunicação tão rica quanto mais participação e mais marcas identitárias consegue trazer para o centro da roda.

Trata-se de uma comunicação territorializada, pois, ao receber as pautas das classes populares, convida estas pessoas a deixarem de ser apenas fontes das notícias, já que as fontes são usualmente tidas pela comunicação midiática hegemônica como espaço de legitimação dos discursos hegemônicos, sem compromisso com as situações sociais e as vidas que procuram a mídia como um espaço para reverberar a sua palavra e as suas demandas coletivas. Neste caso, quando a plataforma é procurada com pautas, não as recebemos e fazemos delas as narrativas que bem entendemos sem qualquer compromisso com o território. Ao contrário, receber uma pauta diz respeito a abrir uma temporalidade de encontro, diálogo e troca de entendimentos da realidade, quer dizer, a pauta é um convite para ler o mundo coletiva e colaborativamente. Aos poucos, a intenção é fazer com que os setores populares percebam que o fazer comunicacional é um direito fundamental e a comunicação popular e insurgente é um dos meios pelos quais buscamos criar esse espaço de elaboração comum, criando co-participação, mas também co-responsabilização pela palavra enunciada no mundo.

Nem sempre é possível abrir este amplo encontro de elaboração conjunta, uma vez que a plataforma é um espaço que ainda não tem condições de financiamento próprio, o que quer dizer que seus colaboradores são voluntários e o corpo atuante nem sempre dispõe das condições materiais e objetivas para cobrir todas as pautas que são de interesse coletivo. De outro lado, priorizamos construir o diálogo profícuo e o mais comprometido possível com os territórios, onde podemos realizar uma troca de qualidade e onde o jornalismo não perca seus princípios e essências, tais quais a investigação comprometida e a busca por informações de qualidade, visto que hoje, com a proliferação das condições de elaborar comunicação permitida pelas tecnologias digitais, há uma condição favorável às práticas abomináveis de um péssimo jornalismo ou ainda de notícias falsas, fato de que nos distanciamos firmemente.

O objetivo aqui é o de quebrar com as hierarquias coloniais do saber/poder (QUIJANO, 2005) que contribuíram para que a comunicação midiática seja um espaço de subalternização e negação da palavra dos

setores populares ou oprimidos. Refazer este caminho é também reinventar os modos e usos do fazer comunicacional. Ao retomar os princípios da comunicação popular, a comunicação insurgente do OcorreDiário retoma outras práticas comunicacionais, dando lugar àquelas práticas que convidam para a participação e a autonomia.

A participação é mais do que opinar ou ser fonte de informação, mas é elaborar conjuntamente a palavra a ser anunciada, partilhando responsabilidades e ensaiando modos de emancipação, ao tempo em que cria condições de uma re-humanização. Para Villanueva (2018), a re-humanização é potência da comunicação quando se faz decolonial, por sua vez, a decolonização da comunicação é também libertá-la conceitualmente, pois a comunicação hegemônica e colonizadora reduz a comunicação a um efeito transmissivo e unicamente mediado pelas tecnologias.

A comunicação que sustenta o sistema mundial moderno/colonial trata de um discurso midiacentrado, onde as tecnologias são vistas por si só como a comunicação, desprezando os processos humanos de encontro e diálogo, ou seja, desumanizando-a. Comunicar colaborativamente e horizontalmente para o OcorreDiário não é meramente transmissão de ideias, comportamentos ou informações descontextualizadas, pelo contrário, se trata de processo que se faz contextualizando o mundo e realizando uma leitura coletiva do território e do mundo. Para Villanueva (2018), a comunicação em seu sentido mais amplo é dialógica, democratizante e humanizadora.

Podemos citar como exemplo de colaboração e horizontalidade os diálogos que estabelecemos com o Quilombo Lagoa, no Sudoeste do Estado do Piauí. O Território Quilombo Lagoa reúne 119 comunidades e é símbolo de re-existência e luta. Uma das lutas mais recentes no território é contra a mineração em suas terras. Procurado para tratar sobre o tema, o OcorreDiário, abriu um diálogo rico em que as reportagens com as demandas da comunidade são realizadas colaborativamente. Um dos formatos escolhidos para denunciar as ações minerárias no território foi a entrevista, exemplificada no print a seguir.



Para elaboração deste material, duas pessoas moradoras do território foram entrevistadas, Salvador Viana, licenciado em filosofia, membro da Associação do Território Quilombo Lagoa e do MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração), e Nayane Magna Ribeiro Viana, historiadora e mestra em sua área, moradora da comunidade Baixão Fundo em Bonfim do Piauí, atingido pela mineração. A entrevista, como afirma Cremilda Medina, uma das técnicas de interação social, “pode também servir à pluralização de vozes e a distribuição democrática da informação” (MEDINA, 1986, p. 8). Acreditamos que por meio da entrevista conseguimos restaurar a escuta como uma reparação histórica aos sujeitos e sujeitas que tiveram negado

seu direito à palavra para dar passagem ao progresso e o desenvolvimentismo racista. Horizontalidade e colaboração é também escuta qualificada e, mais do que ouvir, é abrir espaço para contar a história juntos e juntas. Ou ainda, quando necessário, a horizontalidade no OcorreDiário deve funcionar apenas como mediação, espaço aberto para que as vozes plurais possam abrir caminhos.

A matéria citada é de maio de 2021, com a qual foi possível denunciar as práticas de racismo ambiental sobre o território quilombola com dados estatísticos e precisão de vivência de quem vem sofrendo com as diversas investidas. Outro formato comunicacional, escolhido em outra ocasião, de avanço da mineração, foi o artigo de opinião “SEMAR – omite existência do maior Quilombo do Nordeste para beneficiar mineração no Piauí”.



O texto, publicado em novembro de 2022, é de Bernardo Curvelano Freire – Coordenador do Fórum Permanente de Cartografia Quilombola (LaMPDA/UNIVASF) e Professor Adjunto do Colegiado de Antropologia UNIVASF, além de militante presente na luta junto aos quilombolas do Território Lagoa. O texto denunciou como a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Piauí negligenciou o fato de que a mineração está ocorrendo em território quilombola, o que foi respondido posteriormente pela secretaria, que repudiou o material publicado no portal, no entanto, também freou as audiências já marcadas para aceleração do processo de mineração, o que foi considerado uma vitória parcial pelo movimento.

Acreditamos que essas parcerias coletivas para elaboração das contranarrativas que foram historicamente silenciadas são a razão de existir a comunicação popular, insurgir contra os sufocamentos e apagamentos da história é dizer também sobre o direito fundamental de comunicar. É impedir que a histórica única continue a pautar a memória social e coletiva. Dizer a palavra coletiva é também barrar os projetos desenvolvimentistas que fazem do progresso o discurso de legitimação da destruição socioambiental, das opressões de raça, classe e de gênero. Construir a palavra de forma horizontal e colaborativamente é fazer da comunicação uma re-humanização e uma reinvenção contracolonial.

## Considerações finais

Feitiço é, para os dicionários, um substantivo masculino que representa uma ação de enfeitiçar, encantar. Feitiço é encantaria, simpatia, bruxaria. Os feitiços foram e ainda são associados a algo ruim ou maléfico pelo senso comum. No século XV, o livro escrito pelo clérigo alemão Heinrich Kramer foi responsável por difundir uma ideia que levou incontáveis mulheres para a forca e para a fogueira: Malleus Maleficarum, ou “O Martelo das Bruxas”, foi uma espécie de manual de caças às bruxas, utilizado para julgar e condenar mulheres que negavam a condição de subjugação ao patriarcado.

Em um caminho oposto, Sueli Carneiro e Cristiane Abdon Cury (1993) discutem as figuras míticas femininas africanas, que também são chamadas de Ajé, em yorubá: bruxa ou feiticeira. Diferentemente do pensamento ocidental, as feiticeiras africanas têm sua representação nas mais velhas, nas avós e nas mães. Suas forças regem a vida e impõe aos homens um certo termo de suas potencialidades.

Entre essas figuras míticas, a Pombagira. Para Joice Berth, elas “são temidas e carregam estigmas comuns aos utilizados pelo patriarcado para manter os privilégios da supremacia machista” (BERTH, 2016). A pombagira, em muitos contextos associada à prostituição e prazeres carnavais, não é outra coisa que não o arquétipo da mulher livre que demonstra o poder reprimido pelo patriarcado; a representação da mulher real, “caso a supremacia branca não tivesse criado uma série de mecanismos preconceituosos que cerceiam a autonomia plena do ser feminino” (BERTH, 2016).

O feitiço é, portanto, um caminho para a libertação das amarras ocidentais. Aqui, não é diferente. Os feitiços que apresentamos, longe de querer sugerir um novo modo de fazer jornalismo ou uma grande inovação produtiva, buscam pensar sobre os caminhos possíveis para libertar a comunicação das amarras ocidentais que o conceberam.

Busca, portanto, apresentar a multiplicidade dos modos de fazer jornalismo. Busca quebrar com a ideia de jornalismo no singular que, durante muito tempo, imperou solitária nas escolas de comunicação e criou manuais e técnicas para homogeneizar as práticas. Os feitiços contracoloniais ensejam um outro jornalismo possível, que nasce nas tecnologias populares, que dialoga com a ancestralidade e re-cria outros mundos, outras histórias e outras memórias coletivas.

## Referências

- A VOZ das avós da Boa Esperança. **OcorreDiário**, Teresina, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/a-voz-das-avos-da-boja-esperanca/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- AFLUENTES de pessoas invisibilizadas, quem vive do rio em Teresina? Conheça a história de Margarida. . **OcorreDiário**, Teresina, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/afluentes-de-pessoas-invisibilizadas-quem-vive-do-rio-em-teresina-conheca-a-historia-de-margarida/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- BERTH, Joice. Não à intolerância religiosa! O mito Pombagira como representação da mulher livre. **Portal Jus Brasil**, Salvador, 2016. Disponível em: <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/303305232/nao-a-intolerancia-religiosa-o-mito-pombagira-como-representacao-da-mulher-livre>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane Abdon. O Poder Feminino no Culto aos Orixás. In: INSTITUTO GELEDÉS. **Cadernos Geledés 23**. São Paulo: Instituto Geledés, 1993.
- EX-RELATORA da ONU pelo Direito à Moradia, Raquel Rolnik se lança em defesa das famílias atingidas pelo Programa Lagoas do Norte. **OcorreDiário**, Teresina, 23 nov. 2019. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/ex-relatora-da-onu-pelo-direito-a-moradia-raquel-rolnik-se-lanca-em-defesa-das-familias-atingidas-pelo-programa-lagoas-do-norte/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KRENAK, Ailton. Ailton Krenak: a potência do sujeito coletivo – Parte I. O paradigma da potência. [Entrevista cedida a] Jailson de Souza e Silva. **Revista Periferias**, Rio de Janeiro, 2018.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.
- “O FUTURO é ancestral”, histórias da beira do rio reforçam importância do território Boa Esperança. **OcorreDiário**, Teresina, 11 maio 2022. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/o-futuro-e-ancestral-historias-da-beira-dow-rio-reforcam-importancia-do-territorio-boja-esperanca/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- “O RIO é fonte de vida”, conta Sr. Antônio, vazanteiro que sobrevive do ofício na beira do Parnaíba. **OcorreDiário**, Teresina, 25 maio 2022. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/o-rio-e-fonte-de-vida-conta-sr-antonio-vazanteiro-que-sobrevive-do-oficio-na-beira-do-parnaiba/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- 11 TIROS, 4 Guardas Municipais e um homem executado: violação dos Direitos Humanos e desencontros de narrativas. **OcorreDiário**, Teresina, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/11-tiros-4-guardas-municipais-e-um-homem-executado-violacao-dos-direitos-humanos-e-desencontros-das-narrativas/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- PROGRAMA Lagoas do Norte: Banco Mundial abre investigação para apurar violações do Direito à Moradia em Tere-

sina. **OcorreDiário**, Teresina, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/programa-lagoas-do-norte-banco-mundial-abre-investigacao-para-apurar-violacoes-do-direito-a-moradia/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-System Research**, Riverside, p. 342-286, 2000.

SANTANA, Luan Matheus dos Santos. **Direito humano à comunicação e re-existência digital: um olhar decolonial sobre webjornalismo alternativo do Piauí**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo. A fronteira entre o direito orgânico e o direito sintético (transcrição). *In*: LEAL, Aínda Brandão.

**Encontros com um Brasil afro-pindorâmico: processo formativo de pesquisa contra colonial em terras indígenas no Espírito Santo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11290/1/tese\\_13161\\_Aida%20Brand%C3%A3o%20Leal%2005.04%20-%20definitiva.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11290/1/tese_13161_Aida%20Brand%C3%A3o%20Leal%2005.04%20-%20definitiva.pdf). Acesso em: 6 jul. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília, DF: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Sarah Fontenelle; SANTANA, Luan Matheus; CONDORELLI, Antonino. Reposicionamento da fonte: comunicação popular e decolonialidade no Portal Ocorre Diário.

**Ação midiática**, Curitiba, n. 25, 2023.

SARAIVA, Eduardo de Sousa. A literatura dos povos indígenas canadenses e a construção do conhecimento através da lenda e da tradição oral. **Garrafa**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 225-246, 2020.

SÉRIE “Os invisíveis que vivem do Rio”, conta histórias e memórias da comunidade Boa Esperança. **OcorreDiário**, Teresina, 2 maio 2022. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/serie-os-invisiveis-que-vivem-do-rio-conta-historias-e-memorias-da-comunidade-bo-esperanca/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues. Desenvolvimento e direitos fundamentais: o desafio de construir outra memória coletiva de nação. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56 n. 1, 2020. Disponível em: [https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2020.56.1.06](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2020.56.1.06). Acesso em: 6 jul. 2023.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues. “Toda Vida Produz Conhecimento” Entrevista com Maria Sueli Rodrigues de Sousa.

**Revista Direito Público**, Brasília, DF, v. 19, n. 101, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6424>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

VILLANUEVA, Erick Rolando Torrico. La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE

INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 14., 2018, Costa Rica. **Anais** [...]. Costa Rica: Alaic, 2018. Disponível em: [http://alaic2018.ucr.ac.cr/sites/default/files/2019-02/GI%204%20-%20ALaic%202018\\_0.pdf](http://alaic2018.ucr.ac.cr/sites/default/files/2019-02/GI%204%20-%20ALaic%202018_0.pdf). Acesso em: 25 maio 2019.

VILLANUEVA, Erick Torrico. Decolonização comunicacional: entrevista com Erick Torrico. [Entrevista cedida a] Alison Rodrigues. **Teorizadah**, São Leopoldo, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@teorizadah/decoloniza%C3%A7%C3%A3o-comunicacional-entrevista-com-e-45de2c2852c6>. Acesso em: 6 jul. 2023.



# Redes Sociais e tecnologia



Comunicação e política institucional:  
um duplo compromisso político  
antirracista

Àwa Educadoras: Instagram para  
Formação Pedagógica, Diálogo e Práticas  
Antirracistas

Educomunicação popular e periférica:  
relato de experiência com o Laboratório  
de Mediaticismo e Empreendedorismo Negro  
(NegritoLab)

Como os vieses raciais no Instagram  
impactam na vida de criadores de  
conteúdo negros?

# Comunicação e política institucional: um duplo compromisso político antirracista

Monique Paulla\*

## Introdução

Nas eleições de outubro de 2018, primeiro pleito eleitoral após a execução de Marielle Franco, que decidiria os representantes para os cargos de Presidente da República, governadores e senadores, deputados federais e estaduais, no Rio de Janeiro, estado de residência e atuação política de Franco, quatro mulheres negras, em resposta à brutal execução de Marielle Franco, no dia 14 de março de 2018, em exercício de seu mandato, lançam-se candidatas aos cargos do poder legislativo e são eleitas. Para o Legislativo Estadual (Deputada Estadual), Dani Monteiro, Monica Francisco e Renata Souza foram eleitas na primeira candidatura; e Talíria Petrone, que já era vereadora na cidade de Niterói desde 2016, foi eleita Deputada Federal (Legislativo Federal) pelo Estado do Rio de Janeiro.

Todas essas quatro mulheres compartilhavam a mesma proposta de trabalho, que era dar continuidade ao legado político e econômico construído juntamente

com Franco. E Petrone, além de dar continuidade ao programa político coletivo, negro, popular, feminista e LGBTQIAP+, o ampliou para a esfera federal, na Câmara dos Deputados em Brasília. Portanto, a Deputada Federal Talíria Petrone é a representante desse movimento político institucional do Estado do Rio de Janeiro atuando na esfera da política nacional.

No evento Papo Franco Especial – Aniversário de Marielle, mediado por Anielle Franco no galpão Bela Maré, no dia 27/07/2019, a parlamentar Talíria Petrone apontou a reação de mulheres negras ao assassinato de Marielle Franco como um Levante de Mulheres Negras na política institucional. No campo da filosofia, o movimento de Levante é apontado por Judith Butler (2017) como uma reação visceral que traz à tona a consciência e convicção de terem chegado ao limite ou de o limite ter sido ultrapassado. E foi com essa dor visceral que as mulheres negras foram transformando o luto em luta e resistência política para ocupar a política institucional no Brasil.

Talíria Petrone, em discurso na Câmara dos Vereadores em Niterói, dizia que “(...) as pessoas [estavam] desacreditadas nas instituições, nos partidos, nos sindicatos e têm uma ânsia ou de negar esses espaços coletivos da política ou, então, de exigir sentirem-se representadas neles” (PRIMEIRA..., 2017) e a eleição de Franco, em 2016, simbolizava a ânsia de representação de que o povo sentia falta. Portanto, mesmo em um momento de profunda dor, essas mu-

\*Monique Paulla é doutoranda é Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Laboratório de pesquisas sobre gênero e raça na mídia e nas artes (Dissemina Lab). Pós-Graduada Lato Sensu MBA em Administração de Marketing e Comunicação Empresarial pela Universidade Veiga de Almeida (2015) e graduada em Comunicação Social/Relações Públicas pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (2010). Cria do Morro da Mangueira com extensão na Favela da Cardim. Cursou o pré-vestibular comunitário AMV (Associação Mangueira Vestibulares) e com a formação em Relações Públicas passou a compor a primeira geração de estudantes negros do Brasil beneficiados pela política pública identificada como PROUNI. Atualmente, como campo de pesquisa, a investigação centra-se nos regimes de visibilidade e (in)visibilidade de mulheres negras na política institucional e processos eleitorais, incluindo culturas digitais, raça, gênero e identidade.

Iheres assumiram o compromisso de dar continuidade ao legado de Franco na política institucional.

E foi com 107.317 (cento e sete mil, trezentos e dezessete) votos, a nona mais votada do estado do Rio de Janeiro, no pleito de 2018, que Talíria foi eleita para o primeiro mandato em Brasília como Deputada Federal pelo PSOL do Rio de Janeiro. Ela se autodeclara mulher negra, feminista e socialista. E foi a partir da realidade das escolas, quando era professora de História, que Talíria entendeu que precisava seguir com a luta pela liberdade para além das salas de aula localizadas na Maré, São Gonçalo e Niterói, bairros em que lecionou. Sua atuação política, que antes era nas escolas, passou a ser na política institucional.

Assim, em uma passagem do ativismo de rua, lideranças femininas negras dos coletivos, organizações populares ou que já atuavam na política institucional como assessoras protagonizam um movimento de levante de Mulheres Negras eleitas para mandatos no Poder Legislativo, legislatura de 2019 a 2022. Até janeiro de 2023, não se sabe quem mandou matar Marielle, embora as investigações continuem em curso. É notório que tirar a vida de Marielle Franco foi uma tentativa de interromper por silenciamento e promoção de medo a continuidade de um projeto político em curso feito por e para mulheres pretas, trabalhadores, LGBTQIAP+ e favelados e faveladas. Porém a tentativa de silenciamento mobilizou mulheres negras em diferentes estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, onde tivemos Sementes do legado de Marielle, como são popularmente conhecidas, nas Casas Legislativas.

E já no início do mandato de Talíria Petrone na Câmara dos Deputados, a denúncia do feminicídio político (SOUZA, 2020) de Franco configura-se uma agenda orgânica do mandato e para a comunicação que é feita pelo mandato de Petrone. Mais do que denunciar o feminicídio político (SOUZA, 2020) de Marielle, Talíria cobra ao Estado a identificação de quem mandou matar Marielle e Anderson e por qual motivo. A Deputada Federal utiliza a sua visibilidade para evidenciar a fragilidade do sistema político brasileiro expressa com o assassinato de Franco.

Por meio do Instagram, Petrone publica sua atuação na Câmara, incluindo a cobrança e pressão que faz na Câmara dos Deputados sobre a execução de Marielle e Anderson. E, ao cobrar respostas de quem mandou assassinar Franco e Anderson na Câmara dos Deputados, Petrone reforça o seu compromisso político de denúncia ao racismo na sociedade brasileira naquele espaço de disputa e afirmação de poder que é a Câmara. Além disso, fortalece o compromisso do mandato com a justiça social.

Diante desse contexto, o artigo traz um recorte da pesquisa de mestrado intitulada *Talíria Petrone: eu sou deputada, eleita pelo Rio de Janeiro*, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC), vinculado ao Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS), da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre os anos de 2019 a 2021. Durante a pesquisa, investiguei como a Deputada Federal utilizava o perfil no Instagram para impulsionar sua visibilidade, tanto dentro quanto fora das redes. Como principal resultado, a pesquisa revelou que as *Pautas do Cotidiano* e as *Denúncias* eram os temas mais abordados por Petrone no seu perfil no Instagram. O resultado da pesquisa espelha a atuação política institucional de Petrone fundamentada na defesa dos “direitos do povo já tão sofrido”, como destacou a parlamentar ao portal de notícias ALMA PRETA (ROSÁRIO, 2022). A pesquisa também confirmou o cenário de violência e risco iminente de morte aos quais mulheres como Petrone estão submetidas quando ousam participar da política institucional pautada nos padrões “racista, heterossexista e eurocêntrico” (WERNECK, 2009).

## Comunicação antirracista na política institucional

Seguindo as mesmas diretrizes das ações do mandato parlamentar, voltado para as demandas da população negra, quilombola, indígena, mulheres e LGBTQIAP+, a Deputada Federal conduz a Comunicação do mandato na plataforma do Instagram. Com uma sistematização em temáticas e organização das postagens separadas entre fotos e vídeos, Petrone concentra



suas publicações entre duas temáticas, as Pautas do Cotidiano preto, popular e político e Denúncias, principalmente sobre racismo.

**“ O Instagram é uma rede mais visual, que em seu início tinha mais a função de publicar fotos da vida e do cotidiano das pessoas, mas essa característica já mudou bastante. Hoje, é uma rede que consegue abordar mais efetivamente os temas importantes da conjuntura, sobre a política que atinge diretamente a vida das pessoas. Então, com uma identidade visual própria, usamos cards, fotos e vídeos sobre as nossas iniciativas e posicionamentos. Também é uma rede onde temos a oportunidade de interagir melhor com o nosso público, por meio de lives. Sempre que possível, realizamos ao vivo para comunicar algum assunto importante e urgente e também para abordar nossas campanhas. Também utilizamos bastante a parte de stories para interagir com nossos seguidores sobre alguma pauta mais quente do momento ou para saber a opinião deles a respeito de determinado tema (OLIVEIRA, 2021, p. 190).**

Assim, com a classificação de todas as publicações realizadas pela parlamentar Talíria Petrone no seu perfil na plataforma do Instagram, nos meses de março, julho e novembro de 2019, foi possível observar a associação entre a sua atuação política parlamentar e a comunicação antirracista que ela promove para o mandato, a partir de duas temáticas prioritárias: as Pautas do Cotidiano e as Denúncias. Das 177 publicações realizadas por Talíria Petrone no Instagram nos meses de março, julho e novembro de 2019, entre vídeos e fotos, com uma média aproximada de 2 publicações diárias, 69 publicações, equivalente a 39%, foram sobre *Pautas do Cotidiano* preto, popular e político. E outras 41 postagens, totalizando 23%, eram sobre *Denúncias* de violências racistas e política contra mulheres negras, desmatamento da Floresta Amazônica e, também, sobre os embates e debates entorno da retirada de direitos da população travados na Câmara dos Deputados.

Como metodologia para a categorização e análise dos dados, realizei o levantamento de todas as publicações e as ordenei acompanhando a recorrência de temas entre os posts, sintetizadas da seguinte forma: 1) Ações no Legislativo, 2) Organização de mulheres negras na sociedade civil, 3) Organização de mulheres na sociedade civil, 4) Organização na sociedade civil, 5) Organização de mulheres negras na política institucional, 6) Denúncia, 7) Pauta do Cotidiano, 8) Funções da Câmara e 9) Prestação de Contas.

E dentre os nove temas abordados por Petrone, as temáticas mais recorrentes são sobre as Pautas do Cotidiano e Denúncias. É expressivamente representativo que esses dois temas sejam os mais publicados pela parlamentar. Especialmente, porque na luta antirracista, ao mesmo tempo que promovemos a necessária recuperação, valorização e reafirmação do nosso legado na constituição do país e da sociedade brasileira, também denunciemos as múltiplas violências racistas direcionadas a nós e aos povos indígenas. Nessa conjuntura, a Deputada Federal Talíria Petrone visibiliza para a sua audiência na rede, em âmbito nacional, de forma contundente, a abordagem sobre os temas relacionados à vida do dia a dia de 56% da população do país, majoritariamente negra (IBGE, 2021). E, enquanto autoridade legislativa federal, ela também agrega maior audiência e validação às Denúncias que realiza, especialmente, no Congresso Nacional.

A audiência que se adquire nas redes torna-se também oportuna, pois as temáticas que atingem expressivo alcance nas redes são capturadas pelos grandes grupos de comunicação do país. Assim, observamos coberturas e abordagens das agendas da população negra pela mídia tradicional por pressão da audiência nas redes sociais. Nesse sentido, a mídia tradicional não pode mais simplesmente ignorar as temáticas que entram em pauta nas redes sociais. E mesmo se assim fizer, o conteúdo continua circulando e impactando as pessoas dentro e fora das redes. E, nesse contexto, Talíria utiliza o Instagram para destacar *Pautas do Cotidiano* e *Denúncias*.

De acordo com Andrea Brighenti (2010, p. 20), “as visibilidades são constituídas a partir do interior de eventos sociais”, na vida de todo dia, no Cotidiano.

Assim, a partir da perspectiva de Brighenti (2010), com as abordagens sobre o Cotidiano preto, popular e político, Petrone viabiliza um espaço onde as agendas da população negra possam ser reconhecidas como importantes para toda a sociedade.

Ainda sobre o Cotidiano, a filósofa Agnes Heller (2016) descreve que todos nós estamos inseridos e vivemos a vida cotidiana com a “organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso e atividade social sistematizada”. Porém Heller (2016, p. 26) salienta que a “vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade”. Nesse sentido, por insubmissão à lógica racista vigente na sociedade brasileira, o Cotidiano de que trata Petrone no seu Instagram é um Cotidiano bem específico. É a vida cotidiana do povo que é preto, indígena, quilombola. São as demandas, debates e pautas desses grupos sociais interconectados que de fato orientam o fazer político da parlamentar.

A multiplicidade dos temas que surgem na vida de todo o dia ou a própria rotina na Câmara dos Deputados configuram as *Pautas do Cotidiano*. É interessante pensar que se trata de um Cotidiano que pode não ser importante para a sociedade civil brasileira racista, mas é para o povo de favela, indígenas, quilombolas, movimento funk, LGBTQIAP+ e todos aqueles que sentem as mazelas de um Estado que retira direitos do povo. Todas as pessoas que “a todo momento tentam nos fazer sentir em um não-lugar”, segundo Petrone (OLIVEIRA, 2021, p. 150), especialmente quando se trata de ocupar os espaços de poder e disputa orçamentária na sociedade, como na política institucional.

Dentre as publicações sobre esse Cotidiano preto, popular e político trabalhado por Petrone no seu perfil, no quadro abaixo seguem as que tiveram maior audiência em cada mês observado na pesquisa:

**Figura 1.** Publicações *Pautas do Cotidiano* com maior audiência em cada mês

Legendas da publicação	Data	Visualizações	Referência
a) Liberdade para Rennan da Penha	23/03/2019	44.851 mil	Figura 2
b) O Congresso Nacional é duro	03/07/2019	35.834 mil	Figura 3
c) #LulaLivre #RennanDaPenhaLivre	08/11/2019	16.295 mil	Figura 4

Fonte: Elaborado pela autora (2023).



Figura 2. Liberdade para Rennan da Penha!



Reprodução: @/taliriapetrone

Figura 3. O Congresso Nacional é duro, violento.



Reprodução: @/taliriapetrone

Figura 4. LulaLivre #RennanDaPenhaLivre



Reprodução: @/taliriapetrone

O destaque feito por Petrone sobre as *Pautas do Cotidiano* também tem uma dimensão histórica. Segundo Heller (2016, p. 38), “A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico”. Ou seja, além de o perfil no Instagram funcionar como um portal de notícias, também pode ser observado como uma ferramenta de registro do cotidiano e da história do país. Ainda por Heller (2016), os grandes feitos históricos que são contados nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam.

Nesse sentido, Angela Davis argumenta que as mudanças históricas ocorrem sob o protagonismo dos movimentos sociais com o engajamento de grandes números de pessoas. Esmiúça Davis que “Quando nós nos reunimos, quando nós damos as mãos umas às outras e uns aos outros. Quando nós atuamos de forma coletiva, quando lutamos juntas e juntos nós podemos vencer” (ANGELA DAVIS..., 2019). Por isso é tão simbólico e importante que a principal abordagem de Petrone no seu Instagram seja sobre as *Pautas do Cotidiano*. Podemos considerar, a partir disso, que a parlamentar faz registro da história da população negra e indígena a partir da cobertura do Cotidiano no Instagram e, com isso, trabalha também para a produção de nossas memórias.

Bem como as abordagens sobre as *Pautas do Cotidiano*, as publicações sobre as Denúncias são orgânicas para o mandato e comunicação da Deputada Federal Talíria Petrone. Apenas no mês de março de 2019, o segundo mês de atividade legislativa de Petrone na Câmara dos Deputados, das 54 publicações feitas por Talíria no seu Instagram, 24 delas (totalizando o percentual de 44%) foram sobre Denúncias. Com destaque para as violências fundamentadas no Racismo e Femicídio Político (SOUZA, 2020) que vitimou Marielle, Racismos Cotidianos

(KILOMBA, 2019) e o desmatamento na Amazônia que também tem seus fundamentos racistas, uma vez que os desastres ambientais atingem diretamente as comunidades indígenas e as populações em situação de vulnerabilidade.

Tais observações corroboram com a altivez com que a Deputada Federal chega à Câmara dos Deputados, fato relevante diante da política de medo evidenciada com as constantes ameaças impostas às mulheres negras sempre quando assumem o protagonismo em espaços de poder e autoridade legislativa, como a Câmara dos Deputados, parte do Congresso Nacional. O início dos trabalhos na Câmara dos Deputados, em 2019, ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2019 e, no mês seguinte, em março, Talíria reafirmou de forma contundente a denúncia e cobrança de resposta para o Femicídio Político (SOUZA, 2020) de Marielle Franco, na Câmara, posteriormente, publicada no Instagram.

Em uma fala publicada no dia 12 de março de 2021, por meio de um vídeo editado com 16 segundos, que atingiu 77.165 mil visualizações, Talíria afirmou que “Já faz um ano. E não adianta para nós apenas saber quem apertou o gatilho, mas é fundamental para o estado brasileiro a resposta de quem mandou executar Marielle Franco e Anderson.” (OLIVEIRA, 2019, p. 134). É importante ressaltar que as abordagens de Petrone no Instagram não são aleatórias, descoladas da realidade política, econômica e social do país. Trata-se da continuidade e ampliação para a esfera da política nacional do projeto político institucional construído junto com Marielle e coletivos sociais desde a época da vereança da cidade do Rio de Janeiro e Niterói. Um projeto de ampliação da democracia brasileira para toda a população, incluindo negra e indígena.

Assim, com a legenda “Não basta saber quem apertou o gatilho. O Estado brasileiro precisa nos dar a resposta de quem mandou executar Marielle e tirou também a vida de Anderson”, Petrone utiliza toda a sua visibilidade e autoridade no Congresso Nacional para também atribuir visibilidade à execução brutal de Franco e seu motorista. Vale registrar que eu, enquanto pesquisadora que participa da rede no Instagram de Petrone, inicialmente, considerei como referência

Figura 5. Não basta saber quem apertou o gatilho.



Reprodução: @/taliriapetrone

para a escolha do mês de março a celebração do dia internacional das mulheres. Porém, o que Petrone apresentou com a sua principal referência na chegada à Câmara no mês de março de 2019 foi a pressão ao Estado brasileiro quanto à investigação sobre ‘quem mandou matar Marielle Franco e Anderson’. Com o suporte do Instagram, Talíria promove também uma espécie de prestação de contas para seus eleitores, especialmente, a partir da mediação das Pautas do Cotidiano e das Denúncias, além de expor no seu perfil na rede social a lógica de funcionamento da casa legislativa e os embates políticos que ela precisa travar nesse território para defender os direitos básicos para a população. Nesse bojo, a comunicação antirracista praticada por Talíria Petrone no mandato parlamentar federal é um espelho da sua atuação política institucional.

## Comunicação e Política Institucional: um duplo compromisso político antirracista

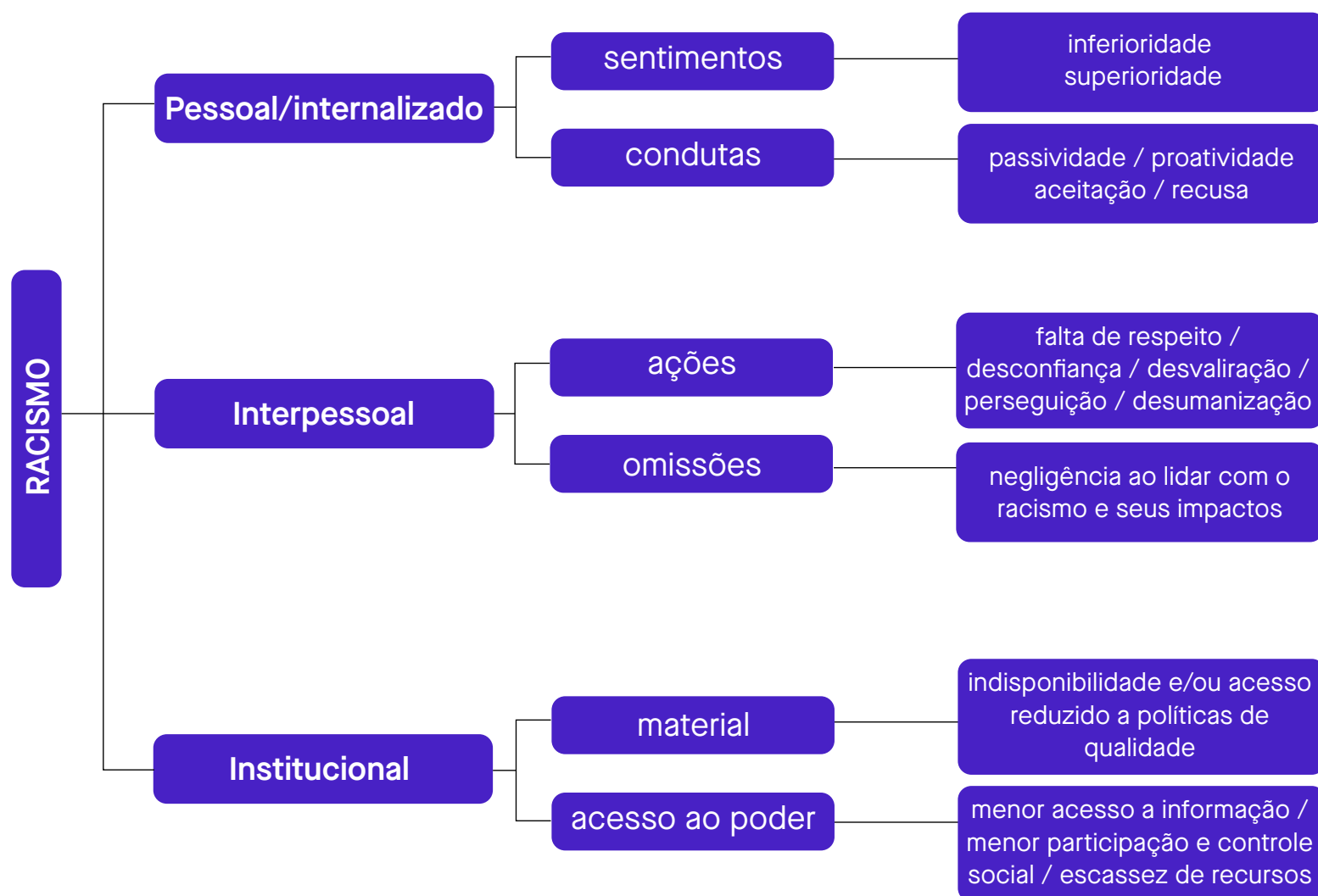
O Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal (AGÊNCIA SENADO, 2021) evidencia que homens brancos predominam em cargos de gestão e comando das instituições que compõem os três Poderes da República, sendo o Executivo, Legislativo e Judiciário. Os três poderes são compostos pelo Palácio do Planalto, a sede do poder executivo, o Supremo Tribunal Federal (STF), a corte máxima do Judiciário, e o Congresso Nacional, que é a sede do Legislativo Federal que, por sua vez, é bicameral, composto pelo Senado Federal e a Câmara dos Deputados. O mesmo grupo de trabalho pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal destaca também que, na Câmara dos Deputados, os homens ocupam 436 cadeiras e as mulheres, o total de 77 deputadas. E que os brancos (entre homens e mulheres) chegam a 75% dos 513 deputados federais.

Os dados comprovam que a Câmara dos Deputados é majoritariamente branca e masculina. Ou seja, a casa que se diz do povo não tem o povo na sua composição. Essa é a configuração do território em que Talíria desempenha sua atividade parlamentar e assumir a fala verdadeira (hooks, 2019) nesse espaço é um risco. A fala verdadeira de Talíria é recebida como uma afronta, resultando em embates que extrapolam a ordem democrática do debate político. A violência direcionada a Petrone é expressa na necessidade de “escolta da Polícia Legislativa em Brasília (DF) devido à descoberta de ameaças contra sua vida por parte de grupos extremistas revelada durante uma investigação da Polícia Federal.”(CPDOC, c2009).

**“A fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado.” (hooks, 2019, p. 36-37).**

Diante desse contexto, a fala verdadeira (hooks, 2019) das mulheres negras é uma marca expressiva na luta antirracista em duas matrizes expressivas que sustentam o racismo no país, o sistema midiático e o sistema político. A autora Câmara Phyllis Jones (2002), ilustrada por Werneck (2016) – figura 6 – expõe a estrutura de funcionamento do racismo institucional que perpetua desvantagens para alguns indivíduos e comunidade e, na proporção injustamente inversa, garante que sejam gerados benefícios a outros indivíduos e comunidade.

Figura 6. Dimensões do racismo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bzdp6avJaFF/>

Para corroborar com a abordagem de racismo institucional a partir de Jones (2002), torna-se oportuno recuperar o trabalho de Janaina Aires e Suzy dos Santos (2017) sobre as interconexões do sistema político e o sistema midiático no Brasil. As autoras definem tal engendramento como Coronelismo Eletrônico, sendo o ator central o coronel eletrônico caracterizado como “todo personagem que simultaneamente exerce mandato eletivo e é proprietário de meios de comunicação” (AIRES; SANTOS, 2017, p. 45). Assim, as características do modo unificado de funcionamento dos dois sistemas imprimem “a marca clientelista na relação entre estado e meios de comunicação” (AIRES; SANTOS, 2017, p. 16-17).

Portanto, para mulheres negras assumirem cadeiras no poder legislativo e conseguirem comunicar ou mediatizar sobre suas ações parlamentares é subverter a ordem de poder vigente. Uma vez que o campo midiático atende ao campo político, bem como o sistema político está para o campo midiático. É nessa conjuntura que as parlamentares negras, ainda que sub-representadas na política institucional, têm provocado fissuras nas estruturas das instituições racistas do país. E, no campo midiático, as redes sociais têm funcionado como um megafone da política que já é feita no chão das favelas e periferias.

Petrone destaca que, frente ao oligopólio dos meios de comunicação concentrado nas mãos de poucas famílias, “as redes sociais são importantes instrumentos para prestar contas da nossa atuação às pessoas que nos confiaram seu voto e que acreditam no nosso trabalho.” (OLIVEIRA, 2021, p. 189). A pesquisa MOM-Brasil 2017, realizada em parceria com o Intervo-

zes Coletivo Brasil de Comunicação Social, alerta que apenas cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos de comunicação do país. O Grupo Globo controla 9 (nove) veículos, o Grupo Bandeirantes possui a propriedade de 5 (cinco), a família Macedo também possui 5 (cinco) veículos de comunicação (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD, ambos do mesmo proprietário), a RBS, de escala regional, possui 4 (quatro) veículos e o Grupo Folha detém 3 (três) veículos de comunicação. Assim como falávamos sobre a composição da Câmara dos Deputados majoritariamente branca e masculina, o cenário de concentração dos veículos de comunicação sob o controle de poucos grupos e famílias no Brasil é escandaloso.

E, para além da concentração de propriedade dos veículos de comunicação, ainda tem o perfil dos profissionais que atuam nesses veículos de comunicação. O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), com a pesquisa *Jornalismo brasileiro: raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país* (JORNALISMO BRASILEIRO..., 2021), chama atenção para o desenho dos jornalistas que escrevem nos três maiores veículos impressos do país: *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Estado de São Paulo*. De acordo com a pesquisa, 84% são pessoas brancas e 60%, homens, ocorrendo uma sobrerrepresentação de pessoas brancas e majoritariamente masculinas. Mulheres e homens negros não ultrapassam o percentual de 6%, considerando os dados dos três veículos de comunicação. Portanto observamos o mesmo cenário de sobrerrepresentação de pessoas brancas e masculinas na política institucional e na comunicação.

Diante dessa estrutura do racismo institucional (JONES, 2002), Talíria salienta que ter os nossos próprios canais de comunicação se faz necessário para comunicar sobre propostas que atingem efetivamente a vida das pessoas. Talíria destaca que a leitura sobre as iniciativas que afetam a população muitas vezes não é expressa nos veículos da grande imprensa. A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (NETO, 2015) expõe que “a imprensa hegemônica não tem condições de registrar os problemas brasileiros reconhecendo a importância dessa população”. Com

uma sobrerrepresentação branca tanto no controle dos veículos de comunicação quanto na composição dessas organizações, o resultado não poderia ser diferente do apontado por Talíria Petrone e Ana Flávia Magalhães Pinto.

Nesse sentido, reafirma Petrone que as redes sociais são utilizadas para cumprir o papel de mostrar a sua compreensão sobre os projetos que representam retrocessos e também é uma forma de as pessoas conhecerem suas propostas sobre os diversos temas em discussão. Assim, oportunamente, a parlamentar utiliza-se do Instagram como ferramenta de comunicação para alcançar maior visibilidade tanto para publicizar a cultura, economia, política, cosmologia de mundo da população negra e indígena quanto para denunciar a opressão das violências de uma sociedade que insiste em manter o funcionamento da estrutura social sob os pilares da memória escravagista sobre as pessoas pretas.

A discussão sobre comunicação, política institucional e as pessoas negras atravessa também os polos de padrões socialmente estabelecidos que transitam entre a invisibilização [e] hipervisibilização (NOBLE, 2013). A invisibilização (NOBLE, 2013) é marcada pela ausência completa de pessoas negras nas produções como entretenimento, comercial e noticiário e/ou por meio das representações da vida cotidiana. Ou seja, não vemos na mídia pessoas pretas em situação de lazer (restaurantes, cinemas, teatros, shows, viagens), cuidado prévio da saúde, vítimas de crimes cometidos por pessoas brancas, com acesso a bens materiais diferenciados como “educação de qualidade, moradia adequada, emprego remunerado, instalações médicas apropriadas e ambiente limpo” (JONES, 2002, p. 10).

Na contramão da invisibilização, percebemos a hipervisibilização (NOBLE, 2013) nos espaços midiáticos, vinculando as pessoas negras à memória do período colonial escravocrata do país. Aos homens, associando-os à força corporal, à virilidade e ao crime – especialmente do comércio varejista de drogas e assaltos a bens materiais –, carro, dinheiro. E às mulheres, às violências do racismo e do sexismo, à repetida associação à servidão e hipersexualização



figuradas, por exemplo, na representação da doméstica e da mulata em um engendramento “a partir da figura da mucama” (GONZALEZ, 2020, p. 82), marcando no imaginário cultural os efeitos do racismo institucional e interpessoal (JONES, 2002) sem que haja qualquer discussão de como as desigualdades sociais são produzidas, sobretudo, para as pessoas negras do Brasil.

O conceito de visibilidade trabalhado a partir de Andrea Brighenti (2010) nos oferece suporte para dimensionar a importância do trabalho de Petrone no campo da comunicação. Para Brighenti (2010), ter visibilidade é o mesmo que ter o reconhecimento social como sujeito e, portanto, habilitado para fazer parte das relações sociais em toda a amplitude e atmosfera. Com essa compreensão sobre a visibilidade, podemos refletir sobre as expressivas problemáticas de não se ter visibilidade ou estar condicionado à invisibilidade social. Cenário relegado às pessoas negras e indígenas impedidas de interagir nas dinâmicas e ordem social por não serem reconhecidas como sujeitos.

Para Renata Souza (2020, p. 197), a “invisibilidade também vulnerabiliza a vida das mulheres à frente de processos políticos”. Portanto, o trabalho feito por Petrone sobre o Cotidiano preto, político e popular funciona também para recuperar a nossa existência na sociedade brasileira para além das posições de estigmatização e vulnerabilidade impostas a nós pela estrutura racista vigente no país.

Os sistemas midiáticos, portanto, bem como no campo financeiro e político, dentro da dinâmica do racismo sobre as pessoas pretas, atuam de forma a “domesticar” (GONZALEZ, 2020, p. 77) o olhar sobre as pessoas pretas e para as pessoas pretas. De acordo com Dona Sueli Carneiro (2003, p. 125):

**os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstruem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra.**

Ou seja, como destaca Dona Sueli Carneiro no artigo *Mulheres em movimento* (2003), as mídias cristalizam imagens e sentidos, naturalizando representações sociais de subserviência das mulheres negras nas suas produções. É como colar imagens aos discursos solidificados por toda uma vida que são repassados por geração a geração.

Com toda essa estrutura racista institucional (JONES, 2002), na qual o sistema midiático e o político são controlados pela supremacia branca e heteropatriarcal no Brasil, a produção e circulação dos conteúdos reforçam a estigmatização racista sobre as pessoas negras e indígenas, o que funciona para impactar a opinião pública e o próprio eleitorado a respeito de quem são as pessoas aptas e confiáveis para serem eleitas para cargos eletivos. Outro ponto é que essa mesma supremacia branca também controla todo orçamento público e também partidário por meio dos partidos políticos, que dão o suporte financeiro necessário para condução de suas campanhas eleitorais.

Portanto, para as populações negra e indígena comprometidas com a luta antirracista, a atuação no Campo da Comunicação e Política Institucional configura-se um duplo compromisso político antirracista. Sendo na comunicação o desafio de distribuir suas próprias notícias e conteúdos e, na política institucional, o obstáculo de conseguir ser eleito e assumir o protagonismo com um mandato próprio, com um plano político de garantia de direitos para a população sem ‘fisiologismo’, como apontou Mônica Francisco. O duplo compromisso político, tanto na comunicação quanto na política institucional, configura-se, sobretudo, quando ocorre um enfrentamento à política de



ódio e à disseminação de medo que legitima e naturaliza as violências e as opressões racistas na sociedade brasileira.

## Considerações finais

É sabido que o Instagram, ou as redes sociais como um todo, não resolve as disparidades de propriedade e acesso aos veículos de comunicação entre pessoas negras e indígenas e brancos. Inclusive, a concentração de propriedade das redes sociais se repete nos mesmos moldes como ocorre com as empresas de comunicação no Brasil. O agravante das redes sociais é que fazem parte de conglomerados multinacionais que não estão submetidos à legislação do Brasil. O Instagram, por exemplo, faz parte do grupo Meta, que também é proprietário do Facebook e do WhatsApp, com sede na Califórnia, nos Estados Unidos.

Para além da concentração de propriedade, existem outras problemáticas que envolvem o uso das redes sociais, incluindo o Instagram, como a) a captação e utilização de dados dos usuários em processos que não possuem regras de transparência, b) interferências e condicionantes da utilização da rede devidos às regras algorítmicas, c) o bloqueio de conteúdo por avaliação exclusiva da plataforma e até d) a possibilidade de descontinuidade da plataforma do Instagram, assim como ocorreu com outras redes sociais, como o Orkut.

Outro ponto importante quando falamos de redes sociais é problematizar a acessibilidade de internet no território brasileiro, que ainda possui 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, como aponta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e números de 2019. Além das discussões sobre a Lei 12.965/2014, que traz as diretrizes do Marco Civil da Internet, divulgação de fake news, e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD ou LGPDP) – Lei nº 13.709/2018.

No entanto, mesmo com todas as contradições apontadas sobre as redes sociais com o adicional do oligopólio racista dos veículos de comunicação no

Brasil, temos uma ferramenta de comunicação e não podemos dispensá-la. O Brasil lidera os rankings de países que mais usam as redes sociais. Em 2019, o tempo médio de navegação era de “1 hora e 22 minutos do dia” (CURY, 2019), porém, já ao final do ano de 2022, as pesquisas apontavam um aumento de 3 horas e 42 minutos por dia. Os dados da Pesquisa Panorama Político 2022 do DataSenado (2022), que ouviu 5.850 pessoas maiores de 16 anos, apontam que 25% dos entrevistados utilizam as redes sociais como principal fonte para informações sobre política, sendo Instagram e Facebook as duas redes mais citadas.

Desse modo, as redes sociais, em especial, o Instagram, tornam-se essenciais para a atividade parlamentar. Não é a única ferramenta de comunicação utilizada pelo mandato de Petrone, mas é essencial. Portanto, a partir da confluência entre Comunicação e Política Institucional, para a parlamentar Talíria Petrone, o Instagram funciona como uma espécie de megafone da sua trajetória política institucional e militância organizada. A plataforma potencializa o vínculo entre a prática política e a vida cotidiana da população que ela representa na Câmara dos Deputados. Nesse fluxo, há outra apropriação feita por Petrone que possibilita a produção de uma representação autodefinida, distanciada das representações tradicionais da mulher negra na sociedade brasileira.

Assim, enquanto, no plenário, Talíria Petrone faz o seu posicionamento político, no Instagram, rede social caracteristicamente de fotos e vídeos, as gravações e fotos das suas atuações na Câmara são publicizadas e se tornam imagens que agrupam aos discursos, falas, posicionamentos políticos, para compor a imagem de uma mulher negra, que possui o cabelo parecido com o nosso, que fala com o corpo, gesticulando, como a gente fala. Uma Deputada Federal que usa roupas como as nossas.

Assim, nesse circuito, temos, com o Instagram, outros parâmetros de comunicação, inviabilizados pelas mídias tradicionais. Outro aspecto é trazer para a vida cotidiana a vivência na Câmara dos Deputados, inclusive divulgar os debates e embates nesse espaço institucional. E nesse aspecto a integridade física

das parlamentares negras deve ser uma agenda primordial para o Estado brasileiro.

Dados sobre a violência política contra as mulheres negras são alarmantes. De acordo com a pesquisa *A violência política contra as mulheres*, 69% das mulheres pretas que sofrem violências na política são de origens de favelas e periferias. A Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco (2021), quando ainda nem era ministra, já reiterava “o quanto ainda precisamos avançar no enfrentamento a violência política de raça e gênero no Brasil, e o quanto esses ataques fragilizam nossa democracia.”. Portanto, as denúncias feitas por Petrone na Câmara dos Deputados e reproduzidas no Instagram são muito contundentes e expressivas para a sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez (2020, p. 78) dizia: “o lixo vai falar, e numa boa”. E como declarou a Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco, no seu discurso de posse no dia 11/01/2023, “estamos aqui porque a gente tem um projeto de país, onde uma mulher negra possa acessar e permanecer em diferentes espaços de tomada de decisão sem ter a sua vida ceifada com 5 (cinco) tiros na cabeça.” (FRANCO, 2023).

Embora o trabalho tenha se concentrado na atividade parlamentar da Deputada Federal Talíria Petrone, observa-se que estratégias similares de comunicação por meio do Instagram são realizadas também por outras parlamentares negras comprometidas com a agenda de Marielle Franco. Desse modo, a partir das Pautas do Cotidiano popular, preto e político e das Denúncias sobre o racismo, violações de direitos e desmatamento da Floresta Amazônica, observamos que o Instagram tem sido usado como um instrumento de comunicação para combater o racismo e ampliar e aprimorar a democracia brasileira, incluindo as pessoas negras, indígenas e LGBTQIAP+ dentro do projeto de cidadania e garantias de direitos políticos, sociais e culturais e econômicos do país.

## Referências bibliográficas

- AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família**: mídias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- AGÊNCIA SENADO. Brancos dominam representação política, aponta grupo de trabalho. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/26/brancos-dominam-representacao-politica-aponta-grupo-de-trabalho>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ANGELA DAVIS em São Paulo. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (2h40min). Publicado pelo canal Mídia NINJA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xK9yHUaVRe4&t=2013s>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BRIGHENTI, Andrea. **Visibility in social theory and social research**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- BUTLER, Judith. Levante. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (org.). **Levantes**. São Paulo: Edições SESC, 2017. p. 23-36.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 3 dez. 2020.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Talíria Petrone**. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/taliria-petrone-soares>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- CURY, Maria Eduarda. Brasileiros gastam quase duas horas por dia em redes sociais. **Exame**, São Paulo, 2 dez. 2019. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/brasileiros-gastam-quase-duas-horas-por-dia-em-redes-sociais/>. Acesso em: 10 maio 2021.
- DATASENADO. **Panorama Política 2022**. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/panorama-politico-2022>. Acesso em 8 jan. 2023.
- FRANCO, Anielle. Sobre violência política de raça e gênero e novas ameaças a mulheres negras. **ECOIA Uol**, São Paulo, 17 maio 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/colunas/anielle-franco/2021/05/17/sobre-violencia-politica-de-raca-e-genero-e-novas-ameacas-a-mulheres-negras.htm>. Acesso em: 25 maio 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Con-**

**tínua (PNAD Contínua).** Brasília, DF: IBGE, 2021.

JONES, Camara Phyllis. Confronting institutionalized racism. *Phylon*, Atlanta, v. 50, n. 1/2, p. 7-22, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4149999>. Acesso em: 25 jun. 2020.

JORNALISMO BRASILEIRO: raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país. **Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa)**, Rio de Janeiro, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-raca-e-genero-de-quem-escreve-nos-principais-jornais-do-pais/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

NETO, Solon. Tinta preta e pele escura: a necessidade de uma imprensa negra. **Portal Geledés**, São Paulo, 16 set. 2015. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/tinta-preta-e-pele-escura-a-necessidade-de-uma-imprensa-negra/?gclid=CjOKCQjwnrmIBhDHARIsADJ5b\\_IDAd\\_4R-n56fbJO2EUjgtnFUPoaoZyvCmWUUh3FJMawCf-bA-LfLTCca-ArBxEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/tinta-preta-e-pele-escura-a-necessidade-de-uma-imprensa-negra/?gclid=CjOKCQjwnrmIBhDHARIsADJ5b_IDAd_4R-n56fbJO2EUjgtnFUPoaoZyvCmWUUh3FJMawCf-bA-LfLTCca-ArBxEALw_wcB). Acesso em: 10 jul. 2023.

NOBLE, Safiya Umoja. Google search: hyper-visibility as a means of rendering black women and girls invisible. **Invisible Culture: An Electronic Journal for Visual Studies**, Rochester, n 19, 2013. Disponível em: <https://urresearch.rochester.edu/institutionalPublicationPublicView.action?institutionalItemId=27584>. Acesso em: 25 jun. 2020.

OLIVEIRA, Monique Paulla dos Santos Teixeira de. **Talíria Petrone**: eu sou deputada, eleita pelo Rio de Janeiro: um estudo de caso de gestão de visibilidade pelo Instagram. 2021. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

PRIMEIRA fala da vereadora Talíria Petrone na Câmara Municipal de Niterói. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (16min15s). Publicado pelo canal Talíria Petrone. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GZovRZL4L6Y&t=46s>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ROSÁRIO, Fernanda. Talíria Petrone: “Pra nascer um Brasil novo”. **Alma Preta**, São Paulo, 20 set. 2022. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/taliria-petrone-para-nascer-um-brasil-novo>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOUZA, Renata da Silva. **Cria da Favela**: resistência à militarização da vida. São Paulo: Boitempo, 2020.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *In*: VERSCHUUR, Christine. **Vents d’Est, vents d’Ouest**: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. Genebra: Graduate Institute Publications, 2009. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/6316>. Acesso em: 25 jun. 2020.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610>. Acesso: 8 jan. 2023.

# Àwa Educadoras: Instagram para Formação Pedagógica, Diálogo e Práticas Antirracistas

Camila Oliveira, Caroline Sotero, Grazielle Vidal\*

## Introdução: criação do perfil ÀWA Educadoras no Instagram

Uma sociedade racista utiliza de múltiplas estratégias para discriminar, retirar do negro o status de humanidade, transformando as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade (GOMES, 2003). O racismo está diretamente ligado ao modelo de escravidão que originou o capitalismo que vivemos atualmente (MBEMBE, 2014). Em consequência desse processo colonial, instituíram-se conhecimentos e ciências acerca de padrões eurocêntricos, bem como os estudos sobre educação.

A respeito desta questão, Gomes (2012, p. 102) nos diz que:

■ Não há hierarquias entre conhecimentos, saberes e culturas, mas, sim, uma história de dominação, exploração, e colonização que deu origem a um processo de hierarquização de conhecimentos, culturas e povos. Processo esse que ainda precisa ser rompido e superado e que se dá em um contexto tenso de choque entre paradigmas no qual algumas culturas e formas de conhecer o mundo se tornaram dominantes em detrimento de outras por meio de formas explícitas e simbólicas de força e violência. Tal processo resultou na hegemonia de um conhecimento em detrimento de outro e a instauração de um imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto, a saber, o eixo do Ocidente, ou o “Norte colonial”.

\***Camila Oliveira** é professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal SME/RJ, atuou na escola de Formação Paulo Freire com formação continuada de professores. Mestre em Ciências Sociais PPGCS-UFRuralRJ, Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS-Museu Nacional e Coidealizadora do Àwa Educadoras.

**Caroline Sotero** é mulher negra, cis, filha de Eliane e José Petterson, mãe, professora e pesquisadora das infâncias negras. Nessa caminhada acadêmica me especializei em educação para as relações étnico-raciais (PENESB/ UFF-RJ), em educação infantil (PUC-RIO) e atualmente me formando em educação (PPGEDUC-UFRJ). Atualmente atuou como professora das séries iniciais (SME-RJ).

**Grazielle Vidal** é filha de dona Lenira e Seu Tião. Graduada em Pedagogia pela UERJ. Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais pelo PENESB da UFF. Professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro desde 2012. Atualmente, Coordenadora Pedagógica. Moradora de Santa Cruz, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Coidealizadora do Àwa Educadoras e membro do Coletivo Agbalá.

Nós, enquanto mulheres negras em constante movimento de pertencimento contra a lógica do racismo, buscamos estratégias através das contranarrativas diárias sobre a existência dos nossos corpos. Esse movimento impacta significativamente na nossa formação docente e posturas pedagógicas no espaço escolar. Com esse intuito de fortalecimento da autoestima através do conhecimento acerca das cultu-

ras Afro-Brasileira, Africana e Indígenas, caminhamos para a criação do Àwa Educadoras. O Àwa Educadoras fez sua primeira publicação no dia 1º de abril do ano de 2020. O *lockdown* na cidade do Rio de Janeiro por conta do vírus Sars-CoV-2 havia sido decretado há poucos dias. Naquele momento, ainda não era possível mensurar todas as mudanças que o vírus causaria em nossa sociedade. Nas redes sociais, multiplicavam-se a cada dia vídeos, lives, cursos e muitas outras tentativas de tornar o distanciamento social menos difícil, consolidando, assim, a internet como ambiente de troca de conhecimentos. Foi nesse contexto que nasceu o perfil Àwa Educadoras, na rede social Instagram. Escolhemos essa rede social por ser, naquele momento, a rede mais utilizada por nós três e pelas ferramentas de interação, como a possibilidade de realizar as popularizadas *lives*.

O Àwa Educadoras é fruto da amizade de três mulheres negras, oriundas de regiões periféricas do Rio de Janeiro (zona oeste e baixada fluminense), professoras da rede municipal do Rio de Janeiro, que desejavam compartilhar suas práticas voltadas para formação antirracista de seus alunos. Naquele momento, estávamos as três como regentes de turmas nos bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba, bairros periféricos na zona oeste do Rio de Janeiro, em escolas do fundamental I pertencentes à mesma coordenadoria. A construção dessa amizade é vinculada ao nosso trabalho, fazendo com que estivéssemos em constante troca de experiências de nossas salas de aula, percebendo a necessidade de ampliação do trabalho educacional antirracista para além de nossas unidades escolares.

Contudo, hoje o Àwa se constitui também como um espaço virtual de formação não apenas para seus seguidores, como também para suas idealizadoras. Atualmente, o perfil possui um pouco menos de 5.000 seguidores, compartilhando práticas de nossas rotinas de trabalho, uma vez que, no momento, atuamos em esferas distintas: Camila Oliveira na formação continuada, Carolline Sotero retornando para a sala de aula, após um tempo na coordenação pedagógica, e Grazielle Vidal na coordenação pedagógica. Organizamos nossa produção de conteúdo fundamentada nos três pilares – gestão, regência e formação – e

assim realizamos encontros quinzenais para a construção da agenda, delimitando a rotina de elaboração e postagens.

Nosso encontro é uma fusão de formações que nos permite enxergar o trabalho pedagógico de uma maneira holística. Carolline Sotero estuda as infâncias e sempre pontua em sua fala sobre questões que envolvem o processo de alfabetização e a importância de valorizarmos as vozes de nossas crianças dentro da escola e para a escola, levando em consideração o debate da educação étnico-racial. Grazielle Vidal é especialista no campo do debate étnico-racial, formada pelo Penesb (Programa de Educação sobre o Negro da Sociedade Brasileira – UFF), programa que formou muitos dos nossos pares de militância no campo da ERER (Educação para as relações étnico-raciais); ela sempre articula a importância de conversarmos com os movimentos sociais que estão presentes no território da escola. E, por fim, Camila Oliveira, que tem como atuação o campo das Ciências Sociais e que contribui para pensarmos sobre a construção social do nosso país dentro do debate racial, correlacionando com o ambiente escolar. É fundamental destacarmos que voltamos as nossas titulações para construir e fortalecer o debate sobre a educação étnico-racial no espaço escolar, pois acreditamos que toda nossa trajetória dentro de instituições públicas é um caminho para a legitimação de um discurso que defende a educação antirracista.

A palavra Àwa vem do idioma africano Yorubá e significa “Nós”. O nome foi escolhido porque, além de ser idealizado por três mulheres, entendemos que a educação é um processo que acontece na coletividade, com a contribuição de inúmeros sujeitos e conhecimento. Acreditamos que a escola tem um papel fundamental na construção da cidadania do sujeito, junto com a sua família e a comunidade. Por isso, é necessário que se abordem desde cedo os valores éticos para criar uma relação de respeito ao próximo que possa preparar o educando para respeitar as diversidades, diferenças e criar um espaço escolar democrático. Trazendo o conhecimento ancestral para nosso contexto, compreendemos a necessidade de que famílias, professores e toda a comunidade escolar se envolvam na tarefa de fazer do educando

sujeito crítico e reflexivo. E é nessa problemática que utilizamos como instrumento a educação antirracista. Como “suleador” do trabalho realizado no Àwa, temos o provérbio africano “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, reafirmando, assim, a importância da coletividade nesse processo.

Deste modo, com o objetivo de cumprir o compromisso de fazer do educando sujeito crítico e reflexivo perante a sociedade na qual está inserido, através da abordagem antirracista, destacamos a necessidade de cumprimento da Lei 10.639/03, que instituiu a inclusão do Ensino da Cultura Afro-brasileira nos currículos das escolas públicas e particulares de ensino da educação básica. E, a partir dela, apresentar, desmitificar e valorizar a participação dos negros trazidos da África ao Brasil e de seus descendentes na cultura brasileira.

## Aplicabilidade da Lei 10.639/03

Nos anos 1990 e início dos anos 2000, pesquisas sobre crianças negras no espaço escolar tinham como princípio apontar denúncias ao racismo que elas enfrentam no relacionamento com seus pares e professores (CAVALLEIRO, 2000). Todas essas denúncias foram essenciais para o desencadeamento de políticas públicas voltadas para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas. Fruto de lutas dos movimentos sociais negros, a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas da educação básica, foi aprovada, um marco histórico na educação brasileira, que passa a reconhecer a necessidade de revisão dos currículos escolares e combate ao racismo. Em 9 de janeiro de 2003, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da conhecida Lei 10.639, que acrescentou os seguintes artigos:

**Art. 26 – A** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

**1A** O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

**2A** Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

**Art. 79 - B** O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Desde então, a educação brasileira tem por obrigação a inclusão, no currículo escolar, de estudos da África, influência dos africanos na cultura nacional e reflexão crítica da situação de seus descendentes. As Leis 10.639/03 e 11.645/08 também preveem o parecer do CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Além disso, a Resolução CNE/CP 01/2004 detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei. Estes dispositivos legais servem como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000 (GOMES, 2005). O marco legal das Leis 10.639/03 e 11.645/08 contribuiu para mudanças significativas nas promoções de ações afirmativas reparatórias no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais (GOMES, 2005), dentre elas, quiçá mais importante, paradigmas educacionais, desvelamento do racismo, promoção de práticas pedagógicas antirracistas, representação do povo negro como protagonista na formação da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, essas leis apresentadas abriram caminhos para um olhar mais aprofundado sobre os conflitos raciais presentes nos espaços escolares, assim como uma articulação possível de um “projeto de restauração e preservação da infância”, como cita Nogueira (2017, p. 400). Para ele, as duas legislações têm a capacidade de reformar a educação, modificar o modo de funcionamento da escola e trazer à luz um dos mais interessantes objetivos do aprendizado: conservar e aprofundar a infância.

Contudo, apesar de 20 anos terem se passado, não raramente encontramos professores que utilizam a falta de conhecimento como justificativa para a ausência da aplicabilidade da lei em suas práticas cotidianas. Oriundos de universidades e cursos que não ofereceram reflexão acerca das culturas afro-brasileiras e africanas, demandas silenciadas do racismo brasileiro, os profissionais de educação acabam por reforçar a exclusão e isto se agrava quando a falta de conhecimento une-se às crenças pessoais, religiosas e políticas.

Criticando essa deficiência dos currículos, Gomes (2012, p. 102) nos diz que:

🗨️ **Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.**

## ÀWA Educadoras: Diálogos Pedagógicos Online

Assim sendo, o Àwa Educadoras surge com a missão de fornecer subsídios e formação continuada para que profissionais estejam aptos a esta reflexão e transformação do currículo. Inicia-se, então, sua trajetória, compartilhando práticas e atividades já realizadas nas salas de aula de suas idealizadoras. Em

um primeiro momento, o Powerpoint foi a principal ferramenta para a criação da identidade visual e do layout dos posts que sempre estavam acompanhados de legendas que desenvolviam o assunto central da postagem. Essas legendas eram escritas por uma de nós e revisadas pelas três. As legendas eram acompanhadas de *hashtags* que colaboraram na entrega dos posts, direcionando-os para um público específico.

O projeto não demorou a aderir às lives que, naquele momento, ocupavam o protagonismo das redes sociais, e passamos a convidar outros profissionais para debates em seu perfil. Não tínhamos experiência com a produção de conteúdos e muito menos com transmissões ao vivo. Construímos nossa identidade enquanto produtoras de conteúdo no Instagram de forma intuitiva e avaliando os resultados alcançados. Importante destacar que a princípio tínhamos a intenção de conversar com colegas de profissão sobre a prática pedagógica de cada um em sala de aula propriamente dito, todavia, a presença marcante da comunidade nos chamou atenção para convidarmos também professores e alunos da rede pública municipal para participar das lives, demonstrando suas impressões e relatos de experiências.

Uma das questões que o Àwa se propõe a desmistificar é a afirmativa de que é difícil inserir o debate racial no currículo e nas inúmeras demandas do cotidiano escolar. Através do conteúdo produzido, até o momento, pelo Àwa, essa afirmação não encontra raízes para fincar-se como verdadeira. Passeando por todas as disciplinas do currículo, é possível constatar a interdisciplinaridade e a temporalidade do debate racial no cotidiano escolar.





**Tabela 1 – Eixos temáticos das entrevistas e autores das *lives* realizadas em 2020**

<b>Autores</b>	<b>Eixo Temático</b>
Sheila Martins	Literatura Negra na Ed. Básica
Mayara Albano	Carolina Maria de Jesus na sala de aula
Carolline Sotero e Grazielle Vidal	Aplicabilidade da Lei 10.639/03 em Tempos de Pandemia
Clarissa Brito	Ed. Socioemocional na Prática Antirracista
Carlos CarvalhoW	Saberes Ancestrais Musicalidade
Pedro Bárbara	Protagonismo negro no Ambiente escolar
Carolina Azevedo	Inglês e Práticas Antirracistas
Marê Travassos	Artes e Práticas Antirracistas
Ronaldo Lacerda	Ed. Física e Práticas Antirracistas
Luane Bento	Sociologia, Pesquisa Etnomatemática e Práticas Antirracistas
Karla Paranhos	Etnociências e Práticas Antirracistas

**Fonte:** Elaboração das autoras.

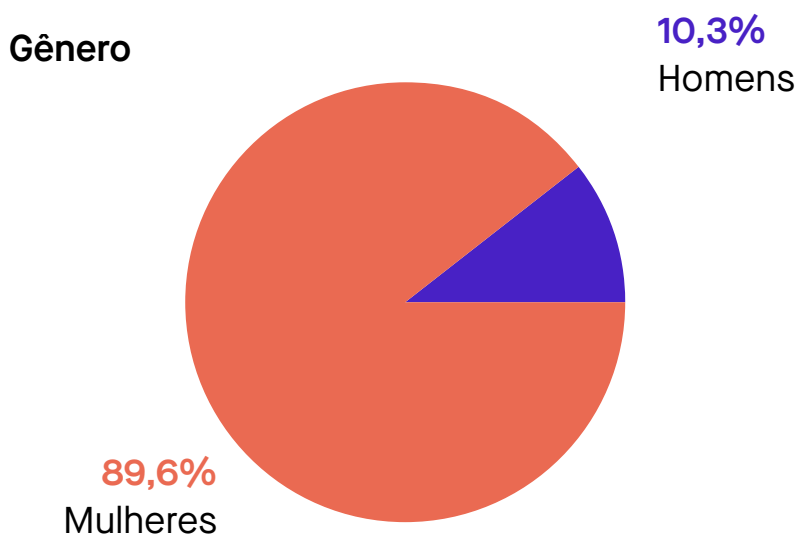
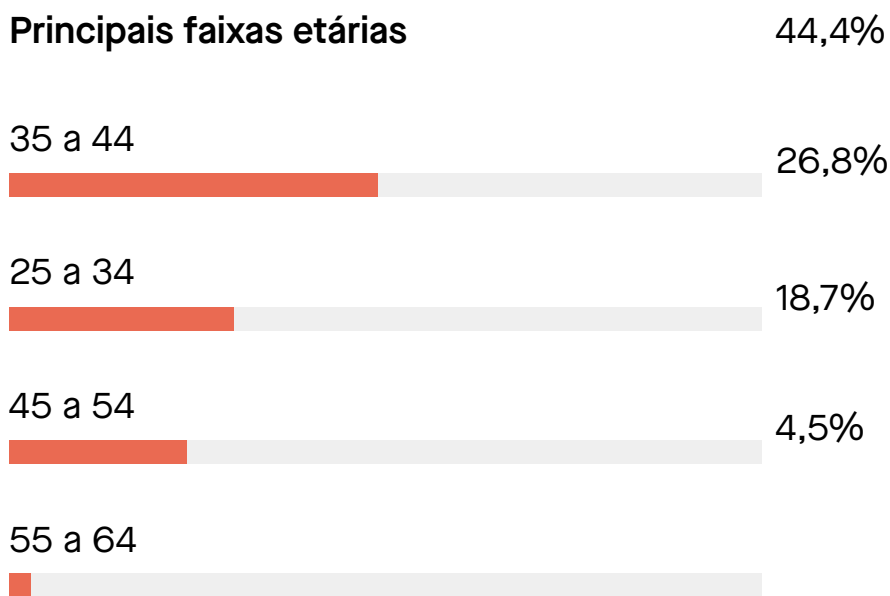
O processo de construção das *lives* iniciou-se com o intuito de valorizar/visibilizar o trabalho realizado por professores que já mobilizaram suas práticas em prol do cumprimento da Lei 10.639/03. A escolha dos professores participantes, inicialmente, se deu a partir de nossas redes pessoais, expandindo-se para outros sujeitos que fomos conhecendo nas redes sociais. Organizamos a condução das *lives* de forma que uma de nós seria a responsável, a partir de um roteiro construído pelo trio que possibilitasse ao professor convidado a liberdade de apresentar sua trajetória e prática docente. Entendemos o material produzido por essas *lives* como formativo, por isso deixamos o conteúdo salvo no perfil, permitindo o acesso posterior e a construção de memórias desse percurso de formação continuada.

## **Ciberativismo Pedagógico: Das Redes para as Salas**

Como dito anteriormente, o *Àwa* tem trilhado um caminho que não foi imaginado por nós. Na plataforma Instagram, pessoas que acompanham perfis são chamadas de seguidoras, no entanto, estabelecemos um processo interacionista do *Àwa* que transpõe a ação de apenas seguir, fazendo do *Àwa* fruto da construção coletiva. Hoje, passado três anos de seu início, o trabalho do *Àwa* é acompanhado por mais de 4.000 pessoas de todo o território nacional.

## Engajamento do perfil

De acordo com os dados de engajamento, disponíveis no Instagram, o nosso conteúdo, que inclui publicações, lives, produção de stories e vídeos como posts, gera uma interação com um determinado público, do qual podemos ver no painel do perfil um retrato de quem são essas pessoas que participam de forma contínua do perfil.



Fonte: Instagram.

O perfil recebe questionamentos via *direct*, convites para participações em eventos, interações propositivas em suas postagens, dentre outras formas de interação. Esse processo de construção de relações que transcendem o espaço digital inicia-se com a elaboração do Calendário Vozes Antirracistas 2022, que foi disponibilizado em nossa plataforma de forma gratuita. O calendário foi produzido com uma personalidade negra ou indígena para cada mês do ano, dando indicações de atividades a serem realizadas em sala de aula a partir do homenageado do mês. A escolha

dessas vozes representa as novas trajetórias da educação, compostas por pessoas de diversos segmentos: cultura, literatura, filosofia, entre outras ciências, demonstrando a diversidade de conhecimentos que podemos alcançar em nossa sala de aula.

Posteriormente, lançamos o Curso Livre Práticas Antirracistas na Educação Básica. Até o momento, tivemos duas edições, totalizando aproximadamente 70 cursistas, em que tivemos a oportunidade de trocar conhecimentos sobre descolonização do currículo, práticas alfabetizadoras e pedagogia de projetos visando a construção de espaços educacionais onde a integralidade do aluno enquanto sujeito seja conectada e não fragmentada com os saberes.

Deste modo, além de formação continuada, constitui um espaço de ativismo digital, englobando-se no ciberativismo. Entende-se por ciberativismo a utilização de redes cibernéticas para a mobilização de pessoas em prol de uma causa.

Sobre isso, Santos (2011, p. 3) diz que:

**O Ciberativismo chega ao Brasil em meados de 1990, com o avanço da internet e a entrada de ativistas políticos, sociais e ambientalistas na rede. Para os ciberativistas o uso da internet é um meio de “driblar” os meios de comunicação tradicionais, que na maioria das vezes não oferecem espaço para que a opinião pública se manifeste. Com isso a rede se torna um espaço “público” em que os ativistas podem se manifestar, otimizando o impacto de suas ideias. Apesar de parecer muito simples, e de depender apenas de um clique, o ciberativismo – que nasce com a entrada de ativistas na rede –, vem com uma proposta de conscientização através da internet. Na maioria dos casos uma movimentação que começa na internet e acaba nas ruas. E para isso não basta apenas o ciberativista, mas o ativista “real” também.**

Neste caso, “as ruas” do Àwa Educadoras são as salas de aulas, escolas, cursos, casas, enfim, todos os outros espaços formativos da vivência de seus seguidores. Entendemos, então, que esse movimento,

apesar de iniciado nas redes sociais, se consolida na prática cotidiana. São as ações realizadas e fomentadas pelas discussões em rede, desenvolvidas pelo perfil que conferem a ele um caráter ativista e militante.

## Ancestralidade e desierarquização do currículo

Como dito anteriormente, o resgate do conhecimento ancestral constitui-se como um dos princípios do Àwa Educadoras. Entendemos que conhecer a história dos que vieram antes de nós, fomentar estudos sobre a África, dos povos oriundos deste continente e de seus descendentes, é dialogar com a nossa realidade.

Sobre isso, Lima (2010) nos diz que:

**“ Não se pode entender a História do Brasil sem compreender suas relações com o continente africano. A África está em nós, em nossa cultura, em nossa vida, independentemente de nossa origem familiar pessoal. Sendo brasileiros, carregamos dentro de nós muito da África. Portanto, conhecer a História da África é um caminho para entendermos melhor a nós mesmos.**

O ambiente escolar deve tornar-se local de diversidade e multiculturalismo<sup>1</sup>. As demandas de todos os discentes devem ser consideradas e a escola necessita, urgentemente, dialogar com eles.

Neste caso, é uma valorização do positivo que, segundo Lima (2010):

**“ Trata-se de reconhecer que entre as heranças africanas no Brasil estão conhecimentos, condutas e visões de mundo. Os africanos**

1. Multiculturalismo: trata-se de uma abordagem utilizada para explicar os diversos contextos culturais da sociedade contemporânea, a defesa da não hierarquização de uma cultura sobre a outra, entre outros conceitos. Ver mais em: CANDAU, Vera. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

**e as africanas que vieram como escravos para o Brasil trouxeram em suas memórias maneiras de se relacionar com as pessoas, de celebrar, de preparar os alimentos, de lidar com a religiosidade, entre outros aspectos, que marcaram profundamente nossa cultura e modo de ser. Deixaram-nos como legado, portanto, parte de sua civilização.**

É necessário que se entenda o multiculturalismo como um ideal, em que as crianças, por exemplo, possam dialogar, intervir e transformar a dinâmica social, como relata Vera Candau (2008, p. 50):

**“ Vivemos em sociedades multiculturais. Podemos afirmar que as configurações multiculturais dependem de cada contexto histórico, político e sociocultural. O multiculturalismo na sociedade brasileira é diferente daquele das sociedades européias ou da sociedade estadunidense. Nesse sentido, enfatizam-se a descrição e a compreensão da construção da formação multicultural de cada contexto específico. A perspectiva prescritiva entende o multiculturalismo não simplesmente como um dado da realidade, mas como uma maneira de atuar, de intervir, de transformar a dinâmica social. Trata-se de um projeto, de um modo de trabalhar as relações culturais numa determinada sociedade e de conceber políticas públicas nessa direção. Uma sociedade multicultural constrói-se a partir de determinados parâmetros.**

Concordamos com a autora Vera Candau, ao definir multiculturalismo como um projeto baseado nas relações. Para nós, a página do Àwa Educadoras dialoga com a perspectiva da inclusão, da troca, coletividade e comunitarismo que as culturas afro-brasileira, africana e indígena nos evocam, seja por meio das brincadeiras, literaturas, escutas atentas aos nossos estudantes. Trata-se de uma mudança de paradigma educacional, em que todos possam conviver e contribuir com sua cultura e protagonismo, ainda que haja tensões e conflitos inerentes às relações. Evocamos essa mudança de paradigma, ao colocarmos em pauta na construção do perfil a Educação Antir-

racista como centro de nossas ações. Optamos por construir uma narrativa que coloque no centro todos os sujeitos da comunidade escolar, pois acreditamos em uma educação integral dos sujeitos.

Deste modo, mesmo que as atividades do Àwa sejam cibernéticas, elas não nascem nas redes e nem de nós. Ao contrário, são fomentadas a partir da necessidade de conhecermos as histórias dos nossos antepassados, de resgatar conhecimentos que nos foram negados, de desierarquizar o saber e de valorizar as culturas negadas e silenciadas nos currículos escolares.

## Valores Afro-Civilizatórios

As atividades do Àwa Educadores vão sendo construídas nas trocas e aprendizagens, motivadas pelos questionamentos, processos invisibilizados e contexto já apresentados. Contudo, ao ser iniciado, o perfil traçou seu percurso a partir dos Valores Afro-Civilizatórios, um projeto fomentado e idealizado pela professora e intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade, Doutora em Comunicação e Mestre em Educação. Ela retornou ao Orun em 2015, mas nos deixou um legado de conhecimentos em sua atuação profissional.

Segundo Trindade (2013, p. 132):

**A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural.**

Deste modo, os Valores Afro-Civilizatórios são valores inscritos no nosso modo de ser e nos definem como sujeitos. São eles: Energia Vital, Oralidade, Circularidade, Corporeidade, Musicalidade, Ludicidade, Cooperatividade, Memória, Ancestralidade e Religiosidade. A Energia Vital, ou Axé, parte do princípio de todos os seres e elementos da natureza. É a vontade de viver,

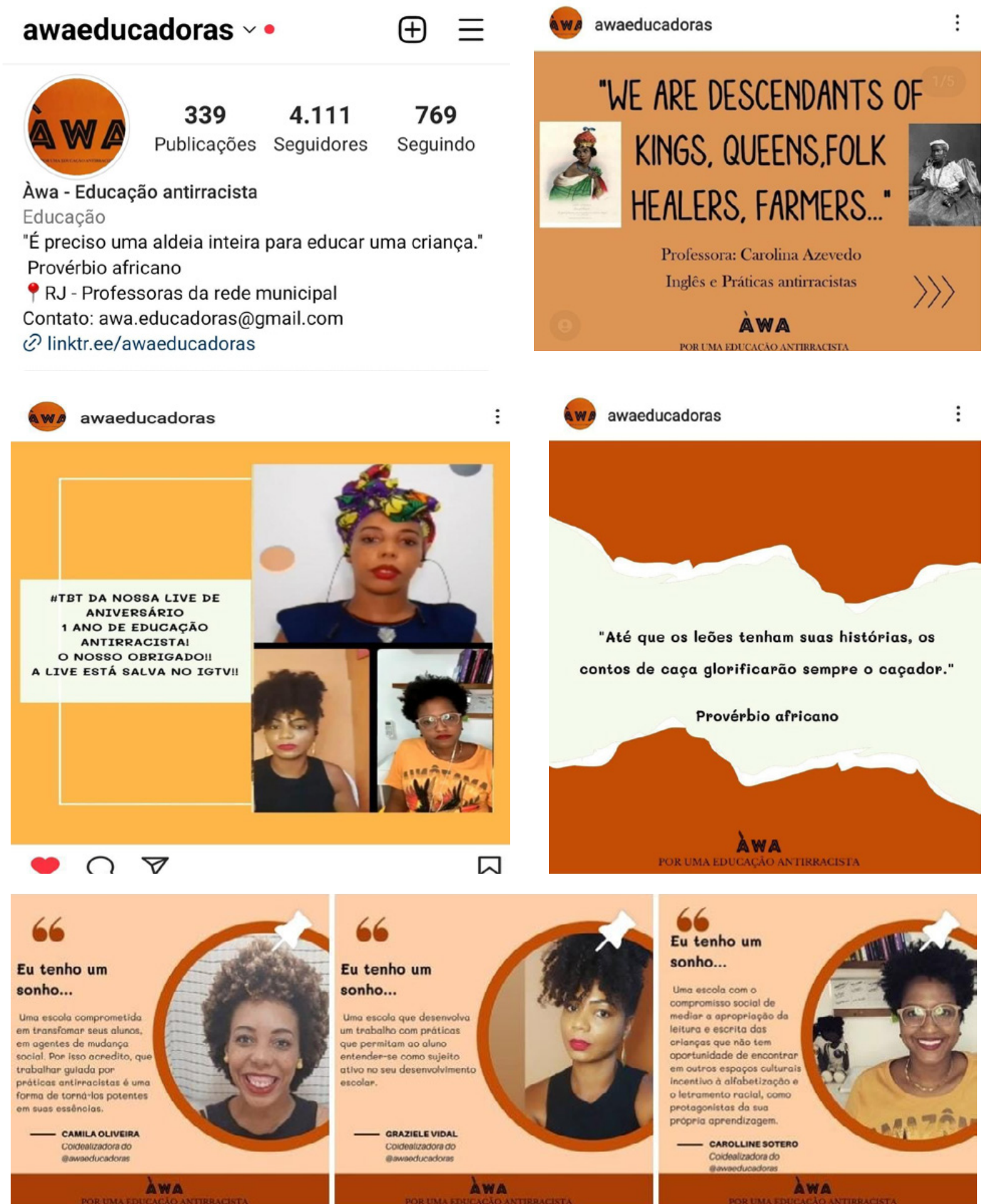
a energia que emanamos e lidamos com o mundo ao nosso redor. A Oralidade visa valorizar a comunicação oral, não se trata de negar a escrita, mas estimular a troca e aprendizagem que acontece através da oralidade. O conceito de Circularidade fala de movimento, da troca, da interação entre os seres. Por sua vez, a Corporeidade busca a valorização do corpo como patrimônio. Mas não de modo egocêntrico, e sim de maneira a possibilitar as trocas e interações. Musicalidade é o valor que fomenta a aprendizagem, o divertimento, a construção de possibilidades utilizando a música.

A Ludicidade celebra a vida. Segundo a professora Azoilda Trindade (2010), “Se não fôssemos um povo que afirma cotidianamente a vida, um povo que quer e deseja viver, estaríamos mortos, mortos em vida, sem cultura, sem manifestações culturais genuínas, sem axé”. Cooperatividade ou Comunitarismo estimulam a troca coletiva, as interações, o entendimento de que sozinhos não podemos nada. A Memória nos mostra a necessidade de não esquecer o passado. Como aprendemos nossa história e entendemos o nosso presente. Ancestralidade lembra a importância de valorizar os que vieram antes de nós. Em uma sociedade que não valoriza os idosos, respeitar os mais velhos é respeitar nossa história. Por fim, temos a Religiosidade, valor que não se refere a religião. É entender todos os seres, a vida e a natureza como sagrados.

Esses valores estão presentes fundamentalmente nos livros de literatura negra ou afro-brasileira apresentados e indicados por nós, assim como são princípios que estruturam toda a ideia de projeto educacional que defendemos. A partir dos valores civilizatórios, nos conectamos em rede com profissionais da educação comprometidos e preocupados em promover um antirracismo na sala de aula, bem como é possível, através deles, entender também as dificuldades de se estabelecer vínculos com aquilo que nos difere, principalmente no campo da religiosidade, um campo sempre delicado e conflituoso, fruto do racismo religioso e intolerância. Uma rápida análise dos *posts* do Àwa Educadoras demonstra o quanto esses valores nos orientaram na construção do perfil. Ora sendo citados diretamente, ora indicando os assuntos a serem abordados, mas sempre presentes nesse espaço.

# Alguns posts do perfil Àwa Educadoras Para não concluir...

A página Àwa Educadoras tem sido um ambiente transgressor, pois, através da internet, nos foi possível reunirmos muitos profissionais que já possuem em sua prática docente um arcabouço intenso de atividades que promovem o antirracismo, mas que muitas vezes não foram registrados e só se deram conta ao conversarmos em lives e eventos promovidos nesse período. O que fica para nós é o sentimento que o movimento negro nos deixou, a coletividade como estratégia potente de subversão ao racismo, organização, registro das nossas memórias e fazeres para os próximos que virão. O futuro realmente é ancestral!



## Referências

- CANDAU, Vera. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 23, p. 75-85, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.
- LIMA, Mônica. História da África. *In*: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA (PENESB). **Cadernos PENESB: Especial Curso ERER**. Niterói, v.1, n.12, p. 23-68, 2010.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- NOGUEIRA, Renato. Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 398-419, 2017.
- SANTOS, Fernando Jacinto Anhê. O ciberativismo como ferramenta de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. **Revista Anagrama**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2011.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. Percurso metodológico. *In*: BRANDÃO, Ana Paula (org.). **Modos de brincar**: caderno de atividades, saberes e fazeres. Projeto A Cor da Cultura (v. 5). Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). **Africanidades brasileiras e educação**: salto para o futuro. Rio de Janeiro: TV escola /MEC, 2013.

# Educomunicação popular e periférica: relato de experiência com o Laboratório de Midiativismo e Empreendedorismo Negro (NegritoLab)

Catharina Maia Caetano, Rafaela Rodrigues dos Santos; Silas Rafael Nascimento Félix\*

Mídias virtuais

Anúncios constantes

Revistas, jornais

Trocam estética opressora

Por identificação transformadora

Trecho da música “Bonecas Pretas”,  
de Larissa Luz

\***Catharina Maia Caetano** é bacharela em Humanidades e Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Facilitadora de Aprendizagem na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Coordenadora Estadual do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER – BAHIA) e Ativista no Movimento Negro Unificado (MNU). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Educação e Sociedade – GPPES (UNICAMP) e do Grupo de Pesquisa Múltiplos Olhares sobre a Universidade: pessoas, territórios e projetos. Revisora de Trabalhos Acadêmicos. Pesquisa sobre Políticas Públicas, Ações Afirmativas, Educação Intercultural e Quilombismo.

\***Rafaela Rodrigues dos Santos** é bacharela em Direito pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Pós-Graduada em Prática Processual Penal pela Escola Mineira de Direito (EMD). Ativista no Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER) e no Movimento Negro Unificado (MNU). Coautora da obra A falácia da impunidade no Brasil e o fenômeno do encarceramento em massa. Revisora de Trabalhos Acadêmicos. Pesquisa sobre Encarceramento da População Negra, Tráfico de Drogas e Violência de Gênero.

\***Silas Rafael Nascimento Félix** é graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador Nacional do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER) e Coordenador Geral do Movimento Negro Unificado Municipal de Salvador (MNU – Salvador). Produtor Cultural na produtora de trap baiana Ubuntu Trap. Pesquisa sobre Cooperativismo e Economia Solidária.

## Introdução

Neste texto, gostaríamos de compartilhar sobre nossa experiência com a primeira edição do “Laboratório de Midiativismo e Empreendedorismo Negro (NegritoLab)”. Este laboratório consiste em um projeto idealizado pelo Coletivo Nacional de Juventude Negra (Enegrecer-Eixo Bahia), desenvolvido em parceria com a Associação Artístico Cultural (Odeart) e com apoio financeiro da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (Sepromi), no intuito de formar jovens negros(as) periféricos(as) da cidade de Salvador sobre midiativismo e noções de empreendedorismo negro através das mídias digitais.

O Coletivo Enegrecer é uma organização de juventude negra em âmbito nacional, que nasceu há 13 anos como movimento social de articulação e formação política. No que diz respeito à formação política, temos como princípios norteadores as lutas anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antilgbtfóbica, dentre tantas outras lutas que circundam nossas vidas enquanto povo (ENEGRECER BAHIA, 2022).

Dentre os muitos espaços organizativos que promovemos nesses longos anos, podemos destacar a criação do Encontro de Estudantes Negros e Negras, que é um marco na vida dos estudantes negros e negras de escolas e universidades brasileiras. Para além da atuação ao lado dos movimentos estudantis, hoje, o Coletivo Enegrecer é uma expressão pública do movimento social brasileiro. Estamos em todas as lutas da população negra e no parlamento. Em pouco

mais de dez anos, nos tornamos uma das principais organizações que lutam pelo antirracismo no país. Nós criamos uma expressão que hoje é das mais populares do Brasil. Enegrecer é verbo transitivo direto e intransitivo e pronominal, significa tornar(-se) negro, dar ou adquirir tonalidades escuras, escurecer. Obviamente, a palavra foi criada para se remeter às questões políticas de participação. No começo era uma palavra para reivindicar participação negra nos espaços de poder.

É nesse contexto de articulação e participação sociopolítica que surge a ideia de se criar mais uma ferramenta de combate ao racismo, desta vez nos meios midiáticos digitais. A proposta do projeto Laboratório de Midiativismo e Empreendedorismo Negro (NegritoLab) é produzir outras narrativas, pautadas nas questões que tangem à população negra (com ênfase na juventude) em solo brasileiro. Mesmo com inserções parciais nos grandes meios midiáticos, seja através de programas de valorização e afirmação da cultura e existência negra ou através da representatividade gerada por comunicadores negros e negras em jornais, programas de televisão, *reality shows* etc., ainda há um abismo estrutural na produção de narrativas feitas por nós e para nós.

O objeto desse projeto é minimizar a desigualdade dentro dos meios de comunicação e maximizar a participação da juventude negra periférica dentro do processo midiático e nas práticas empreendedoras e, nesse sentido, formar e politizar. Portanto, nossa proposta consiste na criação de uma plataforma de midiativismo e empreendedorismo para que esses jovens que participam do laboratório possam colocar em prática o conhecimento obtido durante o curso, bem como aplicar e influenciar diretamente em seu cotidiano, de modo que possa proporcionar um amplo debate sobre as questões raciais e outros pontos que atravessam a vida de pessoas negras diariamente.

## O que é educomunicação popular e periférica?

Em sociedades modernas onde se predominam diversas desigualdades, tem-se observado que os espaços de poder, de conhecimento e informação não são acessados facilmente por todas as pessoas. Na área da educação, ao falarmos em educação democrática, estamos falando principalmente de garantia de acesso à informação para todas as pessoas, independentemente de classe, raça, gênero ou origem. Paulo Freire, importante educador brasileiro, acreditava que a educação pode e tem que ser democrática e libertadora. Traçando uma aproximação entre as áreas de comunicação e educação, Freire propunha uma educação popular baseada na educação midiática, na gestão democrática da mídia, na produção de conteúdos educativos e no uso de diversas formas de mídia em processos de ensino-aprendizado.

Nesse sentido, entende-se que a educomunicação pode ser compreendida enquanto a inter-relação entre a comunicação e a educação, visando às ações de um processo comunicacional a fim de potencializar o diálogo entre o âmbito pedagógico e a estrutura da comunicação de forma ampla. Dessa maneira, pode-se compreender a educomunicação como um processo que prioriza a comunicação entre os sujeitos que participam do processo educativo, possibilitando, assim, a construção de novos espaços que objetivam a aprendizagem, por meio de uma relação mais ativa dos educandos através das suas próprias referências midiáticas.

Vale considerar que os primeiros relatos acerca da disseminação do termo “educador” surgiram através do Mário Káplun, na América Latina, que se inspirou justamente em Paulo Freire. Diante disso, é possível afirmar que a educomunicação possui bases teóricas na comunicação social e dialógica de Paulo Freire. Conforme Ismar Soares (2002), a educomunicação se fundamenta a partir de entendimentos de cunho tradicional nos campos da educação e outras áreas das ciências sociais e entendendo que a educomunicação se trata de um conjunto de ações com



o objetivo de integrar dentro das práticas educativas os processos comunicativos democráticos, a partir do fortalecimento da comunicação nos espaços educativos.

Ao falarmos o termo educomunicação, não estamos falando meramente na junção de educação com comunicação, mas esse conceito se propõe a uma intervenção social que vai além e se diferencia tanto da Educação Escolar quanto da Comunicação Social. Conforme Donizete Soares (2006), o termo Educomunicação tem origem na união entre comunicação e educação, mas não é apenas uma fusão entre esses dois campos de estudos. Há que se destacar um terceiro ponto muito importante: a ação.

**“ O neologismo Educomunicação que em princípio parece mera junção de comunicação e educação, na realidade, não apenas une as áreas, mas destaca de modo significativo um terceiro termo, a ação. É sobre ele que continua a recair a tônica quando a palavra é pronunciada, dando-lhe assim, ao que parece, um significado particularmente importante. Educação e/ou comunicação – assim como na educomunicação – são formas de conhecimentos, áreas do saber ou campo de construções que têm na ação seu elemento inaugural. (SOARES, 2006)**

Ao pensarmos na realidade de jovens negros e negras moradores de periferias, analisamos que a educomunicação popular se encaixaria muito bem como metodologia norteadora do projeto que desenvolvemos como Coletivo Enegrecer, através do Laboratório de Midiativismo e Empreendedorismo Negro (NegritoLab). Acreditamos em um processo de ensino que estimule a juventude a usar formatos de mídia e linguagens de forma criativa para construir conhecimento e explorar diferentes temas, que eles e elas sejam protagonistas em narrativas relacionadas às suas comunidades e expressem suas necessidades específicas.

Outro ponto importante que a educomunicação popular e periférica proporciona é o de fortalecer a capacidade dessas pessoas de avaliar criticamen-

te os conteúdos das mídias, em que incorporamos notícias e exemplos do cotidiano desses(as) jovens, relacionando aos temas estudados na formação do laboratório, estimulando-os(as) a discuti-los e interpretá-los. Dessa forma, a educomunicação oferece uma oportunidade para demonstrações de como os tópicos que fazem parte do currículo escolar, neste caso do currículo do curso, ganham vida na prática em realidades específicas.

Considerando que há ainda a necessidade de reestruturação em muitos olhares no que diz respeito ao processo educacional, cabe destacar que, além de dar espaço para diferentes perspectivas no âmbito educacional, é de grande relevância também enxergar e dar voz aos que já se encontram historicamente à margem da sociedade em razão das desigualdades sociais que continuam se perpetuando, embora haja novas configurações do que se entende por sociedade. Surge assim o NegritoLab, um projeto inovador, que junta a comunicação com empreendedorismo e combate ao racismo, através da formação sobre as mídias digitais, como será demonstrado a seguir.

## O laboratório de midiativismo e empreendedorismo negro (NegritoLab)

A dinâmica da sociedade capitalista é, por si, estruturada pela desigualdade social que, por sua vez, é costurada pelas nuances racistas, machistas e lgbtfóbicas, dado que as minorias não possuem local de fala dentro dos meios midiáticos, a não ser quando são veiculadas como sendo a escória da sociedade, dentro dos telejornais sensacionalistas. Vivenciam diariamente suas imagens e dos seus semelhantes sendo expostas de forma grotesca, sem o direito à resposta.

Quem são essas pessoas que comunicam essas notícias? A quem interessa a veiculação dessas notícias sensacionalistas? A quem interessa o distanciamento das pessoas negras do amplo debate racial, veiculado nas mídias?

Essas são algumas das perguntas que norteiam a discussão do racismo e mídia no Brasil. Precisamos formar uma juventude negra para ocupar esses espaços de debates – mais que isso – uma juventude capaz de desestruturar esses meios de comunicação, indo contra essa lógica sensacionalista e marginalizante de pessoas negras.

A centralização midiática, sendo majoritariamente branca, implica em uma mídia voltada para questões que pouco dialogam com a vida da população negra da cidade de Salvador. Quando visualizamos a forma como as notícias são divulgadas, percebemos um déficit nos debates, além disso, pouco ou quase nenhum voltado para as questões raciais.

A denúncia do racismo no Brasil, quando tem um destaque social, não é publicada nesses meios de comunicação, causando, assim, um empobrecimento do que deveria ser um campo de diálogos aflorados sobre a diversidade cultural da população negra. Quando nos voltamos para a história das propagandas, encontramos das mais diversas que foram veiculadas em meios de comunicação – e que fizeram sucesso – utilizando o negro como forma de chacota ou como algo a ser limpo, higienizado. Não deixamos de ter o mesmo atualmente, a diferença se dá na manipulação da notícia. Ora, se somos minorias dentro dos espaços de comunicação, essa realidade nunca mudará até que estejamos ocupando estes espaços de forma politizada, abrangendo os debates sociais que norteiam as nossas vidas.

É preciso olhar para dentro desta estrutura que foi criada ao longo dos séculos, e que não nos comporta enquanto povo. Se fizermos uma análise do panorama histórico, desde o surgimento da imprensa até os dias atuais, veremos que as pessoas negras não estavam sendo divulgadas nas suas mais diversas formas de expressão, dentro desses meios de comunicação. Claro, devemos nos perguntar o porquê dessa desigualdade.

Somos veiculados como sendo uma maioria de assassinos, suspeitos, ladrões, entre outras formas de enviar o olhar, esquecendo o mais importante, que somos povo e que somos diversos, plurais, que pos-

suímos outras formas que não essas que são divulgadas de forma estereotipada na mídia diariamente em programas sensacionalistas e de jornais policiais, por exemplo.

Quem ganha com esse sensacionalismo? Nós é que não somos. O que ganhamos diariamente é: a falta de comida na mesa, a falta de políticas públicas, a falta de emprego e moradia. Ganhamos também os diversos apelidos preconceituosos.

O fracasso escolar, que nos atravessa, também é um ponto a ser notado. Quando nos debruçamos sobre como a escola nos poda enquanto indivíduos, percebemos que o sistema educacional falhou conosco. Ora, a educação pública de qualidade é um direito garantido pela constituição, se o que nos resta é a escola como fuga das ruas, a merenda escolar como a única refeição do dia, em que momento paramos para pensar que precisamos ocupar os espaços, sendo que somos limados todos os dias da nossa própria existência?

Ora, nas atuais circunstâncias em que vivemos, em contexto de pandemia, onde há um risco iminente de ser contaminado pela covid-19, em que muitos perderam seus trabalhos, familiares e tantas outras perdas incalculáveis, temos o menor índice de participação de jovens negros e negras no Enem deste ano. Em que condições de igualdade de acesso podemos pensar para essa juventude que está com seu futuro incerto devido a tantos acontecimentos conturbados?

Resistimos. Encontramos na inapetência do Estado as nossas formas de resistir. Encontramos, nas mais diversas formas de trabalho, a criatividade e os saberes ancestrais nos quais estamos imersos, e fazemos acontecer o pão de cada dia.

Tendo em vista todas essas problemáticas levantadas, entendemos a necessidade de ocuparmos os espaços de poder, e a mídia é um deles, afinal, quem não assiste à televisão hoje em dia? Mas precisamos decidir quais são as notícias que dirão sobre nós e os nossos dentro desses meios.

Com esse intuito, o projeto NegritoLab se propõe a formar jovens negros e negras em comunicação, midiativismo e empreendedorismo, com foco nas narrativas raciais e sociais, que ganham destaque nas mídias e nas redes. O princípio norteador do projeto é formar a juventude de forma que esta possa estar preparada para ocupar, politizar e dialogar dentro desses meios, minimizando, assim, a desigualdade dentro dos meios de comunicação – mas não somente –, e mostrar como a comunicação está atrelada às narrativas de uma sociedade, dentro das práticas empreendedoras, entendendo que as redes sociais são hoje um mecanismo importantíssimo para empreendimentos dos mais diversos segmentos.

Vivenciamos a evolução tecnológica da sociedade e, nesses mais de vinte anos de grandes inovações, surgem as mídias digitais, que hoje são o meio mais eficaz de se comunicar com a juventude. Essas redes que se formaram perpassam a vida de muitos desses jovens que, ao terem acesso a uma formação antirracista e voltada para o midiativismo, poderão se posicionar de forma politizada contra a manipulação das notícias.

Ainda sobre os avanços da área tecnológica, não podemos deixar de falar sobre como, durante o processo pandêmico, muitas pessoas que perderam seus empregos resolveram empreender para sobreviver. Precisamos, através do projeto, chegar à juventude que sonha com seus empreendimentos sendo divulgados e que não tem o conhecimento para manipular as mídias sociais. Deste modo, pretendemos formar essa juventude com os requisitos para entenderem as camadas da formação de um empreendimento, desde a escolha do nome que levará a marca até a formalização dela.

Os empreendimentos que surgiram na pandemia tiveram que aprender a lidar com um mecanismo virtual para o qual não estavam preparados, desde a criação do design de uma peça para divulgar o produto até a manutenção da página de divulgação da marca, o pós-venda, entre outros processos que buscamos ensinar no curso oferecido.

O projeto ainda pretende, dentro desse escopo, incentivar a juventude com a oferta de uma bolsa-auxílio a alguns jovens participantes, mais especificamente, 30% desses jovens, para virarem colunistas semanais da plataforma de comunicação que levará o mesmo nome do projeto. Gerando, assim, renda para essa juventude atingida pela pandemia do coronavírus.

Buscamos, ademais, influenciá-los, através do curso de comunicação da NegritoLab, a entender a dinâmica empreendedora em conjunto com sua comunidade, fortalecendo, assim, os empreendimentos das periferias da cidade, das quais esses jovens são moradores.

A plataforma, em longo prazo, será um veículo de divulgação de empreendimentos geridos pela população negra e também da arte e da cultura presentes no dia a dia dos muitos atores da nossa sociedade. Proporcionará também a informação e a formação antirracista – mesmo depois de findada a parceria junto à Sepromi – na plataforma NegritoLab.

Nesse sentido, as participantes puderam aprender noções introdutórias de antirracismo, midiativismo e empreendedorismo para, assim, aperfeiçoar os respectivos negócios e colocar em prática os conhecimentos obtidos durante o curso, e alguns desses jovens serão selecionados para serem colaboradores da plataforma e assim influenciar diretamente na formação de opinião da nossa sociedade, sobretudo nos veículos midiáticos.

Especificamente, a metodologia foi pensada de tal modo que, no primeiro momento, foram criados materiais de divulgação para o chamamento do público-alvo, divulgado em redes sociais e outros meios. Feito isso, foram recebidas as inscrições para a avaliação do público-alvo; na segunda etapa, formamos os jovens nos temas já citados, com uma equipe técnica capacitada para orientar os jovens e as jovens negros e negras moradores de periferias acerca das ferramentas utilizadas; e no terceiro momento lançamos a nossa plataforma digital.

Também foram trabalhadas noções de empreendedorismo negro, considerando que a maioria dos empreendedores brasileiros são negros(as) e são os que menos lucram, apontando para um déficit de educação empreendedora entre essas pessoas.

**🗨️ A população negra é o grupo que mais abre novos negócios no Brasil, mas é aquele que menos fatura. De acordo com o Global Entrepreneurship Monitor de 2017, pesquisa realizada em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), negros correspondem a 51% dos empresários do país, porém formam apenas 1% daqueles que ganham de R\$ 60 mil a R\$ 360 mil e totalizam 60% dos empreendedores que não lucram nada (ROCHA, 2018).**

Considerando esses dados, as noções de empreendedorismo foram incorporadas na proposta do projeto pensando na apresentação das possibilidades de geração de renda a partir do uso das mídias digitais, ampliando os horizontes dos(as) jovens participantes que, muitas vezes, consomem produtos e serviços digitais, mas não se veem inseridos nesse meio como possíveis empreendedores, criadores de conteúdo ou outras profissionalizações digitais.

Dessa forma, as metas estipuladas para o projeto consistiram em:

1. 2 turmas de formação em 6 meses, cada uma com 50 jovens negros(as);
2. Capacitação com formação sociopolítica de raça, gênero e classe;
3. Capacitação para os(as) participantes gerirem seus próprios empreendimentos;
4. Criação de rede de propagação de iniciativas ativistas, especialmente antirracistas;
5. Incentivo para participação desses(as) jovens nas disputas de narrativas dos fatos sociais, de cunho racial, de gênero e de classe;
6. Incentivo aos(as) participantes para o acesso à formação acadêmica superior;
7. Criação e manutenção da Plataforma NegritoLab.

Por fim, nosso intuito com essa iniciativa é o de tornar pública a diversidade de comunicação atrelada a essa população que não tem atualmente espaço dentro dos meios de comunicação para se desenvolverem e divulgarem seus meios de subsistência, criatividade e inventividade.

## Etapas de realização e resultados do projeto

O projeto tem como público-alvo jovens negros e negras da cidade de Salvador, moradores de bairros periféricos, com perfil socioeconômico vulnerável, inscritos(as) no CadÚnico, com idades entre 18 e 29 anos e pelo menos 50% mulheres negras. Dentre os(as) inscritos(as), foram selecionados(as), preferencialmente, aqueles(as) que estudavam, trabalhavam ou tinham interesse em atuar na área de comunicação popular e audiovisual.

A concepção e realização da primeira edição do projeto foram divididas em três etapas, sendo a primeira a de ampla mobilização e divulgação nas redes sociais e processo de inscrição/seleção também de forma virtual. Elaborados os materiais de divulgação, bem como as redes sociais do NegritoLab, em sequência foram criadas fichas de inscrição no Google Formulários, de forma que a chamada de jovens se tornasse pública e eles pudessem se inscrever para o curso. Em seguida, uma comissão montada previamente entre os (as) integrantes das organizações realizadoras avaliou as inscrições e o perfil dos candidatos(as), certificando que os(as) jovens selecionados(as) estivessem dentro do público-alvo definido no projeto.



Com alto índice de pessoas infectadas pelo coronavírus em nova onda de contaminações entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, a segunda etapa sucedeu-se em aplicação do curso para a primeira turma de forma virtual, pela plataforma digital Zoom, contando com a participação de 50 jovens selecionados pelos critérios da primeira etapa. Como formadores do curso, Rodrigo França, ator, diretor, dramaturgo e artista visual; Tâmara Terso, comunicóloga amefricana, e Herlon Miguel, administrador e empreendedor.



Entretanto, a segunda turma realizou o curso no formato presencial, em parceria com o Programa de Aprendizagem Profissional do Instituto Sagrado (Pap-Sagrado), contando com a participação de 42 jovens e tendo como formadores do curso Catharina Maia Caetano, bacharela em Humanidades e mestranda

em Educação; Rafaela Rodrigues, bacharela em Direito, e Silas Félix, economista, todos integrantes do Coletivo Enegrecer.



Durante a etapa de formação, os módulos foram divididos em:

### Módulo 1

Noções históricas e políticas sobre ativismo negro

Neste módulo, buscamos contextualizar, através de pesquisas históricas e sociológicas, o que chamamos de ativismo negro, através de importantes exemplos da nossa história de lutas e resistências contra o racismo e outras formas de opressão. Os temas abordados subdividiram-se entre:

- O Que é Racismo Estrutural
- Organizações Negras de Resistência
- Representação e Representatividade Negra
- Imprensa Negra dos séculos XIX e XX e a comunicação político-educadora

Pudemos observar bastante participação das turmas em relação aos assuntos abordados. Dentre as falas ouvidas na turma presencial, uma nos chamou muita atenção quando perguntamos sobre situações que configuram racismo estrutural no dia a dia. Um exemplo dado por uma participante foi acerca da estrutura do shopping center da cidade, onde nos pisos inferiores ficam localizadas as lojas mais populares com preços mais acessíveis, concentrando um número de pessoas majoritariamente negras e de classes sociais menos favorecidas economicamente, enquanto nos andares superiores concentravam-se as lojas

com preços mais elevados, concentrando um público majoritariamente branco de classes sociais mais abastadas economicamente. O que, na visão da participante, seria uma visível separação social de raça e classe.

## Módulo 2

### Noções Básicas sobre Mídias Digitais

Neste módulo, trouxemos noções básicas e teóricas acerca do que são mídias digitais e sua importância para a comunicação. Os temas abordados subdividiram-se entre:

- O que são Mídias Digitais
- A importância das Redes para a Comunicação
- Gerenciamento de Redes Sociais

Neste módulo, notamos maior interesse entre aquelas e aquelas que já haviam começado a utilizar as redes sociais com intuito de serem influenciadores digitais.

## Módulo 3

### Noções de Empreendedorismo com Mídias Digitais

Neste módulo, aproximamos os conceitos aprendidos com os módulos anteriores sobre estratégias de luta antirracistas e concepção de mídias digitais com noções introdutórias de empreendedorismo. Os temas abordados subdividiram-se entre:

- O que é Empreendedorismo
- Como gerar renda com Mídias Digitais: Possibilidades
- Organização de Negócio e Finanças
- O que é Afroempreendedorismo e o Movimento Black Money

## Módulo 4

### Oficinas de Comunicação e Empreendedorismo

No último módulo, pensamos que, para além da formação teórica, alguns assuntos demandavam uma atuação prática. Dessa forma, separamos aulas que possibilitassem que os(as) participantes da formação colocassem em prática os assuntos aprendidos nos módulos anteriores.

- Oficina de escrita e interpretação de texto
- Noções Básicas de design no Canva e criação de Identidade Visual
- Como montar um Plano de Negócio
- Assessoria para criação de CNPJ MEI (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – Microempreendedor Individual)

Vale destacar que a maioria dos(as) participantes não se interessaram pela formalização com a criação de um CNPJ, seja por receio do cumprimento de exigências jurídicas, como as declarações de renda que são feitas anualmente e as taxas mensais a serem pagas à Receita Federal, seja por conta da não garantia de retorno financeiro com o novo negócio, visto que o laboratório ainda não consegue financiar com capital inicial esses empreendedores e empreendedoras.

Após os módulos de formação teórica e prática, temos a terceira e última etapa do laboratório, ainda em processo de execução, que consiste na elaboração de uma plataforma digital, denominada NegritoLab, a ser alimentada por participantes do curso, que tenham participado de forma virtual ou presencial, com conteúdos relacionados à formação sociopolítica e voltadas, especialmente, ao público de comunidades periféricas, registrando suas vivências coletivas e possibilitando a geração de renda também com a divulgação de produtos e serviços dos(as) empreendedores capacitados(as) pelo curso e também de outros negócios de suas localidades.

## Considerações finais

**Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar.**

Angela Davis

A partir da experiência com o Laboratório de Midiativismo e Empreendedorismo Negro (NegritoLab), foi possível observar que muitos veem as aulas do curso como uma forma de aprender mais sobre os temas e aprimorar os seus conhecimentos, assim, a capacitação é determinante para o alcance das metas propostas. A partir disso, esses jovens negros se tornaram formadores de opinião da sociedade e poderão contribuir diretamente na plataforma construída.

Ademais, o projeto possibilitou uma intervenção no ciclo da pobreza dentro das periferias, no sentido de propagar o acesso à educação, haja vista que se trata de um curso com noções introdutórias, mas que, ainda assim, agrega conhecimento de forma que é possível notar a possibilidade de a população colocar em prática os ensinamentos e vivências propagadas durante o período da formação. Há que se falar ainda que foi possível contribuir para a sociedade civil, uma vez que o antirracismo, o midiativismo e o empreendedorismo negro são temas que possuem grande relevância para a comunidade, não apenas para as pessoas que se encontram inseridas na sociedade enquanto pessoas negras e periféricas, mas que o aprofundamento desses conhecimentos enseja em um certo empoderamento que é necessário e que muitos, de certa forma, almejam.

Portanto, a educomunicação foi um importante instrumento para a concretização dos referidos objetivos, especialmente porque boa parte dessa primeira edição do projeto ocorreu justamente em meio ao período do auge da pandemia de covid-19, em que muitas pessoas, em todo o mundo, se encontravam em um momento de certo desânimo e desesperança, podendo assim trazer luz a muitos e muitas jovens naquele difícil momento, tendo em vista que, além de produzir e agregar conhecimento, estes também puderam aprender de que forma utilizar-se das mídias e da comunicação para empreender, e por fim conquistar o objetivo que muitos têm buscado ao longo da vida: a realização de grandes sonhos.

## Referências

- ENEGRECER BAHIA. **Cartilha Enegrecer**. Salvador: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, 2022.
- ROCHA, Matheus. Apesar de maioria dos empreendedores no país, negros faturam menos no comércio. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/apesar-de-maioria-dos-empresendedores-no-pais-negros-faturam-menos-no-comercio-23257044>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- SOARES, Donizete. **Educomunicação: o que é isto?** São Paulo: Gens, 2006. Disponível em: <https://www.portagens.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 23, p. 16-25, 2002.

# Como os vieses raciais no Instagram impactam na vida de criadores de conteúdo negros?

Ariel Thamara\*

## Introdução

Todas as vezes que preciso me apresentar para alguém ou a algum grupo, a característica que mais se destaca é a minha facilidade para me comunicar e me enturmar. Tenho a lembrança clara de quando comecei a me identificar de forma digital com outras pessoas que tinham essas mesmas características, ficava assistindo a horas e horas de vídeos no Vine e no Youtube desses perfis. A facilidade da comunicação e a simplicidade que aqueles vídeos aparentavam ter me faziam pensar que apenas isso era necessário para ser o que ainda não tinha esse nome: um(a) influenciador(a) digital.

Dentro daquele contexto, uma garota negra, mineira, de 14 anos de idade, no ano de 2013, estudando em escola pública e de classe média baixa. Os vídeos a que eu assistia já não se enquadravam tanto no meu cotidiano. Vídeos de criadoras de conteúdo como Francine Elke, Maju Trindade, dentre outras influencers mulheres, que não só eu, como também toda a minha bolha de amigas, amávamos ver, eram completamente diferentes de nós, ou seja, brancas, de classe média alta, mostrando produtos que estavam fora da nossa realidade financeira e que muitas vezes nem eram sequer aplicáveis ao nosso aspecto

físico, como cremes para cabelos lisos, maquiagens que não tinham a nossa cor de base e por aí vai.

Contudo, por volta de 2015, começaram a aparecer coisas novas, principalmente no Youtube. Eram vídeos sobre transição capilar, maquiagens para peles negras, como finalizar o seu cabelo cacheado, todos com uma estética bem mais simples. Todavia, diferentemente do exemplo de 2013 mencionado anteriormente, poucos desses nomes se mantêm em alta até hoje. De forma rápida, observam-se alguns nomes como: Camila Nunes, Jacy Carvalho, Gabi das Pretas, dentre outras que na época ficaram conhecidas por ajudar no *processo de empoderamento* de garotas negras, como eu.

Ao assistir a tudo isso do outro lado da tela, replicando os passos a passos de maquiagens para pele negra, começando a entender as diversas diferenças que existem entre pessoas como eu e as influencers a que eu assistia em 2013 e vendo mulheres negras começando a ganhar espaço na tela do meu celular, começaram a surgir ideias como:

🗨️ **Tá muito fácil crescer no youtube.**

🗨️ **Não preciso fazer faculdade como meu pai quer, olha só, eu posso seguir a profissão de influencer digital...**

🗨️ **Eu tenho um celular com câmera boa e gosto de falar, não tem como dar errado, é uma receita de bolo simples!**

\*Ariel Thamara é mulher negra, formada em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Minas Gerais e com experiência de mercado em empresas de tecnologia. Sempre teve o objetivo acadêmico de unir os tópicos raça, comunicação e tecnologia. Participou como palestrante em um dos maiores eventos para mulheres na tecnologia da América Latina, a She's tech, falando sobre os impactos dos vieses raciais nas redes sociais, o que também foi o tema da sua monografia de conclusão de curso.



Enfim, houve BOOM de uma falsa ideia de democratização desse espaço virtual. Com o tempo, entendi que as coisas não eram tão simples assim, eu tinha, sim, que fazer uma faculdade e que o crescimento nessas redes sociais, assim como em vários outros espaços na sociedade, era dificultado pela cor da minha pele.

Como boa tagarela, curiosa e apaixonada por tecnologia e meios de comunicação, entrei para o curso de Publicidade e Propaganda na universidade que eu sempre quis, a Universidade Federal de Minas Gerais. A partir da minha entrada na UFMG em diante, passei a frequentar ambientes que antes não estavam dentro da minha realidade, majoritariamente brancos. Com o tempo me acostumei com todo esse contexto, e desde o meu primeiro estágio conheci outra paixão: a tecnologia.

Vivendo o dia a dia com profissionais da área de tecnologia desde 2019, estranhamente me sinto à vontade. É muito do meu interesse não só acompanhar as tendências tecnológicas, mas também saber como são desenvolvidas, o que tem por trás e principalmente QUEM está por trás. As discussões sobre a presença de mulheres na tecnologia são fortes e LINDAS, sempre estive lá, apoiando e até participando de eventos voltados para isso. É uma pauta extremamente necessária. Porém, novamente, tive um pressentimento, um passarinho verde veio me dizer que o buraco era mais embaixo. Um belo dia, eu estava em uma sala de reunião junto a várias mulheres, todas supercompetentes e estratégicas pensando em uma campanha para aumentarmos o número de mulheres em determinada empresa de tecnologia. Foi então que eu fiz um questionamento que ainda não havia sido levantado:

**🗨️ Temos mais mulheres do que pessoas negras aqui, vamos pensar algo para isso também?**

Concordaram que era uma pauta importantíssima e me disseram que ninguém seria melhor para puxar essa estratégia e campanha do que eu, e, por fim, me falaram para ir conversar com outras pessoas negras e ver o que podia ser feito. Voltamos para a discussão de inclusão de mulheres. Todavia, o questionamento que ficou na minha cabeça foi além dessa situação:

**🗨️ O que esperar de um produto desenvolvido por um mercado tão incrível, mas que não existe representatividade na produção dele?**

Mal sabia eu que dessa situação tão chata começaria a ser desenvolvido o meu projeto de conclusão de curso sobre “Como os vieses raciais no Instagram impactam na vida de criadores de conteúdo negros?”.

## **Não devemos simplificar as plataformas como simples redes de comunicação**

Quando eu estava finalizando a minha graduação em Publicidade e Propaganda na UFMG, uma matéria com o professor Carlos D’Andrea me chamou muita atenção e, mesmo em todo o contexto pandêmico, aulas EAD e tudo mais, foi uma das matérias que mais me marcaram. Nessa disciplina, todo aquele processo que citei no início do texto, da minha relação com os influenciadores e com as plataformas, passou a ter um significado menos inocente.

Lembra quando eu citei a sensação que tive com o BOOM dos influenciadores digitais e a crescente presença de influenciadores negros? Nessas classes, consegui uma explicação mais técnica, mas não muito diferente do que eu já havia imaginado... a “falsa democracia”.

Isso não surgiu em 2013. Durante vários anos, termos como “cultura da participação”, “sabedoria das multidões” e “inteligência coletiva” foram amplamente usados para se compreender um conjunto de práticas e inovações que prometiam “democratizar”, “horizontalizar” ou “descentralizar” as relações interpessoais, a política, a economia (D’ANDRÉA, 2020).

Além do mais, as coisas não eram tão simplistas como acompanhar durante horas influencers falando sobre beleza. Com o passar dos anos, a internet e esses fóruns digitais que foram se constituindo nela foram se tornando indispensáveis para os estudos sociológicos, e, conseqüentemente, publicitários. Dessa

forma, esses serviços tecnológicos foram se tornando cada vez mais robustos e ocupando um espaço considerável na economia, fazendo com que o mercado digital se tornasse um dos principais do mundo. Nos exemplos anteriores, eu estava utilizando o YouTube como principal canal de comunicação e criação de conteúdo, mas esse cenário foi apenas se expandindo. Atualmente é difícil separar o termo “redes sociais” de aplicativos como Facebook, Instagram e Twitter, mas a ideia que esse termo carrega de uma rede de conexões e interações é muito simplista e ingênuo quando o associamos a esses aplicativos que são, na verdade, plataformas muito poderosas de coleta de dados (D’ANDRÉA, 2020).

Além disso, para as plataformas, é proveitoso serem associadas a essa lógica simplista de conexão, pois assim elas conseguem potencializar ainda mais suas estratégias comerciais, através dos rastros deixados pelos usuários. Para isso, as plataformas buscam deixar suas relações com os usuários cada vez mais personalizadas.

O meu ponto sobre todo esse processo de plataforma da sociedade e inovações tecnológicas é que isso tudo não está andando no mesmo passo que a resolução de problemas estruturais que existem relacionados ao racismo. Volto a repetir aqui a mesma pergunta que fiz há um tempo:

🗨️ **O que esperar de um produto desenvolvido por um mercado tão incrível, mas que não existe representatividade na produção dele?**

## Qual o impacto da desigualdade social no mercado de tecnologia? Como isso ajuda na criação de algoritmos racistas?

O atual contexto de crescimento tecnológico não foi acompanhado por reparações históricas, o que fez com que questões que são socialmente problemáticas se perpetuassem no contexto digital.

Com a plataforma e a dataficação da sociedade, a importância dos algoritmos foi aumentando. Decisões que eram normalmente baseadas em reflexão humana agora são feitas automaticamente, sem necessariamente uma revisão mais humanizada que levaria em consideração aspectos que talvez passem despercebidos pelas máquinas.

🗨️ **A estrutura matemática do algoritmo não é racista ou machista, mas os dados incorporam o passado e não apenas o passado recente, mas o passado obscuro.” (CODED BIAS, 2020).**

Tcharam! Eis a resposta para a minha pergunta:

🗨️ **O que esperar de um produto desenvolvido por um mercado tão incrível, mas que não existe representatividade na produção dele?**

## Algoritmos são criados por humanos e humanos enviesados criam algoritmos com vieses

Em suma, com o fim da matéria com o Carlos D’Andrea e munida de informações que tive ao imergir nesse contexto de plataformas, responsabilização e algoritmos com vieses raciais, convenci-me de que minha pesquisa tinha que ir por esse caminho, um caminho que interligasse três pontes que sempre atravessaram a minha vida: tecnologia, comunicação e raça.



## O que são as microagressões e como elas aparecem no contexto digital?

Através dos estudos do Tarcízio Silva sobre tecnologias digitais, ética e vieses discriminatórios, entendi mais sobre o conceito de microagressões. Então percebi que eu queria pesquisa direcionada para vozes que me acompanham há quase 10 anos. Mesmo através da tela do meu celular, me ajudaram a me conectar com vários temas relacionados à minha raça e que me mostraram que eu não estava sozinha nas lutas diárias: as influenciadoras digitais negras.

Antes de entrar nas microagressões que apareceram nas entrevistas, creio ser importante trazer de forma breve os conceitos evocados nos estudos de Silva (2021):

### Suposição de Criminalidade

Trata-se da suposição que uma pessoa racializada tem mais chance de ser “perigosa, criminosa ou desviante baseado em sua raça” (Sue, 2007).

### Negação de Realidades Raciais / Democracia Racial

Para entender de forma simples essa microagressão, basta lembrarmos de frases que são comumente compartilhadas nas redes sociais no mês da consciência negra, como “Não vejo cor, vejo pessoas” ou “Somos todos iguais” ou até mesmo o clássico vídeo do ator Morgan Freeman dizendo que para acabar com o racismo é necessário parar de falar dele (POR QUE..., 2021).

### Suposição de Inferioridade Intelectual.

Essa microagressão é especialmente presente no contexto acadêmico, onde a distribuição de oportunidades, reprimendas ou atenção por agentes educacionais não é igualitária.

Discursivamente, supor que um indivíduo conseguiu entrar em faculdades por meio de cotas e que isso invalida a sua presença ali é um tipo de suposição de inferioridade intelectual, como a “surpresa” com a articulação ou ideias de grupos racializados ou, ainda,

forçar estereótipos disciplinares, como no caso de descendentes de asiáticos (SILVA, 2021, p. 135.).

### Patologização de Valores Culturais

A histórica associação de religiões de matrizes africanas a coisas negativas pela lente de religiões europeias, colocando uma cultura como superior ou mais válida que outra, é um tópico presente nessa microagressão.

### Exotização

Como a própria palavra diz, essa microagressão diz sobre tratar como não natural, exotizar, com base nas características físicas.

A patologização irmana com a exotização das populações racializadas, sobretudo nas opressões interseccionais. A exotização de mulheres racializadas soma-se à misoginia e leva a mensagens e associações à hipersexualização (SILVA, 2021, p. 136).

### Estrangeiro na Própria Terra / Negação de Cidadania

Estrangeiro na própria terra, não se sentir e nem ser tratado com respeito dentro da sua própria casa.

**🗨️ No caso de grupos minorizados quantitativamente, são enquadrados como se não fossem efetivamente do local – como acontece com os povos indígenas em países da América. Essa negação de cidadania é frequente também em ambientes de consumo, onde o grupo hegemônico recebe tratamento preferencial (SILVA, 2021, p. 136).**

### Exclusão e isolamento

Essa microagressão, de acordo com Silva (2021), é relacionada à segregação de pessoas racializadas, negando, dessa forma, oportunidades ou fazendo com que pessoas que fazem parte desse grupo se tornem cada vez mais distantes de determinados contextos.

Pronto, agora com todas as microagressões apresentadas, quero entrar em um outro ponto, sobre como os vieses raciais, que estão diretamente atrelados a essas microagressões, aparecem no meio digital, em especial, no Instagram.

# Os vieses raciais existentes no algoritmo do Instagram

O processo de construção dos algoritmos das mídias sociais é feito a partir da alimentação dos códigos com dados que são identificados e aprendidos no processo de *machine learning*<sup>1</sup>. Esse aprendizado pode ocorrer durante o uso dos algoritmos nas redes, como na priorização do tipo de conteúdo mais consumido pelo usuário, ou da implementação desses algoritmos, como no processo de reconhecimento de rostos humanos.

Sobre a responsabilização da plataforma, em junho de 2020, um funcionário decidiu compartilhar seu “Pensamento aprofundado” sobre a diferença no uso dos produtos do Facebook de acordo com a raça dos usuários. Seu diagnóstico: a empresa estava escolhendo não olhar para essa questão (DIAS; RIBEIRO; LOPES, 2021), mesmo sabendo que muitos de seus produtos poderiam reproduzir racismo.

Após um tempo, os influenciadores negros começaram a perceber que estavam sendo impactados negativamente pela plataforma do Instagram.

Polly Oliveira<sup>2</sup> é uma influenciadora digital, gorda, negra e maranhense. A partir do ano de 2019, ela reparou que seus posts eram repetidamente tirados do ar, com a desculpa de que eram sexualizados demais para as diretrizes do Instagram. Suas postagens sempre foram baseadas em autoestima, corpo livre e liberdade feminina, conversando com mulheres sobre padrões, machismo e a sociedade patriarcal que insiste em controlar nossos corpos (Elástica Abril, 2021).

Então, a influencer iniciou o seu experimento que consistia em mudar o conteúdo das suas publicações e padronizá-las com o que percebeu durante uma análise dos perfis de outras influencers para pro-

var que o problema não estava no conteúdo que ela produzia, e sim no algoritmo da plataforma.

Após passar a fazer conteúdos se encaixando dentro de vários personagens que representavam esse padrão, a influencer percebeu um **aumento de até 5x na entrega dos seus conteúdos**. “Todas as vezes que eu usei minha plataforma para vender uma mentira, eu tive o meu conteúdo impulsionado, entregue, tive meu alcance pelo menos 4x ou 5x maior do que quando eu falava sobre feminicídio, sobre liberdade, sobre libertação, então eu dizer que o Experimento é uma solução eu estaria mentindo, ele é apenas uma prova.” (Polly em entrevista para o Mídia Ninja, 2021). Junto a Polly, nesse processo, várias outras influenciadoras e influenciadores passaram a questionar mais a plataforma sobre esses vieses.

A plataforma (Instagram) assumiu, em um artigo publicado em 2020 (MOSSERI, 2020), assinado pelo próprio Adam Mosseri, chefe do Instagram, direcionado para as comunidades negras, que havia problemas relacionados aos vieses raciais existentes em seu algoritmo.

Viés algorítmico: Algumas tecnologias correm o risco de repetir os padrões desenvolvidos por nossas sociedades tendenciosas. Embora façamos muito trabalho para ajudar a evitar o preconceito subconsciente em nossos produtos, precisamos examinar com mais atenção os sistemas subjacentes que construímos e onde precisamos fazer mais para evitar o preconceito nessas decisões (MOSSERI, 2020).

A empresa disse que essas ações não seriam tomadas do dia para a noite, que as mudanças seriam graduais e que o objetivo é que o Instagram seja um lugar onde todos se sintam seguros, apoiados e livres para se expressar, e espero que este trabalho nos aproxime desse objetivo.

Em meados de 2019, pesquisadores do Facebook (SOLON, 2022; SEETHARAMAN, 2020) começaram a estudar um novo conjunto de regras propostas para o sistema automatizado que o Instagram usa para remover contas por bullying e outras infrações.

1. O aprendizado de máquina (em inglês, *machine learning*) é um método de análise de dados que automatiza a construção de modelos analíticos. É um ramo da inteligência artificial baseado na ideia de que sistemas podem aprender com dados, identificar padrões e tomar decisões com o mínimo de intervenção humana.

2. <https://www.instagram.com/pollyoliveirareal/>

O que eles encontraram foi alarmante. Os usuários do Instagram, de propriedade do Facebook, nos Estados Unidos, cuja atividade no aplicativo sugeria que eram negros, tinham cerca de 50% mais chances, sob as novas regras, de terem suas contas automaticamente desativadas pelo sistema de moderação do que aqueles cuja atividade indicava que eram brancos, de acordo com dois funcionários atuais e um ex-funcionário, que falaram sob condição de anonimato porque não estavam autorizados a falar com a mídia. Beleza, nesse ponto já entendia de forma um pouco mais técnica como os influenciadores negros eram prejudicados pela própria plataforma do Instagram, mas eu queria entender mais, queria saber da boca deles como se sentiam perante esse cenário.

A pesquisa realizada na minha monografia:

Pronto, nesse ponto de imersão no tema eu já sabia três coisas:

1. Minha pesquisa exploratória seria direcionada para pessoas que eu acompanhava e já me ajudaram em vários contextos da minha vida: criadores de conteúdos negros.
2. Será sobre influencers na plataforma do Instagram.
3. Para entender de forma mais profunda os impactos dos vieses raciais no algoritmo do Instagram, irei usar como base os estudos relacionados às microagressões.

Selecionei a dedo influencers de vários segmentos e que eu já acompanhava há um tempo. Todos os perfis entrevistados foram de pessoas negras, com idades entre 20 e 40 anos e com mais de 10 mil seguidores no Instagram. Além disso, todos eles levam a carreira de criadores de conteúdo como uma das principais formas de gerar renda há mais de um ano. Para fins de privacidade e segurança deles, não vou citar os nomes aqui, mas os perfis se caracterizam da seguinte forma:

#### **Influencer A:**

A primeira influencer entrevistada é uma mulher negra, que atua no meio digital como criadora de conteúdo para o Instagram e o Twitter desde 2016. Atualmen-

te, seus conteúdos giram em torno das temáticas de moda, família negra e comportamento. Possui aproximadamente 180 mil seguidores no Instagram e foi uma das influencers recrutadas pela própria plataforma para a implementação, na fase de testes, da ferramenta de reels.

#### **Influencer B:**

A segunda influencer também é uma mulher negra, que, após anos no setor de beleza, passou a ver o Instagram como uma forma de vender seus produtos para cabelo, posteriormente se tornou uma criadora de conteúdo com foco em lifestyle, e faz propagandas para várias marcas que visam divulgar um estilo de vida parecido com o dela. Atualmente, ela possui mais de 20 mil seguidores no Instagram, contudo, a sua vida de criadora de conteúdo iniciou no Twitter, rede na qual ela possui um alcance de mais de 15 mil pessoas.

#### **Influencer C:**

O terceiro influencer entrevistado é um homem negro, criador de um perfil que trabalha pautas exclusivas relacionadas à raça, cujo alcance das publicações chega a mais de 70 mil pessoas. Ele começou a se profissionalizar como criador de conteúdo no Twitter, rede em que ele possui mais de 50 mil seguidores. Seus perfis, tanto o pessoal quanto o profissional, trabalham pautas relacionadas a artistas negros, cultura e pautas LGBTQIA+.

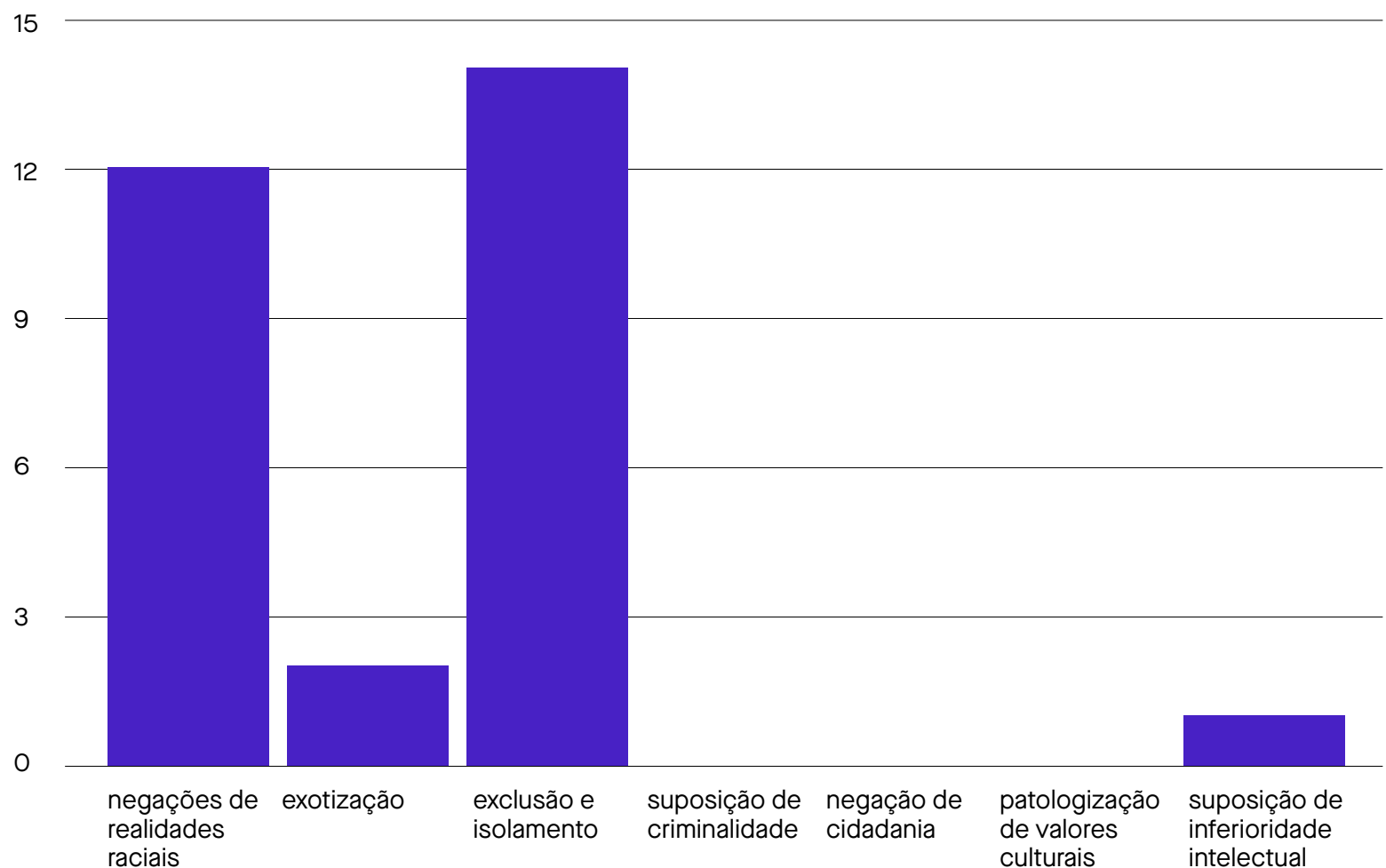
#### **Influencer D:**

A quarta e última influencer entrevistada é uma mulher negra que é referência em maquiagem em peles negras. Possui um perfil verificado, com quase 80 mil seguidores no Instagram. Em seu perfil, trabalha pautas relacionadas a maquiagem em pele negra, saúde mental, empreendedorismo negro e dicas de produtos. Ela iniciou seu perfil para fortalecer um produto que já tinha, um curso de maquiagem focado em peles negras em seu perfil.

Dentre todas as microagressões, a mais presente nas entrevistas foi a de exclusão e isolamento, seguida da negação de realidades raciais, exotização e supo-



Figura 1 – Gráfico de recorrência das microagressões



Fonte: Pesquisa própria realizada com influencers.

sição de inferioridade intelectual. Suposição de criminalidade, negação de cidadania e patologização de valores culturais não apareceram.

### Exclusão e isolamento

No contexto das entrevistas, a exclusão e isolamento foram muito atreladas a outros dois termos que gostaria de acrescentar aqui, o de invisibilidade e o de invalidação.

Em uma parte da sua entrevista, a entrevistada A relatou a dificuldade para ser verificada<sup>3</sup>, mesmo sendo uma influencer com um grande público, reconhecida por vários outros artistas e reconhecida, inclusive, pelo próprio Instagram como uma pessoa relevante.

Quando a plataforma foi testar no Brasil a ferramenta Reels<sup>4</sup>, convidaram a *influencer* para ser uma das pessoas a participar e a testar com o público a nova ferramenta.

Apesar disso, e também apesar de trabalhar como criadora de conteúdo há mais de seis anos, ela vê influencers não negros de mesmos segmentos e tamanho que ela apresentando um desempenho e reconhecimento muito maior pela plataforma.

3. A verificação é uma forma de as pessoas saberem se as contas de destaque que estão seguindo ou pesquisando são exatamente quem elas dizem que são. Dessa forma, as pessoas poderão saber quais contas são autênticas e relevantes.

4. Disponível em: <<https://about.instagram.com/pt-br/features/reels>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

“Tenho visto muito e vivido muito essa dificuldade dos conteúdos não serem entregues e, mais do que isso, assim quando eu fui convidada pelo Instagram para testar uma ferramenta que eles tinham criado, o Reels. Então eu fui chamada para ser uma das primeiras pessoas a utilizar o Reels, aí eu fui uma das pessoas que tiveram acesso ao Reels primeiro que todo mundo, então eu já tinha colocado meus vídeos todos lá e aí já sabia a data que ia estreiar. E aí, quando estreou, os meus vídeos foram os primeiros, eu botei muitos vídeos, que eram os que eu estava publicando lá na rede vizinha, né, eu tinha muito conteúdo, então eu alcancei quase 50 milhões de views dos meus vídeos, e aí só que eu não ganhei nenhuma visibilidade por conta disso, né, e tem as questões das pessoas que estão por trás das coisas, eu vi vídeos de pessoas que fizeram um igual ao meu e foram parar em Instagram de milhões de seguidores, compartilharam um vídeo deles, vídeo que tinha 100 mil visualizações e o meu vídeo que tinha 8 milhões de visualizações ninguém compartilhou (Influencer A, em entrevista).”

Esse contexto, no qual a influencer foi utilizada pela plataforma para testar uma ferramenta que pouco tempo depois viria a ser um sucesso, e mesmo assim não foi verificada, nos leva a refletir sobre como, para se destacarem, influencers negros precisariam se esforçar cada vez mais, como a própria entrevistada disse:

“Fiquei chateada, mas passou né, fazer o quê, é uma coisa que acontece muito com as pessoas pretas, eu vejo as postagens do pessoal e identificando assim, poxa, isso é real, é muito chato, a gente fica produzindo conteúdo, mas tem que produzir mil vezes melhor. A gente tem que se esforçar muito mais e ainda assim a gente é invisibilizado pelas pessoas e pela plataforma (Influencer A, em entrevista).”

Essa invisibilização e descredibilização de pessoas negras é uma característica extremamente forte no racismo estrutural e a ideia de que, para conseguir

ser bem-sucedido no seu âmbito profissional, pessoas negras precisam se esforçar mais que os demais, também é repassada para o contexto de criadores de conteúdos, uma profissão que ainda é relativamente nova.

De acordo com as respostas nas entrevistas, os termos invisibilização, isolamento e exclusão andam lado a lado. A falta de reconhecimento e descredibilização de pessoas negras fazem com que a população negra tenha menos visibilidade, principalmente em seus ambientes de trabalho. Com o sucesso de conteúdos “virais”, principalmente no TikTok<sup>5</sup>, a replicação de conteúdos, que antes era entendida como plágio, acabou se tornando comum, as chamadas *trends* (CARNEIRO, 2021). Segundo a influenciadora A:

“Tem uma questão algorítmica e tem essa questão de sermos invisibilizados a todo tempo ao criarmos conteúdo para outras pessoas! A gente cria conteúdo para outras pessoas criarem em cima do que a gente criou e, às vezes, a pessoa não cria nem em cima, a pessoa copia descaradamente e a pessoa ganha visibilidade com o que a pessoa preta faz. E não basta fazer algo bom, não basta inventar algo bom, não basta ganhar milhões de visualizações, ainda sim qualquer outra pessoa que faça o pior ou descaradamente copiado a pessoa é divulgada e aparece, então, assim, é horrível, é horrível (Influenciadora A, em entrevista).”

Ainda nessa microagressão, um dos relatos que mais me marcou no processo das entrevistas foi o relacionado ao impacto das falhas no reconhecimento facial no racismo algorítmico do Instagram. Durante sua entrevista, a influencer D afirmou que o seu perfil abrange várias tonalidades de peles, por isso, apontou o impacto do colorismo nos vieses raciais do algoritmo do Instagram. Quando perguntada sobre como o colorismo impactava o alcance de suas publicações, ela afirmou: **“Quanto mais escura a pele, menos engajamento”**. O problema não é um algoritmo ou outro de forma isolada, mas como sociedades

5. Disponível em: <<https://www.tiktok.com/pt-BR/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

racistas constroem, conseqüentemente, tecnologias com potenciais ou aplicações discriminatórias.

### Negação de realidades raciais

Negar que exista uma supervalorização dos conteúdos de criadores brancos e uma descredibilização dos trabalhos feitos por criadores negros é também uma forma de negar realidades raciais, uma vez que são elementos que possuem raízes muito mais profundas no racismo estrutural. De acordo com a influencer A, é comum ver criadores de conteúdo brancos crescerem de forma mais escalável que criadores de conteúdo negros.

Eu tenho aqui eu vejo pessoas brancas crescendo muito mais rápido e às vezes produzindo conteúdo igual ou inferior ou sabe que nessa questão que eu falei de um vídeo só repetitivo e a pessoa ganha um monte de seguidores (Influencer A).

A principal hipótese para que essa tenha sido uma das microagressões mais presentes nas entrevistas é o fato de ela estar diretamente relacionada com a forma como as outras micro e macroagressões se expressam no contexto brasileiro.

### Exotização

Durante as entrevistas, a influencer D, que trabalha no segmento de beleza negra, colocou em pauta uma situação na qual, após produzir conteúdos, com o mesmo fundo, a mesma qualidade na imagem e postados em horários que para ela funcionam melhor, na plataforma do Instagram, as publicações com modelos com peles mais claras e traços mais finos tinham uma performance melhor. Como foi comentado anteriormente, uma das falas da influencer D é que quanto mais escura a pele, menos engajamento. Já para a influencer B, a exotização ocorre de outras formas, como uma forma de “cota de pessoas negras para publicidade” que as marcas que a procuram buscam trabalhar. De acordo com ela, é comum chegar para fazer um trabalho com marcas e ser a única pessoa negra no *casting* e no grupo de WhatsApp. Esse fator também está presente na microagressão de exotização.

### Suposição de criminalidade

Essa microagressão trata da suposição de que uma pessoa racializada tem mais chance de ser perigosa, criminosa ou desviante baseado em sua raça (Sue, 2007). Por exemplo, excessiva vigilância em um estabelecimento comercial é uma queixa frequente, mas, devido à fácil negação da intencionalidade, só gera repercussão aos perpetradores em casos críticos.

Todos os influenciadores disseram que seus públicos são compostos majoritariamente por pessoas negras e que se identificavam com o sofrimento de injustiças raciais existentes na sociedade, o que pode ser entendido como uma hipótese para que essa microagressão não tenha aparecido no contexto das entrevistas.

### Negação de cidadania

Quando grupos minoritários quantitativamente são enquadrados como se não fossem efetivamente do local, Silva (2021) caracteriza como uma microagressão denominada como negação de cidadania. Como exemplo, para a aplicação dessa microagressão, podemos avaliar a forma com a qual os povos indígenas são tratados em países da América. No ambiente digital, isso ocorre por meio da falta de neutralidade de plataformas digitais.

No contexto das entrevistas, apesar de esta microagressão, às vezes, se cruzar com as de exclusão e isolamento em alguns pontos, ela não apareceu relacionada ao estrangeirismo na própria terra.

### Patologização de valores culturais

No contexto das entrevistas, essa microagressão não apareceu. A principal hipótese para isso é o fato de a religião não ser um tópico recorrente nas pautas de nenhum dos entrevistados. Dessa forma, como não trabalhavam publicações relacionadas às religiões em suas publicações, não conseguiram observar algum viés relacionado a essa microagressão.



## Suposição de Inferioridade Intelectual

A suposição de inferioridade intelectual é uma micro-agressão que permeia o campo acadêmico e educacional. Ao decorrer das entrevistas, essa micro-agressão apareceu de forma indireta quando o influencer C afirmou que, quando ele posta alguma informação rasa, que engloba apenas as consequências do racismo, há um nível de compartilhamento, entrega e engajamento muito maior do que quando ele busca trazer para a discussão teóricos negros e seus pontos de vista, abordando não apenas a consequência, mas também as micro-agressões que juntas ocasionam o racismo estrutural.

**“Você faz um vídeo informativo sobre racismo estrutural, o alcance é muito menor, já começa por aí, o alcance é muito menor, aí você fica indicando livros e outras coisas e ninguém vai ler. O que é muito melhor ninguém vai querer saber, ninguém tem interesse em realmente construir algo, o interesse que existe era a pessoa não se sentir culpada e isso parte de uma estrutura racista. E isso é muito doido para gente porque você acaba entrando numa lógica de ou você adocece porque você vai continuar postando esse tipo de conteúdo chocante de pessoas que sofrem agressões racistas o tempo todo, de falar de gente sendo morta, de não sei o quê, aquilo ali dá like, aquilo engajamento, aquilo ali dá views ou você adocece porque você sabe postando um monte de coisa e você tá aí batendo em pedra dura porque ninguém tá aprendendo nada! Daqui a uma semana você vai tá falando aquilo de novo... colorismo todo mês, palmitagem, eu não aguento mais (Influencer C, em entrevista).”**

Nesse sentido, é como se os assuntos que são cabíveis para pessoas negras falarem sejam limitados às consequências do racismo. Dessa forma, ignorando o trabalho de vários intelectuais negros e, consequentemente, supondo uma inferioridade intelectual.

## Os principais impactos apresentados na entrevista

No decorrer das entrevistas sobre racismo algorítmico e os empecilhos ligados a eles para criadores de conteúdo negros, um padrão pôde ser observado: todos os influenciadores se queixaram de problemas relacionados à saúde mental e à questão financeira, como será demonstrado nas seções deste capítulo.

### O impacto financeiro

Uma das principais formas para um criador de conteúdo lucrar dentro da plataforma do Instagram é através de trabalhos realizados como influenciadores digitais para empresas.

Segundo a experiência dos influenciadores que foram entrevistados, a maioria das empresas que os procuravam baseavam a proposta do valor do trabalho em cima da quantidade de seguidores, muitas vezes comparando com influencers do mesmo segmento, porém brancos. Segundo a influenciadora A: “Tem impacto aí também nos valores de cachê que oferecem para minha pessoa e para outras pessoas que não são pretas, certeza.”.

Após ser questionada sobre as diferenças entre as abordagens das marcas com criadoras de conteúdo brancas em comparação às criadoras negras, a influencer D respondeu:

**“Uhum, já, claro que já, de chegar e-mail e eu sei quanto que a menina vai cobrar, assim já chegou, inclusive é uma coisa bem recorrente. Eu já fui comparada com outra influencer branca e assim foi explícito, sabe, como assim você vai cobrar isso? Fulana tem muito mais seguidores que você e vai cobrar isso. E aí rolou uma crise na empresa porque eu gritei e fui lá né expor a palhaçada que eles estavam fazendo, foi uma das semanas mais tensas que eu já tive na minha vida, gerou uma crise dentro da minha empresa sabe, o problema de uma pessoa branca influenciou na minha”**

**empresa, então isso acontece bastante, os comparativos acontecem bastante (Influencer D, em entrevista).**

A faixa de salário não acompanha de forma proporcional o crescimento dos perfis de influenciadores (BLACK INFLUENCE, 2020). A perspectiva de pagamento médio e máximo para um influenciador branco é muito maior que a de um influenciador negro, apesar de a diferença não ser tão grande quando falamos do mínimo.

Em suma, o mercado de influência não trata de maneira equilibrada criadores de conteúdos brancos e não brancos (BLACK INFLUENCE, 2020). Criadores de conteúdo pretos recebem cachês menores, mesmo possuindo base e engajamento similares aos brancos e são menos contratados por marcas para ações publicitárias.

Contudo, o impacto financeiro pode acarretar uma série de outros problemas, por exemplo, na saúde mental.

### O impacto psicológico

Em 2019, a youtuber Gabi Oliveira palestrou no Social Media Week 2019 (ARAUJO, 2019) sobre a saúde mental de criadores de conteúdo. Dentre vários tópicos comentados durante a palestra da criadora de conteúdo, um dos principais foi que as redes sociais tendem a trabalhar em cima dos medos e da insegurança dos criadores. Segundo ela: “Medo de postar poucas vezes, medo da mudança do algoritmo, medo do *flop*”.

Esse receio também apareceu durante as entrevistas. Para a influenciadora A, existe uma pressão psicológica e da própria ferramenta para que os criadores de conteúdo utilizem todos os recursos disponibilizados. Esse tópico também surgiu quando a influenciadora B falou sobre a exaustão de correr atrás da frequência ideal de publicações, que, apesar de não existir um consenso, é fortemente divulgada entre “gurus do marketing” (SKAF, c2015) para que seja a maior possível.

**“ Eu acho que tem muito essa pressão, a psicológica, principalmente com quem trabalha produzindo muito conteúdo para internet, a gente fica sempre nessa questão porque hoje ficamos muito mais tempo dentro da rede, e tem tantos recursos que não dá para você usar todos (Influenciadora A, em entrevista).**

A influenciadora B também destacou o incômodo em relação à cobrança exacerbada sobre a alta frequência de publicações:

**“ Então, antes eu tentava criar assim desesperadamente, entregar alguma coisa, tipo, eu ficava pensando o que eu vou falar, no que eu posso impactar, aí eu ficava nessa loucura: Eu tenho que pensar alguma coisa, eu tenho que pensar alguma coisa... E aí teve um momento que eu falei: Gente, não dá, eu estou cansada (Influenciadora B, em entrevista).**

Todavia, esse questionamento em torno de conteúdos produzidos em larga escala e a ansiedade que isso causa nos criadores de conteúdo não estão apenas relacionados a criadores de conteúdo negros. A cada minuto de 2020, quase 150 mil fotos foram postadas no Facebook, mais de 300 mil *stories* foram publicados no Instagram e mais de 40 milhões de mensagens foram enviadas pelo WhatsApp (ALI, 2020).

Entretanto, apesar de criadores de conteúdo brancos também estarem submetidos a essa pressão para a criação de conteúdos em massa e com uma boa qualidade, a competição no meio digital ainda é muito desigual. Além dessa ansiedade causada pela necessidade de estabelecer uma frequência alta de conteúdos, influenciadores negros têm que lidar com os vieses raciais que existem no algoritmo da ferramenta que eles utilizam para divulgarem seus conteúdos e, conseqüentemente, conseguirem suas rendas.

Mas, além dessas inseguranças que também são citadas por criadores de conteúdo brancos, criadores de conteúdo negros encontram outras barreiras que fazem com que esse medo seja ainda mais aguçado. Segundo a influenciadora B:



“O algoritmo do Instagram impacta muito nessa questão de dividir quais são os conteúdos que ele vai entregar, se são de pessoas brancas ou se são de pessoas negras. Então total assim, tem esse racismo digital (Influenciadora B, em entrevista).”

De acordo com a influenciadora D, para conciliar as diversas atividades que precisa fazer em seu dia a dia com a criação de conteúdo para o Instagram e entender que nem sempre a culpa de a entrega não ter sido boa não é da qualidade, e sim de uma questão da estrutura do algoritmo, ela precisou desenvolver uma maturidade em relação a sua autoestima.

Eu tento manter esse equilíbrio entre o público e vender também enquanto eu estou fazendo o meu trabalho, e isso mexe bastante com a autoestima de quem produz. É sempre um “ah, o Instagram não vai entregar”, não é culpa sua, seu conteúdo está bom, então tem que ficar vigiando o dia inteiro as vozes na sua cabeça porque se não você adocece (Influenciadora D, em entrevista).

Ao finalizar o processo dessas entrevistas, tanto eu quanto os entrevistados tivemos um *mix* de emoções. Eles por estarem relatando em voz alta com outra pessoa sobre aflições que vivenciam em seus cotidianos e que estão em um nível de resolução que está acima do controle deles. E eu, por estar entendendo de forma mais profunda essas angústias e tendo respostas para perguntas que comecei a ter desde quando eu via influenciadoras negras, que eu adorava, aos poucos cansando de nadar contra a maré. Sempre soube que para pessoas negras as coisas não eram tão simples, e como uma pessoa curiosa eu precisei colocar uma escada e ir descendo aos poucos para entender quem estava cavando esse buraco para a gente.

Não quero que a minha pesquisa seja desmotivadora para criadores de conteúdo negros. Muito pelo contrário, quero ajudar a dar visibilidade para esses problemas técnicos e estruturais que existem e que são uma pedra no sapato dessa galera. Não há como vencer uma guerra quando não sabemos ao certo contra quem estamos lutando. Espero que esse trabalho sirva como acalento para esses criadores, para

que saibam que nem sempre o problema da falta de engajamento ou dificuldade de crescer na plataforma é pessoal, na maioria das vezes, é estrutural.

## Referências

- ALI, Aran. Here's what happens every minute on the internet in 2020. **Visual Capitalist**, Vancouver, 15 set. 2020. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/every-minute-internet-2020/>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- ARAUJO, Leonardo. Como um creator pode seguir saudável na era digital? **Propmark**, São Paulo, 13 set. 2019. Disponível em: <https://propmark.com.br/como-um-creator-pode-seguir-saudavel-na-era-digital/>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- BLACK INFLUENCE. Infográfico. **Gente**, Rio de Janeiro, 8 set. 2020. Disponível em: <https://gente.globo.com/black-influence/>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- CARNEIRO, Julia. Plágio ou inspiração? O fashion TikTok está problematizando as versões DIY de roupas de grifes. **Glamour News**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2021. Disponível em: <https://glamour.globo.com/moda/news/noticia/2021/06/plagio-ou-inspiracao-o-fashion-tiktok-esta-problematizando-versoes-diy-de-roupas-de-grifes.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- CODED BIAS. Direção: Shalini Kantayya. Los Gatos: Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81328723>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- DIAS, Tatiana; RIBEIRO, Paulo Victor; LOPES, Débora. O grande experimento: Facebook Papers: as provas que faltavam para mostrar como a rede manipulou você. **Intercept Brasil**, São Paulo, 1 dez. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/12/01/facebook-papers-provas-rede-manipulou-voce/>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- MESQUITA, Giuliana. O algoritmo do padrão. **Elástica Abril**, São Paulo, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://>

elastica.abril.com.br/especiais/polly-oliveira-experimento-algoritmo-gordofobia-padrao-beleza/. Acesso em: 12 jan. 2022.

MOSSERI, Adam. Ensuring black voices are heard. **Instagram**, Menlo Park, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://about.instagram.com/blog/announcements/ensuring-black-voices-are-heard>. Acesso em: 12 jan. 2022.

POR QUE não é legal compartilhar vídeo de Morgan Freeman. **Splash Uol**, São Paulo, 20 nov. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2021/11/20/nao-compartilhe-o-video-de-morgan-freeman-no-dia-da-consciencia-negra.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SEETHARAMAN, Deepa. Facebook creates teams to study racial bias, after previously limiting such efforts. **The Washington Post**, Washington, DC, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/facebook-creates-teams-to-study-racial-bias-on-its-platforms-11595362939>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2021a.

SILVA, Tarcízio. Colonialidade difusa no aprendizado de máquina: camadas de opacidade algorítmica na ImageNet. In: CASINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021b. v. 1, p. 87-107.

SKAF, Eugenia. Marketing de redes sociais: melhor frequência de postagens. **Postcron**, Córdoba, c2015. Disponível em: <https://postcron.com/pt/blog/marketing-de-redes-sociais-quantas-vezes-publicar-por-dia/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SOLON, Olivia. Facebook ignored racial bias research, employees say. **NBC News**, New York, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/information/nbc-news-info/about-nbc-news-digital-n1232178>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SUE, Derald Wing *et al.* Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 62, n. 4, p. 271, 2007.



# História e cultura



A Capoeira como Resistência  
Comunicacional, Cultural e Simbólica  
no Rio de Janeiro

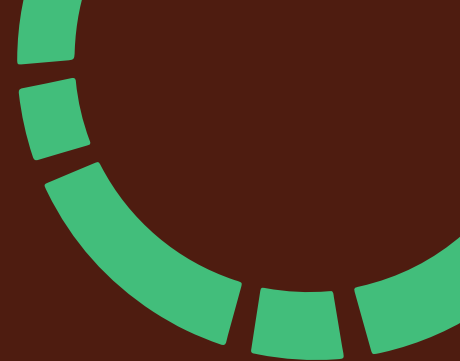
Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro:  
imagens, existência e luta na construção  
de novas visualidades e visibilidades

Marília Negra: Práticas Comunicacionais  
em Territórios Negros

Pelos sertões goianos: Comunicação  
antirracista e cerradeira como tecnologia  
ancestral

Sangue entre as pernas: experiência de  
cinema feminista, periférico e pedagógico

# A Capoeira como Resistência Comunicacional, Cultural e Simbólica no Rio de Janeiro



Amanda Rangel Bittencourt\*

## Introdução

**“Eu sou porque nós somos.”**

(provérbio africano)

Quando há um holofote muito forte em cima de algo, em volta há sombras igualmente fortes, e o medo do desconhecido torna-se combustível para discursos perigosistas. No Brasil pós-abolição, a necessidade de “ordem”, o medo do desconhecido e o racismo foram as bases estruturantes dos novos ordenamentos jurídicos e da criminologia brasileira, e os referidos ordenamentos introduzidos pela escravidão e pós-escravidão na formação socioeconômica sofrem diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição (MALAGUTI BATISTA, 2003).

O fator histórico é basilar na discussão. Não só no Brasil, mas em toda a América Latina, a sua história de formação é baseada em violência manifestada de todas as formas possíveis e os africanos sequestrados, além de escravizados, são considerados *desalmados* por não seguirem o cristianismo (já plantando a cultura da “necessidade de salvação” aos que não seguem a religião cristã que ainda prevalece, inclusive florescendo no cenário político dos dias atuais). Considerar um povo *desalmado* significa dizer que aquele povo não se sensibiliza, não se comove com a tragédia do próximo, nem corresponde ao amor que recebe; um povo desumano, desnaturado; que

se caracteriza pela rigidez e crueldade (OXFORD LANGUAGES, 2013). Com o significado literal de *desalmado*, por mais que tenha muito mais familiaridade com o colonizador do que com o colonizado, a religião cristã contribuiu fortemente para a hegemonia do regime escravocrata e, além da condenação à escravidão, um povo *desalmado* conseqüentemente tem seus hábitos e cultura condenados e criminalizados. Dessa forma, com a *existência* condenada, os comportamentos dos negros, sejam escravos ou libertos, sofreram “consequências” (SIMÕES, 2000, p. 28). “Com os negros escravos trazidos para o Brasil, vieram também diversificada cultura milenar, que influenciou na formação do povo brasileiro como sentimentos, credences, superstições, hábitos, costumes, danças e tradições. Dentre esses legados está a capoeira, de suma importância na luta pela sobrevivência dos negros de Angola” (PALMEIRO, 1997).

O jogo de luta que a capoeira representa também é comunicação e corpo em movimento, e ela sofreu as consequências e mudanças diante da penetração do colonizador na vida dos negros, assim como o samba e as religiões de matrizes africanas. Dessa forma, com a repressão legislativa e repressiva voltada aos negros durante a escravidão e pós-abolição, para que seus hábitos culturais fossem preservados, seus representantes precisaram fazer mudanças. Como, por

\*Amanda Rangel Bittencourt é advogada e Mestranda em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF).

exemplo, afirma a pesquisadora Zilda Pinheiro, que observou a interação comunicativa na roda de capoeira e constatou que a língua falada/verbal é importantíssima, mas não deve ser a centralidade na roda de capoeira.

**“ A roda também poderá seguir sem os cantos, só com a música dos instrumentos e o jogo no centro da ciranda. Além disso, os corpos se comunicam no cerne da roda sem os camaradas falarem entre si. E os cantos correspondem aos enunciados e estabelecem sua função de interlocução no jogo. Enquanto os dois capoeiristas vão desenvolvendo sua movimentação corporal, os cantadores escolhem cantos para auxiliá-los nesse processo, ora dando conselhos, ora fazendo brincadeiras, ora incentivando os camaradas no centro da ciranda. Diante disso, vê-se a importância do corpo na linguagem da capoeira. Tudo nela foi desenvolvido em razão desse corpo, que ginga, que luta, que joga, que dança e canta na/pela capoeira (PINHEIRO, 2017, p. 13).**

Dessa forma, percebe-se a riqueza presente nas rodas de capoeira e que não há nada de desumano em sua cultura e prática. Zilda também enfatiza os dois tipos de capoeira presentes no Brasil: a Capoeira da Angola e a Capoeira Regional, que são conceitos importantes e que serão aprofundados no decorrer do trabalho.

Outro fator importante é que os dispositivos legais encaravam o negro como *coisa* (ou instrumento de produção), portanto, considerar direitos e garantias fundamentais para negros era genuinamente inconcebível para o branco colonizador e seus pares. *Como assim direitos e garantias fundamentais para uma coisa?* Eles pensavam. A abolição não significava apenas uma perda patrimonial para o estamento dos senhores, mas representava, sobretudo, uma perda de *poder*, especificamente de *poder punitivo* (BATISTA, 2018). No referido período (pós-abolição) e com o advento da República, as bases para o exercício, mesmo que limitado, da cidadania foram lançadas (ALVAREZ et al., 2003), e os setores das elites, ilu-

minados pela criminologia lombrosiana, encorajavam concepções restritivas ao exercício dos direitos dos cidadãos, como, por exemplo, criminalizando hábitos e costumes de negros, agora cidadãos. Dessa forma, outros foram os meios que se organizaram como forma de garantir o controle social, tendo como foco os grupos subalternizados. O sistema criminal segue nas camadas mais vulneráveis da população, isto é, condicionando-se nos guetos da marginalidade social ou para contribuir para o seu extermínio ou para que se mantenham os mais dóceis possíveis (ALVAREZ et al., 2003).

A capoeira é um elemento fruto da resistência negra, utilizando o corpo como recurso de defesa e de comunicação, não se submetendo docilmente ao colonizador. Tratando de um povo considerado desalmado, a prática surge como traço da cultura afro-brasileira excluída da sociedade, vista como relutância à escravidão, como algo sem valor, manifestando-se de forma clandestina, ilegal, violenta e perseguida (DA COSTA, 2018). No entanto, a história da capoeiragem ensina que seu desenvolvimento histórico é muito mais complexo do que os discursos aparentam (FALCÃO, 2016).

## A capoeira como forma de luta por existência

Os conflitos na *zona do ser* são administrados através da paz perpétua, com momentos excepcionais de guerra; na *zona do não ser*, temos uma guerra perpétua, com momentos excepcionais de paz (PIRES, 2017). Sendo a cidade um espaço de construção coletivo, tendo a mão de obra escrava ainda como seu combustível, era do escravo o pertencimento à *zona do não ser*, onde o tratamento normalizado são a violência e as punições de desvio de conduta, que já eram velhas conhecidas dos pretos e mestiços escravos: troncos, ferros e prisão (ARAÚJO, 2009). Enquanto o sujeito soberano de origem europeia, masculino, branco, cristão e detentor dos meios de produção é pertencente à *zona do ser*. No Rio de Janeiro, ainda no ano de 1850, com a proibi-

ção do tráfico negreiro e a população crioula<sup>1</sup> superando a africana remanescente, nascem os grupos de capoeiras denominados *Maltas*, que se dividiam em dois grupos distintos que disputavam as ruas do Rio: os *Nagôas* (integrantes com relação com africanos e baianos, seguidores da religião dos orixás, ou pelo menos próximos) e os *Guaiamuns* (crioulos com tradição nativa, natural da terra, ligados aos escravos nascidos no Brasil). A vestimenta e outros adereços, como fitas vermelhas e amarelas, identificavam as maltas e os espaços geográficos ocupados por elas na cidade. A escravidão urbana facilitava a circulação dos escravizados e libertos, abrindo espaço para as trocas sociais e culturais (BRITO, 2015).

No levantamento da pesquisa do Prof. Carlos Eugenio Líbano Soares (*A CRIOULIZAÇÃO...*, 2020), a maioria dos africanos presos por capoeiragem na Casa de Detenção do Rio de Janeiro eram integrantes da malta dos Nagôas. Com a chegada dos estrangeiros pobres e livres, a capoeira crioula dos guaiamuns passa a ser integrada não só por crioulos com tradição crioula, mas também por estrangeiros pobres, geralmente portugueses. Dessa forma, a capoeira, além de ser vista como hábito dos subalternizados e negros, torna-se também, sob a ótica burguesa, uma característica da pobreza urbana.

No entanto, a penetração de brancos estrangeiros *pobres* na malta dos guaiamuns foi uma circunstância que o fim do tráfico negreiro permitiu e a burguesia sempre será carente de mão de obra para a produção da mais-valia e suas riquezas, e, ainda assim, os novos integrantes dos guaiamuns sempre terão privilégios sociais em relação aos colegas crioulos por conta de sua cor, embora também sofressem as iniquidades de uma sociedade formada pela escravidão (*A CRIOULIZAÇÃO...*, 2020). A capoeira ainda é vista como um hábito de preto, assim como a maconha, conhecida nessa época como “fumo de preto”, ou o seu uso conhecido como “vício de diamba”. Por essa razão, existiam reais preocupações sobre “os vícios do povo subirem para a dita boa sociedade” (SAAD, 2013). Com o imaginário popular de diagnós-

tico, acreditava-se que o uso da planta deixava o seu usuário “agressivo e perigoso”, sendo que os principais efeitos do fumo de maconha são: relaxamento, euforia, aumento de apetite etc., e seu usuário, predominantemente, era o negro “desalmado” presente nas rodas de capoeira e nas religiões de matrizes africanas. A planta *cannabis sativa* só foi criminalizada em 1932 e prevalece assim até hoje. As consequências da atual guerra às drogas são nefastas para a população preta e subalternizada no Rio de Janeiro. Nas palavras de Ênio José de Costa Brito, são muitos os fatores explicativos da forte presença portuguesa: a vida cultural dos pobres de Lisboa se aproximava da cultura urbana da cidade do Rio de Janeiro, o que levou fadistas e escravos a uma interação *sui generis*. Também pela proximidade de condições de vida e trabalho e os laços de solidariedade tecidos no dia a dia: irmanados na mesma desdita, africanos, crioulos e portugueses no Rio de Janeiro, após 1850, demonstraram para os seus e para os homens do futuro o quanto a cultura poderia ser transformada pelos seus agentes mais humildes (BRITO, 2015).

No Brasil, além das Maltas, existem dois tipos de capoeira: a da Angola e a Regional. Dentro da primeira nasceu a segunda, “a capoeira angola, mais antiga, é representada pelo mestre Pastinha, Vicente Ferreira Pastinha, sendo esta jogo, dança e luta ao mesmo tempo. A regional é representada pelo mestre Bimba, Manuel dos Reis Machado, que sistematizou uma capoeira que dialoga com as demais artes marciais e, por isso, é considerada mais como luta e dialoga com as artes marciais” (PINHEIRO, 2017, p. 12). Zilda Pinheiro, em seu trabalho intitulado *As inter-relações entre língua, corpo e cultura na roda de capoeira sob o viés da ecolinguística*, usa a teoria da ecolinguística para analisar a capoeira e suas dinâmicas porque se trata de um olhar ecológico para a linguagem, uma vez que essa teoria estuda inter-relações entre língua e meio ambiente, e o “ser humano como parte integrante da natureza, também pode ser estudado a partir de suas interações em grupo e em seu território” (PINHEIRO, 2017, p. 15).

A Antropologia do Imaginário também foi uma teoria utilizada pela autora em sua pesquisa, que é “uma epistemologia que estuda as motivações simbólicas

1 O negro ou descendente de negros nascido nas Américas, distinto do negro africano. Etimologicamente, a palavra vem do latim *crear* – português crioulo; francês, *créole*; espanhol, *criollo*: “negro criado na casa do senhor”. FIGUEIREDO, Eurídice. *Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana*. Niterói: Eduff, 1998.



expressas em imagens – sejam verbais ou não – que se relacionam em conjunto” (PINHEIRO, 2017, p. 15).

“ O imaginário, como um conjunto de imagens e de suas relações, é sustentado pelo nosso biologismo, por nosso psiquismo e está em constante interação com o meio cósmico e social. A imaginação, então, é a faculdade de operacionalizar as imagens, de assimilá-las, reproduzi-las e criá-las na composição do imaginário. É em termos do imaginário que Durand pensa o ser humano como um sujeito individual e, ao mesmo tempo, social, que percebe e atua no mundo por meio de seu imaginário (PINHEIRO, 2017, p. 15)

Capoeira é corpo em movimento para resistência (CAPOEIRA..., 2020). Zilda, ao observar a interação comunicativa nas rodas de capoeira, seja a da Angola ou a Regional, constata que, assim como o samba e as religiões de matrizes africanas, a capoeira nasceu de uma tradição oral e se complementou com as produções escritas de mestres capoeiristas, que são importantes para descrever as rodas, os movimentos, metodologias de luta etc. A partir do uso da ecolinguística, é possível olhar todos os aspectos de forma integradora. Na roda de capoeira, há uma interação do corpo com o espaço, e tal interação pode aparecer em diferentes níveis, que são (INTERAÇÃO..., 2019):

- **Linguístico:** é o nível “verbal”, que se abre pelos cantos da roda e pela música cantada;
- **Extralinguístico:** devido à presença da musicalidade, é possível de perceber as entonações, ritmos e o dialeto que as pessoas integrantes da roda empregam;
- **Aspecto pró-cênico:** em que se estuda a distância dos corpos na comunicação, por exemplo, como a roda se estrutura, o jogo dos capoeiristas no centro, a formação da bateria etc., também interferem na interação;
- **Aspecto cinésico:** está relacionado com a nossa linguagem corporal, ou seja, todos os movimentos da capoeira também comunicam.

Zilda analisou a capoeira sob uma perspectiva ecológica e entendeu que somos um ecossistema, nos relacionando internamente com nossos órgãos e externamente com nossas manifestações e interações linguísticas e culturais. Com a grande quantidade de metáforas presentes na capoeira, a mitologia também existe, onde dentro da roda de capoeira vive-se o mito do eterno retorno, porque se retorna à ancestralidade, ao tempo de integração dos negros, de comunhão entre dança, música, religiosidade, jogo etc. “É um movimento de combate ao racismo, porque na prática da capoeira, mostra-se a nossa arte e nossa memória, sendo um corpo em movimento para resistência” (INTERAÇÃO..., 2019). Dessa forma, é perceptível que, aos olhos do passado, o negro poderia ser considerado desalmado por simplesmente ser quem é e por viver e praticar sua cultura, mas aos olhos de hoje, percebe-se que havia muita alma, amor e religiosidade em suas práticas.

Metade dança e metade luta, mas sempre com orgulho, vigor e resistência. A capoeira foi perseguida e criminalizada e sua tipificação expõe todos os receios do legislador (BATISTA, 2018). A contextualização das maltas cariocas é importante para entender a situação geográfica da cidade do Rio de Janeiro na época, porque a perseguição – principalmente policial – aos capoeiras e suas maltas já ocorria antes mesmo da abolição da escravatura, e ficou mais forte com a influência que os capoeiras conseguiram exercer na política. Como, por exemplo, a Guarda Negra, que é um fenômeno da história da abolição da escravatura no Brasil, onde sua imagem popularmente conhecida é a de grupos de ex-escravos que, agradecidos pelo decreto que pôs fim à escravidão no Império do Brasil, assinado pela Princesa Isabel, se mobilizaram contra os adversários do regime monárquico, imputando a estes a vontade de derrubar a Coroa, como reflexo do inconformismo com a Lei Áurea (SOARES, 2008). No entanto, segundo Carlos Eugênio Líbano Soares:

“ (...) esses negros estariam movidos por sentimentos de subserviência, introjetados durante séculos de escravidão, por isso não tinham capacidade de perceber que a oposição da Monarquia era bem anterior à Lei

Áurea e que o Republicanismo fora alimentado por longos anos também pela perpetuação do regime de cativo, obra da Monarquia em toda a sua história. A capoeira é uma manifestação de cultura e resistência negra no Brasil, presente na Guarda Negra, muito anterior ao fenômeno apertado na estreita margem entre o 13 de maio de 1888 e o 15 de novembro de 1889 (SOARES, 2008, p. 50-51).

Na obra *A negrada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850-1890*, Soares se esforça em mostrar a importância da Guerra do Paraguai (1864-1869) na transformação cultural desempenhada na capoeira no final do século XIX. “Maior conflito bélico do Brasil no século retrasado, durante cinco anos, essa guerra possibilitou transformações que acabaram levando ao colapso da ordem monárquica”. O evento causou um impacto no imaginário popular que se alongou por muito tempo.

🗨️ **A volta para casa foi recebida em triunfo. Saídos como marginais, obrigados a assentar praça nas fileiras de um desacreditado exército, eles retornaram como heróis. Alguns cobertos de medalhas, muitos libertos da escravidão pelo “tributo de sangue” ao servir nas forças armadas (escravos eram alforriados antes de ingressarem no serviço militar). Desmobilizados, estavam de novo nas ruas, alguns querendo reaver os “territórios” perdidos após a remessa para o front.**

Mas a elite política tinha outros planos. Impressionados pela agilidade dos capoeiras no combate, os antigos oficiais comissionados, agora membros da elite política da cidade do Rio de Janeiro, pleitearam nas sombras transformar os ex-combatentes em aliados políticos, capangas à disposição das novas refregas do tempo de paz. **Assim, a capoeira entra no palco da política. Não a micropolítica dos escravos, como se viu nos cinquenta anos do século XIX, mas a política dos salões, dos partidos Liberal e Conservador, das ante-salas do Parlamento, das eleições concorridas, dos votos cabalados, do regime parlamentarista.** (SOARES, 2008, p. 50-51)

A grande repressão à capoeira recrudescer em 1890, com Sampaio Ferraz, novo chefe de polícia do Distrito Federal, apelidado de “Cavanhaque de Aço”. Seu projeto repressor era de exterminar a raiz reprodutora da cultura capoeira da cidade. Ferraz sabia que o fim do regime e a instalação de um governo provisório ditatorial era o ambiente ideal para dar um fim às malhas – e, no processo, eliminar os últimos vestígios da Guarda Negra (SOARES, 2008). Inúmeros capoeiras presos são deportados para a ilha de Fernando de Noronha, por ordem do referido chefe de polícia “cavanhaque de aço” (BRITO, 2015).

🗨️ **Fernando de Noronha era uma máquina de devorar homens. A todos parecia desviar. Os criminosos não se recuperavam. Os agentes da autoridade se corrompiam. Aqueles que lá estavam para edificar uma sociedade pautada na moral se contaminavam perdidos na falta de referências morais. Ou, a bem da verdade, já carregavam consigo o germe da corrupção. Era paisagem paradisíaca e vida infernal.** (COSTA, 2009)

Mesmo com a sua influência política, resistência nas ruas e ao sistema monárquico e manifestação de cultura negra, a imagem que foi construída sobre a capoeira ainda é associada à arruaça, vadiagem e violência, sendo assim, sua existência nunca foi oficialmente aceita, principalmente depois da abolição. A República tentava emitir uma imagem “higienizada” para a nação: constituição espacial e social relacionada às nações europeias, de que o negro não podia fazer parte, por isso deveria ter sua cultura negada e expulsa dos espaços públicos e centrais da cidade (COSTA, 2009). O projeto de extermínio de Sampaio Ferraz está explicitamente alicerçado com essa lógica.

É importante ressaltar que a historiografia da capoeira no Brasil é feita com muito esforço, porque numa ocasião de censura, ordenada pelo Conselheiro Rui Barbosa, durante o governo Deodoro da Fonseca, deu-se a destruição da documentação sobre a escravidão no Brasil. A real intenção desta medida era destruir a documentação existente sobre as dívidas de indenizações que a República passaria a ter com os proprietários de terra, mas também ocultar todos

os atos bárbaros que a elite detentora de escravos promovera contra os cativos durante trezentos anos, e assim o Estado se recusa a assumir o martírio dos africanos durante a construção da nação brasileira (CORDEIRO e CARVALHO, 2013).

🗨️ **Enquanto a república procurou ocultar este período da história, a Capoeira, por meio dos fundamentos ensinados pelos mais velhos, pelo cancionero cantado nas rodas, e pelo repertório corporal desenvolvido com o jogo, ao som da bateria de instrumentos, liderados pelo berimbau, narra o que a historiografia oficial, propositalmente, tentou camuflar. A Capoeira é mais que um elemento simbólico de resistência, é factual. Homens e mulheres negros (a)s desenvolveram-na para se defender perante o colonialismo europeu, se defender fisicamente, defender sua cultura e tradições, defender sua história. Usou seu próprio corpo na organização de seu sistema de defesa, se tornando um dos capítulos mais sugestivos da cultura popular.**  
(CORDEIRO e CARVALHO, 2013)

A capoeira não precisou mudar suas características durante os anos de proibição, segundo Ariane Pacheco Palmeiro (1997), manteve-se fiel ao seu princípio de arma, defesa e ataque, embora demais modalidades tenham se distanciado dos fundamentos originais, fazendo-se responsáveis por uma concepção equivocada de que a capoeira era uma atividade inofensiva, festiva, de forma dançada e teatralizada. Após a abolição da escravidão, não foi compreendida como luta, e hoje em dia não passou da condição da modalidade esportiva, devido a sua característica (alterada), que foi obrigada a converter-se em espetáculo de dança.

🗨️ **Na capoeira as pessoas são envolvidas de uma forma integral, onde a razão, a emoção e o físico são únicos. Mais do que uma simples dança ou luta, a capoeira é um estilo de vida, uma maneira de encarar o ato de viver. A roda de capoeira é exercício permanente para se estar no aqui e agora. A agilidade e malícia determinam a necessidade de se estar sempre**

**alerta, atento e consciente, qualquer perda de contato pode ser decisiva para se tomar um golpe. Portanto a capoeira nos ensina a estar inteiros e presentes na vida.**  
(PALMEIRO, 1997, p. 34)

Assim como o saber médico foi muito valorizado na República do Brasil na elaboração de leis penais com base na criminologia lombrosiana, durante a transição para o século XX, o Brasil teve influências de teorias científicas que atravessaram o olhar social sobre a capoeira e iniciaria um novo patamar para esta dentro da história nacional. Nas palavras de Nazaré Cristina Carvalho:

🗨️ **A capoeira teve um processo de esportivização, pois muitos intelectuais passaram a defender a ideia de que esta representaria a “luta nacional”, (assim como outros países, bem como o JiuJitsu no Japão, o Boxe na Inglaterra) uma manifestação genuinamente brasileira e que possuía todas as características que as emergentes teorias sobre a ginástica e educação física preconizavam. Então a capoeira precisou passar por um “processo civilizador”. A sua relação com a criminalidade deveria ser apagada, as maltas desmanteladas e extinguidas, para enfim, poder ser aproveitadas suas características desportivas.**  
(CORDEIRO e CARVALHO, 2013, p. 77)

A capoeira deixa de ser crime apenas no ano de 1934, no governo de Getúlio Vargas, quando o jogo-luta passou a ter mais prestígio e reconhecimento social. No entanto, como já dito, ainda demorou muito para que o “carimbo” sinalizador de vagabundagem fosse apagado. Ainda que a legalização já fosse uma realidade, o viés era regulador, porque qualquer manifestação da cultura negra que era legalizada – Capoeira e Candomblé, por exemplo – deveria ser praticada em espaços fechados e com alvará de instalação. A legalização se tornou um meio eficaz de controle social (ABIB, 2004). Hodiernamente, a capoeira possui o prestígio que outrora seria inconcebível, não só a capoeira, mas outros hábitos culturais negros criminalizados à época, como as religiões de matrizes

africanas também são e *podem* ser prestigiadas sem regulação do Estado no sentido de controle social.

🗨️ **O mérito de todas essas conquistas – que representam principalmente liberdade formal – é dos capoeiras que enfrentaram a discriminação ao longo da história e não deixaram de empunhar seu berimbau, percutir seus atabaques, pandeiros, agogôs e reco-recos, e entoar as cantigas que denotam o seu amor pelo jogo. Um dos símbolos do reconhecimento ao trabalho e luta desses homens e mulheres se deu em julho de 2008 quando a capoeira foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro.** (CORDEIRO e CARVALHO, 2013)

As mudanças e avanços são tão significativos que hoje é possível presenciar com normalidade a capoeira como esporte praticado por pessoas de qualquer etnia, podendo ser divulgado nos meios de comunicação e presente nos espaços sociais, como academias, clubes, universidades, centros culturais, escolas etc. (DIAS, 2012). Depois de anos de resistência da comunidade negra, as lutas pelo fim da escravidão, por melhores condições de vida, pela liberdade religiosa, pelo fim do racismo, pelo fim do genocídio da juventude negra estampado nos índices da violência urbana, e por poderem expressar suas características e manifestações culturais abertamente seguem em andamento, e a capoeira segue como um expoente desta trajetória (CORDEIRO e CARVALHO, 2013).

## Conclusão

A reflexão sobre a capoeira como prática cultural não é fácil devido à diversificação de seus conceitos, locais e contextos em que é praticada. Até hoje, mesmo com as mudanças e consequências da colonização, o jogo ainda é reconhecido como objeto de luta, porque mesmo “mesclada” com danças, musicalidades, e vista hoje como prática esportiva, ela sobreviveu pela cooperação e resistência em grupo, “através de um envolvimento emocional, um sentimento de raiz, tradição e perpetuação da espécie” (PINHEIRO, 2017, p. 37).

🗨️ **A busca da identidade cultural negra implica em assumir a condição do negro, reconhecendo e aceitando o seu destino, a sua história e cultura. O fator histórico é o mais importante, pois é a memória das civilizações, dos povos e coletividades. A maioria dos capoeiristas desconhecem sua história mesmo assim estão seguindo pegadas, perpetuando tradições sem saber. Mas é a consciência histórica que dará significado à prática e ao movimento corporal consciente e responsável na roda de capoeira.** (PINHEIRO, 2017, p. 37)

“É importante se ter essa consciência histórica, e resgatar no passado explicações para um futuro melhor da capoeira, sem reduzi-lo a tendências tecnicistas, de um corpo fisiológico e mecanizado. E nem a reprodução do folclore, articulado ao sistema da cultura dominante” (PINHEIRO, 2017, p. 37).

Dessa forma, dentro da roda de capoeira com toda a sua simbologia, comunicação verbal ou não, e musicalidade, onde seus integrantes jogadores “retornam” às origens, aos meus olhos, o corpo do capoeirista e a celebração dentro da roda são instrumentos de resistência e comunicação antirracista.

## Referências

- A CRIOLIZAÇÃO da Capoeira as Maltas do Rio de Janeiro e a questão da cor (1850 a 1873). [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (10min48s). Publicado pelo canal Museu da Capoeira Oficial. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IGt\\_Q79gMMU\\_](https://www.youtube.com/watch?v=IGt_Q79gMMU_). Acesso em: 26 dez. 2022.
- ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. **Capoeira Angola: cultura popular e o jogo de saberes na roda**. Salvador: Edufba, 2004.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; FILHO SOUZA, Luís Antônio. A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. **Justiça e história**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 1-24, 2003.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. Entre dois cativeros: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821. *In*: SÁ NETO, Flávio; MAIA, Clarissa Nunes; COSTA, Marcos Paulo Pedrosa; BRETAS, Marcos Luiz. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- BATISTA, Nilo. **Machado de Assis, criminalista**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
- BRITO, Ênio José da Costa. Resenha. **Reflexão**, Campinas, v. 40, n. 1, p. 125-133, 2015. Resenha da obra de: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890). Rio de Janeiro: Access, 1999. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/3227>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- CAPOEIRA também é comunicação. **Jornal UFG**, Goiânia, 8 jan. 2020. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/123115-capoeira-tambem-e-comunicacao>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. Fernando e o mundo – o presídio de Fernando de Noronha no século XIX. *In*: SÁ NETO, Flávio; MAIA, Clarissa Nunes; COSTA, Marcos Paulo Pedrosa; BRETAS, Marcos Luiz. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- DA COSTA, Marcelo Cardoso. O berimbau na cidade: história, resistência e memória social da capoeira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFMG, 2018.
- CORDEIRO, Albert Albert Alan de Sousa; CARVALHO, Nazaré Cristina. Capoeira, do crime à legalização: uma história de resistência da cultura popular. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 2, n. 4, p. 68-81, 2013.
- DIAS, João Carlos Neves de Souza e Nunes. **Corpo e gestualidade: o jogo da capoeira e os jogos do conhecimento**. São Paulo: Annablume, 2012.
- FALCÃO, José Luiz Cirqueira. Aspectos do desenvolvimento da capoeira: transnacionalidade, resistência cultural e mobilidade. **Revista Criar Educação**, Criciúma, v. 5, n. 1, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana**. Niterói: Eduff, 1998.
- INTERAÇÃO e comunicação na roda de capoeira – Viver Ciência. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (6min12s). Publicado pelo canal TV UFG. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=S1L\\_JMYCWAY](https://www.youtube.com/watch?v=S1L_JMYCWAY). Acesso em: 3 jul. 2023.
- MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- OXFORD LANGUAGES. **Oxford Essential Portuguese Dictionary**. Oxford University Press: Oxford, 2013.
- PALMEIRO, Ariane Pacheco. **A capoeira como identidade cultural**. 1997. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- PINHEIRO, Zilda Dourado. **As inter-relações entre língua, corpo e cultura na roda de capoeira sob o viés da ecolinguística**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiânia, 2017.
- PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos humanos traduzidos em pretuguês. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: TRANSFORMAÇÕES, CONEXÕES E DESLOCAMENTOS, 11., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017.
- SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”**: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SIMÕES, Rosa Maria Araújo. Capoeira e escravidão: movimento de resistência versus submissão. **Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 26-31, 2000.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **Textos do Brasil**, Brasília, DF, n. 14, p. 46-52, 2008.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850-1890**. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira. **Análise Social**, Lisboa, v. 32, n. 142, p. 685-713, 1997.

# Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro: imagens, existência e luta na construção de novas visuais e visibilidades

Denise Gomes Marinho\*

## Introdução

A forma como construímos nosso acervo coletivo é muito complexo, vem marcado pelo eurocentrismo colonial que, como projeto, nos impôs a cultura visual dentro de um modelo de aquisição e submissão europeu. Mulheres Negras em Marcha é uma construção contemporânea de outros sujeitos. Invocamos nossa humanidade historicamente suprimida pela dor da violência sem precedentes da escravidão. A relação de racismo e geopolítica está inserida nas tensões e nos projetos de dominação racial em curso e define como o espaço será produzido, organizado, usado e apropriado.

O espaço público é o lugar da visibilidade e das disputas de narrativas sociais historicamente construídas. Ao marchar na orla de Copacabana, Mulheres Negras reconfiguram o espaço público, transformando em espaço histórico racializado, a partir de uma ação coletiva, sendo vista. As imagens na pesquisa<sup>1</sup> são ferramentas metodológicas etnográficas, além de compor o acervo histórico/imagético da cidade dos movimentos sociais da luta das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro. Há uma relação entre as imagens e as identidades política e estética.

A visualidade e estética da Marcha de Mulheres Ne-

gras no cenário da vida pública da cidade apresentam elementos que possibilitam reflexões no espaço público acerca das questões sociais que afetam as mulheres negras sobre diferentes camadas (COLLINS, 2019). O corpo negro, sobretudo da mulher negra, no Brasil, ganha visibilidade no tensionamento “entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o toma como erótico, exótico e violento” (GOMES, 2017, p. 94). Superar esse tensionamento é publicizar a questão racial, que quanto mais visível, falada e comentada no mundo público e privado, maior será a inserção da possibilidade real de políticas públicas de enfrentamento ao racismo.

As lutas sociais nos movimentos organizados contra o racismo é nossa história de resistência. Ao marcharem, mulheres negras se inscrevem no acervo coletivo das pessoas em marcha e nas pessoas que veem que naquele espaço do tempo há o manifesto, há agenda de pauta preta, que não vão silenciar mulheres negras que há anos vêm acumulando estratégias de furar a bolha da dominação colonial.

As mulheres negras se organizam em diversos movimentos na cidade: caminhada contra a intolerância religiosa, fóruns de Mulheres Negras na ALERJ, e esses campos de luta fortalecem a Marcha em Copacabana. Corpos negros vão se movendo em diversos territórios pela cidade, reivindicando maiores e melhores políticas sociais que acolham e reparem o

1. Este trabalho é parte da pesquisa iniciada em 2016 e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2019, e concluída em 2021. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação.

\*Denise Gomes Marinho é Assistente Social, Mestre em Educação Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas/ UERJ, Fotógrafa com foco em fotografia documental dos movimentos sociais de mulheres negras.

isolamento de cidadãos negros e contribuam no rompimento do racismo presente nas diversas esferas da vida cotidiana no Brasil. Marchar rompe com padrões hegemônicos visuais construídos historicamente. A orla de Copacabana é o lugar das várias manifestações na cidade, vitrine do Brasil para o mundo, e ganha outros contornos simbólicos com as Mulheres Negras em Marcha neste espaço, contribuindo para que se construam novas memórias coletivas e, conseqüentemente, outros patrimônios.

**Marchar em Copacabana é bem diferente de Marchar em Madureira. Se fosse em Madureira, somente quem está lá veria. Queremos que nossas questões sejam vistas por todos.**  
(Clátia, 2019)

Estudos feministas e seus movimentos constituem um importante marco nas produções acadêmicas e políticas da contemporaneidade. Os estudos acerca das relações raciais também emergiram nesse contexto. Essas movimentações motivaram direcionamentos que influenciaram teorias e ações políticas no mundo ocidental. Amparada nessas reflexões, o trabalho tem por objetivo discutir alguns direcionamentos teóricos em torno dos conceitos de gênero, raça, território e “controle da imagem” (COLLINS, 2019), bem como elementos de marcação/intersecção das identidades na contemporaneidade. Procurarei traçar reflexões sobre como o movimento social de mulheres negras e suas representações imagéticas, ao Marchar, contribuem para a construção e resignificação do espaço urbano da praia de Copacabana.

## Por que as mulheres negras marcham?

Um dos principais desafios enfrentados pelas organizações negras e de mulheres negras ao longo dos últimos anos tem sido a garantia de implementação e de sustentabilidade de políticas públicas capazes de realizar as conquistas sociais das últimas décadas, em particular, os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/CMR. Esta situação, ao lado das políticas

sociais implantadas ou aprimoradas no período, requisitou – e ainda requisita – de ativistas, em particular afrodescendentes e, entre estes, as mulheres negras, aprofundamento continuado em sua qualificação e capacidade de intervenção.

No Brasil, abaixo da linha da pobreza, estão 63% das casas comandadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos, com US\$ 5,5 per capita ao dia, cerca de R\$ 420 mensais (IBGE, 2010). O índice representa mais que o dobro de pontos percentuais se comparado à média nacional. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há mais de 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras. No caso daquelas chefiadas por mulheres brancas, o número absoluto é de 3,6 milhões, o arranjo com menor proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2010).

No Brasil, os dados de violência a homens e mulheres negras são absurdos: de cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios de pessoas negras aumentou 18,2%. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5%, entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos, entre as de não negras o crescimento foi de 1,7%, já entre mulheres negras foi de 60,5% (IPEA, 2017).

Mulheres negras enfrentam cotidianamente os piores indicadores socioeconômicos, quando comparamos aos de mulheres e homens brancos, e, na maior parte, aos indicadores socioeconômicos de homens negros, como no exemplo a seguir: mulheres negras recebem menos pelo trabalho realizado; a renda média é 2,7 vezes menor do que recebe em média um homem branco; 1,8 vezes menor do que a média de renda das mulheres brancas; 1,3 vezes menor do que a renda média dos homens negros.

A gestão da Marcha de Mulheres Negras se iniciou após o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas realizado em San Domingos, na República Dominicana, com a presença de mulheres negras de setenta países, e instituiu o 25 de julho como o dia das mulheres negras da América Latina e

do Caribe. Uma data em que se busca dar visibilidade às demandas políticas e às lutas da população negra nos países da região, com ênfase às desigualdades de gênero, de raça e de classe. (LEMOS, 2015).

No Brasil, mulheres negras sempre viveram em contextos adversos. A Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, em 18 de novembro de 2015, veio a denunciá-los coletivamente, com o protagonismo das mulheres negras, que envolveu várias instituições pelo Brasil, o que fortaleceu os coletivos. A presença de lideranças de jovens negras em diferentes frentes de atuação apresentou uma nova configuração da participação: jovens ativistas e organizações que já tinham uma trajetória de luta consolidada. Combatendo estereótipos e estigmas, questionando desigualdades existentes entre negras e brancas em nossa sociedade, contra a cidadania inferiorizada por concentrar em si a tríplice discriminação de raça, classe e gênero.

As mulheres que compõem, desde 2015, a organização Marcha de Mulheres Negras estão em diversas instâncias de luta na cidade. No Rio de Janeiro, as mulheres negras compõem o Fórum de Mulheres Negras, criado no final dos anos 80, em decorrência do processo de mobilização, na realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença/RJ, em dezembro de 1988. O Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro tem como objetivo constituir-se em um espaço democrático de discussão e articulação política, com o intuito de contribuir para o fortalecimento institucional de pautas de mulheres negras organizadas em diversos segmentos da sociedade civil.

No Brasil, foram desenvolvidas diversas narrativas para descrever e classificar mulheres negras. As descrições ou narrativas comuns são: estereótipos, desvalorização, orgulho e vitimização. A sociedade vem, no decorrer da história da formação brasileira, criando amarras, às vezes “invisíveis”, que nos descrevem como inferiores. Esses estereótipos são uma das faces cruéis da desumanização da mulher negra. No Brasil, as políticas públicas não consideram as diversidades e necessidades ao prover ações e serviços, agravando, assim, desigualdades, pois injusti-

ças e iniquidades têm múltiplas origens, mas atingem mulheres negras, ao mesmo tempo, no direito à cidadania – é necessário que as políticas se articulem e atuem de forma concomitante para que sejam capazes de alterar efetivamente a realidade de mulheres negras brasileiras. Assim, políticas para mulheres negras devem envolver diversos setores, de modo a enfrentar diferentes violências físicas e simbólicas, possibilitando o combate ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia e às múltiplas discriminações que atingem a nós mulheres negras.

A Marcha de Mulheres Negras, ao longo dos anos, tem desempenhado um papel importante em sua trajetória, pois define uma agenda de reivindicações pautadas por mulheres negras, que são discutidas no Fórum de Mulheres Negras no Rio de Janeiro. Assim, a Marcha institui elementos de reivindicação em um projeto de justiça social e ressignifica a definição da vida política no exercício da cidadania e da democracia, amadurecendo o protagonismo político de mulheres negras e potencializando a agência de ativistas negras. A pluralidade de visões dentro do movimento impulsiona negociações, sendo uma característica do movimento de mulheres negras e sua multiplicidade. A Marcha é composta de diversos movimentos, o que é uma característica do movimento de mulheres negras que compartilham uma visão de mundo, oprimidas pelas interseções de gênero, raça e classe.

## Copacabana: Marcha por Visibilidade

Há uma relação intrínseca entre espaço urbano, poder e raça na dinâmica da cidade do Rio de Janeiro. Existe uma normatização racial que define quem pode frequentar determinados espaços. A estrutura socioespacial e os processos que regulam a cidade são desiguais, definem privilégios e criam grupos vulneráveis. A relação de racismo e geopolítica está inserida nas tensões e nos projetos de dominação racial em curso e define como o espaço será produzido, organizado, usado e apropriado. A população vulnerável no Brasil é predominantemente negra e reside em áreas desprovidas de saúde.



Mulheres negras, há cinco séculos, têm sido de importância gigantesca na construção da sociedade brasileira, com atuação desde o regime escravocrata à atualidade. A luta de mulheres negras por equidade se desenvolve ao longo da construção histórica do Brasil. Apesar da violência da invisibilização cotidiana construída em um contexto de racismo e sexismo, mulheres negras carregam em si ações transformadoras. Em uma sociedade sem equidade social, desigual em classes, em orientação sexual, na geração e distribuição de renda, elas lutam, se organizam e criam estratégias de superação. A marcha de mulheres negras é a síntese da luta contra as diversas formas de opressão e violação cotidiana de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, que carregam os piores indicadores de qualidade de vida.

Os protestos periféricos são marcados em áreas de violência na cidade do Rio de Janeiro, assim, as desigualdades estão em espaços majoritariamente negros. Há uma invisibilidade das margens nos meios midiáticos. A mobilização coletiva em protesto na zonal sul da cidade traz as margens para a visibilidade. Os protestos em Marcha de Mulheres Negras trazem as narrativas da raça para a cidade, desloca a dimensão local para a cidade.

O corpo negro carrega em si um pertencimento que se conhece ancestralmente ao caminhar na vida. Vivemos a resistência de reunir em nossa construção subjetiva e coletiva “dois mundos”. Enfrentar o olhar branco é resistir e trazer para a gira as referências contidas e reprimidas, trazer nossos cantos, nossas cores, nossos risos bem altos, nossa afetividade, o quilombo nas ruas da zona sul da cidade. Não é um exercício fácil de fazer sozinha. Ao marchar, cada ponto que ficou solto em cada uma de nós se junta e as referências que nos foram abolidas, massacradas, extirpadas, sequestradas, emergem com símbolos, sons e visualidades que os brancos não entendem como foram capazes de resistir a tantos massacres. E o peso do olhar branco que nos oprime, nos invade, é confrontado. O corpo passa a ser meu território. O protagonismo de Mulheres Negras em Marcha, na orla de Copacabana, nos convida a refletir e construir visualmente outras referências coletivas de corpos negros em manifestação, protagonizando e ressigni-

ficando o domínio histórico coletivo de mulheres negras em submissão, colocando as bases matriarcais no centro do mundo.

A dimensão geopolítica do racismo se manifesta no controle social de quem ocupa e busca legitimidade também pela imagem – onde será exercido o poder e como? Assim, marchar em Copacabana gera um fato midiático e reconfigura a imagem da democracia racial. Há desobediência da ordem urbana de um comportamento racial esperado e legitimado pelas relações de trabalho que a mulher negra ocupa no local – que determina comportamentos raciais submissos, apesar das afirmações de que no Brasil não há racismo. “A (in)dignidade é racialmente construída e geopoliticamente diferenciada” (OLIVEIRA, 2021, p. 91).

A Marcha conclama a defesa do corpo-território – uma epistemologia feminina latino-americana e caribenha feita por mulheres de povos originários – “e suas posições se encontram dentro do que se denomina ‘novos olhares ecofeministas desde o sul’”. Assim, muito mais do que um conceito, é uma metodologia para a vida. No coletivo *Miradas Críticas del Territorio Desde el Feminismo*, criado em 2012, “falar em corpo-território é pensar em como nossos corpos estão unidos em corpos que habitam”. “O território a partir das disputas de poder, visto também como o espaço habitado, enfatizando que o corpo é nosso primeiro território” (OEI, 2017, p. 53).

O corpo feminino negro em marcha no território relewa as inúmeras camadas de opressões e resistência: a rua, a comunidade, a praça, a organização e protagonismo, a família.

**Queremos dizer ao mundo que estamos em permanente defesa do corpo: “Território: Nosso corpo nosso espírito” (...) Enquanto mulheres lideranças e guerreiras geradoras e protetoras da vida iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência. (DOCUMENTO..., 2019)**



Figura 1 Neusa Maria, ativista em Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019 | Fonte: A autora, 2021.



Figura 3 Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019



Figura 2 Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019



Figura 4 Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2018

Para se entender as várias opressões que atravessam as mulheres negras no território e nas relações que se estabelecem, é necessário um esforço de se compreender as várias camadas contidas nos agentes que perpetuam, que vivenciam e atuam na produção dessa cidade. É necessário ruptura com o atual modelo hegemônico construído sem incorporar as especificidades das diversidades étnicas raciais e sociais que compõem a cidade. Ao marchar no território, Copacabana, Mulheres Negras dão voz no território às maiorias negras excluídas, oprimidas, e ressignificam no tempo, em marcha, uma outra reconfiguração, o espaço passa ser o território de visibilidade.

Marchar em Copacabana é trazer para este lugar que historicamente não nos pertence, o nosso pertencimento. (entrevistada)

## Marcha das Mulheres Negras: construindo novas visualidades

A vida contemporânea é marcada também por uma guerra de imagens e símbolos e por uma busca sedenta por representação e visibilidade. Não quero refletir sobre as dualidades entre universalistas *versus* identitaristas, pois seria reduzir a grupos que são historicamente discriminados. Construiremos, como política de imagem, as novas configurações da relação do poder da imagem e o modo como mulheres negras se inserem e propõem um outro deslocamento nas representações imagéticas historicamente construídas. A Marcha de Mulheres Negras em Copacabana é uma desobediência visual revolucionária (hooks, 2019).

A construção de imagens de mulheres negras, historicamente, vem sendo sedimentada por imagens construídas tendo como referência um padrão eurocêntrico de dominação. Somos invadidas no decorrer de nossa história de construção imagética por imagens que nos retratam como serviçais, escravas ou como objetos sexuais. São imagens que não são compreendidas nem como resultado do racismo, mas naturalizadas como referência de nossa inferioridade. São imagens que fazem parte de nossa história, mas que não são as únicas expressões do que fomos ou somos. Ao reiterar essas imagens, sedimenta-se a construção no acervo coletivo na hierarquia social e nos mantém como inferiores (COLLINS, 2019).

Como o movimento de Mulheres Negras em Marcha contribui para a educação visual? Ao marchar, mulheres negras reivindicam e contribuem para a reconstrução de um protagonismo visual. Conferir protagonismo visual às nossas heranças ancestrais é dar voz às nossas narrativas. A história única foi contada, reprimindo a nossa voz, para que a narrativa única feminina fosse contada e virasse verdade na partilha social. Mulheres negras herdeiras de uma herança ancestral no Brasil tiveram sua história invisibilizada pela história única do feminismo. Dar visibilidade às nossas histórias é restituir, sobretudo, humanidade às mulheres negras.

A cada Marcha há uma inflexão visual na cidade. Ao Marchar, memórias são revisitadas de forma individual e coletiva e o acervo coletivo é alimentado. Revisitamos imagens históricas plantadas e ressignificamos, na contemporaneidade, novos aspectos da formação da sociedade brasileira. Uma outra ordem em curso, na rua, nos muros, nos terreiros, nas redes sociais e em tantos outros lugares a que chegamos. As visualidades produzidas nas Marchas de Mulheres Negras é uma forma de compreender a relação entre imagem, política, estética, gênero, raça, classe e identidade. Ao marchar, mulheres negras em Copacabana constroem uma contraposição à paisagem com imagens de famílias em lazer garantido, violência controlada, “tatuagens de corpo aberto no espaço”, muitos mundos em um território e a gente em marcha por uma outra ordem social que ainda não chegou para a maioria das mulheres negras no Brasil.

As opressões interseccionais de raça e gênero em um grupo oprimido historicamente, mulheres negras no Brasil, exigiram a construção de um pensamento social de combate à opressão, uma resistência, uma forma de sobreviver e se opor à injustiça social (COLLINS, 2019). A Marcha de Mulheres Negras em Copacabana apresenta, enquanto visualidade, o pertencimento a um lugar não colonial, um lugar que vem resistindo e desobedece à inexistência enquanto herança simbólica e material.

As imagens remetem a outro tempo, algumas dentro de um conjunto de imagens que foram construídas socialmente sobre a mulher negra, sobretudo em um território historicamente elitizado. Um tempo que está sendo construído à margem das imagens que veiculam e que somente recentemente são incorporadas ao lugar de fala das narrativas da cidade. Representam uma geração de mulheres negras que resistiram ao autoritarismo dos anos de ditadura militar e têm um caráter precursor na resistência ao apagamento e ao silêncio. Revelam a troca simbólica de vivência, cultura, diversidade – mulheres negras são diversas, conhecimento e memória. É uma outra leitura estética, que reconfigura – apresenta um outro olhar, uma maneira de pensar a mulher negra fora dos padrões estéticos determinados por uma elite consolidada desde a colonização. Mas não há a pretensão de se

esgotar as imagens. Elas são uma forma inesgotável de se contar uma história ainda em curso.

Pensar os movimentos sociais de mulheres negras é, sobretudo, repensar os elementos simbólicos e materiais que compõem a Marcha de Mulheres Negras. Traz várias e diversas camadas, que são expostas na agenda e reivindicam a visibilidade que provocam. Em se tratando especificamente de mulheres negras, este sujeito político – mulher negra – contribui para ampliar cidadania. A marcha propõe um reordenamento não somente ao reivindicar uma mudança nos aparelhos estatais, ou seja, nas instituições, como também nas políticas públicas onde as pautas negras devem ser alcançadas.

Ao revisitar imagens historicamente construídas na vida social de mulheres negras, em comparação com as mulheres negras nas Marchas, há um acréscimo que ressignifica o acervo visual na contemporaneidade, novos aspectos da formação da sociedade brasileira. De que maneira pode a fotografia ser uma encruzilhada do olhar da fala e da escuta?

A forma como construímos nosso acervo coletivo é muito complexo, vem marcado pelo eurocentrismo colonial que, como projeto, nos trouxe a escravidão como uma cultura visual dentro de um modelo de aquisição e submissão europeu. Mulheres negras em marcha é uma construção contemporânea de outros sujeitos. Invocamos nossa humanidade historicamente suprimida pela dor da violência sem precedentes da escravidão. Recontamos nossa história visual em imagens de afeto e luta.

## Conclusão

Para Mirzoeff (2016), a visibilidade é uma narrativa para representar e regular o real, é a forma que produzimos a representação do real. Assim, produzir visibilidade é tornar os processos de construção histórica visual perceptível. Ao organizar a Marcha de Mulheres Negras, criam-se estratégias para que seja visualmente potente. As mulheres negras fazem cartazes, escolhem roupas, turbantes, pintam os corpos e assim se inicia a construção da visibilidade da Marcha.

O protesto, a construção da Marcha, tem a finalidade de chamar à reflexão os indivíduos na rua e as mídias sociais para as condições em que vivem pessoas negras na cidade do Rio de Janeiro. Para Butler (2018, p. 106), “as cenas das ruas se tornam politicamente potentes apenas – e se – temos uma versão visual e audível da cena comunicada”. Algumas imagens irão ao encontro dos nossos sentidos e acervos éticos e estéticos e nos convocarão a ter reflexões sobre a diversidade de realidades.

O espaço público é o lugar da visibilidade e das disputas de narrativas sociais historicamente construídas. Ao Marchar em Copacabana, Mulheres Negras se tornam visíveis e, junto com pautas coletivas, tornando o espaço público também como espaço de visibilidade e transformando-o em espaço histórico, a partir de uma ação coletiva, exercendo o direito de aparecer.

**A Marcha de Mulheres Negras, se fosse no Parque Madureira, por exemplo, não teria o mesmo alcance na mídia. (Entrevistada)**

As imagens produzidas na Marcha de Mulheres Negras são também o reconhecimento de resistência. Nosso corpo não está tenso, preso, fixo, detido, aprisionado, mas livre. As imagens nos colocam várias camadas, de como somos muitas e diversas. As direções possíveis são inúmeras no tensionamento entre o que é reivindicado em Marcha e as disposições do cotidiano do território.

Imagens de protesto são uma forma de agregar outras reflexões na cidade, expressam visualmente uma vontade política e agregam outros signos ao cotidiano rotineiro imagético da cidade. Há uma relação entre as imagens, as identidades política e estética. A marcha, como um movimento social de mulheres negras em protesto, é uma forma visível de pautar e atrair atenção, gerar opinião e educar. A identidade étnico-racial, compreendida não somente como mobilização social, mas também como mediação nas reivindicações políticas, ainda que se mobilize culturalmente em movimentos artísticos, literários e religiosos, é um movimento político de mobilização racial. É um importante ator político educador.

**“ O movimento negro é, portanto, um ator coletivo e político constituído por um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais) distribuídos nas cinco regiões do país. Vive ambiguidades, vive disputas internas e também constrói consensos, tais como: o resgate de um herói negro, a saber, Zumbi dos Palmares; a fixação de uma data nacional, 20 de novembro; a necessidade de criminalização do racismo, o Art. 5º, inciso XLII da Constituição Federal de 1988, e o papel da escola como instrumento de reprodução do racismo. (GOMES, 2017, p. 27)**

A visualidade e estética da Marcha de Mulheres Negras no cenário da vida pública da cidade apresentam elementos que possibilitam reflexões no espaço público acerca das questões sociais que afetam as mulheres negras sobre diferentes camadas. As relações de poder nem sempre são visíveis, sobretudo, as relações que envolvem raça, classe e gênero, que não se manifestam de forma distinta, mas se excluem entre si. As imagens construídas historicamente de forma pública no acervo coletivo são também uma forma de opressão e dominação ideológica. Em uma sociedade, com um sistema de construção social, que tem suas bases no colonialismo europeu sobre povos originários, e sobre povos que foram escravizados, a imagem construída e veiculada serve à manutenção do poder sobre a classe e raça.

As imagens são construções e, ao fotografar as Marchas, há um processo de retomada da construção imagética estabelecida. As imagens expõem mulheres negras em sua visualidade contemporânea a partir de imagens criadas de si. São construídas ancestralmente de um lugar que se materializa de forma ampla desde os encontros descentralizados, nas feitura dos cartazes, nos afetos compartilhados, no empoderamento de cada mulher que, em um crescente, vem se fortalecendo em cada marcha.

As imagens não são mera transcrição visual, mas uma elaboração interpretativa dessa realidade, que emerge de uma relação entre o eu e as relações que foram estabelecidas do que representa ser mulher negra no Brasil. A exclusão histórica significa que as

imagens estereotipadas das mulheres negras ainda permeiam as culturas populares e as políticas públicas (COLLINS, 2019).

Assim, a Marcha de Mulheres Negras na praia de Copacabana apresenta em toda sua ideologia o movimento antirracista, ou seja, as reivindicações e a visualidade de mulheres negras em marcha. Luta e exige direitos iguais amplos e irrestritos, torna o território um palco para reivindicações. As mulheres negras tornam-se vistas combatendo a invisibilidade histórica racista, pautando desigualdades, violências, oportunidades, políticas públicas de saúde, racismo ambiental, presentes na sociedade brasileira. Ao marchar, mulheres negras colocam na ordem do dia a urgência de combater o racismo empregado para exploração e dominação da população negra, a esfera econômica, política e ideológica, jurídica, etc. Neste pensamento, toda a luta antirracista torna-se uma luta não contra as condições materiais e intelectuais que reproduzem o racismo, mas tão somente contra aqueles que difundem ou são privilegiados por ele. Se você combate o “agente” do racismo, mas deixa intactas as condições que o sustentam, o antirracismo se torna uma luta subjetiva entre brancos e negros; entre quem pode nos atacar e quem não pode nos atacar. Nessa lógica, os pretos no poder podem atacar, explorar, oprimir o conjunto da população negra, mas os brancos estão proibidos. A exploração e a opressão ficam intocadas em suas condições materiais e intelectuais de existência.

## Referências

- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de Assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DOCUMENTO final Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”. **CTI (Centro de Trabalho Indigenista)**, Tabatinga, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espirito/>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz.** Pensar como feminista, pensar como negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** Brasília, DF: IBGE, 2010.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** Brasília, DF: Ipea, 2017.
- LEMOS, Rosália de Oliveira. O Carnaval Axé-Nkenda e a Marcha das Mulheres Negras 2015: uma reflexão desde a perspectiva feminista negra. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, 2015.
- MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 745-768, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- OEI. Organización de Estados Ibero-americanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura. **Miradas sobre la educación en Iberoamérica.** Madrid: OEI, 2017.
- OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Geopolítica da morte - periferias segregadas. In: SANTINI, Daniel; ALBERGARIA, Rafaela; SANTARÉM, Paique (Org.). **Mobilidade Antirracista.** 1. Ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 80-97.

# Marília Negra: Práticas Comunicacionais em Territórios Negros

Mariana Alves de Sousa, Daniela Almeida Lira, Andre-  
as Hofbauer, Anderson da Silva Rodrigues, Fabiana da  
Silva Soares, Ingrid Macedo Santos\*

\***Mariana Alves de Sousa** é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Campus Marília (UNESP), na linha de pesquisa Psicologia da Educação: processos educativos e desenvolvimento humano. Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Ciências Sociais (2017) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestrado em Sociologia (2020) pela UNESP/Marília (ProfSocio). Participa do grupo de pesquisa PsiCUqueer – Psicologias, coletivos e culturas queer e do Laboratório de Ensino e Pesquisa Educação e Sociedade (LEePES), ambos certificados pelo CNPq. Participa do NUPE – Marília (Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão). Atualmente desenvolve a pesquisa intitulada “Marcas da Decolonialidade nas Práticas e Saberes de Mulheres Negras Educadoras” com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

\***Daniela Almeida Lira** é Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências, na linha de pesquisa: “Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas”, com projeto intitulado “A Implantação das ações afirmativas para negras(os) nas universidades públicas estaduais paulistas”, orientado pela Profª Drª Maria Valéria Barbosa e financiado pela CAPES. Licenciada e bacharela em Ciências Sociais, também pela UNESP-FFC, tendo versado em sua monografia os seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, Relações Étnico-Raciais e Exclusão Educacional, com bolsa PIBIC – CNPq. Atualmente integra o Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão Universitária da UNESP-FFC e o LEePES – Laboratório de Ensino e Pesquisa Educação e Sociedade.

\***Andreas Hofbauer** possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1999) e doutorado em Völkerkunde pela Universidade de Viena (1986). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Marília. Atua principalmente nos seguintes temas: racismo e antirracismo, diferença e desigualdade em contextos afrodiáspóricos, cultura e religiosidade afro-brasileiras, teoria antropológica e pós-colonialismo. É coordenador do Núcleo Negro Para Pesquisa e Extensão (NUPE/Marília).

\***Anderson da Silva Rodrigues** é graduado e mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Durante sua graduação, foi voluntário no projeto PIBID de Ciências Sociais. Seus principais campos de estudo são: religião, juventude, contemporaneidade e educação. Atualmente participa das atividades do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE), além de ser docente na rede pública de São Paulo.

\***Fabiana da Silva Soares** é Mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/USP sob orientação de José Guilherme Magnani, professora de Sociologia na rede básica de ensino, além de integrante dos grupos Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão (NUPE/Marília) e Grupo de Estudos Enfoques Antropológicos (GEA), ambos ligados a UNESP de Marília, onde realizou a graduação em Ciências Sociais.

\***Ingrid Macedo Santos** está em formação em Ciências Sociais e é integrante dos grupos de estudo/pesquisa NUPE/Marília e GEA (Grupo de Estudos Antropológicos).

Este texto é parte dos resultados do projeto de mapeamento dos territórios negros no município de Marília – SP, que vem sendo desenvolvido pelos membros do Núcleo Negro Para Pesquisa e Extensão Universitária – NUPE, da Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP. Além dos(as) autores(as) que elaboraram este texto, também participam do projeto os(as) seguintes pesquisadores(as): Eduardo Baroni Borghi, Glayton Ezequiel Pereira, Michele Carlesso Mariano, Pollyanna Fabrini Silva, Vinicius Luiz Pires Queiroz.

## Introdução

Esta pesquisa busca mapear o que pode ser entendido como “territórios negros” no município de Marília<sup>1</sup> – SP, destacando os aspectos comunicacionais antirracistas de cada grupo. Trata-se de uma ação coletiva do Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão Universitária da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (UNESP/FFC) e vem sendo desenvolvida pelos(as) pesquisadores(as) do grupo desde o início de 2022. Os objetivos da pesquisa consistem em: elaborar um mapeamento da presença negra em Marília e registrar as ações desenvolvidas pelos grupos/coletivos que abrangem a questão negra; promover a troca entre comunidade universitária e comunidade externa a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e atividades coletivas com membros dos grupos/coletivos mapeados; discutir questões relacionadas à presença negra na cidade de Marília em seus aspectos políticos e culturais; apontar os resultados da pesquisa, visando a divulgação das formas

1. A cidade de Marília possui aproximadamente 220 mil habitantes. Segundo dados do censo de 2010, a população da cidade era composta por 64,91% de brancos, 27,65% de pardos, 4,65% de pretos, 2,68% de amarelos e 0,11% indígenas.

de comunicação antirracista desenvolvidas por cada “território negro” no referido município.

Diante das atualizações das expressões do racismo na sociedade moderna-contemporânea e dos apagamentos das formas de resistência empreendidas ao longo de toda a trajetória dos movimentos sociais negros, salientamos a importância de destacar as mobilizações antirracistas que se constituem com o protagonismo de mulheres, homens e jovens negros e negras em diferentes espaços e contextos da cidade. O termo “quilombo” é compreendido por Beatriz Nascimento para além do espaço geográfico, em um sentido de agrupamento e comunidade para lutar por melhores condições de vida (NASCIMENTO, 2018, p. 190). “O corpo negro plural constrói e qualifica outros espaços negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem” (RATTS, 2006, p. 59). Dessa forma, Beatriz Nascimento propõe que o quilombo seja entendido enquanto diversos espaços construídos e/ou qualificados pelos corpos negros. É desta forma que concebemos a constituição de “territórios negros” em nossa pesquisa.

Os “territórios negros” se constituem como uma contrapartida à negação de direitos sociais, civis e políticos à população negra, quando grupos subalternizados passam a ocupar um dado espaço geográfico, atribuindo a tal processo um sentido de agrupamento e comunidade. Em outras palavras, a mobilização desses territórios representa uma forma de reivindicação do acesso a uma educação qualificada, que contemple a diversidade sem negar as diferenças e a existência das desigualdades, que permita afirmar outras formas de expressão cultural para além da cultura elitizada e eurocêntrica e que possibilite o resgate da memória afrodiaspórica para a construção de um futuro emancipador para a coletividade.

Nesse sentido, consideramos que os “territórios negros” em questão mobilizam práticas comunicacionais antirracistas na medida em que acumulam e sistematizam conhecimentos sobre as questões étnico-raciais, a importância da valorização da cultura africana e afro-brasileira e os efeitos deletérios do racismo, de modo que tais conhecimentos não se

encerram nos próprios grupos. Pelo contrário, esses grupos articulam ações e ampliam o alcance dessas informações à comunidade como um todo, seja por meio da educação ou por meio da arte.

Enquanto grupo, entendemos que “comunicações antirracistas” são estratégias políticas elaboradas pelos grupos mapeados que se organizam através de redes de articulação entre pessoas negras na cidade de Marília. Acreditamos que essas comunicações antirracistas são capazes de evidenciar não apenas o surgimento de novas tecnologias para valorização da negritude e do combate ao racismo, como também o próprio processo de ressignificação do espaço urbano pela população negra através da formação de “territórios negros” na cidade. Essa realidade se apresenta por meio da organização de atividades que visam levar o debate étnico-racial à comunidade, de modo a alertá-la para as problemáticas históricas e cotidianas do racismo, bem como valorizar a memória e a cultura africana e afro-brasileira como uma das principais responsáveis pela construção política e cultural brasileira. Nesse contexto, essas comunicações se manifestam por meio de práticas pedagógicas e artísticas antirracistas que, por assumirem esse caráter, desempenham também uma função política que consiste em contribuir para o desmantelamento das desigualdades.

No campo da educação, ao assumirem uma postura antirracista, esses grupos apresentam, por meio de suas propostas pedagógicas, uma outra história, além da “história única” (ADICHIE, 2019) comumente propagada pela história oficial que parte de um ponto de vista eurocêntrico. Ao propagar a história da população negra de modo a valorizar suas estratégias de resistência frente às opressões, educadores(as) antirracistas apresentam aos(às) estudantes de distintas origens étnico-raciais possibilidades ativas de agir diante das desigualdades, restituindo o protagonismo histórico da população negra nesse processo. Desse modo, além de viabilizar um processo de valorização histórica, afirmam positivamente a negritude e combatem o “perigo da história única”, que cria estereótipos inferiorizantes, superficializa a existência de pessoas negras e comprometem o legado de tantas outras histórias que nos constituíram enquanto



sujeitos construtores de nossas próprias trajetórias (ADICHIE, 2019).

No campo da arte, as manifestações artísticas promovem comunicações antirracistas por meio da divulgação de eventos e da ocupação de espaços públicos como forma de demarcar a existência da cultura negra não como um mero elemento do “folclore nacional” (GONZALEZ, 2018), mas como uma forte presença para alertar a comunidade sobre os efeitos das desigualdades sociorraciais, sem homogeneizar as diferenças étnico-raciais. Desse modo, as manifestações artísticas são territórios que permitem reconhecer as desigualdades e valorizar as diferenças.

Na seção seguinte, fizemos uma explanação sobre as práticas comunicacionais antirracistas desenvolvidas pelos grupos mapeados: Grupo de Educadores Negros (GEN), o Coletivo Diáspora Preta e o Slam Subterrâneo, respectivamente.

## O processo do mapeamento dos territórios negros de Marília

A princípio, realizamos um mapeamento preliminar pelas redes sociais (Facebook e Instagram), a fim de localizar grupos com pautas culturais, políticas e educacionais na cidade de Marília que transversalizam as questões étnico-raciais em seus debates e, desse modo, mobilizam a construção de territórios negros que promovem formas de comunicações antirracistas. O objetivo desse momento inicial foi buscar conhecer as ações dos movimentos e os sujeitos que os constituem, para, posteriormente, elaborarmos um roteiro de entrevistas e o contato com os membros de cada território, mediante aprovação do Comitê de Ética<sup>2</sup>.

Em seguida, entramos em contato com alguns/algumas representantes de cada grupo, a fim de realizar o

2. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/UNESP Marília), mediante parecer de número 5.580.533.

agendamento de uma entrevista semiestruturada. As entrevistas foram previamente agendadas, realizadas e gravadas com o consentimento dos(as) participantes para fins de melhor sistematização e análise das falas. Esse momento da pesquisa foi realizado por meio dos aplicativos Google Meet e Zoom. As entrevistas tiveram uma duração média de 1h30min.

### Grupo de Educadores(as) Negros(as) (GEN)

A entrevista para tratar do GEN ocorreu com duas mulheres negras que fizeram parte da concepção, fundação e manutenção do grupo na cidade de Marília, que se formou em 1994. A memória acerca do grupo nos permite visualizar a importância das mulheres negras na vanguarda da preocupação acerca da educação e da luta contra o racismo, já que o grupo surge a partir do ingresso no espaço escolar enquanto professoras, onde percebem a ausência e desconhecimento sobre o debate racial.

O comprometimento com a causa citado pelas entrevistadas fez com que elas dispusessem de dias de sábados para os encontros com o grupo – mesmo sendo jovens trabalhadoras –, além da realização de um mapeamento que possibilitou o encontro com outros professores e professoras negras da cidade.

A discussão acerca do racismo presente no ambiente escolar e leituras pertinentes ao tema realizadas pelo grupo possibilitaram que docentes se preparassem para elaboração de aulas para educação básica que discutissem as questões étnico-raciais de maneira crítica, além de ser espaço, segundo as entrevistadas, de reconhecimento sobre a própria identidade, de aprendizado acerca de um tema pouco discutido nos espaços acadêmicos e da abordagem de questões particulares às pessoas negras presentes na sala de aula – tanto tratando-se de alunos(as) como de professores(as). Outro ponto interessante a se destacar é a perspectiva de ação que empreendiam, tendo como objetivo comunicar as discussões para diferentes espaços e realizar denúncias sobre as discriminações raciais existentes na cidade.

Para a formação e continuidade do GEN, percebe-se a articulação com diferentes sujeitos e instituições,

além das lembranças de diferentes episódios de sua própria trajetória, que remetem à evolução do debate étnico-racial e grupos e pessoas que foram importantes para a consolidação de agendas comprometidas com a causa racial não só em Marília, mas nacionalmente. Essa característica fica explícita a partir da citação, por exemplo, dos Agentes de Pastoral Negras do Brasil, além de nomes como Henrique Vieira Jr., Nadir Campos, Hédio Silva Jr. e Edemir Carvalho.

Um dos principais pontos a se destacar acerca do GEN é que o grupo possui registro organizado de sua memória até os dias de hoje – mesmo após o arrefecimento de sua atuação – e o argumento para esse cuidado é explicado via fala de uma das entrevistadas: “a gente pensava que ia fazer história”. Com essa manifestação, é possível apreender a visão e o intuito que o grupo possuía de ser via de comunicação e conscientização antirracista, para além de seu tempo histórico, e de empreender na cidade de Marília a busca por uma educação antirracista que possibilitasse mudança significativa dos espaços. Além do compromisso com o presente que ali se colocava a partir da percepção do racismo nos ambientes escolares, havia a preocupação com o futuro, por meio do legado que poderia deixar com discussões e atuações executadas no decorrer dos anos.

As integrantes demonstram preocupações coletivas diversas: identidade, pertencimento, combate às discriminações raciais, violência e racismo na educação, o que denota a busca por um empoderamento real e crítico, com aspirações a uma mudança que se dá pela luta coletiva e que, por isso, se articulava como compromisso com a educação que o movimento negro brasileiro sempre manteve em sua atuação e que é presente de maneira contundente na atuação do GEN.

Esse objetivo de refletir e discutir as relações étnico-raciais e a discriminação vivida pela população negra no Brasil, sobretudo no âmbito educacional, surgia via busca por criar espaços de discussão para disseminar e despertar o questionamento acerca das opressões vivenciadas pela população negra, traduzindo-se em estratégias comunicacionais de denún-

cia e aprendizado e, mais do que isso, na formação de redes de apoio entre sujeitos que amplificam os efeitos dessas estratégias em suas atuações profissionais e militância.

Um exemplo dessa dimensão comunicacional são alguns encontros registrados nos arquivos do grupo, em que os presentes discutem o texto “Identidade, Educação e Cultura”, concluindo que a educação é “ponta de lança” na luta contra o racismo e, mais do que isso, indicam enquanto proposta de trabalho a responsabilidade do grupo de “acompanhar os casos de discriminação racial que ocorrem nas escolas e levar ao conhecimento para as autoridades competentes para que o crime seja punido”.

Em outro encontro são partilhados relatos de professoras e professores em sala de aula sobre elementos que constituem a identidade da população negra. Em dado momento, apontam: “Falta conhecimento da própria história, Zumbi, por exemplo, ninguém conhece. **Por isso a importância do diálogo.** Explicar o porquê do 20 de novembro é uma questão de cidadania”. Indicam, ainda, que iriam solicitar que o Clube de Cinema da Cidade levasse filmes que discutem as resistências negras e que passariam na Diretoria de Ensino da Cidade para dialogar sobre o 20 de novembro, demonstrando as conexões e redes criadas.

Em ambas as atividades, o elemento comunicacional antirracista está presente 1) quando se busca discutir entre professores temas ausentes em suas formações; 2) no anseio em denunciar as violações para as autoridades e sociedade; 3) na criação de redes de apoio e pertencimento entre docentes; 4) nas iniciativas que visam ocupar espaços e propor diálogos com toda a sociedade que comuniquem os saberes aprendidos do grupo.

Além disso, nos registros do grupo, demonstra-se que a atuação do GEN chegou a ocupar jornais da cidade para divulgação de suas atividades e denúncias. Um exemplo é uma entrevista concedida ao *Diário Marília Notícias*, em que um integrante do grupo afirma que a comemoração da abolição seria uma farsa. Em outro momento, no mesmo diário, uma das integrantes realiza denúncia de um caso de racismo

vivido por dois professores, onde enfatiza a necessidade de reafirmar ao público como a cidade em que estavam, que se dizia símbolo de amor e liberdade, era essencialmente racista.

Ramos (1998) cita esses e outros eventos e ações do GEN para sintetizar as metas e prioridades do grupo que demonstram esse caráter de denúncia e comunicação antirracista que se objetiva fomentar entre professores e na sociedade em geral, sendo exemplos dessa busca a garantia da organização de estudos e trocas de experiências entre educadores e educadoras negras da cidade, a produção de materiais pedagógicos para disseminação de uma educação antirracista e a execução de ações em conjunto com outras instituições, visando a diminuição do racismo e das discriminações étnico-raciais.

### Diáspora Preta

O coletivo Diáspora Preta surgiu de uma iniciativa auto-organizada por estudantes negras e negros da UNESP de Marília e suas atividades iniciadas em 2018. A partir desta pesquisa inicial, identificamos que um dos principais objetivos do Diáspora Preta era promover espaços de acolhimento e troca de experiências entre estudantes negros(as) da universidade, mobilizar debates a partir de referenciais teóricos sistematizados por intelectuais negros(as) e colocar em foco a importância da discussão das políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais, e questões de permanência universitária, como moradia e bolsas de assistência estudantis.

Foi possível identificar que o coletivo possui um papel importante para a juventude negra que ocupa o espaço universitário, tendo em vista que, apesar dos avanços das políticas de ações afirmativas, a exemplo da política de cotas, jovens pretos(as) e pardos(as) ainda são minoria nas universidades públicas brasileiras, o que denota a expressividade do racismo institucional em nosso país<sup>3</sup>.

Diante do reconhecimento de afirmar a pauta racial no contexto universitário, o Diáspora Preta também

3. Os dados quantitativos secundários disponibilizados pelo estudo sobre "Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior" produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) demonstram que, em 2020, apenas 18% dos(as) estudantes entre 18 e 24 anos no ensino superior eram negros(as). (SILVA, 2020).

organizava espaços de debates de cunho de formação política e sociocultural, como cine-debates de filmes protagonizados e dirigidos por personalidades negras, exibidos em um importante evento para a comunidade acadêmica: a "Negressada". A proposta do evento era recepcionar os(as) alunos(as) ingressantes, principalmente negros(as) e evidenciar a importância do debate das relações raciais na universidade e na sociedade como um todo.

Em entrevista, a integrante do Coletivo Diáspora Preta relatou que estudantes negros(as) tinham uma demanda por um espaço que abordasse as questões étnico-raciais na universidade. Em 2018, na recepção dos(as) calouros(as), iniciou-se um diálogo sobre a importância de terem uma recepção acolhedora para estudantes negros(as). Assim, surgiu a oportunidade de criar o coletivo. Até 2018, não havia nenhum coletivo ativo, segundo as narrativas da entrevistada. Em anos anteriores, havia um coletivo denominado PretáPretô, o qual teve as atividades encerradas antes desse período. Após a Negressada de 2018, os(as) estudantes organizadores(as) do evento fizeram reuniões para discutir as atividades realizadas e pensar as próximas. Posteriormente ao balanço das atividades, o coletivo organizou duas edições da Negressada, em 2018 e 2019. Na ocasião deste evento, eram debatidas, prioritariamente, questões acerca das cotas raciais nas universidades com a participação da Profa. Dra. Maria Valéria Barbosa, docente negra e presidente da comissão de heteroidentificação da UNESP. Também eram discutidas questões sobre mulheres negras na universidade e saúde mental da população negra.

O coletivo Diáspora Preta não possuía uma liderança, embora cada membro desempenhasse uma função específica – a exemplo, relator(a) das reuniões, responsáveis pela divulgação das reuniões, etc. Ainda que as funções fossem distintas, havia uma horizontalidade entre as posições ocupadas por cada membro. Segundo o relato, um integrante do coletivo PretáPretô – que se tornou membro do Slam Subterrâneo – também participou do coletivo Diáspora Preta e outra atividade relevante que realizaram foi o Baile Black, que, a princípio, foi uma ação pioneira do coletivo PretáPretô. Esse evento também tinha a

proposta de acolher os(as) estudantes negros(as) e o objetivo de afirmar o valor da cultura *black* como forma de fortalecimento da identidade negra.

Nas palavras da entrevistada, o Baile Black não era apenas uma festa, mas tinha um cunho político que levantava pautas e discussões raciais importantes e até então ausentes no contexto da universidade. Assim, o Baile Black passou a ser organizado pelo [coletivo] Diáspora Preta. Em 2018, o tema da festa foi “Antigamente quilombos, hoje periferia” e, em 2019, o tema trazia o questionamento “Quem mandou matar Marielle?”.

Outro importante objetivo do Baile Black era abranger a comunidade externa e levar as discussões mobilizadas no evento à sociedade como um todo. Em média, os eventos contaram com um contingente de oitocentos a mil pessoas. O evento acontecia na Moradia Estudantil da UNESP, na “Semana da Consciência Negra”, com entrada gratuita. O local é majoritariamente habitado por jovens negros(as) e com condições socioeconômicas desprivilegiadas.

Nesse sentido, a moradia assume um importante papel para a permanência estudantil desses(as) jovens e as ações do coletivo Diáspora Preta representavam uma forma de comunicação antirracista, na medida em que buscavam mobilizar, por meio de expressões artísticas e culturais de origem afro-americana, jovens universitários(as) da moradia estudantil, da comunidade acadêmica como um todo e também a população da comunidade externa. Tanto nos temas dos bailes quanto nas escolhas musicais e estéticas do repertório e das artes de divulgação do evento, o coletivo buscou se comunicar com a comunidade para além da intenção de realizar um convite para o baile black, mas também como uma forma de promover um alerta às situações cotidianas de racismo e à afirmação da identidade e da insurgência negra diante daqueles contextos.

O dinheiro arrecadado na consumação era destinado à manutenção da moradia e era administrado pela comissão responsável em assembleia. Outra parte dos fundos arrecadados era reservada em caixa pelos membros do coletivo; parte mínima era destina-

da à compra de materiais para intervenções ou para viagens para representação do coletivo em eventos políticos ou acadêmicos. Diante do rompimento da barragem de Brumadinho – MG, o coletivo enviou uma quantia para o acolhimento das vítimas. Parte da verba também era voltada para o fortalecimento das atividades de artistas locais, a fim de fomentar a construção de eventos culturais na cidade de Marília.

**Por isso a gente pensa também né, que o Baile Black não era um rolê pelo rolê. Em nenhum momento o dinheiro que era arrecadado no Baile Black vinha para os militantes ou para o coletivo. Era um dinheiro que a gente queria ali, construir a cidade de Marília [em seu aspecto cultural], tentar colaborar com as pessoas que estavam fortalecendo a gente – no caso a moradia [estudantil], que sempre cedeu espaço para a gente construir essa festa ali dentro. Então acho que o Baile Black foi algo muito importante que a gente acabou dando continuidade dentro do coletivo e que demandava uma organização [interna].**

(Trecho da fala da entrevistada, integrante do coletivo Diáspora Preta)

O grupo também era um espaço de estudos, sobretudo acerca das questões étnico-raciais com foco na população negra. Houve reuniões em que o grupo discutiu o livro *Peles Negras, Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon, *Tornar-se Negro*, de Neusa Santos Souza, dentre outros temas que se relacionam com a realidade social do(a) negro(a). Segundo a entrevistada, antes de os membros do grupo ingressarem em seus cursos superiores e participarem do coletivo, não tinham esse acúmulo de leituras e debates, o que salienta a importância das ações desenvolvidas.

Desse modo, ao organizarem debates sobre as referidas obras, o coletivo mobiliza também uma forma de comunicação antirracista, ao expandir para outros sujeitos a possibilidade de contato com obras clássicas tão relevantes para a compreensão das relações étnico-raciais e suas implicações na subjetividade das pessoas negras. Assim, entendemos que o coletivo Diáspora Preta buscou, por meio de sua comunicabilidade, promover uma conscientização coletiva

pela qual os sujeitos pudessem transformar as suas próprias concepções sobre as questões étnico-raciais e, potencialmente, o meio em que estiverem inseridos.

Diante da pandemia da covid-19, o coletivo não deu continuidade aos encontros e ainda está inativo. Segundo a entrevistada, foi elaborada uma proposta de realizar um material de divulgação sobre as ações e a pauta do coletivo, mas ainda não há uma proposta concreta.

### SLAM Subterrâneo

O Slam, também conhecido por *poetry Slam*, é um movimento que surgiu em Chicago nos anos de 1980. O primeiro Slam no Brasil ocorreu em 2008 no Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, no bairro Pompéia, na cidade de São Paulo. O evento foi chamado de ZAP! Slam (Zona Autônoma da Palavra), e foi organizado por Roberta Estrela D’Alva. Roberta é considerada hoje uma das principais pesquisadoras e poetisas do movimento. É possível notar a intersecção entre elementos do movimento *hip-hop*, manifestações artísticas, ativismo político, acontecimento cultural, denúncias sociais, dentre outros.

Por meio de uma competição de poesia, seu principal objetivo é dar visibilidade a diferentes temas sociais, como racismo, machismo, desigualdade, política e cidadania. Desta forma, apesar de ser considerada como uma “poesia falada” e consistir em uma “batalha”, é notório que o movimento impulsiona o surgimento de nossos protagonistas políticos e culturais de centros urbanos. (FREITAS, 2020). Na cidade de Marília, um grupo de jovens negros e negras organizaram o Slam Subterrâneo, a fim de movimentar a cena local e, sobretudo, visibilizar questões relacionadas às desigualdades de distintas ordens por meio da arte e da ocupação de territórios públicos.

De acordo com informações disponibilizadas nas redes sociais, o grupo está vigente desde meados de 2017. Um grupo de estudantes cotistas da UNESP de Marília organizou a batalha de poesia “Pela liberdade de Rafael Braga” na praça do Jardim Cavaleri, localizada próxima ao *campus* da universidade. Para me-

diar as rodadas da competição, convidaram a artista e poetisa Deusa, uma figura importante na articulação dos Slams da capital paulista. Deusa se dispôs a divulgar a batalha de Slam entre os(as) poetas, poetisas e organizadores(as) do ato.

Os eventos organizados por essa juventude em Marília eram palco para intervenções poéticas e instrumentos que impulsionaram a crítica social e de denúncia contra as opressões. Essa mobilização deu origem ao que mais tarde seria o Slam Subterrâneo. Para os participantes do Slam Subterrâneo, “a diversidade é característica marcante em um encontro de Slam, onde pessoas das mais diferentes idades, crenças, orientações políticas e filosóficas reúnem-se em comunhão para ouvir e falar poesia”. (SLAM SUBTERRÂNEO, 2017).

Assim como é possível observar nas redes sociais do coletivo Diáspora Preta, o Slam Subterrâneo também apoiava ativamente a divulgação dos eventos dos bailes blacks, o que indica uma proximidade entre os membros organizadores dos bailes e os membros do coletivo Diáspora e do movimento Subterrâneo. Entendemos que o uso coletivo e solidário das redes sociais representava uma forma de comunicação antirracista, na medida em que impulsionava e buscava fortalecer as iniciativas artísticas de cunho antirracista na cidade. Desse modo, os meios de divulgação representavam a construção de uma coalizão entre territórios negros.

Um exemplo dessa coalizão entre os territórios e a aproximação de outros sujeitos por meio de uma forma de comunicação antirracista é que, no contexto da pandemia do covid-19, as batalhas de Slam passaram a ocorrer de maneira virtual, por meio das redes sociais (Instagram, Facebook), aglutinando participantes de diversas regiões do Brasil e da América Latina. A movimentação online permitiu a conexão do grupo com outros poetas, poetisas e coletivos de Slam, formando uma rede com diferentes territórios e Slams espalhados pelo Brasil. Essa conexão ocorreu à medida que as redes sociais se tornaram a principal ferramenta para circulação de conteúdo e as *lives*, o recurso mais utilizado para a realização de eventos durante o período de isolamento social.

Além de situar a cidade de Marília na cena estadual dos Slams poéticos paulistas, o Slam Subterrâneo também produz articulações com as escolas públicas do município, realizando oficinas de escrita poética que visam estimular os estudantes a conhecer os princípios das batalhas poéticas e ter o primeiro contato com o gênero textual da literatura marginal. Essa aproximação com a escola foi possível, pois o coletivo de poetas e poetisas envolvidos também atuam nas escolas como professores(as), além de articuladores culturais em projetos que contam com a parceria da Secretaria Municipal de Cultura de Marília. Na nossa concepção, esta é mais uma forma de comunicação antirracista empreendida pelo Slam Subterrâneo, que aproxima do universo escolar a literatura articulada a problemas reais vivenciados pelos(as) jovens estudantes. Mais do que isso, essa forma de ação representa uma possibilidade de que os(as) próprios(as) estudantes sejam autoras e autores de poesias que narram seus cotidianos e a realidade de desigualdades sociorraciais de forma ativa.

Acerca das impressões que tivemos a partir das entrevistas realizadas com dois membros e produtores(as) do Slam Subterrâneo<sup>4</sup> na cidade de Marília, passamos a pensar o grupo como uma possibilidade de imaginar a construção de uma estratégia de luta promovida por um sujeito que tem na arte um instrumento de reivindicação de seu lugar no mundo.

O Slam Subterrâneo rompe as fronteiras espaciais e locais da cidade de Marília pelo seu potencial comunicacional de conectar agentes dos mais variados territórios em torno do município e distritos adjacentes do oeste paulista. É um movimento que surgiu e se desenvolveu em redes de colaboração, sociabilidade e engajamento político e, sobretudo, através da transmissão de saberes, reunindo pessoas engajadas em fomentar a cena cultural e o antirracismo na região. Além de promover um conjunto expressivo de dinâmicas e práticas culturais que valorizam o pertencimento étnico e racial à comunidade, o Slam expõe novos modos de ocupação dos espaços da cidade.

4. O Slam Subterrâneo surgiu a partir da mobilização estudantil “Liberdade para Rafael Braga”, jovem negro catador de materiais recicláveis que foi preso e condenado pela justiça, após ser detido com uma garrafa de Pinho Sol durante as manifestações de 2013. As informações da mídia apontam que as acusações da polícia civil contra Rafael foram feitas com base na alegação de que a garrafa alvejante teria sido confundida com um coquetel molotov pelos policiais.

São os corpos indesejáveis que querem ocupar a rua do centro urbano para denunciar a negligência do Estado com as mulheres, os LGBTQIAPN+, os negros, indígenas, os povos de terreiros de matriz africana e a juventude periférica.

Ao “botar o dedo na ferida do sistema”, por meio da organização de encontros nos espaços públicos de Marília, reunindo um número expressivo de pessoas em torno da arte e da poesia, o Slam nos convida a pensar novos modos de fazer a denúncia contra as lógicas de opressão que são impostas pela sociedade aos grupos subalternizados.

Enquanto experiência empírica do que seria um espaço potencial de criação e associação da militância negra na atualidade, o Slam nos convida a imaginar um movimento negro que segue educando a juventude através do senso de coletividade, da valorização da memória e dos saberes ancestrais acumulados como estratégia de (re)existência numa sociedade cada vez mais explicitamente racista e hostil.

Correr junto durante as diferentes edições do Slam, ganhar a nota máxima dos jurados<sup>5</sup> e chegar à final dos torneios não significa uma disputa por méritos, trata-se de um ritual da vida pública, em que correr junto significa compartilhar saberes, ideias, sentimentos e afetividades. No Slam, a rua se torna um campo de disputa por novas narrativas sobre a sociedade, um espaço político *sui generis*, em que a oralidade serve como metodologia de ensino daqueles que desejam denunciar, reivindicar e imaginar outra realidade social, menos violenta, antirracista e igualitária. E nesse cenário altamente criativo e de efervescência de ideias, a única arma é a poesia, é a voz, é a boca que atira a palavra<sup>6</sup> contra um mundo que se deseja transformar. Em geral, os grupos apresentam em comum seu potencial educador, característico do Movimento Negro e, além disso, um potencial comunicacional que

5. A estrutura das batalhas pode alterar de acordo com a localidade; porém, pesquisadores(as) da cena apontam algumas regras que comumente norteiam as batalhas (FREITAS, 2020), como: a duração máxima de cada apresentação deve ser de três minutos; a poesia tem que ser autoral e inédita naquele Slam; as poesias são avaliadas imediatamente após a apresentação por cinco jurados; os jurados são escolhidos de forma aleatória a partir do público que está assistindo; as notas podem variar de zero a dez; a nota mais baixa e mais alta são anuladas, e as demais contabilizadas.

6. Em geral, cada grupo de slam possui um grito de guerra fixo que antecede as poesias faladas durante as batalhas. No caso do Slam Subterrâneo, o grito é: “poesia como arma/boca atira/pow/slam Subterrâneo”.

permite que todo o conhecimento acumulado pelos grupos, mobilizador de ações antirracistas, seja repassado para que outros sujeitos e grupos possam replicar tais ações a partir da construção de um letramento racial crítico. Embora localizados em diferentes contextos (universidades, salas de aula de escolas públicas ou nas ruas), tanto o GEN quanto o Coletivo Diáspora Preta e o Slam Subterrâneo localizam e afirmam positivamente suas diferenças raciais, de modo a identificar as desigualdades e denunciá-las, indicando propostas para sua superação. Desse modo, o campo da educação sempre aparece na fala das pessoas entrevistadas como um lugar para potencializar essas pautas, sobretudo por meio da divulgação das epistemologias e contribuições políticas de intelectuais e militantes negros e negras.

Tendo em vista que as ações dos grupos não se encerram no contexto universitário, a ampliação do diálogo de suas ações para a comunidade como um todo expressa uma potencialidade comunicacional que consiste em ampliar e aprofundar o debate sobre as questões étnico-raciais e culturais afro-brasileiras a diferentes grupos da cidade – desde as escolas e universidades às praças centrais e periféricas. Entendemos, portanto, que os grupos mapeados se constituem nessa perspectiva de engajamento, além de elaborarem aportes para a construção de uma perspectiva ética, política e educadora que visa à emancipação dos sujeitos para além dos desígnios do racismo estrutural, representando e corroborando a construção de práticas de comunicações antirracistas.

## Considerações finais

Enquanto pesquisadores(as) do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE), situado no *campus* de Marília, reconhecemos a necessidade de difundir as ações, bem como contextualizar a existência da presença negra na cidade. Com a pesquisa que vem sendo desenvolvida, temos como pretensão destacar as ações de grupos que têm como cerne de atuação aspectos da diversidade étnico-racial, sobretudo no que se refere às práticas que priorizam a afirmação de aspectos socioculturais de origens

africanas e afro-brasileiras, representando formas de comunicações antirracistas. Durante este processo, identificamos a presença, as ações e os conhecimentos mobilizados pelo GEN, pelo coletivo Diáspora Preta e pelo Slam Subterrâneo, reconhecendo seu papel político, bem como sua relevância e exemplos práticos da atuação de intelectuais engajados(as) em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, entendemos que as ações dos coletivos aqui apresentados representam práticas de comunicação antirracista, na medida em que buscam ampliar, no espaço em que atuam, os debates acerca das questões étnico-raciais. Tais grupos não realizam esses debates apenas de forma a problematizar os efeitos do racismo, mas também como forma de resgatar e valorizar as tecnologias de resistência mobilizadas por aqueles que vieram antes de nós.

Assim, ao mobilizar ações que envolvem a comunidade, os coletivos agem de forma a estabelecer uma comunicação que apresenta uma intenção objetiva: qualificar, por meio da educação, do conhecimento e das artes, o debate sobre as questões étnico-raciais, de modo que este seja inteligível àqueles que puderem alcançar. Tanto as leituras quanto a música, filmes e a poesia, recursos utilizados distintamente pelos coletivos mapeados, são formas de comunicar uma mensagem a determinado grupo. Neste caso, trata-se de comunicar mensagens de cunho antirracista, que visam denunciar o histórico de apagamentos e desigualdades sociorraciais e visibilizar um legado de luta e resistência protagonizadas pela população negra.

Um dos aspectos comunicacionais que podemos refletir sobre os grupos abordados no artigo refere-se às conexões em redes promovidas em suas ações. Neste momento, chama a atenção o fato de, apesar de serem grupos distintos, com estratégias de ações particulares, foi criada uma conexão entre si que permitia um fluxo de informações e entre seus membros. Isso é possível porque todas as atividades orbitavam em um núcleo comum: a pauta antirracista, o que promove uma conexão entre os grupos, mesmo com as ações distintas.

Ademais, os depoimentos colhidos nas entrevistas chamam atenção para outro aspecto importante: a estima que possuem entre si. Nas falas dos entrevistados, era comum os grupos serem tratados como um espaço acolhedor que promoviam uma troca de afetos e, por isso, fundamentais para a permanência de estudantes e intelectuais negros na cidade. Aqui está uma das originalidades desta pesquisa e que pode render futuros desdobramentos. Quando afirmamos que os territórios negros revelam toda a potencialidade das pessoas negras que neles estão inseridos, queremos reforçar a humanidade em sua totalidade: política, intelectual e afetiva, que também pode ressoar de forma a aproximar grupos, fortalecer elos e contribuir para a repercussão de práticas antirracistas a partir do estabelecimento e da ampliação das formas de comunicação por eles estabelecidas. Logo, a afetividade neste contexto se torna um ato político transformador, tendo em vista que reconhecer essa dimensão em corpos que historicamente foram objetificados também significa subverter o imaginário criado sobre as vivências negras. Por fim, a pesquisa se articula e se desenvolve como forma de contribuir para a divulgação das práticas de comunicação antirracista desenvolvidas pelos territórios negros de Marília e de seus aspectos insurgentes, levando em consideração a importância de compartilhar conhecimentos e de fomentar ações políticas em prol da afirmação das diferenças e da mobilização de políticas efetivamente inclusivas e, portanto, antirracistas.

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FREITAS, Daniela Silva de. Slam Resistência: poesia, cidadania e insurgência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 59, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40185915>. Acesso em: 2 jan. 2023.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Filhos da África,. 2018. p. 321-334.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Quilombo: em Palmares, na favela, no carnaval. *In*: União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018. p. 189-194.
- RAMOS, Alessandra S. **Grupo de Educadores Negros de Marília: a luta pela educação**. 1998. Projeto Experimental – Universidade de Marília, Marília, 1998.
- RATTS, Alex. A Terra é o meu quilombo: Terra, território, territorialidade. *In*: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial. 2006.
- SLAM SUBTERRÂNEO. **A diversidade é característica marcante em um encontro de slam**. Marília, 24 mar. 2017. Facebook: SlamSubterraneo. Disponível em: <https://www.facebook.com/SlamSubterraneo/photos/a.275909016166889/275928032831654>. Acesso em: 6 jan. 2022.
- SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Texto Para Discussão. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/240764>. Acesso em: 6 jan. 2023.



# Pelos sertões goianos: ComunicAÇÃO antirracista e cerradeira como tecnologia ancestral

Ludmila Pereira de Almeida\*

## Introdução



Arilene e Maria, da Coletiva Pretas de Angola. Foto realizada na Assembleia Legislativa de Goiás durante conversa sobre “Quem tem medo de mulheres na política”. Foto: Ludmila Almeida.

A comunicação articulada por mulheres negras é, antes de tudo, uma comunicação política e pulsante no sentido de se sustentar enquanto continuidade de quem veio antes. Aqui o compromisso é não só com as próprias pessoas que fundamentam as coletivas e os grupos, mas também sobre o perfil do corpo-político que aparece nas produções de conteúdo.

Neste texto, nossa leitura de uma comunicação cerradeira vem do compromisso em valorizar e expandir as imagens de pessoas e territórios, tendo o Cerrado – o grande ancestral, a mais antiga formação de bioma do mundo que alimenta e fertiliza o nosso falar – como o chão que fundamenta as práticas antirracistas.

Quando falamos em comunicação, estamos o tempo todo nos remetendo a uma prática ornamentada pelas tecnologias ancestrais e pela cardiografia dos saberes das mulheres negras. Antes de existir as tecnologias digitais, já existiam as tecnologias ancestrais, só assim chegamos até o dia de hoje com instrumentos suficientes para fazer acontecer as nossas ideias mesmo quando não temos os meios necessários. E, para isso, não é preciso formação acadêmica – que é importante e é uma conquista histórica do povo negro, mas não é a única forma de formação – e muito menos apenas isso basta, pois é necessário um comprometimento com o grupo, diferentemente de um veículo de comunicação burguesa, onde se presta um serviço a uma empresa que é nomeada como “comunicação pública” e quer “dialogar com todo mundo”.

Sabemos que estes, além de não compreenderem o que é dialogar, ainda disseminam narrativas generalizadas, focam em um “público universal”, produzem imagens que partem de um olhar ocidental de

impulsioneamento e de espetáculo, que não positivam em nada aqueles que já são lançados à vulnerabilidade social. E fizeram e fazem isso por muitos anos, consolidando estruturas sociais. O chamado “critério de noticiabilidade jornalística”, que aponta o que é importante ou não para ser divulgado, não é algo neutro, mas pautado por uma série de requisitos, inclusive o que o veículo e a editoria entendem como “importantes”.

Este texto não pretende trazer uma conclusão sobre o assunto, mas tem a ideia de propor reflexões e compartilhar experiências e, se possível, incômodos. Para que tenhamos em mente que não estamos sozinhas na luta e que o espaço digital também é um espaço nosso enquanto ativistas pelo futuro digno da população negra. Também para que isso provoque dúvidas para produzirmos conteúdos que possam, de alguma forma, projetar possíveis respostas outras a partir da nossa existência, a partir do nosso chão e a partir dos objetivos das nossas irmãs.

Como já podem perceber, a linguagem a ser utilizada nesse texto será, em sua grande maioria, no feminino, em coerência com os grupos que tentarei expor aqui, que são grupos de mulheres negras de Goiás. Esses grupos foram selecionados tanto por já atuarem produzindo conteúdo nas redes sociais quanto devido a sua historicidade. São as primeiras mulheres que fundam bases sólidas de movimentos de mulheres negras no estado e que vêm articulando diversas ações de expansão desses movimentos. Também são grupos nos quais circulo, participo da realização de atividades e acompanho as redes sociais. Destes, já integrei dois enquanto comunicadora e gestora das redes sociais.

Nesse sentido, precisamos ter em mente algo em comum: articular uma produção de comunicação ativista nas redes sociais nesses grupos só ocorre de forma colaborativa, a ponto de requerer que a comunicadora não só faça os materiais e poste, mas seja parte envolvida nos processos, além de todo mundo concordar com o que é produzido. Apenas assim poderemos entender que a comunicação é coletiva e inegociável no sentido político.

Isso também é fruto de poder narrar em primeira pessoa as narrativas do próprio grupo sem ter os atraves-

samentos de quem está distante do que é decidido e discutido diariamente. É preciso envolvimento para se ter comunicAÇÃO. Esse cuidado, de ser alguém nosso para mostrar ao mundo quem somos e com a nossa cara, é fundamental quando reafirmamos a importância de uma narrativa antirracista que seja ação estratégica.

## Romper com a narrativa única

*É preciso imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade. (Beatriz Nascimento - Ôrí<sup>1</sup>)*

Nesse caminho, quais imagens são utilizadas afetam diretamente a recepção do material e como isso demonstrará os objetivos do grupo. Para seguirmos com a conversa, apresento os grupos nos quais me baseio para falar de comunicação.

### Coletiva Pretas de Angola

A primeira é a Coletiva Pretas de Angola<sup>2</sup>, formada em 2015, que reúne mulheres negras acadêmicas, jovens e adultas, de diferentes lugares da região metropolitana de Goiânia e Aparecida de Goiânia, que atuam nas bases dos movimentos sociais e de mulheres negras, desenvolvendo projetos de defesa de direitos, potencializando ações em rede para promover a emancipação política, social e econômica da população negra. É nesse grupo onde estou, desde o final de 2021, como comunicadora envolvida em todos os projetos.

A própria logo da coletiva já nos aponta os rumos e propostas dessas mulheres. Pensada pela perspectiva da afrocentricidade em diáspora, a imagem é bem significativa ao apontar espiritualidade, ancestralida-

1. Filme: Ôrí. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Beatriz Nascimento. 1989, Brasil, vídeo.

2. Conheça a rede social: <https://www.instagram.com/pretasdeangola/>

de e continuidade. Isso porque é preciso ter os pés firmes no chão que nos alimenta para que alcancemos grandes voos. Ancestralidade é futuro, como já aponta a intelectual, quilombola e filósofa, Katiúscia Ribeiro (2020). Ninguém chega aos grandes picos sem antes adentrar a terra e, muito menos, se tem transformação sem referências, sem as raízes e o firmamento.



Logo da Coletiva Pretas de Angola

As raízes da árvore estabilizam o seu crescimento, alimentam-na circulando, girando a vida que se perfoma na profundidade da terra em direção às sementes, flores, frutos e folhas – formando uma rede de conexões e atuando como o próprio Cerrado. Ramos, caule e raízes demonstram que os planos espiritual e material são intrínsecos na formação da ideia de realidade. Mulheres Negras em rede e em movimento são potências que criam e recriam a fertilidade que refloresta saberes por onde pisam, é estabilidade e circularidade que (re)inventam outras táticas de reexistências e futuros.

Esses fundamentos que geram a logo são aspectos que atravessam a atuação política das Pretas de Angola e antecedem o processo de ativismo nas redes sociais enquanto produção de conteúdo forjada para o posicionamento, amplificação de narrativa e divulgação de ações. Isso sem perder de vista a defesa

não só dos Direitos Humanos, mas dos *direitos bio-cósmicos*, termo cunhado pelo professor Bas'ilele Malomalo (2019), isto é, a defesa do todo em que não são possíveis direitos humanos sem os direitos da natureza, da espiritualidade e da ancestralidade. O reforço a esses objetivos dialoga com as pautas do cotidiano que afetam diretamente as mulheres negras em diáspora. Tudo isso transbordando em projetos de atrevivência política e de urgência dialógica que criam espaços de diálogos democráticos para convocar diversos temas para o centro da reflexão junto à ocupação de espaços públicos e da população periférica de diversas idades. Importante destacar também que a Coletiva atua e é composta pela pluralidade de ser mulher negra LBTs (Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros), de espiritualidade de matriz africana e com diferentes idades.

E mesmo não tendo integrantes indígenas, o que diz respeito aos direitos dessas irmãs também não fica esquecido, de forma que a Coletiva participou da abertura do I Seminário das Originárias da Terra, em Brasília, e divulgou material referente a esse dia, ressaltando que a luta deve ser em conjunto. Além disso, o movimento em rede, com mais de 15 organizações, é outro fator que expande o alcance do grupo em suas ações, intrepidez de participação que, mesmo com poucos anos de fundação, as levou a integrar a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e a participar do Encontro de 30 anos da Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora.

Sendo um grupo com pessoas que já compunham outros grupos, participando de vários encontros e marchas históricas dos movimentos negros de Goiás, também tem integrante que participou ativamente, na área de estratégia política para candidatas negras do Centro-Oeste, junto ao projeto Estamos Prontas, do Instituto Marielle Franco e Mulheres Negras Decidem. Pontua esses aspectos para percebermos que tecnologia é formação de rede, de conexões com outros grupos, e são encontros de corpos-políticos que movimentam, materializam e fundamentam a ampliação do debate.

Dessa forma, a primeira tecnologia em uma comunicação é o corpo. A partir dele e de seus sentidos, podemos organizar o que queremos falar e como falar. Quando afirmamos que nossa comunicação é uma tecnologia ancestral, estamos ressaltando que, para chegar a todas as técnicas, saberes e fazeres os quais conhecemos na chamada atualidade, precisamos entender a sua construção que tem suas raízes no continente africano e no coração das mulheres negras enquanto matrigestoras, matripotências – termo cunhado pela socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2016) – e sábias nas engenhosidades do fazer viver e curar.

Não à toa que historicamente a invasão ao continente africano começa com a repressão das mulheres africanas, segundo Vânia Bonfim (2014), pois eram elas e são elas – a partir da perspectiva africana em diáspora e não exploratória/machista como o ocidente prega – que organizavam o território e gestavam-potencializavam a comunidade para o bem viver físico-espiritual. Retomar a centralidade dessa imagem se mostra importante ao percebermos a população negra brasileira – sem romantismo e entendendo o percurso de violência que ainda lança essas mulheres a todo tipo de vulnerabilidade – e encontrarmos quem são as gestoras solas de lares, quem compõe as redes de mulheres no cuidado com as filhas e filhos de outras mães, as grandes lideranças dos movimentos, e quem compõe a maioria da população brasileira: as mulheres negras.

Para se contar uma história é preciso ter referências. Em cada ato de produção da imaginação-comunicação produzimos e estimulamos imagens, (re)criamos memórias e tornamos o dito em algo que faz alguma coisa no mundo e nas pessoas. O que quero dizer é: *A palavra tem poder*. Talvez essa seja uma frase comum, do ditado popular, mas o seu sentido é profundamente explícito e efetivo em nossas vidas. A palavra é uma força vital na qual a diáspora negra se agarrou para continuar existindo. Sem palavra estaríamos sem vida, sem as palavras que contam/cantam nossas histórias e emanam caminhos de futuros, perderíamos nossas referências. No entanto, esse poder também foi e é utilizado para aniquilar a população negra.

Nomear algo requer uma certa repetição ao longo do tempo e em contextos diferentes para se ligar um nome a uma imagem. Observe, por exemplo, qual imagem vem a sua mente quando ouve ou lê a palavra “médico”, “princesa”, “advogada” e “bandido”. Essas imagens não vêm à toa, tivemos um processo de ensino cotidiano entre a palavra e o seu significado junto à aparição de uma imagem. E isso também é fator que demonstra a complexidade social que naturaliza lugares e ainda hierarquiza o perfil de uma pessoa, os traços de uma pessoa, a uma “profissão de prestígio”, como ter “cara de médico” ou a uma “pessoa perigosa”, como “ter cara de bandido”.

Isso tudo vai formando as aparentes normalidades, naturalidades, que se tornam enquanto tal pela comunicação de uma história única, como nos alerta a intelectual nigeriana Chimamanda Adichie (2009)<sup>3</sup>, quando diz sobre o *perigo da história única*, de saber sobre o mundo apenas por uma lente que é imposta como a verdade sobre as coisas.

Em uma das ações presenciais da Coletiva Pretas de Angola tivemos uma experiência bem evidente sobre o poder das imagens em nossa comunicação. A prioridade, dentro do plano de comunicação da Coletiva, é sempre usar imagens de mulheres negras nos conteúdos, independentemente de qual assunto seja – característica presente também no Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado e Grupo de Mulheres Negras Malunga. Esse posicionamento nos ajudou a perceber que a história-imagem única e universal ainda é atuante. Durante a roda de conversa “Quem tem medo de mulheres na política”, realizada em um espaço institucional, a Assembleia Legislativa de Goiás, em que foram convidadas diversas mulheres que estavam se candidatando a algum cargo partidário em 2022, uma das convidadas, uma mulher branca, em sua fala, comentou que *quando recebeu o convite pensou que seria um evento apenas para mulheres negras, porque no cartaz havia uma mulher negra*.

3. O PERIGO de uma história única – Chimamanda Adichie – Dublado em português. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (18min46s). Publicado pelo canal Christiano Torreão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>. Acesso em: 9 mar. 2023.



Apesar de que, após essa fala, algumas mulheres replicaram dizendo que era uma forma de chamar atenção para que as mulheres negras também ocupem aquele espaço institucional, enquanto comunicadora negra, aquela fala, que sinaliza um diagnóstico social, me atingiu não só porque era eu a autora da arte do cartaz, mas também porque aquele mesmo questionamento jamais seria feito a respeito de outros cartazes com mulheres brancas. Pois, sendo estas o rosto de algum evento, as pessoas não se questionam se é algo exclusivo para mulheres brancas. Foi naturalizado que mulheres brancas são a imagem “universal que representa” todas as outras.

Tal questionamento, por outro lado, é fundamental para uma comunicação que cause o incômodo e o espanto para quem ainda entende o mundo apenas por uma narrativa única. O propósito aqui foi alcançado e pautou que mulheres negras também estão e devem estar nos espaços institucionais políticos. As imagens são palavras poderosas para desestabilizar lugares.

É preciso lembrar que mulheres negras são a maioria da população brasileira – são o maior grupo demográfico do país: 28% dos brasileiros. Apenas esse dado já nos indica que, dentro de uma sociedade democrática, ter a imagem de uma mulher negra representando algum evento seria o mais próximo de representar a maioria da população. Porém, com uma percepção mais atenta do mundo, sabemos que as imagens – presencial e simbólica – das mulheres negras ainda estão ausentes quando se trata de espaços de decisão e poder.

O incômodo com qual imagem foi usada é importante e revela o percurso de ignorância na formação da ideia daquilo que é colocado no cotidiano de forma recorrente como sendo algo “natural”, mas é uma construção, estimulada, especialmente, pelo consumo midiático que nos educa ao que é “bonito” e ao que é “feio”, ao que devemos “ser” e “não ser” e ao que é “ser mulher” ou não. Aliás, quem tem medo da imagem da mulher negra como a “universal” em um chamado sobre mulheres na política? Qual espaço a mulher negra pode ocupar quando o assunto é política partidária?

Uma vez que as mulheres negras estão ausentes tanto na Assembleia Legislativa de Goiás quanto no cenário político goiano, a ideia do evento era tocar também nessa ferida aberta do racismo e do sexismo nos espaços de poder branco, elitista e de homens mais velhos, para que as mulheres, especialmente as mulheres negras candidatas, tivessem a possibilidade de dialogar com as demais e com as suas.

Romper com a narrativa única é construir ou despertar outras memórias que positivem a população negra em um país e principalmente em um estado como Goiás, que o tempo todo tenta silenciar e apagar as trajetórias comunicativas que se desviam das tradições dos veículos midiáticos burgueses e disputam lugares de existência e efetivação de direitos. O poder da comunicação feita por grupos de mulheres negras goianas é uma ação estratégica que, mesmo aparentando estar “apenas” divulgando uma atividade ou uma data comemorativa, atua taticamente incomodando a estrutura das imagens, a estrutura racista que coloca quem pode ser e quem não pode, ao desafiar, inclusive, o latifúndio dos algoritmos.



O Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado<sup>4</sup>, fundado formalmente em 2002, que se nomeia como ONG (organização não governamental), também realiza essa ação nas redes sociais como forma de expandir o ativismo e as narrativas sobre formação, capacitação e divulgação de conhecimentos sobre a população negra, as mulheres negras e seus familiares. Tendo como objetivos a geração de trabalho e renda, a defesa e garantia de direitos, o combate à violência contra as mulheres, além de produções coletivas de artesanato e transformação do *lixo em lucro*, ainda realiza regularmente feijoadas para arrecadar recursos para a ONG.

Aqui, nos sertões goianos, ser antirracista é uma luta constante de criar liberdades e lembrar-se das mulheres negras que abriam caminhos. Interessante ressaltar que dar a cara de quem constrói o movimento como parte dessa comunicação é importante para o posicionamento no território digital e demarcação deste espaço para fertilizar o sertão digital, apesar dos entraves dos algoritmos que selecionam o que será entregue a quem usa a rede social virtual.

Mais do que denunciar, a ação e a condução narrativa são de anunciar os saberes e fazeres, evidenciando outras linguagens-performances nas redes sociais, a coletividade dos corpos-políticos que fazem dessas mulheres – localizadas fora do eixo geopolítico brasileiro, fora das disputas midiáticas e de recursos centralizadas no Rio de Janeiro-São Paulo-Brasília – corpos em movimentos na fundamentação cotidiana de uma América Ladina Cerradeira.

## Comunicação cardiografada e cerradeira como lugar de partida/chegada/partida

Atuar em coletivo é atuar junto à sociobiodiversidade. Coletivo não são somente as pessoas envolvidas, é o que possibilita que esse coletivo esteja de pé, com saúde, com os pés firmes no chão para poder assegurar a palavra, o dizer e o fazer. Isso envolve uma série de fatores que passam pelo reencontro com a ancestralidade, quando reconhecemos que não sabemos de tudo e que sempre podemos aprender umas com as outras, quando procuramos nos inspirar

4. Conheça a rede social: <https://www.instagram.com/dandaranocerrado/>

nos trabalhos de comunicação realizados por outros coletivos, quando procuramos entender a ideia de uma irmã e tentamos traduzi-la dentro das produções de conteúdo que sempre trazem a nossa cara.

Tudo isso é movido por uma pulsão de vida que ORlenta<sup>5</sup> uma estratégia de (sobre)vivência que nasceu primeiro no coração de nossas antepassadas. E, falando especialmente de Goiás, uma terra com mais de 60% da população autodeclarada negra, estado que abriga atualmente o maior território quilombola do país, o Quilombo Kalunga, e diversos assentamentos de Sem Terra, estamos pisando em um território de pulsão de vida sertaneja.

Esses elementos percorrem o ato de aquilombar enquanto força que forja o território de vida e permanência, se aliam ao nosso chão, no caso o Cerrado, a América Ladina Cerradeira, onde se localizam as mulheres-Cerrado, as mulheres-águas, como as Dandaras no Cerrado – inclusive o uso do “no” e não do “do” Cerrado é uma forma de acionar, convocar, Dandara dos Palmares como a liderança referência que também circula e está presente nos sertões goianos. Mas não como “a mulher de Zumbi dos Palmares”, e sim como a articuladora, a capoeirista, a curandeira e a gestora militar do território. Dandara também está e se encontra imortal no Cerrado ORlentando a comunicação que apenas a plataforma midiática do corpo político pode traduzir.

E o que aprendemos com esse grande bioma? Sendo o Cerrado o primeiro bioma a se formar no planeta, com mais de 60 milhões de anos de existência, esse Ser mais velho que chega primeiro, conhecido também como o berço das águas, está a todo tempo nos ensinando e chamando atenção para a necessidade das raízes e do cuidado com o nosso interior, pois é lá que encontraremos a nós mesmas e as águas – o sopro de vida para continuar de pé – que nutrem possibilidades outras. Ler o Cerrado é ler o movimento das mulheres negras cerradeiras, profundas, enraizadas e que frutificam mesmo quando a terra parece sem vida. O sertão cerradeiro tem cara de mulher,

5. Entendendo “Orí” a partir das mitopoéticas em diáspora que se movimentam hoje nas matrizes africanas como sendo a “cabeça”, a força que sereniza a nossa cabeça física e espiritual, em conexão com a espiritualidade e a ancestralidade.

é sábio, sábio e gíngua criando existências diante dos projetos de morte.

Isso tudo é muito evidente nos três grupos aqui em reflexão e cada um se fundamenta conforme suas demandas. Além disso, a prática do autocuidado, o direito ao descanso, o respeito ao ritmo de cada uma, a potencialização do conhecimento de cada integrante, o incentivo a ir atrás dos objetivos pessoais, o ouvir as mais velhas e reverenciá-las nos espaços de poder, o ato de reafirmar que é uma mulher do Cerrado ou Mulher-Cerrado, a cura coletiva compartilhando saberes das plantas medicinais e a expansão das raízes profundas enquanto formação de redes pelo território, são tecnologias ancestrais acionadas constantemente. Tudo isso parece simples, mas são detalhes cotidianos que fazem toda a diferença quando o assunto é avançar como grupo, de andar junto para andar melhor.

Nesse sentido, sabendo que *a paciência é histórica*, como afirma Marta Cezaria, – fundadora do Grupo de mulheres negras Dandara no Cerrado e também do Grupo de Mulheres Negras Malunga, liderança com incidência nacional e internacional –, entendemos que nosso povo exerceu e exerce estratégias a longo prazo para manter sua continuidade de saberes. Obviamente, em uma organização social que nos diz o tempo todo que “tempo é dinheiro” e que precisamos fazer as coisas com velocidade, dar tempo ao tempo e aguardar o tempo certo de agir não é fácil, mas é um investimento que produz frutos sólidos a longo prazo. Isso nos diz que é preciso fincar primeiro as raízes para ir alcançando os céus. A continuidade é nossa herança e a comunicação faz essa continuidade se tornar documento, não só virtual, mas também no seu formato de *biotecas*<sup>6</sup>, e ser repassada. Apropriar-se disso é ocupar o lugar de direito de existir, de poder fazer com que a cardiografia da comunicação possa reverberar em memórias, em ações práticas de anúncio e, sobretudo, na população negra viva e com vida digna.

O Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado é um dos precursores na projeção das mulheres ne-

6. Bibliotecas biológicas, humanas, da natureza, animais, onde se acomodam os conhecimentos da comunidade.

gras goianas no âmbito nacional e internacional, que levantou voz para enegrecer o feminismo. Entre outros projetos que o grupo atualmente incorpora, temos o “Investiga Menina!”, que aproxima estudantes negras das ciências, promovendo ações em escolas e na própria sede das Dandaras a respeito desse tema. O que reforça o fazer científico em diálogo com a produção de conhecimentos pelo corpo histórico da negritude, que sempre teve a sapiência da transformação desde o bater do primeiro coração, que foi no continente africano.



Logo do Grupo de mulheres Negras Dandara no Cerrado.

A logo das Dandaras remete a uma cabeça com cabelo crespo e, nos materiais, as cores nos lembram do movimento de união pan-africana: verde, vermelha e amarela, que se destacam junto ao magenta. Destaco algo aqui: a escolha pelo cabelo crespo-cacheado em uma identidade é bem significativa e pontua a linha estética-política feminista negra – como elas mesmas se nomeiam – como método de ação em Goiás. O “no Cerrado” fortalece a característica do local como fundamento para o avanço das pautas, sem deixar de lado o socioambiental que move as sabedorias nas trocas, cursos e oficinas sobre a reutilização do que é chamado de lixo e da continuidade/sabedoria do uso das plantas medicinais em contexto urbano.

Segundo a produtora cultural, comunicadora e integrante do grupo, Ana Clara Gomes Costa (2022), que escreveu a tese *Micropolíticas de Dandaras: a comunicação como tática de existências de mulheres negras*, a comunicação das Dandaras é orgânica, vai em direção ao cuidado pessoal com cada uma – sempre tendo algum café, algum bolo nos encontros –, a criar formas de agregar as pessoas para que elas se sintam acolhidas. Por ter como maioria mulheres anciãs e que trabalham fora, o grupo ainda tem dificuldades em fortalecer e ampliar a ocupação digital. Isso porque os sertões digitais têm armadilhas que ainda necessitam ser decodificadas pelos movimentos, no sentido de priorizar pessoas a isso e priorizar a formação delas para caminharem nesse ciberespaço. Independentemente da idade das integrantes, a comunicação nas redes sociais é considerada importante e precisa se movimentar para se fazer conhecida por quem está em busca de outras narrativas.

Centralizar o Cerrado no debate vem não só como forma de afirmar que no Cerrado tem gente, tem mulheres de luta, e de que o legado de Dandara também está aqui, como lembrar que estamos acolhidas pela savana mais biodiversa do mundo. O Cerrado traz, entre outros ensinamentos, o de que, mesmo em meio ao sertão com diferentes níveis de aridez em sua superfície e que brinca com o fogo que convoca naturalmente – não estou falando das queimadas criminosas do projeto de morte do agronegócio –, ainda é possível assegurar a vida, uma contradição à lógica ocidental do que é terra fértil. No Cerrado tem mulheres-águas que brincam/dançam/convocam o fogo.

As mulheres desse território, distante das grandes metrópoles da visibilidade nacional, são vistas, historicamente, dentro da binaridade biológica heteronormativa, como “mulheres-macho”, pois não se adequavam, não se adequam e nem querem se adequar ao quadrado da feminilidade branca europeia imposta ao que pode ser uma “mulher”. Isso também as diferenciava da chamada “mulher do litoral”, do Rio de Janeiro – São Paulo. Esse posicionamento reescreve mulheridades nas encruzilhadas do interior do país a ponto de desnortear os “quadrados de humanidade” impostos pela branquitude. Essa é a mulher sertane-



ja cerradeira goiana que é herdeira, por exemplo, de Maria Grampinho, Chica Machado, Leodegária de Jesus, Erondina Ferreira, Maria Dalva Mendonça, Maria José Alves Dias e Procópio dos Santos Rosa. Assim, o Cerrado é lugar de partida/chegada/partida não só para narrar, ler e se movimentar no mundo, mas de retorno e enraizamento, onde não existe o fim, e sim a continuidade.

Rebeldia e insurgência são palavras que atuam como parte da trajetória dessas mulheres negras do interior do país, como forma de construção de defesa de suas vidas em um lugar onde, até os dias atuais, operam a branquitude, a concentração de poder econômico e a prática da destruição dos territórios pelo agronegócio<sup>7</sup>. Assim como muitos apontam que

as redes sociais são “terra de ninguém, terra sem lei” – sabemos que tem dono sim e ele não é invisível –, algo parecido ocorre no interior do país, onde o poder se efetiva melhor também na incorporação dos veículos midiáticos, isto é, consolidando o chamado

latifúndio midiático que reorganiza qual narrativa é interessante ser publicada e como será narrada. Daí a urgência de ocupar também os espaços de amplificação narrativa, como as redes sociais, para que se possa ter o direito de narrar.

### Grupo de Mulheres Negras Malunga

Contra o latifúndio da comunicação, a formação e instrumentalização da comunicação antirracista e cerradeira é um fazer contra a invasão dos nossos corpos, de nossas narrativas e criação de memórias na animação de futuros que foram desencantados pela estrutura racista. A gente narra para poder existir como somos. O Grupo de mulheres negras Malunga<sup>8</sup> também vem criando espaços nesse sentido de fazer saúde mediante a troca coletiva. É formado majoritariamente por mulheres mais anciãs e isso está em atenção nas ações do grupo, como tentar inserir essas mulheres na comunicação digital, através não só de oficinas técnicas, mas também da produção de conteúdo.



7. Que não é apenas um modo de negócio, e sim um modo de vida, uma forma de ressignificar a vida e a terra a favor da violência capitalista que se espelha diretamente na qualidade de vida das mulheres negras e indígenas do campo.

8. Conheça a rede social: <https://www.instagram.com/grupo.malunga/>



## Grupo de Mulheres Negras Malunga

Malunga é uma palavra africana (yorubá) que significa "companheira"

Logo do Grupo de Mulheres negras Malunga.

Sendo um dos grupos precursores do movimento de mulheres negras em Goiás, fundado em torno de 1999, com uma história que atravessa o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, é atualmente sede regional do Centro-Oeste na Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e atua no âmbito nacional e internacional. E tem como objetivo, entre outros, promover atividades relacionadas à estética afro, vestuário, maquiagem, culinária, política, em especial ao cuidado com a saúde da população negra e suas especificidades. Esse cuidado engloba a saúde mental e o quanto o racismo afeta a nossa conexão com a espiritualidade, questão que é reforçada em encontros que buscam sintonizar o nosso corpo à ancestralidade mediante a sabedoria com as ervas, a meditação e rodas de cuidado coletivo ancestral.

A travessia forçada pelo Atlântico fez com que nossa bagagem fosse o próprio corpo e nele vieram escritas, incorporadas e traduzidas as táticas de sobre(vivência) que hoje nos colocam de pé. A comunicação realizada pelos grupos de mulheres negras, de diversas faixas etárias, dilacera a máscara do silêncio e do universal para construir outras memórias, especialmente, na produção de conteúdo que parte da ação no mundo material e vai para as redes sociais através de uma escritura midiativista que tem a cara e a diversidade das mulheres negras e do Cerrado. É uma comunicação orgânica que espelha o cuidado com o corpo em espaços diferentes e de diferentes maneiras, a depender da demanda de se fazer ser ouvida.

Com isso, saberes-fazeres de autocuidado coletivo, fortalecimento positivo dos nossos cabelos e incidência nas periferias, se tornam aspectos que suleiam tais movimentações negras para a feitura de uma comunicação antirracista *cardiografada* – como sinaliza a filósofa Katiúscia Ribeiro (2020) e da qual repositivo o termo para dialogar com este texto – que

interpreta o mundo a partir e com mulheres negras que constroem, há anos, por estratégias educativas não formais, a consolidação do que hoje chamamos de redes virtuais, mas, principalmente, de encontros de tecnologias herdadas pela ancestralidade.

A nossa comunicação é encantamento, ladainhas articuladas nos segredos das imagens que tiram nossa imaginação do anonimato, rezas brabas na construção do que queremos ser e do que precisamos ser: gente que ocupa e transforma. Inspirada no que diz a grandiosa escritora Conceição Evaristo (2020), a nossa comunicação não é para adormecer os da casa grande, e sim para incomodá-los em seus sons injustos. A nossa comunicação é para estilhaçar as máscaras do silêncio. Onde for espaço democrático ali estaremos para reafirmar o nosso corpo-histórico em primeira pessoa e para parir narrativas-imagens há tanto tempo gestadas e entaladas na garganta.

## Inquietações finais

Como a magia de uma comida feita pelas mãos das mulheres negras, com seu poder de transformar a morte em vida, o que era cru em algo saboroso, a comunicação, a partir do nosso lugar de existência, nos sertões goianos, no Cerrado, também se articula nessa sabedoria, tornando a terra árida em terra de abundância do Ser, em aquilombamentos sintonizados ao Cerrado vivo e seus povos vivendo dignamente, seja no campo ou na cidade. Neste texto, não falamos a partir de um veículo midiático destinado a trabalhar exclusivamente com comunicação, mas trouxemos um panorama sobre a experiência da comunicação junto à ampliação da luta e como força matriz das narrativas do futuro ancestral.

Ações que só são possíveis quando a comunicação tem envolvimento com o que é feito em um grupo e procura contar a história não contada, de forma que tudo o que é feito nada mais é que reforçar, com formatos plurais, ligando mundo offline e online, que pessoas negras existem. Nossa história é outra, não está nos livros didáticos e nem nas narrativas jornalísticas superficiais burguesas. Fazer comunicação é uma prática ativa, de ação, do estar junto fazendo,

para depois isso se espelhar nos sertões digitais, nas redes sociais, como um conteúdo-documento que tem responsabilidade e compromisso de potencializar as pessoas negras enquanto pessoas que existem.

O trabalho coletivo não é fácil, é cheio de conflitos e eles são importantes para o avanço de todo o grupo e, principalmente, de qual comunicação precisamos e de qual comunicação é estratégica, politicamente, dentro dos nossos objetivos enquanto grupo e para a segurança dele. Nesse sentido, não pode haver medo e nem ausência de confiança, a comunicadora que atua com e junto aos movimentos de mulheres negras necessita que o grupo deposite nela a confiança de que a narrativa será bem posta, mas também o grupo precisa segurar na mão dessa comunicadora para que, mesmo onde ela não esteja de corpo presente, possa traduzir o que aconteceu em determinada atividade.

A comunicação só ocorre em rede, com várias mãos, sejam elas profissionais ou não, todo mundo do grupo é potencialmente capaz de participar da produção da informação e até produzi-la. Porém, é preciso ter investimento e prioridade do grupo em ter pessoas ou equipe para cuidar dessa comunicação, da imagem do grupo dentro dos espaços digitais – território perverso, mas que é nosso por direito enquanto pessoas ativas no mundo.

É uma relação de muitas encruzilhadas, que podem levar a conteúdos diversos, no entanto, uma encruzilhada não existe com uma só via, mas com a correspondência de várias vias. Isto é, o coletivo que consegue ter alguém responsável pela comunicação – lembrando que a comunicadora é, antes de tudo, uma articuladora de conteúdos políticos e tradutora dos corações envolvidos, o que exige sensibilidade e, mais uma vez, implicação-envolvimento com o grupo e respeito com a palavra –, consegue se comunicar fora do círculo local e já familiarizado com as pautas.

Esse ato de “furar bolhas” também precisa ser discutido em coletivo e assegurado com cuidado por todas, pois, mais importante do que falarmos em primeira pessoa, é fazer com que isso tenha continua-

de. No entanto, é preciso estarmos firmes e de pé. A segurança das lideranças e o cuidado com o próprio corpo são fundamentais na comunicação estratégica-política de nossas organizações.

E, ao falar de tudo isso, reforço que, inspirada no que diz a intelectual e atual deputada estadual, Célia Xakriabá, antes da escrita, da literatura, da divulgação em redes sociais, existe a *lutalitura*, a luta é uma forma de nos inscrevermos no mundo que antecede qualquer outra representação nossa em documentos, pois o primeiro livro que lemos são nossas mais velhas e a primeira comunicação que nos chega são as palavras que ecoam junto com o coração, do coração, do coração de nossas ancestrais. É esse ecoar em continuidade que faz a comunicação cerradeira e cardiografada existir para além do virtual e para além de qualquer tempo-espaço.



## Referências

- BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 219.
- COSTA, Ana Clara Gomes. **Micropolíticas de Dandaras**: a comunicação como tática de existências de mulheres negras. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrivivência**: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações: Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- MALOMALO, Bas'Illele. Filosofia africana do Ntu e a defesa de direitos biocósmicos. **Problemata**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 76-92, 2019.
- O PERIGO de uma história única – Chimamanda Adichie – Dublado em português. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (18min46s). Publicado pelo canal Christiano Torreão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdy-VQ>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Beatriz Nascimento. [S. l.: s. n.], 1989.
- OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **Matripotência**: Ìyá nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas [Iorubás]. Tradução para uso didático de OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. p. 57-92.
- RIBEIRO, Katiúscia. Mulheres negras e a força matricomunitária. **Revista Cult**, São Paulo, 27 jan. 2020.

# Sangue entre as pernas: experiência de cinema feminista, periférico e pedagógico

Gisele Motta (Zona de Cinema)\*

## Introdução

Entre janeiro e fevereiro de 2021, uma equipe de cerca de quarenta mulheres realizou a produção do curta-metragem *Sangue entre as Pernas*, na zona oeste do Rio de Janeiro. O filme foi idealizado e realizado pelo coletivo cultural Zona de Cinema e pela produtora de impacto social Rancho Ideias. Nossa proposta estética foi de costurar cinema de gênero e uma história não linear para trazer temas sociais sensíveis. Temos uma trilha sonora que marca o suspense, flertamos com o filme adolescente, com o cinema de periferia e de cotidiano. Ao mesmo tempo, trazemos apenas flashes das vidas das personagens, que se esbarram num cotidiano de pandemia do novo coronavírus. Nossa logline é: “A história de quatro mulheres se vincula por uma cor e uma substância: o vermelho sangue que desce pelas pernas”. Nossa sinopse longa é: “A história de quatro mulheres se vincula por uma cor e uma substância: o vermelho sangue que desce pelas pernas. A menarca, a primeira experiência sexual, o aborto e o parto são momentos que marcam o que é ser corpa-fêmea. Juju (11), Febe (16), Geise (19) e Brena (35) esbarram umas nas outras sem se darem conta, em breves encontros promovidos pelo destino”.



Cartaz oficial do curta *Sangue entre as Pernas*, desenvolvido pela designer Malu Cerqueira.

\*Gisele Motta é graduada em jornalismo pela UFRJ, onde cursou audiovisual. É mestre em Comunicação pela UERJ. Atua desde 2016 como produtora audiovisual, produtora cultural e educadora com foco em audiovisual. É idealizadora do Zona de Cinema, movimento de cinema brasileiro na zona oeste carioca, que desde 2017 faz exibição de filmes e promove processos educativos em cinema. Realizou diversos projetos audiovisuais de documentário desde 2016 até o presente como *Triste Baía* (2014), *A Cor Laranja* (2016), *Desterro* (2020) e lançou em 2021 o seu primeiro curta de ficção como diretora: *Sangue entre as Pernas*.

A questão racial é trazida especialmente nas corpos envolvidas, na representatividade e nas formas de fazer. Na metodologia de elaborar o processo produtivo do filme, a partir de ideias de emancipação do sujeito e do potencial pedagógico de toda prática artística e cultural. Tanto por trás quanto na frente das câmeras temos protagonismo de mulheres negras. Quando trazemos quatro atrizes de periferia, sendo que três se autodeclararam negras, criamos um processo consciente de representatividade, recortado também por gênero, classe e território. Layza Griot é uma menina negra do Engenho Novo, Zona Norte. Layza é arte-educadora, contadora de histórias, modelo, atriz... É a mais experiente das atrizes no curta-metragem, ainda que tenha metade da idade das outras protagonistas. Thaís Guerra se autodeclara mulher negra. É de Itaguaí, mas mora em Sepetiba. Estuda artes visuais na Estácio e desenvolve arte e cultura em Sepetiba, zona oeste carioca. Anny Racca é uma mulher branca LGBTQI+ de Pedra de Guaratiba, licenciada em teatro pela Unesa e com um amplo trabalho de articulação de cultura e agroecologia na zona oeste do Rio. Já Mayara Mattos é uma jovem negra de Sepetiba, fruto de projetos sociais de arte. Atua como educadora infantil, animadora infantil, poetisa, slammer e atriz.

## Zona de Cinema, Cinema Correria e Edital

O projeto só foi possível graças a dois fomentos de R\$50.000,00: o edital Retomada Cultural, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Seccec) do Rio de Janeiro, e o Fomento a Todas as Artes da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) do Rio de Janeiro. Este orçamento foi, para nós, produtoras culturais periféricas, os maiores orçamentos que já captamos e, ainda assim, é tão baixo que mal entra no padrão de baixo orçamento da Ancine. Segundo a tese de doutorado *“Novíssimo” Cinema Brasileiro: práticas, representações e circuitos de independência*, de Maria Carolina Vasconcelos Oliveira, um filme *low-budget*, BO (baixo orçamento), hoje, no Brasil, custa por volta de R\$ 1,5 milhão (OLIVEIRA, 2016), orçamento ao qual nunca chegamos perto, nem mesmo acumulando todos os projetos já ganhos pelo

Zona de Cinema desde seu início em 2017. Buscando atualizar e esmiuçar a ideia de cinema independente, estamos conceituando o cinema que fazemos como Cinema Correria a partir de um (outro) processo artístico-pedagógico online (CINEMA CORRERIA, 2022).

Na experiência de *Sangue Entre as Pernas*, foi a primeira vez que vários colaboradores do Zona de Cinema foram remunerados “de acordo com o mercado” do cinema independente, assim como a primeira vez que gerimos esta quantidade de dinheiro. Esses fomentos, por sua vez, são frutos de repasse federal da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, como ficou conhecida a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, elaborada pelo Congresso Nacional com o propósito de socorrer o setor cultural na conjuntura do isolamento social imposto como medida sanitária em razão da pandemia do novo coronavírus. A Lei Aldir Blanc homenageia o médico, letrista, cronista e compositor carioca Aldir Blanc, que faleceu devido a complicações do covid-19. Temos orgulho de que o projeto de curta-metragem *Sangue entre as Pernas* tenha ficado em primeiro lugar no edital Fomento a Todas as Artes, Linha I – Audiovisual 2021, com uma nota 24/25 (ou 96/100). Ser o primeiro lugar nos mostra que estamos no caminho certo, especialmente na área de produção executiva e elaboração de projetos. Ser produtor independente significa, muitas vezes, zero dinheiro e pouca organização e sistematização. Muitos ativadores culturais são “mão na massa” e fazem os processos “no feeling”. Também carregamos estes aspectos, mas temos a especificidade de uma organização e planejamento densos e sistematização de todo o processo através de relatórios afetivos, fotos e documentações pedagógicas que nos ajudam a melhorar os projetos.

## Making-of de "Sangue Entre as Pernas"

Este projeto materializa a ideia de que a pesquisa está no cotidiano e que a política se faz no dia a dia, com o corpo e com decisões que tenham como diretriz o impacto social numa perspectiva de gênero, raça, classe e território. O curta *Sangue entre as Pernas* foi se construindo como um processo lento e ramificado, desde 2018. A aproximação do tema "feminino" se dá a partir de processos de cura emocional através de poesias, encontros de cura do feminino realizados em Goiás e principalmente ensaios fotográficos de mulheres na natureza. A partir deste olhar de cuidado para as feridas, começo a pensar o que é ser mulher na sociedade. Em interlocuções com outras mulheres, as violências de gênero vão se acumulando, especialmente no campo romântico-afetivo, que é o campo no qual o filme paira, e suas relações e consequências político-sociais para mulheres. Aos poucos, foi se costurando uma pesquisa bibliográfica com foco em teorias feministas contemporâneas, afetações por conversas informais com mulheres e mapeamento de projetos feministas.

O filme se inicia com poesia e com um caminhar da autora. Seu mote é: verde que cura o vermelho que escorre. #verdequecuraovermelhoqueescorre. O retorno à natureza, como cura para as feridas que fazem sangrar na sociedade machista e patriarcal todas as mulheres da sociedade globalizada contemporânea, é minha experiência do tempo presente. Surge mesmo de uma dor de amor, do relacionamento heterossexual descompassado e a opressão inata a todas as relações entre homens e mulheres. Primeiro veio a dor. Depois veio a poesia:

**Toda criança precisa brincar  
todo adulto precisa transar  
criança que não brinca vira adulto que não goza  
na quadra o menino joga  
a bola  
corre, rola, se estica  
Admirado com sua alta capacidade de se mover  
No quarto, na quarta**

A mulher encara o teto, imóvel  
Ainda chamam ela de menina  
Ela mesmo não sabe se ela mesma...  
Fizeram dela  
Santa  
Segredo  
Objeto  
Mostrou-se humana  
Descobriu  
Métodos de Descartes  
Não faz mal ao meio  
À ele retorna  
Verde que cura o vermelho que escorre

Depois dessa poesia, minha vida mudou bastante. Eu fui morar em outro estado, sozinha, me afastei bastante dos homens de forma geral, meus amigos e novas pessoas que vinham pela frente. Foquei em amizades e relações com mulheres, comecei a estudar, compreender e experimentar o sagrado feminino, especialmente com Laura Lucia, guardiã do espaço holístico Flor de Ouro, no Moinho, em Alto Paraíso de Goiás. A partir deste momento, *Sangue entre as Pernas* começou a ser gestado, uma mistura de amor e dor, de libertação e consciência. Em 2019, nasce o roteiro, em 2021, ganhamos o prêmio para produzir.



realização **RANCHO** **ZONA DE CINEMA** patrocínio **GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO** SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA **MINISTÉRIO DO TURISMO** **PÁTRIA AMADA BRASIL**

Ensaio fotográfico com as atrizes caracterizadas, no Parque Municipal Fazenda Viegas, em Senador Camará, zona oeste do Rio de Janeiro.

Foto: Vatuzy Leontina.



Frame do filme: Febe reclama de suas condições de trabalho com o irmão Odin enquanto assiste à mobilização dos entregadores na televisão.



Frame do Filme. Momento de descoberta da menstruação de Juju. Sangue? Menstruação?

## Pedagogias do Zona de Cinema

No Zona de Cinema, desenvolvemos nossos projetos criativos a partir de processos pedagógicos emancipadores. Ousamos criar conceitos a partir da nossa prática, do nosso caminhar. Entendemos que este modo de fazer, a partir do caminhar, é uma epistemologia dos povos, desenvolvida por mestres e mestras que nos inspiram. É trazida tanto por Mestre Joelson Ferreira (2021) e Erahsto Felício, em *Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos*, como em *A Escola da Reconquista*, de Maria 'Mayá' Muniz Andrade Ribeiro (2021), ambas as obras editadas pela Teia dos Povos. Mestre Joelson fala de passos, caminhada e jornada para compreender os processos coletivos e organizados de luta nos assentamentos pela reforma agrária. Já Mayá nos traz o caminhar como verbo que rege sua obra e sua prática pedagógica, itinerante, nas guerrilhas pela retomada do território ancestral.

Temos uma perspectiva freireana de diálogo e fundamentação da teoria na prática e vice-versa. Entre os conceitos que vêm da nossa prática de produção cultural, estamos desenvolvendo especialmente as ideias de Cinema Correria (2022) e de Pedagogia das Margens (DEBATE..., 2021). Com Cinema Correria, entendemos uma produção feita entre “os corres” oficiais, de forma diletante, produções de baixíssimo orçamento ou de orçamento negativo – o que entendemos como o próprio realizador independente que investe recursos angariados de outros trabalhos em sua produção. Precisamos começar a trazer essa realidade para a conceituação para que nos seja permitido nos diferenciar e nos liberar de certas demandas de produtos independentes que ainda estão dentro de paradigmas de mercado, o que não é nosso caso. Por exemplo, ao compreender que um filme independente é considerado como tal pela Ancine quando tem orçamento de 1.5 milhões (OLIVEIRA, 2016), compreendemos quão longe estamos deste processo burocratizado, elitizado e industrial de produção. Este processo nos libera de certas amarras, especialmente de acabamento do filme, de espelhamento no cinema hollywoodiano.

Já a Pedagogia das Margens é um conceito que traz justamente essa forma de aprender das diferentes periferias, buscando criar conexões a partir da ideia de que “o que nos une é maior do que o que nos separa”. Ao compreendermos periferia de forma ampla, como periferias geográficas e sociais na urbanidade, mas também as populações do campo, assentamentos, originárias, tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, dos interiores, temos a relação entre as potencialidades e desafios em comum daqueles que são colocados à margem de um modo de vida operado pelo capitalismo. Pedagogia das Margens surge da nossa apropriação da Pedagogia do Cinema (BERGALA, 2008), conceito de Alain Bergala, e mobilizador das nossas primeiras práticas de cinema e educação. Pedagogia das Margens chega para decolonizar referências e processos pedagógicos para o ensino de audiovisual, algo que foi se expandindo para compreender as potências pedagógicas de todos os processos criativos e de intervenção social.



Quando compreendemos todos os processos como potencialmente pedagógicos, especialmente aqueles que quase necessariamente coletivos, como as produções audiovisuais, temos uma amplificação da compreensão de educação. Quando seguimos Paulo Freire e mestres e mestras como Joelson e Mayá, passamos a compreender todos os envolvidos como aprendizes e educadores, assim como Paulo Freire, em contexto escolar, defende que para uma educação libertadora é preciso abandonar a “concepção bancária da educação” (FREIRE, 2005, p. 65) na qual, em vez de comunicar-se, o educador faz comunicados, que são recebidos como depósitos pelos educandos, guardados e arquivados. É apenas ao pisar no território, ter escuta ativa e dialogismo, que os processos de criação são libertadores e emancipadores para os sujeitos envolvidos.

Consolidamos nosso projeto a partir da ideia de Educação Libertadora de Paulo Freire, pois compreendemos este processo como a práxis, a relação entre a teoria e a prática. *Ensinando a Transgredir*, de bell hooks (2013) reforça essa ativação, numa perspectiva feminista. Esses livros nos apoiaram a construir nossa proposta político-pedagógica de atuação no mundo a partir da produção cultural. Nosso filme não foi feito para o mercado, nem mesmo para o de festivais. Não convidamos artistas famosas, nem mesmo dentro das periferias ou do circuito independente. Boa parte do elenco teve sua primeira chance no cinema neste filme e isso é precioso para nós. Nossas principais referências são projetos reais que admiramos profundamente, a saber: Princesas Menstruantes e Emancipadas – Escola de Educação Menstrual, iniciativas de educação menstrual na Colômbia; Milhas pela Vida das Mulheres, iniciativa brasileira que apoia abortos seguros e legais de mulheres brasileiras na Colômbia. Teatro das Oprimidas e mobilizações culturais de mulheres das periferias ou protagonizadas por mulheres, como o Zona Oeste Ativa e o Zona de Cinema. Dessas encruzilhadas, nascem a ideia e a concretização do roteiro, a inscrição no edital e a efetivação do projeto.

## Zona de Cinema e Teatro do Oprimido

Desde o início tínhamos no projeto como objetivo específico “Realizar ensaios e preparação dos atores a partir do Teatro do Oprimido”. Este objetivo se transformou ao contatarmos o Centro de Teatro do Oprimido (CTO), no Rio de Janeiro, e conhecermos o Teatro das Oprimidas, uma vertente criada por Bárbara Santos. Realizamos um laboratório de sensibilização teatral no CTO com o elenco e parte da equipe técnica, sendo a primeira vez da maioria dos envolvidos neste espaço de teatro referência no Rio de Janeiro. Levamos mulheres da zona oeste do Rio, uma periferia geográfica e socioeconômica, para a Lapa, o centro cultural da cidade, para uma oficina exclusiva com foco em desenvolver os temas do filme. A oficina de Teatro do Oprimido estava prevista como um dos objetivos principais do projeto e foi planejada desde o início. Levamos a equipe de van, tivemos lanche e certificados. Como eu tenho uma trajetória de produtora e diretora de documentário, achei que precisaria de ajuda para preparação de elenco. Então organizamos uma van, contratamos o CTO para ministrar uma oficina e levamos as atrizes e parte da equipe técnica da zona oeste para a Lapa, onde fica o CTO. Foi minha primeira vez fazendo curso no CTO e a primeira vez das atrizes. Mobilizamos primeiro as atrizes e elenco, pois era parte da preparação do elenco e também abrimos para todas as pessoas envolvidas no filme, e algumas compareceram. Esta parte do processo foi mágica e transformadora, pois se criou uma conexão entre as pessoas que ali trabalhavam sobre a menstruação. Além das atrizes principais Thaís Guerra, Mayara Mattos, Anny Racca e Layza Griot, nos três dias de laboratório, participaram também a assistente de produção Beatriz Batistela, eu, como diretora (Gisele Motta), Pamella Magno e Fernando Magno, sendo o Fernando artista mirim que contracena com Juju e Pamella, que está na equipe de arte e é mãe de Fernando. Uma das cenas mais impactantes foi um exercício em que começamos a gritar “sangue, sangue” e “menstruação”, pois Layza, que interpreta Juju, ainda não havia menstruado, e não conseguia falar a palavra menstruação, chamando pelo apelido “MENS”. Após os dias de laboratório, ela relatou que mudou sua relação com esse processo que estava a

chegar. Além desse laboratório, fizemos, online, rodas de conversa e ensaios com as atrizes.

## Conclusão

Entendemos como principal resultado o cumprimento dos objetivos específicos do projeto e a criação em rede. Vimos também, nas conversas com as mulheres que participaram, como foram importantes o reconhecimento profissional enquanto mulheres artistas e profissionais da cultura periféricas, o pagamento de salários/cachês dignos, a logística e profissionalismo da equipe de produção “que nem cinema de verdade”, a possibilidade de exercerem suas profissões no campo das artes. Ficam ainda as diversas reverberações do projeto na carreira das mulheres, seja da equipe técnica ou do elenco, as conexões trocadas, os afetos, a corrente que se criou e as parcerias que seguiram em continuidade na ativação de outras propostas.

Entendemos esse processo como antirracista na medida em que cria representatividade. Na medida em que elabora e dissemina contranarrativas que quebram preconceitos e estereótipos. Como diz Chimamanda Adichie (2012), “a única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história”. Nesse sentido, subvertemos estereótipos com nossas personagens. Juju é uma menina negra que já sabe o que fazer na hora da menarca. Ainda que esteja na emoção do susto, ela já tem informações, fruto de uma educação menstrual. Quanto a Geise, ela toma a iniciativa de ir para casa do namorado, ela está empoderada e confortável para lidar com a primeira relação sexual. Febe subverte tanto a opressão trabalhista, já que não agradece seu trabalho “ruim”, mas reclama dele, enquanto assiste a uma retratação de mobilização social sobre direitos trabalhistas. Febe está grávida e é uma jovem periférica, mas está feliz com a possibilidade de ser mãe, diferentemente do que parece que foi a história de sua mãe. Já Brena é uma mulher com boas condições financeiras que se utiliza de uma viagem para fazer um aborto legal. Ainda que sofra, está certa da sua decisão.

## Referências

- ANDRADE, Maria Muniz de (Mayá). **A Escola da Reconquista**. Arataca: Teia dos Povos, 2021.
- BERGALA, Alain. **A Hipótese-cinema**. Pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Booklink, 2008.
- CINEMA CORRERIA. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (60 min). Publicado pelo canal Zona de Cinema. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OScl28OuMDw>. Acesso em: 31 out. 2022.
- CHIMAMANDA ADICHIE – Os perigos de uma história única. LEGENDADO. [S. l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal Dicas e Drinks!! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- FERREIRA, Joelson. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca: Teia dos Povos, 2021.
- DEBATE – Pedagogia das margens. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (1h35min). Publicado pelo canal Cine Educação. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_ba7u14l-1Rw&list=PLYda54Zu-Bcn\\_d9M6tNwLJtKNxsM4WUIB](https://www.youtube.com/watch?v=_ba7u14l-1Rw&list=PLYda54Zu-Bcn_d9M6tNwLJtKNxsM4WUIB). Acesso em: 9 dez. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Martins Fontes: São Paulo, 2013.
- OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos. **“Novíssimo” cinema brasileiro: prática, representações e circuitos de independência**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

# Educação e pedagogia

Diálogos Negros: Enegrecendo a Universidade

"A Cor da Cultura": Reflexões Pedagógicas  
sobre Materiais Audiovisuais

Oficinas de Leitura Crítica da Mídia como  
Práticas Antirracistas de Comunicação

Sankofa em Prática: Comunicação e Educação  
Antirracista em Bagé (RS)

Quando o Cinema Brincante Encontra a  
Escola: Práticas Audiovisuais Antirracistas  
e Pedagogias em Interlocução

# Diálogos Negros: Enegrecendo a Universidade

Luiza Figueiredo Farias, Lisiane Vieira dos Santos\*

## Introdução

Este capítulo apresenta o projeto de extensão intitulado Diálogos Negros. Criado em 2018, o projeto funcionou como uma ferramenta de comunicação antirracista que visa romper com a narrativa de saúde universal segundo a qual os corpos são destituídos de raça e marcadores sociais. A fundação dos Diálogos Negros também serviu para que duas estudantes negras do curso de enfermagem atingissem protagonismo e colocassem luz ao enfrentamento do racismo institucional dentro do curso, pois era pauta inexistente dentro daquele espaço.

Uma dessas alunas teve a oportunidade de fazer o curso de “Promotores da Saúde da População Negra”. Oferecido pela Área Técnica de Saúde da População Negra do município de Porto Alegre, o curso completou dez anos de existência em 2022, formando mais de 400 pessoas, entre elas profissionais de saúde, gestores, profissionais da educação e mem-

brós da sociedade civil. Junto com um grupo de facilitadores, as participantes foram preparadas para uma prática antirracista com foco especial na saúde da população negra. O município de Porto Alegre se tornou referência devido à criação desse espaço formativo voltado para os profissionais de saúde, que também vai ao encontro de um dos objetivos da Política Nacional, o combate ao racismo institucional. O curso de Promotoras de Saúde da População Negra tem como objetivo que os cursistas sejam agentes multiplicadores da Política Integral de Saúde da População Negra e de práticas não discriminatórias dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse espaço potente serviu de disparador para a idealização dos Diálogos Negros. Após a finalização do curso, a aluna retorna à universidade com questionamentos que foram provocados no curso e junto com sua colega conseguem criar o projeto de extensão. Ao apresentar o projeto, argumentamos que é necessário preservar espaços de comunicação antirracistas e se justificam sua manutenção e permanência.

As práticas de comunicação antirracista dentro de espaços formativos são essenciais para construção de um olhar equânime sobre a saúde e nasce da necessidade de romper com o discurso hegemônico ainda existente no meio acadêmico. Desde a Lei 10639/2003, é obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras dentro das instituições de ensino, como uma das formas de enfrentamento ao apagamento histórico produzido pelo racismo e a negação das contribuições do negro na construção da sociedade brasileira (PEREIRA; DA SILVA, 2012).

**\*Luiza Figueiredo Farias** é enfermeira formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), residente pelo programa de Residência Multiprofissional de Saúde Coletiva da mesma instituição, atualmente componho, como campo de prática, a Área Técnica de Saúde da População Negra do Município de Porto Alegre. Na minha família nuclear fui a primeira a ingressar na universidade, logo após isso, minha irmã passou no vestibular e hoje cursa nutrição. Foi fundamental o papel dos meus pais no processo de entrada na universidade, sempre tivemos muito estímulo/apoio para estudar. A frase do meu pai é: “o estudo é a chave para o teu futuro”, e essa frase de alguma forma orientou minha caminhada acadêmica. Desde a graduação encontrei a barreira do racismo e dentro do curso sempre contei com o afeto e amizade das minhas colegas negras. Criamos nossa rede de proteção e isso nos fortaleceu para seguir na caminhada até a formatura.

**\*Lisiane Vieira dos Santos** é enfermeira, mãe, especialista em saúde pública e saúde mental, mestranda em Enfermagem (UFRGS), promotora em saúde da Pop. Negra. Enquanto ativista integra: ACMUN, Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CNS), Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Rede Mulheres Negras do Paraná e Conselho do Povo Negro de POA; porém inicia o ativismo na ONG Maria Mulher em 2005, conhecendo e atuando também na ACMUN e Rede Mulheres Negras do Paraná. No campo da pesquisa é coordenadora adjunta do projeto de extensão NEPARC (Psicologia na UFRGS), integra o projeto Diálogos Negros (Enfermagem UFRGS) e Grupo de Estudo e Pesquisa em Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental (GEPESM) UFRGS. É terapeuta holística e mentora em liderança e RH. Atua na assistência e gestão da atenção básica desde 2009.

A educação das relações étnico-raciais é necessária em todos os espaços educacionais, e dentro dessa perspectiva se justifica a importância de um espaço de discussão e pensamento antirracista que fomente o reconhecimento da vulnerabilidade que expõe a população negra e a coloca entre os piores indicadores de saúde. Para além do caráter educacional, esses espaços são momentos em que os estudantes negros conseguem se reconhecer e estar com seus pares dentro da universidade.

## A falta de discussões sobre raça e racismo na formação das profissionais de saúde

A formação de um profissional da saúde está além de bases técnico-biológicas, fazendo-se necessário desenvolver habilidades que não são ensinadas na academia. O saber e as vivências de cada pessoa que está neste espaço devem ser considerados no processo de ensino e aprendizagem, tornando a construção de conhecimento mais significativa para aqueles que lá estão (FREIRE, 1996).

Estar em espaços acadêmicos torna-se uma atividade para além do componente formativo. Tal ato exige de todos os participantes o compromisso de considerar as particularidades e subjetividades dos atores envolvidos neste processo. Atrelado a esse movimento está a urgente necessidade de considerar a contribuição dos aspectos sociais, históricos, culturais e educacionais de cada indivíduo e da sociedade também na composição da formação em saúde, reconhecendo, assim, que populações em situação de vulnerabilidade serão acometidas de forma diferente pelos agravos de saúde.

Pensar vulnerabilidade dentro do contexto de formação significa compreender que o termo considera a individualidade de cada ser, agregando a subjetividade que está presente no cotidiano social e na dimensão social e tornando necessário associar os contextos políticos, culturais, de gênero, como fatores

preponderantes na vulnerabilidade das pessoas e de suas famílias que sofrem com questões sociais negadas e naturalizadas (AYRES *et al.*, 2009).

Corpos negros vivenciam as marcas do racismo estrutural e institucional ainda na atualidade, mesmo que a abolição da escravatura tenha ocorrido há 134 anos. As marcas de se viver em uma sociedade constituída no racismo e seus desdobramentos, pensando o racismo sob a perspectiva estrutural, é ter a real consciência de que esse fenômeno está para além das ofensas por conta da cor da pele e características fenotípicas do indivíduo, está em entender que o ato racista envolve a dinâmica de perpetuação da noção de inferioridade imputada, neste caso, às pessoas negras, e que toda relação de direitos, acesso a bens e serviços e, conseqüentemente, maior grau de adoecimento, culminam no sofrimento da população negra que se encontra em situação de vulnerabilidade por todos os aspectos acima listados (ALMEIDA, 2019).

O campo de saúde da população negra, mesmo com a existência da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, vigente desde 2009, ainda é um campo de estudo que não apresenta, dentro da academia, produções e conhecimentos que deem conta de reduzir as iniquidades às quais esse grupo populacional é exposto cotidianamente. São raros os casos em que se encontra nas grades curriculares dos cursos da saúde a abordagem sobre o tema saúde da população negra (WERNECK, 2016).

Junto à constatação acima citada, muitos indicadores de saúde e adoecimento demonstram e comprovam o quanto negros e negras acabam por estar sempre nos piores patamares. O impacto do racismo no modo de vida e morte dessa população estão evidenciados também em números e não mais apenas nos relatos subjetivos de pessoas negras.

São inúmeros exemplos que podem ser trazidos ao debate, em especial o que nos apresenta o Atlas da Violência dos últimos anos, que expõe em tristes números que o percentual de mais de 70% dos homicídios que ocorrem são de negros, nos dizendo ainda, com isso, que a chance de uma pessoa negra ser

assassinada é 2,6 vezes maior que uma pessoa não negra. O Atlas também nos apresenta que, em 2019, 67% dos homicídios ocorridos foram de mulheres negras e que a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 26,9%, ao passo que a de mulheres negras aumentou 2% (IPEA, 2021).

Utilizar indicadores na área da saúde com recorte raça/cor dentro das discussões no ambiente acadêmico se faz necessário porque, por vezes, o discurso baseado nas experiências vividas por pessoas negras não ganha a voz necessária para justificar a abordagem do tema na formação. E, ainda sim, mesmo com as informações geradas epidemiologicamente, ainda é invisível essa temática dentro dos conteúdos programáticos das disciplinas de formação dos cursos de enfermagem, causando desconforto em alunos que já têm a consciência racial estabelecida.

Diante da lacuna de temática étnico-racial dentro da universidade, em 2018, nasce o projeto de extensão intitulado Diálogos Negros. O nome vem justamente no curso de formar espaços de diálogos com saúde da população negra, um canal para que seja possível pensar além das temáticas da branquitude. Ofertar assistência à saúde dentro das necessidades de cada um é também preconizado dentro dos princípios do SUS, porém os currículos acadêmicos oferecem uma perspectiva universal de prevenção/promoção de cuidado, o que exclui uma série de acometimentos que são atravessados por raça, gênero, etnia, sexualidade. O projeto, desde sua concepção, vem com a proposta de originar reflexões sobre o modo hegemônico de produção de cuidado e, mais especificamente, jogar o foco na saúde da população negra.

## Desenvolvimento do projeto Diálogos Negros

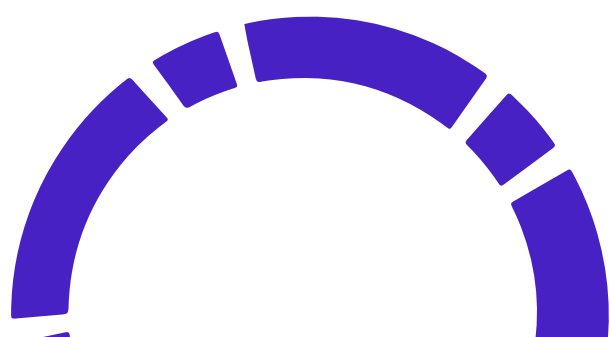
Nesta seção, fazemos um relato sobre a experiência exitosa que foi a criação do projeto de extensão universitária Diálogos Negros, que teve por objetivo abordar temas relacionados à raça/cor e à forma como o racismo impactava na vida das pessoas negras.

### Início

O projeto tencionou que se pensasse sobre o racismo enquanto um determinante social e de saúde e propunha reflexões e estratégias de enfrentamento a este problema. A idealização do projeto veio do sentimento de indignação de duas mulheres pretas que observaram o apagamento da temática racial dentro de suas grades curriculares acadêmicas. A aproximação das acadêmicas aconteceu no percurso final da graduação de enfermagem, muito pela via da identificação do compartilhamento de princípios afrocêntricos. Dentro dos espaços em que há domínio da branquitude, aquilombar-se é uma estratégia de sobrevivência. Em uma conversa informal entre as alunas, nasceu a ideia de tratar sobre temáticas raciais pela via de um projeto de extensão. Diante disso, a ideia foi levada para duas docentes e, nesse momento, chegou-se à conclusão de que o projeto seria algo possível.

### Concretização

Naquele momento, para que o projeto pudesse ser efetivado, era necessária a figura de um docente como responsável pela sua execução. A escolha das docentes veio por afinidade e também por entender que a linha de pesquisa das professoras convergia com a temática da saúde da população negra. Logo, foram convidadas docentes da disciplina de saúde mental e saúde coletiva. O cenário de professores da graduação é branco, ou seja, as professoras responsáveis pelo projeto são mulheres brancas. Durante todo o processo de diálogo com as professoras, sempre houve transparência por parte delas em se



colocar como pessoas que não tinham familiaridade teórica com as temáticas, mas que viam na extensão uma oportunidade de aprendizado.

### O primeiro diálogo

Realizados os trâmites burocráticos de realização da extensão, acontece o primeiro evento. No primeiro ano de execução, os convidados como palestrantes eram do meio acadêmico e tínhamos como inspiração o molde do curso de promotores de saúde da população negra. Para o primeiro encontro foram convidados dois mestrandos do programa de pós-graduação de história da UFRGS, que tinham a proposta de fazer uma discussão sobre o contexto histórico e social da saúde da população negra. A divulgação dos encontros contava com a parceria da secretaria da escola de enfermagem e saúde coletiva da instituição, que disparava e-mails para os alunos da graduação, pós-graduação, com os cards e o link das inscrições. O material visual de divulgação era confeccionado de forma voluntária por uma acadêmica de enfermagem. Também foram feitos convites para as demais secretarias dos cursos da saúde. As redes sociais foram um importante veículo de multiplicação do encontro, os estudantes criaram um evento pelo Facebook e, assim, o alcance foi mais diverso. Foi desenvolvida, a partir da realização de ciclos mensais, contando com a presença de convidados internos e externos da universidade, a abordagem de alguns temas como: aspectos históricos e protagonismo da população negra na construção da sociedade gaúcha; incidência e agravos na saúde da população negra; determinantes sociais e políticas públicas de saúde; direitos sexuais e reprodutivos/sexualidade e raça/feminicídio e empoderamento; saúde mental e racialidade. Temáticas de suma importância que atravessam a prática de produção de cuidado e estão presentes na rotina dos profissionais de saúde, em especial da enfermagem. O convidado tinha a liberdade para expor o tema, em geral de forma dialogada, em que uma pessoa realizava a mediação enquanto o/a convidado/a abordava o tema. Os ouvintes tinham a possibilidade de interagir e, dessa forma, estabelecer diálogo, tornando a atividade mais dinâmica e com uma comunicação mais assertiva.

### Potencialidades e fragilidades

Os pontos a serem fortalecidos são: fragilidade na integração com os programas de graduação e pós, bem como os demais cursos da universidade, limitação financeira, já que o projeto não recebe verba. Potencialidades: alcance da comunidade acadêmica, espaço de comunicação e debate sobre saúde da população negra, visibilidade de duas estudantes pretas, possibilidade de inserção de bibliografias negras nos currículos das disciplinas de enfermagem.

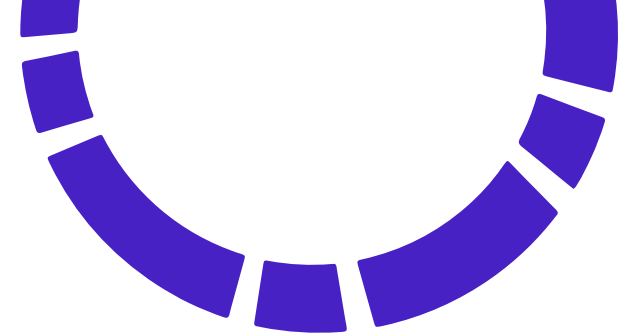
### Metodologia

Essa metodologia foi pensada a partir do incômodo de duas alunas pretas do curso de graduação de enfermagem que, diante da inexistência da abordagem de conteúdos específicos sobre a saúde da população negra, observavam a necessidade de colocar em evidência o cuidado da população negra e suas especificidades.

## Pandemia, encontros virtuais e mudanças na equipe

No ano de 2020, com o ingresso de uma aluna negra e de um aluno negro na pós-graduação, ambos na enfermagem, e a partir da ciência deles sobre o projeto de extensão, ambos ingressaram no Diálogos Negros. Com isso, foi possível impulsionar o grupo a pensar em atividades que, mesmo com a mudança de periodicidade e a chegada da pandemia, não deixaram de acontecer. Reuniões definiam os temas e traziam convidados externos que, ao tratarem de diferentes temas relacionados ao racismo, incitavam a reflexão sobre seus impactos.

Os encontros passaram a acontecer de forma virtual, e tanto as reuniões preparatórias quanto as atividades em si tornaram-se espaço de construção de mudança de paradigma em relação aos impactos do racismo, como também a possibilidade de trazer pessoas de fora do campo acadêmico, com muito conhecimento, para contribuir de maneira a dar visibilidade



à cultura, história e modo de vida do povo negro em Porto Alegre e no cenário nacional.

Alguns eventos virtuais que ocorrem no decorrer de 2020:



Esta sequência de encontros foi pensada no intuito de trazer para o espaço acadêmico a diversidade a partir da interseccionalidade, abordando os temas da inserção do negro no trabalho, a formação em enfermagem sob o olhar de alunos negros, o diálogo com a população LGBTQIAP+ com recorte racial e, não menos importante, no campo da cultura, ações antirracistas a partir da arte e o resgate e importância da abordagem ao tema das religiões de matriz africana sob a ótica gaúcha.

Fonte: @dialogosnegros

Outra ação de grande importância do Projeto de Extensão Diálogos Negros foi a inserção da temática do projeto nas comemorações de 70 anos da Escola de Enfermagem, que ocorreram em novembro de 2020 de forma online. Neste momento, foi possível abordar os temas abaixo citados, com grande alcance no cenário acadêmico.

A participação de pessoas negras, ativistas antirracistas, pesquisadoras e profissionais de saúde e professores foi de suma importância para consolidar a necessidade do debate na academia. As atividades iniciam quando as Promotoras de Saúde da População Negra tiveram a oportunidade, para além de falar da formação em Promotoras, de trazer o panorama da situação de vida e morte de negros e negras em Porto Alegre, com o tema: questões étnico-raciais no ensino, na pesquisa e no trabalho:

Os demais temas, de igual importância, foram:



A participação das Promotoras em Saúde da População Negra, formação que ocorre desde 2012, com intuito de formar pessoas na perspectiva de reconhecer as subjetividades e particularidades que permeiam a saúde da população negra e os impactos do racismo, foi de grande importância para essas profissionais. O curso é também uma forma de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.



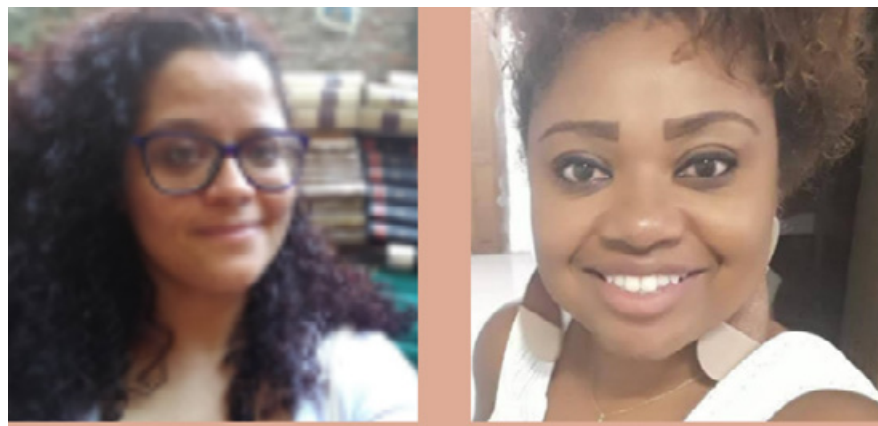


Maria Inês Barbosa

Fernanda Bairros

Dois nomes reconhecidos dentro do ativismo: Maria Inês Barbosa e a professora universitária Fernanda Bairros também se fizeram presentes, e com o tema: onde há racismo, não há saúde. Foram direto ao ponto em relação a quão adoeecedor o racismo é.

Fonte: <https://www.ufrgs.br/levi/escola-de-enfermagem-70-anos/>



Tatiane Pereira Muniz

Lisiane Vieira dos Santos

A doutora Tatiane Pereira Muniz, com a mediação da mestranda Lisiane Vieira dos Santos, tiveram a oportunidade de trazer, a partir dos indicadores de saúde e social, de que forma está a população negra no Brasil. Confirmando o que para muitos já é sabido, que se refere ao grau de vulnerabilidade social e de saúde a que a população negra está exposta.

Os encontros virtuais seguiram ocorrendo e, no ano de 2021, os temas continuaram de forma diversificada, trazendo todas as possibilidades de oportunizar trocas de saberes tendo como ponto de partida a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Os temas abordados foram:

**Encontro 1** Mês da Mulher: Conquistas e Desafios da Mulher Negra;

**Encontro 2** A contribuição da religiosidade como identidade cultural;

**Encontro 3** Políticas educacionais e a redução das desigualdades;

**Encontro 4** Saúde da População Negra Debatendo sobre Frantz Fanon e Djamila Ribeiro;

**Encontro 5** Novembro Negro: história e perspectivas.

Cabe trazer que, em uma das atividades, ocorreu uma invasão online que culminou em ataques violentos e racistas. Era o último encontro e o tema era: Novembro Negro: história e perspectivas, que trouxe como convidados músicos gaúchos e estudiosos da cultura negra gaúcha. Como o link das atividades era amplamente divulgado, e o intuito era abranger não somente a comunidade acadêmica, as pessoas com interesse na temática acabavam ingressando. Cabe também salientar que os encontros virtuais não eram

realizados na plataforma da universidade, justamente para garantir o acesso de pessoas externas da universidade. O que não se esperava é que poderia acontecer o que infelizmente aconteceu.

A situação foi bastante constrangedora, mas demonstrou na prática o racismo existente e gratuito. A violência racista se moderniza e neste episódio se colocou de forma “virtual”, mas os impactos para os participantes se torna concreto, real, à medida que seu espaço é violado e sua existência no espaço acadêmico é banalizada. Os racistas, criminosos, se mantiveram protegidos atrás de uma tela e isso expõe também a eficiência (ou não) do poder público em identificar os autores dos ataques. Naquela ocasião, as pessoas que estavam na atividade migraram para um outro link e a atividade continuou, mas se fez necessário debater os sentimentos que afloraram ao vivenciarem aquela situação. Posteriormente ao encontro, a coordenadora do projeto, que estava na atividade, foi até a delegacia e registrou boletim de ocorrência, mesmo que os nomes dos agressores não tivessem sido identificados, pois eram falsos, o registro se fez necessário.

Todas as atividades realizadas geram um relatório que fica registrado dentro do banco de dados da universidade, fato que contribui para que todas essas

atividades fiquem na memória da instituição, fazendo valer o esforço e protagonismo das então acadêmicas que lá, em 2019, tiveram a coragem de incitar o debate e idealizaram o projeto.

## Retomadas de encontros presenciais e encerramento do projeto

No ano de 2022, acontece o reingresso de umas das idealizadoras do projeto que iniciou em 2019 e de uma nova professora já familiarizada com o tema. Elas decidem qual o rumo do projeto e das ações que poderiam dar sequência.

Reuniões aleatórias ocorreram e, com as fragilidades impostas ainda pelo meio virtual e pelas vivências pessoais das alunas negras em relação também às vivências racistas, o grupo realiza dois encontros de leitura do livro: *Tornar-se negro*, de Neusa Santos Souza, fazendo com que se aprofunde a necessidade de continuar trazendo as questões de saúde para dentro do espaço de formação e, para além disso, a necessidade de apresentar ao mundo acadêmico autoras e autores negros que abordam o tema.

Após a leitura e com a discreta retomada das atividades presenciais, o grupo realiza então o Cine Debate dentro da escola de enfermagem e realiza a transmissão do filme *O holocausto brasileiro*. Filme este que não debate a questão racial, mas que deixa subentendido o estigma que a população negra historicamente carrega e qual lugar era destinado aos negros à época, no período da escravização e posterior a ele.

A notável presença em grande número de pessoas negras institucionalizadas no hospital de Barbacena, tema central do filme, provoca nos alunos e professores a necessidade também de olhar para as repercussões na saúde mental de pessoas negras e de que forma o estigma imposto pelo sistema hegemônico criado pela branquitude impacta na vida dessas pessoas.

Fica cada vez mais evidente que os temas racismo e saúde devem estar nas salas de aula, em especial dentro do curso de enfermagem, cenário de tantos debates e revelações até então ignorados pela instituição.

Em setembro de 2022, como de praxe, as atividades da escola de enfermagem versaram sobre a prevenção do suicídio. Tendo em vista a presença da mestranda de enfermagem no grupo Diálogos Negros e sua participação ativa no Grupo de Estudos e Pesquisa em Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental da instituição, o tema então foi sobre o suicídio na população negra.

O evento realizado contou então com a presença da direção da escola, que, junto de outros professores, alunos e membros externos da universidade, puderam ouvir sobre o impacto que o racismo tem também na saúde mental de pessoas negras e que tal situação contribui para o elevado número de casos de suicídio na comunidade negra. Mais um indicador de saúde que até o momento era ignorado na formação dos alunos.

Apresentando dados estatísticos e contextualizando sobre os fatores que incidem na vida de pessoas negras, os palestrantes usam como ponto de partida a fala de Jeanne Saskya Campos Tavares, psicóloga, mestre em Saúde Comunitária, doutora em Saúde Pública e docente na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), que diz: “Para entender como o racismo e a exclusão social operam como potencializadores de tentativas de suicídio entre jovens pretos no Brasil, é preciso retomar dados históricos da época em que o Brasil passou a ser colonizado e pessoas negras, escravizadas” (TUBAMOTO, 2022).

Durante o debate, foi possível apresentar os dados da pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde e pela Universidade de Brasília, que foi publicada em 2018, e que demonstrou que o risco de suicídio de jovens negros do sexo masculino entre 10 e 29 anos é 45% maior do que entre jovens brancos da mesma faixa etária. Indicador que também não pode mais ser ignorado no campo de estudo e atuação dos profissionais de saúde e dos docentes que têm por missão

preparar profissionais que atuem dentro do que é previsto como direito constitucional: o direito à saúde, e cabe aqui enfatizar, o direito à vida.

No entanto, os desafios são diários e a manutenção de projetos dentro dos espaços acadêmicos está além do desejo de estudantes e de alguns docentes que se sentem comprometidos à luta antirracista. Diante dos inúmeros empecilhos colocados por outras demandas acadêmicas, no ano de 2022, as atividades do Diálogos Negros, apesar de terem sido ações estratégicas no debate racial dentro da universidade, não foram constituídas como extensão, e o projeto não obteve, assim, a regulamentação acadêmica exigida para continuidade de suas atividades regulares.

## Conclusões

Nós, autoras do relato de experiências, somos pessoas envolvidas diretamente na constituição e realização da maioria das atividades do Projeto Diálogos Negros. Sabemos por óbvio que a manutenção dele não se deu única e exclusivamente por nossa vontade e participação.

Fundamental sublinhar que algumas das alunas pretas envolvidas na idealização/manutenção do projeto são egressas do sistema de cotas raciais, que foi instituído pela Lei nº 12.711 de agosto de 2012, o que fundamenta o quão relevante é a permanência das ações afirmativas, que, para além do caráter de reparação histórica, servem como uma via que amplia as discussões sobre raça dentro das universidades e levam pluralidade ao ambiente acadêmico, que também se beneficia.

A execução do projeto de extensão Diálogos Negros foi certamente para nós um marco importante da discussão antirracista e também uma forma de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra dentro do espaço acadêmico, pois provocou o debate de temas nunca antes trabalhados na instituição.

Foi para nós também etapa de aprendizado, troca de experiência e a oportunidade de conhecer pessoas que são ativistas e militantes na luta antirracista, além de ser a oportunidade de construirmos metodologias de ensino e comunicação sobre um tema que nos toca diretamente por sermos mulheres negras e enfermeiras.

No entanto, também fica evidente que pautar e comunicar sobre essa temática só foi possível porque existiam pessoas negras, com consciência racial, sendo formadas e não sendo visibilizadas como corpos que sofrem com os impactos oriundos do sistema racista que constitui a sociedade. O que explicita o quanto a branquitude se desobriga da racialização e se coloca como agente de manutenção de um sistema estrutural racista que os mantém em uma posição privilegiada.

Foi um ato desbravador, que certamente deixou frutos, mas que também traz a reflexão de que, se nesse espaço não tivessem alunas negras para levantar a pauta, quando será que isso iria acontecer? Se não tivesse ocorrido o ingresso de uma mestrande negra, será que as atividades continuariam? E até que ponto, de fato, os alunos são atores importantes com voz dentro do processo de formação? Cabe apenas às pessoas negras o fardo de, além de sofrer com o racismo, falar sobre ele? Em que momento as pessoas brancas acadêmicas se enxergam implicadas neste processo?

São, sem dúvida, pontos polêmicos, mas que não podem ser negados, assim como a ainda existência do racismo dentro da nossa sociedade. O ambiente acadêmico é branco, eurocêntrico, hegemônico e na contramão dessa lógica o projeto Diálogos Negros se consolidou como uma ferramenta de comunicação com a comunidade acadêmica que propôs reflexões sobre práticas antirracistas, enfatizando o quão necessárias são a visibilidade e permanência de espaços potentes como esse.

## Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AYRES, Jose Ricardo de Carvalho Mesquita *et al.* Conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In*: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 121-144.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

PEREIRA, Márcia Moreira; DA SILVA, Maurício Pedro. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos.

**Linguagens & Cidadania**, Santa Maria, v. 14, n. 1, 2012.

TUBAMOTO, Fernanda Tiemi. Racismo e exclusão: jovens negros são principais vítimas de suicídio. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 8 set. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/09/08/noticia-diversidade,1391718/racismo-e-exclusao-jovens-negros-sao-principais-vitimas-de-suicidio.shtml>. Acesso em: 10 set. 2022.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

# "A Cor da Cultura": Reflexões Pedagógicas sobre Materiais Audiovisuais

Luciana Costa da Silva\*

## Introdução

No ano de 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, que alterou a Lei 9394/96<sup>1</sup> ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional e incluir no currículo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino em território brasileiro, resgatando a participação do povo negro na história do Brasil. Para a aplicação da Lei 10.639/03, algumas ações foram realizadas, entre elas o Projeto A Cor da Cultura. Iniciado no ano de 2004, esse projeto deu origem aos recursos audiovisuais e aos materiais de apoio ao trabalho docente que integram o Kit A Cor da Cultura. Sendo a educação a temática central, o projeto busca modificar a realidade educacional no país e as desigualdades significativas através dos seus recursos audiovisuais como um meio de comunicar outras histórias no cotidiano escolar.

A utilização das TICs (tecnologias da informação e comunicação) no campo da educação torna a comunicação potente neste espaço onde exerce seu poder cultural ou simbólico. Como mediadoras no processo educacional, tornam-se um mecanismo valioso de poder nas relações que se estabelecem no espaço escolar. As novas tecnologias de comunicação (TICs), sobretudo a televisão e o computador, movimentaram a educação e provocaram novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo veiculado (KENSKI, 2019).

Nos tempos atuais, as produções midiáticas têm pa-

pel fundamental na formação dos sujeitos. Tais produções ganham destaque no cotidiano escolar devido à exposição dos alunos a esse tipo de produção, um processo de midiaticização que, segundo Hjarvard (2014), envolve a institucionalização de novos padrões de interação e relações sociais entre os atores, incluindo a institucionalização de novos padrões de comunicação mediada. Neste cenário, as mídias são potentes "ferramentas sociais", pois podem atuar enquanto recurso da representação de informação, ação comunicativa e construção de relacionamentos, tornando-se um valioso recurso para a sociedade como um todo (HJARVARD, 2014, p. 26). Sendo assim, as mídias estruturam percepções de mundo dos sujeitos que com elas interagem. No caso dos recursos audiovisuais do Projeto A Cor da Cultura, o objeto empírico de nosso estudo, os sujeitos são afetados pelas imagens ali representadas.

As reflexões que eu, uma professora negra, apresento, fazem parte de um trabalho mais amplo, que desenvolvi durante o curso de Mestrado no Programa

\*Luciana Costa da Silva é Mestre em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (UFF). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Grande Rio (2002), especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal Fluminense (2015), Orientação Educacional e Pedagógica pela Universidade Cândido Mendes (2008) e aperfeiçoamento em Cultura e História dos Povos Indígenas pela Universidade Federal de Ouro Preto (2015). Defendeu dissertação intitulada "Nem mulata, nem doméstica: a visibilidade de meninas e mulheres negras no cotidiano escolar mediada pelo projeto A Cor da Cultura". Atualmente é professora da Fundação Municipal de Educação de Niterói. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em educação infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, literatura infantil, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e na produção de filmes de animação digital com alunos do segmento infantil.

1. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense entre os anos de 2020 e 2022, de onde extraí parte da análise, e que já deu origem a outras produções: *Heroínas de todo mundo: mulheres negras que resistem às imagens de controle*<sup>2</sup>, onde abordei as imagens de controle impostas às meninas e mulheres negras na sociedade, e *Nem mulata, nem doméstica: a visibilidade de meninas e mulheres negras no cotidiano escolar mediada pelo projeto a cor da cultura*<sup>3</sup>, cujo destaque foi o uso dos programas no cotidiano escolar, texto que tem o mesmo título que o da minha dissertação de mestrado.

Este capítulo tem como base as percepções das professoras sobre a importância dos recursos audiovisuais do Projeto A Cor da Cultura como um *meio de comunicação* no cotidiano escolar com foco na visibilidade das meninas e mulheres negras neste espaço, problematizando o lugar social que elas ocupam na sociedade, pois, historicamente, foram representadas através de imagens de controle que determinavam seu papel social. Para isso, realizei entrevistas em profundidade com as professoras da unidade de educação pública onde a pesquisa foi desenvolvida. Meu intuito com essa pesquisa era confirmar ou refutar minha hipótese de que o uso dos recursos audiovisuais do Projeto A Cor da Cultura contribui para uma educação antirracista em uma perspectiva interseccional através de uma comunicação antirracista.

2. FELIX, Carla Baiense, SILVA, Luciana Costa. Heroínas de todo mundo: mulheres negras que resistem às imagens de controle. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, São Paulo, v. 21, n. 39, 2022. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/799>. Acesso em: 23 fev. 2023.

3. Texto que se encontra em processo de submissão para publicação no livro organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (UFF), com foco na relação do programa com Ensino Básico. Fruto de uma proposta vinculada ao Edital de Apoio ao PPG – 2020, da Faperj.

## O Projeto A Cor da Cultura e seus recursos audiovisuais

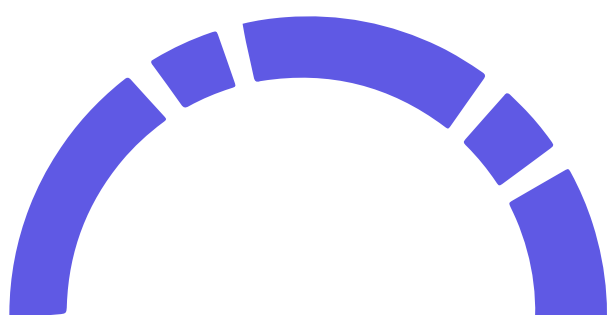
O Projeto A Cor da Cultura surgiu em 2004, fruto da parceria do governo federal com entidades do setor privado, um projeto educativo que busca valorizar a cultura afro-brasileira. Composto por uma vasta produção audiovisual e material dedicado à formação de professores. Desta maneira, o projeto visa a promover ações educativas que valorizem a participação dos negros na formação política, cultural, econômica e social do país. E, assim, contribuir para a diminuição do racismo em relação ao negro.

**“A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a TV Globo e a Seppir – Secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam a práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2004).”**

Antes de ser sancionada a Lei 10.639/03, um grupo de intelectuais e artistas apresentaram à Rede Globo de Televisão, no ano de 2003, uma proposta que tinha a intenção de produzir uma série de minidocumentários sobre personalidades negras para a televisão. A proposta foi enviada para o Canal Futura<sup>4</sup>, e inicialmente pensada como um projeto que fosse somente audiovisual. Foi repensado para atender também à demanda das escolas, oferecendo capacitação aos professores. Foi então formalizada uma parceria entre TV Globo, Canal Futura, Secretaria Especial de Políticas para Igualdade Racial (SEPPIR)<sup>5</sup> –

4. Canal Futura é um canal de televisão brasileiro. Pertence à Fundação Roberto Marinho, do conglomerado de mídia Grupo Globo, e possui uma programação direcionada para a educação.

5. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003, passa a atender as demandas do Movimento Negro, que durante anos lutou para que o poder público assumisse o seu papel, não apenas no combate ao



vinculada à Presidência da República, Petrobras e o CIDAN – Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro<sup>6</sup>.

Assim nasceu o Projeto A Cor da Cultura, que tinha como objetivo inicial produzir programas para serem exibidos no Canal Futura e depois distribuídos para as escolas através de um material denominado Kit A Cor da Cultura, composto de três cadernos do professor, fitas VHS com 56 programas, um miniglossário, um CD musical e um jogo. Os programas do Projeto A Cor da Cultura surgem como uma alternativa para dar visibilidade positiva às pessoas negras nas produções midiáticas utilizadas com os estudantes, uma maneira de combater as narrativas hegemônicas tão presentes nos recursos audiovisuais disponíveis no espaço escolar.

O Projeto A Cor da Cultura deu origem a dois kits, o Kit I, referente à primeira etapa, no período entre 2004 e 2006, e o Kit II, referente à segunda etapa do projeto, compreendida entre 2010 e 2011. Os kits foram distribuídos para as escolas que participaram através das secretarias de educação da formação oferecida pelo projeto aos docentes e gestores. No ano de 2013, foi iniciada a terceira etapa, que inicialmente deu origem aos programas da série *Livros Animados*, com um total de 10 episódios, um especial “A Cor da Cultura” e mais 10 episódios que integram a série *Nota 10* e estão disponíveis na plataforma do Youtube do Canal Futura, além de 15 episódios da série *Heróis de Todo Mundo*, disponíveis no Canal Futura.

A série *Heróis de Todo Mundo* é composta por 30 interprogramas na primeira etapa do projeto e 15 interprogramas na segunda etapa, com 2 minutos de duração cada um, que retratam a vida e a obra de homens e mulheres negros que se destacaram nas diferentes áreas do conhecimento no Brasil. “O objetivo da série é, principalmente, resgatar os afro-descen-

racismo, mas também na implementação de políticas de promoção da igualdade racial. No segundo semestre de 2015, a SEPPIR passou a integrar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em 2018, passou a fazer parte do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

6. CIDAN foi fundado em 1984, pela atriz Zezé Motta, e visa a promoção e a inserção dos artistas negros – atores, músicos, cantores, bailarinos, modelos e técnicos em espetáculo – no mercado de trabalho. O CIDAN realiza e promove também cursos visando a promoção de jovens atores, bem como a reciclagem de artistas e técnicos.

dentos que marcaram a criação do nosso país com uma postura afirmativa de valorização, para criar um impacto positivo no imaginário dos afro-brasileiros e dos brasileiros em geral” (BRANDÃO, 2010, p. 47-48). No primeiro DVD da série *Heróis de Todo Mundo* (2010), temos a história de Lélia Almeida Gonzalez, uma ex-babá que se formou em história e filosofia, cursou mestrado e doutorado e que desde a infância se incomodava com as imagens impostas às mulheres negras. Após seu casamento com um homem branco, deparou-se com as questões raciais e deu início ao combate ao racismo, sendo uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado, dedicando-se aos estudos das relações raciais. Os programas da série contribuem para o combate ao racismo ao dar visibilidade a histórias que durante muito tempo não foram reconhecidas como importantes para a história do país. Em cada interprograma da série são abordadas temáticas específicas ligadas ao personagem apresentado.

A série *Livros Animados* foi lançada com três DVDs nas duas primeiras etapas do projeto, seus programas têm o propósito de incentivar a leitura através das histórias infantis. A série apresenta narrativas inspiradas em contos africanos e afro-brasileiros, e conta com uma ambientação que nos remete à estética africana.

**A disposição dos participantes do programa numa roda, ou embaixo de uma árvore, também remete a práticas e usos daquelas terras. As atividades podem ser ponto de partida para boas ideias de trabalho, sobretudo com Educação Infantil e Ensino Fundamental. E os livros, simplesmente, encantam (BRANDÃO, 2010, p. 40).**

Um resgate ao passado é o que as histórias narradas nos programas da série *Livros Animados* possibilitam. Os programas da série contribuem de forma positiva para a autoestima das crianças negras no espaço escolar, além de colaborar para que as crianças não negras percebam a existência de outras histórias. As narrativas são contadas através da animação das ilustrações dos livros de literatura infantil, que trazem em suas páginas histórias com personagens africanas ou afro-brasileiras.

A Série *Nota 10* é composta por programas voltados para metodologia de ensino e formação de professores:

**Com cinco episódios, ela se propõe a inspirar educadores a colocar em prática a Lei no 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e do negro no Brasil, nas escolas de todo o país. Exemplos de experiências bem-sucedidas, em sua maior parte realizadas em condições muito simples, revelam que pode ser menos complicada e mais interessante do que se imagina a introdução desses temas no universo escolar (BRANDÃO, 2010, p. 44).**

Os programas da série propõem uma reflexão sobre a prática docente, ao mesmo tempo em que apresentam experiências desenvolvidas no país com o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Os programas da série incentivam os professores a repensarem suas práticas cotidianas, e apresentam novas possibilidades de trabalho. A primeira etapa do projeto deu origem a dois DVDs com cinco episódios e a segunda etapa, a dois DVDs com seis episódios. A série *Mojubá* é composta por documentários sobre a religiosidade de matriz africana, a história dos quilombos e de outros valores da negritude presentes na cultura brasileira. “Entre seus objetivos principais está o de combater o preconceito, destacando não só o conteúdo ético e de valores humanitários dessas religiões, mas demonstrando que suas bases vivem dentro de nós e à nossa volta” (BRANDÃO, 2010, p. 49). Os episódios apresentam a religiosidade de matriz africana, que, em nossa sociedade, recebe tratamento preconceituoso. Os programas apresentam a herança africana deixada por nossos antepassados com a intenção de valorizar e respeitar as diferentes manifestações religiosas. Foram lançados sete documentários na primeira etapa do projeto e cinco documentários na segunda etapa.

Diferentemente dos outros programas do Projeto A Cor da Cultura, a série *Ação* já fazia parte da grade de programação da Rede Globo e, desde novembro de 1999, com reapresentação no Canal Futura, ela é

composta por episódios que retratam iniciativas promovidas por organizações não governamentais que priorizam o público afrodescendente no país. “A ideia é que os programas sejam exemplos de iniciativas e estimulem ativistas, líderes comunitários e escolas e promover a transformação da realidade através da cultura, que pode ser um atraente e eficaz instrumento de conscientização política” (CHAVES, 2009, p. 43). A série só passou a fazer parte do projeto a partir da segunda etapa, dando origem a quatro episódios. Além dos programas descritos, integram os recursos produzidos pelo Projeto A Cor da Cultura: a coleção *Saberes e Fazeres*, composta por três volumes, na primeira etapa do projeto, e dois volumes, na segunda etapa, que apresentam proposta metodológica, textos e atividades que contribuem para a prática e formação docente; o CD *Gonguê*, que apresenta instrumentos de origem africana presentes em celebrações religiosas afro-brasileiras; o jogo *Heróis de Todo Mundo*, que é um jogo educativo concebido a partir da história e cultura afro-brasileiras e utiliza como base as histórias dos personagens da série *Heróis de Todo Mundo*; e o miniglossário *Memória das Palavras*, que se apresenta como um livro ilustrado com palavras de origem africana e seus significados que estão presentes em nosso cotidiano.

A terceira etapa do projeto foi lançada no ano de 2013. Os programas desse ano não foram oferecidos através de DVDs, como nos anos anteriores, às escolas. Nesta fase do projeto, os programas das séries *Livros Animados* e *Nota 10* foram disponibilizados na plataforma Youtube do Canal Futura e os da série *Heróis de Todo Mundo*, na página da internet do Canal Futura. Os cadernos de atividade, saberes e fazeres de apoio aos professores e os programas das séries produzidas nas duas primeiras etapas do projeto, artigos, entrevistas e notícias relacionadas ao projeto estavam disponíveis na página do Projeto A Cor da Cultura na internet até a página ficar indisponível no ano de 2021.



## Algumas observações sobre a escola

As informações que caracterizam a instituição de ensino onde foi desenvolvida a pesquisa foram obtidas através do Projeto Político Pedagógico da escola, que está em fase de construção, e da minha presença como docente naquele espaço. A escola está inserida na região oceânica do município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, e estabelece relações com diferentes espaços da localidade, entre eles, destaque: a Praia de Itaipu, o Museu de Arqueologia, o Horto de Itaipu e o Quilombo do Grotão.

O Projeto Político Pedagógico da escola não apresenta o perfil dos membros da comunidade escolar, diante disso, trabalhamos com o perfil elaborado a partir das minhas observações. A unidade escolar atende aproximadamente 80 crianças do segmento infantil, com idades entre 3 e 6 anos, e a equipe de profissionais que atuam na escola é composta majoritariamente por mulheres. Em termos raciais, o setor que concentra pessoas negras é o de serviços gerais. Nas salas de aula, há somente uma professora negra, e, no final do ano de 2021, a professora de educação física, que também é negra, retornou à escola. Não consegui identificar outras mulheres negras no espaço escolar. Para isso, acredito que seria necessário que houvesse um reconhecimento de cada profissional em relação ao seu pertencimento racial, e essa informação o Projeto Político Pedagógico da escola não apresenta.

O trabalho pedagógico tem como suporte importante a produção e uso das TICs. A produção de TICs ocorre a partir da participação de algumas professoras junto com os alunos em um projeto desenvolvido pela rede municipal de educação de Niterói, o *AnimadonaEscola*, em que são produzidos filmes de animação digital a partir do cotidiano escolar e da utilização das mídias digitais. O uso acontece a partir dos recursos audiovisuais disponíveis no espaço escolar de forma física, os que se encontram na escola e os que são acessados através da internet. A escola conta com um acervo audiovisual direcionado ao segmento infantil, com aproximadamente 200 produções audiovisuais (desenhos infantis e filmes

de animação), além dos programas do Projeto A Cor da Cultura. Foram entrevistadas quatro professoras que atuam na unidade de educação onde a pesquisa foi realizada, todas trabalham na rede municipal de educação de Niterói há mais de 15 anos.

## Reflexões sobre as percepções das professoras em relação ao uso dos recursos do Projeto A Cor da Cultura para uma comunicação antirracista

Iniciei a conversa com as entrevistadas questionando sobre o uso e importância dos recursos audiovisuais no ambiente escolar, pois as TICs estão presentes em diferentes aspectos da vida cotidiana, e a escola é um destes lugares onde essas tecnologias estão e podem colaborar para o desenvolvimento dos alunos, porque “a escola também exerce o seu poder em relação aos conhecimentos e ao uso das tecnologias que farão a mediação entre professores, alunos e os conteúdos a serem aprendidos” (KENSKI, 2019, p. 19). De acordo com a autora, é possível compreender a importância desses recursos no espaço escolar, e, pensando na visibilidade das pessoas negras com os programas do Projeto A Cor da Cultura, tornam-se uma excelente alternativa para mediação do trabalho na escola por meio de uma comunicação antirracista que os programas do projeto oferecem.

Todas as entrevistadas afirmaram ter o hábito de usar os recursos audiovisuais no cotidiano escolar e apontaram a relevância dessa tecnologia como mediação no processo de ensino e aprendizagem. *Professora 1* e *Professora 4* apontam que as tecnologias estão presentes na vida cotidiana das crianças, e entendem que esses recursos precisam fazer parte do trabalho da escola.

Destaco a seguir algumas considerações das entrevistadas sobre os programas do Projeto A Cor da Cultura. *Professora 4* relatou trabalhos com alguns recursos do projeto e os desdobramentos a partir

deles, e percebo, por sua fala, que a escola, ao trabalhar com o Projeto A Cor da Cultura, abriu espaço para outras histórias serem contadas no cotidiano escolar e contribuiu para que haja um rompimento com os saberes já estabelecidos que privilegiam a cultura e história eurocêntrica. Durante a entrevista, uma das professoras falou sobre a sua experiência com programas da série *Heróis de Todo o Mundo*, nos quais Chiquinha Gonzaga e Carolina Maria de Jesus foram apresentadas aos alunos como *Heroínas*. Essas mulheres, com suas histórias de vida, representam para os alunos a possibilidade de novas histórias. Chiquinha Gonzaga e Carolina Maria de Jesus simbolizam as novas escolhas feitas pela escola através de seus professores, desfazendo a ordem preestabelecida, segundo a qual heróis e heroínas são representados no cotidiano escolar por pessoas brancas, e na maioria das vezes por homens brancos, realizando uma comunicação antirracista no cotidiano escolar através dos programas do Projeto A Cor da Cultura.

*Professora 1* disse que essas novas histórias inseriram em seu trabalho pedagógico narrativas que para ela contribuem para o combate ao racismo, pois, de acordo com a professora, a desigualdade racial está presente no seu cotidiano escolar, onde a maioria de seus alunos das classes populares são negros, com dificuldade de se identificar com suas histórias e origem, já que, segundo ela, não se reconhecem no que assistem nos programas de televisão e no que é apresentado na escola.

“Quando começamos, a intenção era trazer isso para dentro da escola. E a valorização, uma coisa vai levando a outra” (*Professora 4*). No meu entendimento, a valorização mencionada pela *Professora 4* combate o racismo estrutural que ainda orienta o cotidiano das instituições escolares, pois, ao negar a existência da história e cultura das pessoas negras, a escola nega a esses sujeitos a visibilidade. Por isso, ações como as relatadas pelas entrevistadas contribuem para o combate ao que Kilomba (2019) identifica como racismo cotidiano, percebido, segundo a autora, a partir de ações cotidianas que, naturalizadas, refletem o racismo.

De acordo com as entrevistadas, a recepção dos alunos aos programas foi muito boa, uma vez que os recursos audiovisuais do Projeto A Cor da Cultura representam, segundo elas, uma possibilidade para as crianças negras se verem representadas nas histórias apresentadas pela escola. Conforme as entrevistadas, comunicar essas histórias no cotidiano escolar é também um meio de tratar de assuntos do dia a dia, como comentários dos alunos sobre os diferentes tipos de cabelo, características físicas, profissões e outras questões que envolvem a temática racial, com ênfase na perspectiva interseccional.

Os programas do Projeto A Cor da Cultura são um meio de combater o apagamento da história do povo preto ao possibilitar uma comunicação antirracista na escola. *Professora 1* narrou sua experiência pessoal ao conhecer a história de Chiquinha Gonzaga, pois, inicialmente, pensava que esta era uma mulher branca, devido a uma série de televisão em que foi representada por uma atriz branca, e que, ao assistir o episódio da série *Heróis de Todo o Mundo*, descobriu a verdadeira origem de Chiquinha Gonzaga, a origem negra, e o quanto isso foi transformador para ela.

O relato da *Professora 1* apresenta um exemplo do apagamento direcionado às pessoas negras. A mídia decidiu representar Chiquinha Gonzaga como uma mulher branca em um seriado para televisão, pois, enquanto instituição, é condicionada pela estrutura da sociedade, onde o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019). *Professora 3* falou que é preciso explicar para os alunos porque essas narrativas foram apagadas durante tantos anos. Uma ausência é fruto de um processo de apagamento da presença dos negros na sociedade brasileira, que, de acordo com Nascimento (2020), tinha como objetivo apagar a “mancha negra” da história do Brasil.

Os dois episódios da série *Heróis de Todo o Mundo* utilizados pelas entrevistadas apresentam a vida de duas mulheres que não aceitaram a vida que é imposta às mulheres negras. Chiquinha Gonzaga foi rejeitada por ter escolhido viver seu sonho e lutar a favor das liberdades, não se adequando à imagem de uma mulher que exerce um papel determinado pela sociedade. Ela contrariou as imagens de controle (COLLINS,

2019) impostas às mulheres negras. Filha de uma mulher negra alforriada e um homem branco, Chiquinha Gonzaga não assumiu uma postura de subordinação. Assim, ela contrariou a caracterização imposta pelo poder hegemônico que reforça o sistema de opressão sobre as mulheres negras, que deseja controlar e silenciar essas mulheres. Já Carolina Maria de Jesus se apresenta às meninas negras como uma mulher que acreditava que uma mudança seria possível, que lutou muito para ter um destino diferente do que a estrutura da sociedade lhe impunha. Uma mulher que, por meio da escrita, buscou a visibilidade muitas vezes negada às mulheres negras, combateu o destino, deixando para trás o trabalho subalterno de empregada doméstica, que atendia ao papel determinado pela sociedade para ela, para registrar a sua própria vida cotidiana, entendendo a importância de manter viva a história.

Ambas são exemplos de mulheres que contrariam as imagens de controle impostas às mulheres negras pela sociedade, pois não sucumbiram às opressões de gênero e raça, lutaram pela liberdade e visibilidade das pessoas negras em momentos diferentes da nossa história, e que, de maneiras distintas, contribuíram para que o apagamento da “mancha negra” no país não se tornasse uma realidade. São narrativas que, contadas no cotidiano escolar, colaboram para que os alunos, em especial as meninas negras, reflitam e entendam que não precisam se submeter às imagens de controle impostas a elas, visto que o racismo cotidiano afeta todas as pessoas negras, tendo como principais vítimas as meninas e mulheres negras, pois, como afirma Ribeiro (2019, p. 18), “desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra-hegemônicos”.

Durante a pesquisa, percebi que a página oficial do Projeto A Cor da Cultura na internet estava fora do ar. Nessa página, era possível acessar todo o acervo referente ao material produzido até a segunda etapa do projeto: os programas, entrevistas, artigos e ações desenvolvidas relacionadas ao projeto, entre outros. Quando busquei informações sobre o projeto na internet, um dos links me levou para a página da Fundação Cultural Palmares, onde estão disponíveis

somente três cadernos da coleção *Saberes e Fazeres*, o livro *Memória das Palavras* e o CD *Gonguê*. Ainda nessa página são disponibilizados links para o site oficial do projeto, porém, quando tentei acessar, surgia na tela a mensagem “não consigo chegar a esta página”. Após essa tentativa, tentei contato por e-mail com a Fundação Cultural Palmares para saber o motivo de a página não estar mais disponível e onde eu poderia localizar o material do projeto. Esse e-mail foi enviado no dia 5 de julho de 2021, e até o momento não obtive retorno. Atualmente, conto somente com os episódios dos programas do projeto que estão postados no Youtube do Canal Futura, algumas notícias da época do lançamento das etapas do projeto, relatos de algumas vivências a partir do projeto e algumas produções acadêmicas. O que aconteceu com a página oficial do projeto entendo como uma forma de negar visibilidade às pessoas negras, um apagamento que Nascimento (2020) já identificava nos anos 1970, cuja intenção é de

**“[...] intimidar e silenciar a discussão pública do racismo e da discriminação racial. Uma estranha “democracia racial” que não permite reivindicações de direitos pelas vítimas da discriminação; o atual governo brasileiro tenta censurar, intimidar, e calar instituições de pesquisa e estudiosos estrangeiros que se preocupam com a situação do negro no Brasil (NASCIMENTO, 2020, p. 95, grifo do autor).**

Informei às entrevistadas ao final da conversa sobre o ocorrido. Todas lamentaram que o projeto tenha sido descontinuado. E destacam as políticas públicas realizadas pelo governo federal entre os anos de 2019 e 2022, quando ocorreu a pesquisa, e a descontinuidade do Projeto A Cor da Cultura. Com a mudança de gestão no governo federal a partir do ano de 2023, pretendo realizar uma nova tentativa de contato com a Fundação Palmares na busca de explicações para a descontinuidade do Projeto A Cor da Cultura.

A descontinuidade do projeto que colabora com o apagamento da “mancha negra”, ao dificultar a efetivação da Lei 10.639/03 nas escolas, é o que Almeida (2019) considera como racismo institucional e se caracteriza por práticas discriminatórias realizadas

pelo Estado ou com sua anuência. Desta maneira, o racismo institucional contribui para a manutenção da desigualdade racial, que atende a uma parcela da população que prefere continuar apagando a “mancha negra” na história e cultura da população brasileira.

## Considerações finais

Ao final desta pesquisa, pergunto-me o que é uma “comunicação antirracista”, e creio que seja uma estratégia comunicacional que possibilite uma reflexão sobre a situação do negro na sociedade. Neste cenário, o Projeto A Cor da Cultura assume para mim um papel importante para essa comunicação antirracista, pois, como recurso pedagógico e tecnológico, apresenta uma alternativa para que seja dada visibilidade positiva às pessoas negras no espaço escolar, em especial às meninas e mulheres negras, um contraponto às narrativas hegemônicas que durante anos foram utilizadas pela escola.

O Projeto A Cor da Cultura é uma forma de comunicar outras histórias no cotidiano escolar, pois, em uma sociedade onde o racismo é estrutural, segundo Almeida (2019), as instituições contribuem para que as mulheres e meninas negras sejam representadas através de imagens que limitam suas possibilidades, exercendo, assim, um controle sobre a vida e os corpos destas mulheres e meninas, vítimas de violência a partir de uma perspectiva interseccional. Neste contexto, com a promulgação da Lei 10.639, no ano de 2003, que possibilitou que uma das demandas do movimento negro fosse atendida – a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira no currículo escolar –, e com a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o tema ganhou espaço no cotidiano escolar. Assim, o Projeto A Cor da Cultura tem um papel fundamental para mim como uma forma de mediar o trabalho pedagógico no espaço escolar com seus recursos audiovisuais através de uma comunicação antirracista, contribuindo para combater o apagamento da “mancha negra” ao dar visibilidade à cultura e história dos africanos e afro-brasileiros no cotidiano escolar.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRANDÃO, Ana Paula (coord.). **Caderno de metodologia: saberes e fazeres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. (Modos de Sentir, v. 2).
- BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 17 maio 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2005. 35 p.
- CHAVES, Leslie Sedrez. **Da mídia para a sala de aula: o projeto A Cor da Cultura nas apropriações de professores e alunos da Escola Wenceslau Fontoura**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16932>. Acesso em: 27 maio 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO **et al.** **A Cor da Cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2004. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- HJARVARD, Stig. Mídia e cultura: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrices/article/view/82929>. Acesso em: 2 mar. 2018.
- HERÓIS de todo mundo. Produção do Canal Futura. Intérpretes: Tatiana Godoy, Zulu Araújo, Luis Miranda, Cyda Morenyx, Teresa Cristina, Roberta Valente **et al.** Rio de Janeiro: Kitmais Comércio e Serviços Ltda, 2010. 1 DVD, 30 minidocumentários. A Cor da Cultura.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

# Oficinas de Leitura Crítica da Mídia como Práticas Antirracistas de Comunicação

Eduarda Nunes\*

## Introdução

Poucas vezes antes na história do Brasil, a relação entre emissor e receptor de informações esteve tão correlacionada e embaralhada. No entanto, é preciso deixar nítido que nunca houve uma lateralidade nessa relação – ou não deveria haver. Quem recebe informação também informa, faz história, faz conteúdo e escreve o mundo. De qualquer lugar onde esteja. Falar sobre isso hoje é até meio óbvio. Em 2023, nós já ultrapassamos muitas barreiras da monopolização da informação. As redes sociais foram o pé-de-cabra utilizado para que os chamados espectadores pudessem ter mais visibilidade e relevância para reclamar e reivindicar o que querem consumir nas mídias. E dizer também como preferem receber as informações.

A ciência da comunicação está constantemente provando sua importância. Se antes do Orkut, Fotolog, Flogão, e Myspace, a exemplo de algumas redes sociais que já fizeram parte da vida dos brasileiros com força, as grandes mídias telecomunicacionais, os jornais e as revistas tinham uma verdadeira hegemonia em eleger os assuntos que seriam comentados em todo lugar por um tempo considerável, hoje as redes sociais e outras plataformas online disputam com mais força essa relevância. Particularmente, acredito que haja certa complementaridade entre esses atores. As mídias tradicionais carregam uma credibilidade construída por décadas, enquanto as redes otimizam a circulação de informações mais aprofundadas e possibilitam a visibilidade de uma maior diversidade de fontes e pautas.

Esse novo cenário, em que organizações e projetos estruturados e realizados fora do escopo organizacional das empresas tradicionais de jornalismo galgam, dia após dia, a própria relevância, ao mesmo tempo que tem um ar de renovação, ainda mantém algumas coisas no mesmo lugar onde estão. A indispensabilidade da publicidade para a publicação dos conteúdos e a conquista de grandes números de alcance é uma delas.

No meio desse *zumzumzum*, a população negra, indígena e periférica segue sendo uma grande questão. Mesmo sendo fatores essenciais para a interpretação da realidade atual – bem como o passado e o futuro –, ainda existem muitas dúvidas, deslizos, erros e acertos nas mídias sociais. Sejam elas tradicionais ou não. O mote “Representatividade Importa” transita entre a reivindicação popular, o esforço em garantir que esses espectadores sintam-se satisfeitos na visibilidade de suas faltas e também no oportunismo de quem não pretende colaborar, de fato, na resolução desse problema, mas “surfa no hype”.

Hoje temos protagonistas de novela negras e negros – que passam mais tempo em tela sofrendo e se sacrificando; inserção de participantes negros em *reality shows* – que são expostos a situações racistas constantemente, têm seus gatilhos ativados e televisionados e, assim, ativam os dos espectadores negros; apresentadores de programas negros que são colocados em segundo plano ou seguindo os *scripts* e nada muito além disso. Parece a exemplificação

do ditado popular que afirma que “não se pode ter tudo”, mas tem muita gente prestando atenção nisso. Nesse sentido, as redes sociais facilitam a publicização dessas interpretações atentas e críticas e abrem o espaço para que mais pessoas tenham acesso a essas interpretações que “furam” a hegemonia antes vista como soberana da mídia tradicional, bem como disponibiliza um espaço para que haja argumentação e apresentação de sugestões e propostas para a mudança.

Ainda é importante ter em consideração que, na internet, embora pareça um espaço livre e libertador, há bastantes regras. E muitas delas são racistas e clasistas – no sentido de que é preciso conhecimentos específicos para acessar e entender a estrutura dela. E também uma pele mais clara para ser beneficiada pelos algoritmos (SILVA, 2022). Além disso, existem lacunas sociais que tangem ao acesso à internet no Brasil que precisam ser consideradas quando pensamos em quem consome o que está na internet e como consomem.

A pandemia da covid-19 escancarou o quanto as desigualdades educacionais entre estudantes das escolas públicas e privadas seriam ainda mais alargadas por conta da Educação à Distância e do acesso não universalizado da internet, por exemplo (NUNES, 2021). A renda e o território influenciam mais do que deveriam no consumo da internet. É uma questão que se repete também para os estudantes do ensino superior. Em áreas urbanas e rurais, milhares de pessoas ficaram sem assistir às aulas pela falta de dispositivo para acompanhamento das aulas virtuais ou até mesmo pela falta de conexão ou baixa qualidade do provedor.

Entretanto, mesmo com esses empecilhos, muita coisa tem sido feita nesse sentido de disputar a informação, as narrativas e também as ideias que vão ser expostas e sugeridas à opinião pública mais ampla.

Publicado em 2022, a jornalista negra, escritora e professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fabiana Moraes, escreveu um livro que conceitua um jornalismo que também considera a subjetividade como fator importante para eleger e escre-

ver uma pauta. Em *A pauta é uma arma de combate – subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*, Fabiana Moraes (2022) reúne evidências que reforçam a importância de superar a neutralidade como medida de bom desempenho tradicional. Afirma que “a pauta jornalística é um lugar poderoso para pensar e repensar discursividades, para produzir, nos termos de Durval Albuquerque Jr. (2011), novas visibilidades e dizibilidades”, e, no livro em geral, ela reforça e exemplifica a importância de entender que a objetividade é utilizada muito mais para manter grupos sociais vulnerabilizados e silenciados e que o jornalismo, enquanto serviço, perde em manter essas interpretações de mundo sufocadas, enquanto legítima que ideologias conservadoras e segregadoras continuem sendo referenciadas enquanto norma de neutralidade, ausência de tato e manipulação das informações. Em meio a todas essas questões estão as pessoas que, diferentemente dos comunicadores e pesquisadores da comunicação, consomem e reagem ao que está sendo fornecido ali diante da tela da televisão, do celular ou do computador, sem tanto embasamento teórico e conceitual. E conseguir conversar com elas é uma oportunidade de ouro. É compreender de que forma essas discussões e disputas que acontecem no campo científico, acadêmico e profissional têm sido percebidas fora dele.

E é a isso que as “Oficinas De Leitura Crítica Da Mídia” se propõem. Ao mesmo tempo em que o comunicador compartilha com as pessoas um pouco mais sobre a estrutura que põe os veículos de pé, dialoga com elas sobre como é percebida toda essa movimentação que existe muito antes de uma câmera ser ligada e gravar alguma coisa que vai ser editada e publicada.

Este artigo vai se ocupar de recuperar partes significativas de quatro oficinas que foram realizadas por mim entre os anos de 2019 e 2022. De forma presencial e online, com grupos distintos e em momentos distintos. E tudo isso só é possível porque impressões semelhantes puderam ser observadas em cada uma delas.

## Mídia e desigualdades no Brasil

A comunicação é uma função orgânica humana. Há muitas formas de se comunicar e se fazer entendível. E não pode ter espaço para capacitismo, classismo, regionalismo, racismo ou qualquer outro tipo de preconceito no comunicar-se, afinal, existem linguagens verbais, corporais, visuais que sempre serão compreendidas por determinados grupos sociais. Mesmo existindo uma linguagem formal e padronizada que deve encurtar as distâncias entre eles em determinadas situações, nem sempre é possível haver compreensão na mensagem que é transmitida.

O que as empresas e os profissionais da Comunicação Social fazem é profissionalizar essa capacidade, que é inerente a todo ser vivo, incrementando alguns outros objetivos que não somente visibilizar os grupos sociais e suas questões cotidianas e estruturais. Os primeiros usos dos jornais, do rádio e da tv, por exemplo, estavam muito ligados ao comércio, a financiadores que queriam que seus produtos e projetos fossem vistos e difundidos.

Em se tratando da radiodifusão, existem motivos plausíveis para que as emissoras de rádio e televisão precisem de autorização e aval do Estado para funcionar. Afinal, as ondas eletromagnéticas pelas quais as informações são reproduzidas por cada uma delas estão no ar. Ou seja, pertencem ao povo brasileiro e chegam à casa das pessoas gratuitamente. Logo, é imprescindível que haja regulação e fiscalização sobre como o sinal tem sido utilizado.

Em *História da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política*, o jornalista, escritor e professor universitário Sérgio Mattos (2010) sistematiza a trajetória da televisão no Brasil desde um pouco antes da instalação do primeiro televisor em São Paulo. A tv é símbolo de modernidade, que depois se transforma em instrumento de facilitação do controle social nos anos da Ditadura Civil-Militar e, desde o período da redemocratização do país, tem estado mais ligado ao desenvolvimento tecnológico e alinhamento com as tendências internacionais de desenvolvimento das telecomunicações e produção de conte-

údo. A história da tv conta parte bem importante da história do Brasil.

Entre erros e acertos, a tv e as outras mídias sociais se desenvolvem. Atraem e repelem espectadores, se adequam aos cenários sociopolíticos que vão sendo construídos e superados e cada vez mais são tomados pela postura ativa daqueles que consomem seus produtos.

Em se tratando do Brasil, um país que foi criado com base na violência e na violação de princípios humanos de milhares de pessoas africanas, indígenas e seus descendentes, os veículos de comunicação têm responsabilidade na minimização do abismo social que se estabelece entre essas populações que foram dizimadas e escravizadas e a população que herdou os privilégios dos colonizadores. Estamos falando de acesso à terra, educação, saúde, renda e até mesmo de empatia. De visualização de futuros. A mídia tradicional, por exemplo, há pouquíssimo tempo deixou de ser um expoente formador de opiniões que legitimam que as populações não brancas permanecessem fadadas aos resquícios da modernidade/colonialidade. Que são pessoas que foram abandonadas à própria sorte após a abolição da escravidão e é isso. Como se não tivesse muito o que fazer sobre isso. Muitas vezes os veículos de comunicação de massa e seus principais expoentes foram contrários às medidas institucionais que reduziram as desigualdades sociais, como o Bolsa Família e a Lei de Cotas sociais e raciais para as universidades federais, por exemplo. E se escondendo atrás da objetividade jornalística que, como a professora Fabiana Moraes defende no seu livro acima citado, tem cor, gênero e poder.

## Pelo Direito de se Comunicar

Nesse cenário de alta relevância de marcas e famílias influentes e políticas na Comunicação Social, tem um pessoal que está sempre vigilante e atuante nessa movimentação. É o caso do Movimento Pelo Direito Humano à Comunicação.

Essa movimentação se guia através de documentos nacionais e internacionais, dentre os mais importantes está a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), mais especificamente o artigo 19. Nele, está convencionado que toda pessoa humana tem direito à liberdade de opinião e expressão. Olhar para a história das mídias sociais no Brasil é enxergar imediatamente que nem todo grupo social tem esse direito garantido. Ou, ainda pior, tem esse direito negado.

#### Artigo 19

**Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.**  
(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

No Brasil, a própria Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016) direciona o funcionamento que deve ser seguido por todas as emissoras e veículos que configuram concessão pública. Orientando, por exemplo, a proibição de monopólio e oligopólio nos meios de comunicação social, em outras palavras, a concentração de mídias.

### CAPÍTULO V DA CwOMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua

apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.'

(...)

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

(...)

Organizações que integram o movimento pelo direito à comunicação, reunidas através do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), lançaram, em 2012, a campanha Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo, para propor um projeto de lei de iniciativa popular que reivindicou que as mídias fossem fiscalizadas sob a égide do que garante a Constituição Federal de 1988, e responsabilizadas pelos impactos que causavam nos grupos sociais prejudicados pelo formato de atuação delas. Por ser uma iniciativa popular, para que o Projeto de Lei pudesse ser colocado em discussão no Congresso Nacional, seria preciso que ao menos 1% de todo o eleitorado brasileiro, aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, desse o aval sobre a importância do projeto, bem como a noção do que estava sendo proposto. Mesmo com o esforço em expandir ao máximo o alcance da campanha em todo o território nacional, a partir de inúmeras estratégias, a campanha não teve êxito. Mas isso não significou que a briga pela democratização dos veículos midiáticos tenha cessado.



## Leitura Crítica da Mídia

Em Pernambuco, uma das organizações que fizeram parte desse esforço foi o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), organização não governamental que, desde 1972, atua em prol da garantia dos Direitos Humanos no estado. Membro também do Fórum Pernambucano de Comunicação (FOPECOM), o CCLF é uma entidade importante quando o assunto é leitura crítica da mídia e democratização da mídia. Desde 2003 trabalhando em publicações diárias de análises de publicações dos veículos da mídia local no blog, a ONG quis ampliar ainda mais a quantidade de pessoas e grupos sociais cientes da metodologia que eles utilizam e com aptidão para realizar uma leitura mais crítica da mídia e espalhar a mensagem. Foi nesse intuito que foi iniciada a confecção de dois manuais que até hoje são disponibilizados de forma on e offline.

As primeiras edições do *Manual Prático (muito prático mesmo) do Direito Humano a Comunicação* e do *Manual Prático (muito prático mesmo) de Leitura Crítica da Mídia* (CCLF, 2017a, 2017b) foram lançadas com foco em simplificar tanto a metodologia que a ONG utilizava para realizar as leituras críticas da mídia que publicavam, como também para apresentar argumentos e evidências que legitimam essa trabalho. Convidando, assim, mais pessoas a ficarem atentas ao trabalho dos veículos e as motivações que podem existir por trás de cada publicação, bem como também prever alguns dos impactos que podem vir a partir daquela escolha editorial de publicação a curto, médio e longo prazo.

E é com base em literaturas produzidas por organizações comprometidas com os Direitos Humanos e o propósito ético da Comunicação Social que as Oficinas de Leitura Crítica da Mídia são montadas. O objetivo é trazer a discussão que é feita dentro dessas organizações e no campo acadêmico de pesquisa para o público em geral e ora informar sobre seus direitos enquanto brasileiros e detentores de direitos, ora entender como as pessoas já percebem as questões antes de ter conhecimento das informações mais técnicas que estavam sendo apresentadas.

## Oficinas de Leitura Crítica – Relatos de Experiências

Com o intuito, também, de combater a desinformação e compartilhar meios pelos quais é possível averiguar que uma informação é falsa, verdadeira ou tendenciosa de forma mais autônoma e imediata, as Oficinas De Leitura Crítica Da Mídia são metodologias que podem ter outros nomes e também podem vir como parte integrante de oficinas e formações cujo objetivo não é a observação e análise das mídias em específico.

Estimular a criticidade da audiência é importante para que haja melhorias no cenário da Comunicação Social Brasileira, sobretudo nesse momento em que as redes sociais têm conquistado cada vez mais relevância entre as pessoas que têm acesso à internet e aos dispositivos móveis e computadores. Hoje em dia vimos como as emissoras têm colaborado e sido até “coagidas” a integrar os influenciadores e produtores de conteúdos ao seu quadro de programação. O impacto dessas pessoas que atuam de forma independente das empresas tradicionais de comunicação é notório e possível de acompanhar através de relatórios e análises feitas por profissionais do Marketing de Influência. Bem como observar no plano offline como as pessoas estão cada vez mais impactadas por esses profissionais da mídia.

Entretanto, estar fora das empresas tradicionais não garante que o conteúdo que está sendo produzido esteja de acordo com os princípios de uma comunicação ética ou que inclua, ou pelo menos não ofenda, grupos sociais que são fortemente vulnerabilizados e submetidos a vários níveis de violência.

Nesse sentido, além de questões socioeconômicas de acesso aos meios produtivos, um outro desafio que a contemporaneidade traz nessas novas formas de comunicar profissionalmente é o debate ideológico que existe por trás de cada *lifestyle* que influencia milhares de pessoas. O racismo em suas diversas perspectivas, a aporofobia (aversão à pobreza), a xe-

nofobia, as pressões estéticas, dismorfias corporais e capacitismo seguem sendo vendidos como indicador de gente que é mais *cool* e rec

Aqui trago depoimentos sobre quatro momentos em sua trajetória profissional em que foi possível discutir esses conceitos para discussão e que foi possível trocar experiências e observações com pessoas que atuam em outras áreas sobre os impactos da mídia, sobretudo nas mulheres e na população negra e pobre.

O principal ponto de partida dessas oficinas é a gênese da comunicação e da função principal do jornalismo: informar. Esse é um ofício e um exercício que mede como está a democracia de um país, estado e cidade. A Comunicação Social existe porque algumas pessoas entenderam como esse é um meio potente de atingir objetivos coletivos ou mesmo particulares. Não podemos perder de vista essa tarefa que é simples e complexa ao mesmo tempo e é nossa: valorizar a informação que é produzida, garantir que não haja deturpação na veiculação e também que a diversidade esteja sendo respeitada e levada em consideração. O principal problema enfrentado é justamente a falta de pluralidade nos conteúdos que são veiculados nas Mídias de Massa, que muitas vezes atendem muito mais um mercado do que a função social que lhes cabe.

O já mencionado projeto de lei de iniciativa popular Para Expressar a Liberdade também é um ponto importante para a preparação do escopo de todo o encontro. Isso porque a partir dessa campanha foram elaborados materiais audiovisuais que facilitam, viabilizam e ilustram essa discussão para as pessoas que não estão a par. E também porque é importante demarcar e lembrar esse esforço que, mesmo que não tenha logrado o êxito esperado, mobilizou todo o país pelas mudanças nos veículos de comunicação de massa.

Documentos elaborados pelo Coletivo Brasileiro de Comunicação Social – Intervozes também fornecem subsídios para dar seguimento a essa discussão, tendo como foco os veículos de comunicação de massa, que até meados da década de 2010 influenciavam com muito mais força a opinião pública.

Um acontecimento histórico importante a ser refletido nessas oficinas também são as Jornadas de Junho (2013), o momento em que as críticas mais ácidas ao fazer jornalísticos dos grandes canais televisivos ficaram mais expostas. Embora seja um período que ainda gere bastante reflexão sobre suas repercussões, é inegável que as redes sociais e a comunicação pelos smartphones tiveram um salto significativo na sua relevância a partir dali. Relevância essa que já vinha se provando e crescendo antes disso.

É preciso levar em consideração também qual o foco discursivo do momento em que essa oficina está acontecendo. Como dito anteriormente, neste artigo trago quatro momentos distintos e com públicos diferentes. Para cada uma das ocasiões foi desenvolvido um roteiro que fizesse mais sentido para a proposta do encontro.

A produção do roteiro fica a cargo do facilitador. As oficinas que eu dirijo são divididas em partes que são continuidade uma da outra. Ou seja, começo falando sobre comunicação, direito a comunicar-se, democracia e, a partir disso, vou fazendo links com momentos que julgo relevantes de serem discutidos naquele momento. Como os que acabei de citar acima.

A ideia também é não montar uma metodologia tão formada em si que impeça de algum modo que exista a interação com os participantes. Se o objetivo é trocar relatos e experiências sobre o exercício do jornalismo e das mídias sociais, é preciso prever e provocar discussões com os participantes.

Como já dito, as Oficinas de Leitura Crítica da Mídia podem ser parte integrante de uma oficina que objetiva outro propósito que não este essencialmente. Confira algumas das que eu pude facilitar entre 2019 e 2022.

### Oficina 01 – 13 de julho das pretas, 2019

Em 2019, com o auxílio da jornalista negra pernambucana e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mariana Reis, pude facilitar uma Oficina De Leitura Crítica Da Mídia enquanto ativida-

de da programação do Julho das Pretas da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Esse é um mês simbólico para o Movimento Negro, pois é quando dedica-se atenção especial aos trabalhos que as mulheres negras realizam pelo avanço da garantia de direitos e pela emancipação da ideologia ocidental que ainda limita a população negra em vários âmbitos.

Intitulada como “Oficina de Leitura Crítica da Mídia com Gênero e Raça – com quem podemos contar?”, a oficina teve as inscrições abertas ao público. Cerca de 20 mulheres – negras em sua maioria – estiveram reunidas no Centro de Cultura Luiz Freire, no Sítio Histórico de Olinda, para discutir como as mulheres negras eram percebidas, abordadas e convidadas pelas mídias tradicionais e independentes.

Para esse evento, eu e Mariana optamos por utilizar a apresentação nos slides para evidenciar teorias e regulamentações que ancoram e ancoraram o exercício dos veículos de comunicação de massa como estava posto à época. Essa opção se deu por entendermos que a partir dessa base seria possível não só que nós, facilitadoras da oficina, poderíamos puxar alguns exemplos, como também as participantes. Tivemos êxito nesse sentido, ao ponto de a discussão ter saído dos slides e ficar focada nos exemplos que tocaram as participantes de modo mais sensível. Mesmo assim, entendemos que foi importante preparar esse material com o intuito de demonstrar que o que elas assistem, ouvem e leem é, de fato, uma questão a ser solucionada mesmo dentro da área da Comunicação Social.

Mulheres jovens e adultas eram a maioria das participantes e o sentimento de segurança e empatia as deixou bem confortável para expor como as mídias impactaram questões de saúde mental e autoestima delas e de pessoas negras próximas do seu convívio desde cedo. A certeza não só de escuta sem resistências, como também de empatia, acolhimento e identificação possibilitou que a discussão flutuasse entre a exposição das análises, documentos e pesquisas que embasam a metodologia de Leitura Crítica da Mídia e os diversos gêneros comunicacionais. Do jornalismo ao entretenimento.

## Oficina 02 – 15 e 16 de julho de 2019

Através de um convite do projeto Usina de Valores, estive com a jornalista negra paulistana Semayat Oliveira ministrando a oficina “Jornalismo de gênero, raça e memória: narrativas além da grande mídia”. Foram dois dias de encontros presenciais no centro do Recife, em que pudemos apresentar como trabalha o jornalismo despreocupado com a falaciosa imparcialidade e que põe os valores que acredita à mostra. Na ocasião, o jornalismo independente que faz a cobertura de gênero, raça e territórios periféricos estava em maior evidência.

Em 2019, a comunicação independente já tinha muita força, mas não tinha tanta evidência como conquistou durante a pandemia da covid-19. Então, nesse cenário, eu e Semayat apresentamos como os veículos independentes trabalhavam, alguns produtos e também a repercussão deles. Com foco no jornalismo de gênero, raça e território, apresentamos o Nós, Mulheres da Periferia (SP) e o Afoitas (PE), organizações tocadas por mulheres negras, periféricas e comunicadoras, que entendem a importância de retratar realidades que podem ser mais particulares do que universais, mas ainda assim bem importantes para a garantia da cidadania das vidas nos espaços mais periféricos da cidade.

A partir disso, nós também provocamos os participantes a refletir sobre como esse tipo de comunicação e fazer jornalístico se ocupa também de preservar memórias, assim como de criar registros e referências para que outras pessoas que se sintam tocadas possam criar seus próprios projetos com base nisso. Inevitavelmente, e a nível de comparação, as abordagens das mídias tradicionais foram lembradas de modo a conferir e reforçar a importância do trabalho que as mídias independentes têm feito a partir da lacuna que existe.

O trabalho de positivar e registrar as memórias de atores sociais que são cotidianamente descartados pelas emissoras e redações de veículos tradicionais evidencia, também, como a história oficial perde em invisibilizar e vulnerabilizar determinados grupos sociais que têm muito a contribuir para o avanço de uma sociedade democrática.

Nessa ocasião, estava presente uma maioria de mulheres negras e todos os participantes eram atuantes na área da Comunicação ou do Movimento Negro.

### Oficina 03 – Março de 2022

A convite da ONG Etapas, ministrei uma oficina sobre redes sociais para integrantes da Federação Ibura Jordão (FIJ), organização comunitária que atua nos bairros Ibura e Jordão, na zona sul do Recife. O objetivo era realizar uma formação sobre mídias sociais para que os integrantes da organização pudessem definir de que formas atuavam através das redes sociais. Foram três dias de encontros, com cerca de seis participantes: duas pessoas eram membros fundadores da Federação e as demais eram jovens e adolescentes dos bairros atendidos pela organização.

Sendo esta uma atividade que aconteceu tanto tempo depois das Jornadas de Junho de 2013, em que houve um fortalecimento das redes sociais no geral, e também em momentos finais dos anos mais críticos da pandemia da covid-19, em que a comunicação independente de fato se consolidou, foi preciso ressaltar essa trajetória com os participantes. Afinal, eles estavam entendendo de que modo poderiam tornar a estar presentes no meio digital.

A FIJ já realiza um trabalho de comunicação offline muito potente. Na sede da organização, é possível encontrar jornais e folhetos com informações sobre a história dos bairros, serviços, atividades realizadas e outras informações. A ideia seria entender como essa atuação poderia estar também no campo da internet.

A formação começou com uma análise do histórico da atuação da tv e do rádio e do gradativo aumento da importância das redes sociais na formação da opinião pública, sobretudo, do público infantil, adolescente e jovem. Por fazerem parte de um território que há décadas sofre com a estigmatização da violência, os participantes se empolgaram em falar sobre como a tv e algumas páginas do Instagram corroboram com essa imagem negativa do Ibura e do Jordão. Expondo, assim, qual o tipo de comunicação de que sen-

tem falta para falar sobre os bairros onde moram.

Nesses três dias, um ponto que ficou muito evidente foi como a questão da intergeracionalidade, ou seja, a interação das pessoas de diferentes gerações, é um desafio. Isso porque a internet, como dito anteriormente nesse artigo, parece ser universal, mas ainda não é. A relação de proximidade que pode ser desenvolvida depende de fatores sociais como território, renda e ocupação profissional, por exemplo.

### Oficina 04 – Agosto de 2022

Em agosto de 2022, aconteceu o #Colabora de Inclusão e Diversidade, programa de trainee do Projeto Colabora em parceria com o International Center for Journalists (ICFJ) com apoio da Meta e da Associação de Jornalismo Digital (Ajour). Ao todo, 50 participantes foram selecionados e a turma era formada por estudantes de jornalismo e jornalistas negros, indígenas e de periferias de todo o Brasil. Fui convidada para ministrar o módulo sobre Mídias Digitais para Jovens Lideranças Comunitárias e pude, mais uma vez, apresentar o cenário de falhas que a comunicação de massa tem tentado sanar, mas que é superado tanto em rapidez como em efetividade pela comunicação de nichos, que são as redes sociais e seus influenciadores e produtores de conteúdo lidando mais diretamente com seu público.

Em se tratando de uma turma de comunicadores, foi possível reservar um tempo para apreciar e analisar as diferentes formas em que os veículos e projetos de Comunicação Independente têm conseguido trazer suas pautas e se fazerem vistos e percebidos, com o intuito de oferecer diferentes referências de formato, metodologia, conteúdos regionais enquanto pautas nacionais, e outros fatores que são ousados em inovar o compartilhamento das informações.

A partir dessa exposição, foi iniciada uma conversa muito próspera sobre a atuação dos veículos e as brechas e oportunidades que as pessoas periféricas podem aproveitar para fazer a diferença na produção e consumo das informações para pessoas que nem elas. Também foi possível realizar trocas constantes sobre erros, acertos e projeções futuras de uma comunicação independente e tradicional.

Mesmo sendo uma turma de comunicadores, as queixas e depoimentos foram similares aos das turmas que eram formadas por pessoas que não eram da área, com as quais já tive a oportunidade de trabalhar. O que atravessa essas pessoas, na verdade, não é tanto com o que elas trabalham ou estudam, mas de onde elas vêm. Quais as barreiras sociais que tiveram que enfrentar para poder atuar profissionalmente e pensar como realizar transformações sociais para seus pares.

## Algumas conclusões

Em nível de comparação, as oficinas recolheram indagações e indignações que são similares. A falta de representatividade e veiculação de conteúdo informativo de qualidade – inclusive em se tratando de entretenimento – é gritante para qualquer um que ligue a tv no horário nobre. O nível de escolaridade interfere menos do que se espera na formação de capacidade crítica de leitura de mídia. É a vivência das pessoas que deixa nítido o quanto as mídias de massa impactam no dia a dia das favelas e periferias brasileiras. Não é preciso ter diploma para perceber o quanto os programas policiais ou as páginas do Instagram reforçam o estereótipo de violência do seu bairro e, assim, da sua própria presença nos lugares. E é nesse sentido que as Oficinas de Leitura Crítica da Mídia podem servir como uma ferramenta de comunicação antirracista. Ao mesmo tempo em que deixam mais nítidas as falhas dos veículos de comunicação de massa e expõem as violações que acontecem cotidianamente e que são naturalizadas por profissionais e espectadores, destacam o trabalho de organizações independentes em fazer essa contranarrativa que é necessária.

Como pontuado, nem todos os eventos que citei eram direcionados exatamente para esse momento de análise das atividades das tvs, rádios, redes sociais e outros meios de comunicação, mas eles só ganhariam em profundidade no debate com a inclusão dessa metodologia de discussão sobre como tem sido exercido o trabalho da Comunicação Social. Em 2020, com a pandemia do coronavírus e o isolamento social, a relevância das redes sociais e da in-

ternet se consolidou de modo ainda mais acelerado. O que se percebe ao comparar as oficinas de 2019 e 2022 é também o foco dado às redes sociais. A quantidade de tempo dedicado a discutir sobre o espaço que as redes sociais têm tomado na vida de cada um/a dos/as participante aumentou significativamente nas oficinas realizadas no ano pós-pandemia. Não quer dizer que a televisão perdeu seu posto de principal meio de comunicação do Brasil, mas que agora tem uma forte concorrente real. Caso a internet fosse de acesso universal, as redes sociais poderiam tomar o topo desse ranking em pouco tempo e esse fator talvez explique o porquê de hoje, por exemplo, existirem estratégias de divulgação do Big Brother Brasil exclusivas para redes sociais. Nessa ocasião, para a edição de 2023, além dos programas do quadro da TV Globo, também tivemos cobertura via stories sobre o BBB23 de influenciadores com alto alcance e comunidades fortes na plataforma do Instagram.

Ao perceber as possibilidades que a internet, as redes sociais e os dispositivos móveis oferecem, a quantidade de profissionais da informação que atuam de forma autônoma e mais individual cresce de forma nichada, o objetivo é ser forte na sua própria bolha e não tanto tentar furá-la. Para informar, não necessariamente é preciso ter diploma e isso traz questões sobre como esses profissionais podem tratar a Comunicação Social muitas vezes de forma antiética, mas também como eles podem utilizar estratégias que atraem mais a audiência para consumir seus conteúdos. Muitos jornais tradicionais têm aprendido com páginas de “meme” *trends* para construir sua autoridade em redes sociais específicas, por exemplo.

A publicidade segue sendo um personagem importante em meio a tudo isso. São as *publis* o grande foco dos influenciadores e produtores de conteúdo e são esses influenciadores e produtores de conteúdo a possibilidade de um alcance efetivo para as marcas. Esse é um mercado que circula uma quantidade de recursos muito grandes, o que acaba por facilitar que as pessoas sigam tendo não só suas opiniões e percepções de mundo direcionadas e guiadas, mas também seus padrões de consumo. E nesse ponto é importante pontuar que é preciso ter criticida-

de também quanto a como o mercado publicitário pode engessar ou direcionar opiniões públicas sobre questões que estão nas ordens das relações étnico-raciais. Um exemplo desse ponto é sobre como o cabelo natural foi tratado pelas marcas por determinados anos e como hoje já se vê uma valorização do cabelo trançado, com lace ou cabelos orgânicos em detrimento, novamente, do cabelo natural. Falo sobre algo como interferir demais nos critérios do que seria nosso orgulho de ser negro.

Mesmo com as diferenças e as inovações, os cenários da Comunicação Social seguem demandando que haja uma legislação ou algo nesse sentido que direcione e fiscalize de que forma os veículos e projetos têm trabalhado a informação que é publicada. A Redemocratização das Mídias ainda é urgente.

No início de 2023, foi criado pelo Governo Federal o departamento de segurança nas redes e educação midiática, um setor que deve ser dedicado a pensar e viabilizar que as pessoas sejam aptas a interpretar as formas pelas quais as mídias sociais trabalham. Até lá, projetos como o Educamídia, que faz parte do Instituto Palavra Aberta e que se dedica a facilitar formações para professores e comunicadores relacionados à Educação Midiática, serão essenciais na garantia de transformações positivas na sociedade a curto, médio e longo prazo.

## Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jan. 2023.
- CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. **Manual Prático (muito prático mesmo) do Direito Humano a Comunicação**. Olinda: CCLF, 2017a. Disponível em: <http://cclf.org.br/project/manual-pratico-muito-pratico-mesmo-de-direito-humano-a-comunicacao/>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE (CCLF). **Manual Prático (muito prático mesmo) de Leitura Crítica da Mídia**. Olinda: CCLF, 2017b. Disponível em: [https://issuu.com/oikabumrecife/docs/manual\\_pr\\_tico\\_visualiza\\_\\_o\\_web](https://issuu.com/oikabumrecife/docs/manual_pr_tico_visualiza__o_web). Acesso em: 13 jan. 2023.
- MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipelago, 2022.
- NUNES, Eduarda. Como a covid-19 prejudica o acesso da periferia às universidades. **Estadão**, São Paulo, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/na-perifa/covid-19-prejudica-o-acesso-da-periferia-as-universidades/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Genebra: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- SILVA, Tarcízio. **Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. Blog do Tarcízio Silva**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>. Acesso em: 6 jul. 2023.

# Sankofa em Prática: Comunicação e Educação Antirracista em Bagé (RS)

Andréa de Carvalho Pereira, Andressa Pinto da Costa, Arthur Teixeira Ernesto, Elenara Oliveira Lami, Elimara Gonçalves, Marina Rodrigues Lopes, Maurício Nunes Macedo de Carvalho, Rosana RodrigueLopes\*

## Introdução

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão, em 1888. Esta ação não foi seguida de políticas públicas de inclusão do contingente de pessoas negras na sociedade. Muito pelo contrário, não receberam condições para morar, estudar ou trabalhar de forma digna, passando a viver à margem das cidades onde tais desigualdades sociais foram perpetuadas desde então. Podemos citar Andrade, Nicolaides e Mota (2021), que tratam sobre a temática, discorrendo sobre as inconsistências entre o ideal e real vivenciadas pela população negra, pós-libertação, de uma forma esclarecedora e concisa, já que a abordagem menciona a pós-covid, que evidencia o cenário de desigualdade social. Logo, a busca por representatividade negra em diferentes profissões, nas universidades e em cargos de alto nível, é de

suma importância para identificação e engajamento de pessoas negras nos diferentes âmbitos da sociedade. Para que seja possível essa realidade, uma comunicação antirracista tem que primar pela eficiência e efetividade continuada. A comunicação antirracista compreende um processo no qual as pessoas têm o propósito de entrar em contato com outras, através de fatos, ideias, comportamentos ou pensamentos, sem dar continuidade a estereótipos ou pré-concepções de grupos que estão à margem sob algum aspecto, destacando, nesse contexto, negros e negras. Corroborando essa perspectiva, Machado (2022) nos diz que:

\***Andréa de Carvalho Pereira** é coordenadora do Neabi Oliveira Silveira, Bibliotecária, Especialista em Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura pela FURG; Especialista em Gestão em Arquivos pela UFSM; Mestra em Educação pela UNIPAMPA.

\***Andressa Pinto da Costa** é especialista em Educação e Diversidade Cultural; Membro Neabi Oliveira Silveira; Ativista do Movimento Enegrece; Pesquisadora da Temática Mulheres Negras.

\***Arthur Teixeira Ernesto** é graduando do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela UNIPAMPA; Membro do Neabi Oliveira Silveira; Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET- Letras Bagé).

\***Elenara Oliveira Lami** é graduada em Secretariado Executivo Bilingue pela URCAMP; Secretária Executiva da UNIPAMPA; Membro Neabi Oliveira Silveira.

\***Elimara Gonçalves** é graduada Tecnóloga em Gestão Pública; Servidora Pública na Unipampa; Membro Fundadora do Neabi Oliveira Silveira; Coordenadora Regional do Consórcio Nacional de NEABIS.

\***Marina Rodrigues Lopes** é graduanda em Letras – Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas pela UNIPAMPA; Membro do Neabi Oliveira Silveira.

\***Maurício Nunes Macedo de Carvalho** é professor de Engenharia da Produção UNIPAMPA; Mestre em Engenharia da Produção pela UFSM; Doutor em Engenharia da Produção e Sistemas pela UNISINOS; Membro Neabi Oliveira Silveira.

\***Rosana Rodrigues Lopes é Professora.** Graduada em Letras pela UNIPAMPA; Membro do Neabi Oliveira Silveira.

“ Uma comunicação antirracista é, em primeira análise, aquela que reconhece que vivemos em um país em que o racismo é presente na sociedade. Assim, combate-se a percepção estrutural de que muitos brasileiros não se entendem como racistas, por isso evitam problematizar esse tema. Sem reflexão, não há enfrentamento e o panorama de exclusão perdura.

Observando esse cenário, nós entendemos, enquanto grupo, que sem um combate efetivo, através de ações e posturas que remetam à comunicação antirracista, não será possível erradicar práticas que enfatizam a discrepância social existente.

Para tanto, a empatia é uma ferramenta que auxilia também em uma nova construção intelectual, podendo deixar um registro histórico para uma sociedade atual e também futura, visto que tivemos nossas epistemologias negras apagadas, ou, podemos dizer poeticamente, não contadas. Para Veiga (2019), podemos verificar essas questões através da necessidade de reavaliar questões relacionadas, já que:

“ O resgate da autoestima e do senso de valor de sua história e de seu povo não é suficiente para expurgar os efeitos do racismo na subjetividade e no cotidiano dos negros e negras. Pensar que se livrar das mazelas que o racismo produz é um trabalho apenas psicológico é perder de vista toda a engrenagem social que perpetua a supremacia branca e reproduz violências aos corpos negros. Destruir o racismo implica destruir o mundo tal como ele se encontra agora. O trabalho sobre si, o autocuidado – tão importante para que sigamos com saúde mental num mundo que quer nos exterminar – é ferramenta de fortalecimento para o confronto permanente com a realidade social do racismo.

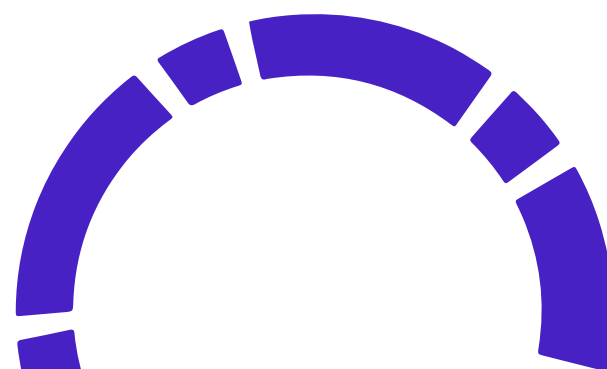
O apagamento de nossas epistemologias colocou por muito tempo o sujeito negro como objeto de estudo, porém não é suficiente uma análise distanciada. Hoje, nós vamos além, e nos colocamos como

sujeitos epistemológicos. A linguagem também é poder. Por isso nos é de suma importância nos comunicarmos de forma a sermos entendidos, e estabelecer não somente uma política de comunicação antirracista, mas elaborar e colaborar com práticas que possam combater e excluir práticas discriminatórias que minimizam a dor dos indivíduos e acabam por perpetuar a invisibilidade de suas necessidades e ambições.

Vivemos em um contexto social, financeiro e político que, apesar de todos os anos de luta, não reflete as necessidades de uma sociedade diversa, racialmente falando. De acordo com Silva (2021), vivenciamos várias espécies de racismo, e é nítida quem é a parcela dos cidadãos que são afetados por esse sistema. Djamila (2017) também traz esse contexto neste aspecto no seu livro *O que é lugar de fala?*, já que o cotidiano da população negra está voltado para várias situações que a discriminam e a impedem, desde a mais tenra idade, de alcançar posições de destaque em qualquer nível social, escolar, esportiva ou profissional, com algumas exceções, direcionadas principalmente ao esporte (geralmente futebol).

Logo, a perspectiva de evolução vai decaindo ao longo do amadurecimento de negros e negras, impelindo-os para posições e atividades em que a subserviência predomina, muitas vezes sendo humilhados tão somente em função da cor da sua pele.

Considerando esse cenário, nós, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena Oliveira Silveira (NEABI Oliveira Silveira, UNIPAMPA, Campus Bagé), resolvemos fazer um planejamento de atividades pautadas na disseminação de uma educação antirracista, combatendo essas desigualdades tão significativas e danosas, tanto no nível da comunidade acadêmica da universidade como também nas escolas estaduais e municipais da cidade de Bagé.





## Construindo o NEABI

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) foi criado no segundo semestre do ano de 2017, de acordo com a resolução 161/2016 do Consuni. A Professora Sátira Machado foi sua primeira coordenadora e o Prof. Thiago da Silva, vice-coordenador. Os demais membros do grupo de estudos eram Docentes, Discentes e Técnicos de Assuntos Educacionais (TAEs) do Campus Bagé e também da Reitoria da Unipampa. Após muitas reuniões, chegou-se a um consenso em relação ao nome do NEABI. O grupo decidiu levar o nome do poeta Oliveira Silveira, considerando sua origem e sua militância no Movimento Negro e na Educação. O Neabi obteve a aprovação da filha de Oliveira Silveira para a denominação do grupo, e então começaram as atividades desenvolvidas no sentido não apenas de estudar, mas também de propagar a concepção de uma educação antirracista, comunicando e debatendo sobre a temática de forma mais explícita e consistente.

A resistência em desenvolver a temática de forma mais ampla e coesa tem sido uma premissa verdadeira tanto no ambiente universitário quanto no das escolas públicas.

Analisando esse cenário, foram organizadas atividades em parceria com Núcleos de Pesquisa de forma interna e externa: Curso de Música, NULI – Núcleo de Formação do Leitor Literário, PET-LETRAS – Programa de Educação Tutorial, CPERS e ABADÁ CAPOEIRA, buscando a desconstrução de um cenário inóspito para que se trate a temática racial, como de fato tem se mostrado, combatendo a agressividade e a falta de inclusão geradas pela institucionalização do racismo nos ambientes de ensino citados, que deveriam propagar a inclusão e desenvolvimento intelectual e cultural daqueles que os frequentam, e não uma cultura de exclusão que instiga a evasão escolar em qualquer nível educacional.

Os grupos parceiros do NEABI também fazem parte da formação ampla do acadêmico no que diz respeito aos compromissos éticos e sociais necessários à formação cidadã do futuro profissional. A diversidade

de áreas abordadas envolvidas nos permite planejar atividades que tratem dos aspectos desejados, alternando práticas para despertar o interesse dos envolvidos e alcançando o objetivo de debate e comunicação de questões antirracistas. Cabe ressaltar que o projeto acaba incorporando a premissa da política nacional de extensão universitária, já que se propõe a:

**[...] reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade. (BRASIL, 1999)**

O desenvolvimento do projeto transcorreu durante todo o ano de 2022, com atividades que visavam o debate e reflexão dos atores envolvidos (escolas e universidade, docentes, discentes, comunidade externa). A movimentação e conscientização não se dão ou se darão apenas com estudos e levantamento de dados, mas também com ações que possam suscitar a pretensão e preocupação de alterar a realidade que nos é imposta a cada dia.

Nós, como um grupo de pesquisas, coletamos dados de cada ação desenvolvida para que possamos então traçar um cenário, onde constam os pontos fracos e fortes para trabalharmos as questões raciais e combater o preconceito. Para tanto, a educação antirracista deve ser promovida desde a mais tenra idade. Por essa razão, envolvemos também crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, abordando questões que muitas vezes elas presenciam ou vivenciam, incutindo uma visão crítica sobre a aceitabilidade destas.

As atividades foram planejadas conforme a faixa etária, nível de escolaridade e disponibilidade não apenas do grupo, mas também dos integrantes parceiros. Considerando as habilidades, nós estabelecemos que, para o ensino infantil e ensino fundamental, seria aplicada a atividade de contação de

histórias, buscando uma forma lúdica de abordagem através de obras como o livro *A África da dona Biá*, de Fábio Gonçalves Ferreira, e *Amoras*, do Emicida. Além disso, o Cine Debate foi trabalhado com o ensino fundamental e anos iniciais com o curta *Dudu e o Lápis Cor da Pele*. Com os anos finais e ensino médio, trabalhamos o filme *Dois Estranhos*. Após cada atividade, promovíamos conversas para que se percebesse o entendimento de quem estava assistindo e se havia identificação com situações vivenciadas pelos personagens.

Desta forma, através de relatos dos ouvintes que participaram das atividades, foi importante observarmos as narrativas dos sujeitos sobre as suas histórias com casos e atos de racismo, pois trouxe uma perspectiva de realidade para quem acompanhava a atividade. Conforme Ribeiro (2017), desigualdade de oportunidades a que diferentes grupos são submetidos passa, também, a maneira de conhecer, bem como a sistematização desses conhecimentos, ou seja, as epistemologias:

**As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. (RIBEIRO, 2017)**

Quando nos dispusemos a dar liberdade aos participantes para que eles pudessem expor suas vivências, buscou-se conferir um “lugar de fala” ao interlocutor, o que para Ribeiro (2017) remete a uma ênfase ao lugar social ocupado pelos sujeitos numa matriz de dominação e opressão, dentro das relações de poder, isto é, às condições sociais (ou *locus* social) que autorizam ou negam o acesso de determinados grupos a lugares de cidadania.

## NEABI nas escolas

O intuito primordial do NEABI é promover esses debates de forma que quem participa das atividades possa perceber todas as situações que são vivenciadas no dia a dia, como enfrentar e combater de forma efetiva cada um dos obstáculos impostos tanto social como institucionalmente. As escolas foram selecionadas por meio de contatos feitos através de um trabalho já desenvolvido anteriormente, em que nós do grupo, com a 13ª. Coordenadoria de Educação da Cidade de Bagé, construímos um Fórum Regional Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do RS (2019-2020). Também fizemos uma parceria com o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) da cidade. Então, a partir da disseminação das nossas propostas, nós fomos procurados para trabalhar a temática relacionada, vindo ao encontro da proposta das ações que queríamos.

As escolas que atendemos através de um agendamento prévio foram: Escola Municipal de Educação Infantil, Escola Municipal de Ensino Fundamental, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio. Foram visitadas cinco escolas estaduais, duas municipais, e realizadas quatro atividades no Campus da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Campus Bagé, sendo que, na Universidade, algumas foram no formato híbrido, visando um alcance de público maior. No total, durante o ano de 2022, foram desenvolvidas atividades com 1.323 discentes, docentes e comunidade externa, recebendo como *feedback* o convite de retorno para um novo ciclo no ano de 2023. Além disso, outras escolas ofereceram parceria para atividades junto ao Neabi.

Cabe ressaltar que as escolas não foram visitadas apenas uma vez, já que algumas têm todo o ciclo da educação infantil, ensino fundamental e médio, e foram realizadas na modalidade presencial. O retorno às escolas se dá para que seja possível dar continuidade à proposta, pois, ao contrário, seriam ações isoladas. Outra justificativa para o retorno é para que possamos, através de novas propostas de debates, averiguar de forma presencial, após as avaliações

das atividades, quão efetivas estão sendo as ações implementadas nas escolas, identificando pontos positivos e negativos.

Observamos a concepção de ensino de Freire (1921-1997), que primava pela educação voltada e preocupada com os problemas contemporâneos e também no que dizia respeito ao estímulo do desenvolvimento de uma consciência crítica.

Partindo dessa premissa, o Neabi Oliveira Silveira buscou subsídios para que fosse possível uma associação com propostas que levassem os envolvidos no processo a uma percepção da sua realidade e de como amenizar os impactos da desigualdade não apenas racial, mas também social e financeira.

Destacamos que trazemos Freire para essa exposição devido a sua proposição voltada para uma fundamentação humanista ao se voltar para a educação como sendo um ato criador/criativo, já que visa proporcionar ao indivíduo autonomia, uma consciência crítica e também a capacidade de decisão (COUTO, 1999). A mobilização e movimentação coletiva permitem que ocorra um fortalecimento de políticas que compreendam práticas norteadoras de uma real mudança no âmbito do desenvolvimento e inclusão social.

A primeira atividade de contação de histórias com a educação infantil se deu com o livro *A África da dona Biá*, de Fábio Gonçalves Ferreira. A interação se deu de forma natural e lúdica, já que a obra traz muitas gravuras coloridas e as crianças se encantaram pela viagem que se deu através da narrativa aplicada.

**Muito se fala sobre como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de que há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Quero dizer: não são os ativismos**

**do lugar de fala que instituem o regime de autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. (MOMBAÇA, 2017).**

É importante destacar que as crianças não têm muitas oportunidades de contato com uma literatura voltada para essa temática, e que foi interessante observar o quanto elas se mostraram atentas, participaram, interagiram. Foram consideradas suas vivências e as relacionamos com as narrativas que estávamos apresentando. Quanto ao livro *Amoras*, do Emicida, a apresentação também envolveu os participantes, de forma a trazer uma proposta de conscientização não apenas para crianças negras, mas também para as que não são negras.

A boneca Dandara foi inserida no contexto da contação, e depois passou pelas mãozinhas das crianças, que ficaram encantadas com a cor e articulação, sentindo-se mais próximas de nós, inclusive (Figura 1). O curta *Dudu e o lápis cor da pele* traz a possibilidade de conversarmos e nos aproximarmos com eles de forma mais leve, tirando um pouco do impacto que a temática por si só traz na sua contextualização, conversando e solicitando a sua interpretação da narrativa que foi apresentada.

Percebemos que apresentar e interagir, aplicando uma linguagem infantil, aumentaram a identificação com o personagem, trazendo questões que não são tratadas no dia a dia como sendo significativas, muitas vezes mascaradas em “tom de brincadeira”, mesmo que saibamos o quanto a “cor da pele” acaba influenciando uma série de decisões e situações de aceitação e sucesso acadêmico, social e profissional.



Figura 01 Boneca Dandara e Escola Municipal de Ensino Fundamental

Destacamos que a condição social é de extrema vulnerabilidade, não somente financeira, mas também intelectual, no que tange ao suporte extraclasse de materiais alusivos a essa temática. Esse tipo de cenário pode afetar diretamente não apenas o aprendizado, mas também a execução de toda e qualquer atividade proposta. Essa realidade foi detectada através da indicação prévia das supervisoras e também pela falta de material básico, muitas vezes contando com o que nós levávamos para o desenvolvimento da proposta.

Os alunos, antes de iniciarmos a projeção, tinham que idealizar um personagem, pensando em sua realidade, como eles imaginariam o personagem do curta, somente com a informação de que era um menino. Então entregamos um esboço com um esqueleto do personagem para que completassem como quisessem, dando um nome e se identificando (Figura 2).



Figura 02 Atividades realizadas com os discentes do Ensino Fundamental

Trouxemos para o contexto dos envolvidos uma proposta que não faz parte do seu cotidiano, então geramos uma expectativa mesmo antes de iniciarmos a tarefa. Podemos destacar que houve interação, todos os presentes participaram da atividade de completar o esboço do personagem e, ao serem questionados, mostraram-se atentos a perguntas sobre a mensagem que trazia a historinha ou o curta.

Nós levamos tanto o esboço dos bonecos como também lápis de cor, inserindo outros tons que antes não tinham disponibilidade no mercado, e que as escolas públicas, que têm grande carência de materiais ligados ao desenvolvimento artístico e lúdico, nem sempre podem oferecer. Apesar de toda a carência estrutural, houve uma integração e resposta aos estímulos de reflexão e debate apresentados pelo grupo, denotando, desta forma, que o objetivo de trazer a possibilidade de debate e conscientização obteve êxito no sentido da proposta de discussão de uma temática muitas vezes ignorada e não abordada dentro da sala de aula, principalmente nas escolas públicas da cidade, fora do período de novembro, quando a busca por atividades aumenta significativamente.

Ao desenvolver as atividades lúdicas, esses dois trabalhos são os que mais se aproximam do personagem principal, Dudu, do curta *Dudu e o lápis cor da pele*. Identificamos nessa escola que não há uma identificação dos alunos com o personagem, considerando que, em uma das turmas de 20 alunos, apenas dois pediram ou pintaram da cor que identificavam como negros, num grupo em que havia um número significativo de meninos e meninas negras neste dia.

## NEABI e ABADÁ Capoeira

A ancestralidade através do esporte nem sempre é abordada, pois a capoeira se destaca como um esporte, e não como uma prática específica, devido a sua disseminação no país. Ambicionando trabalhar a temática no sentido de história e ancestralidade, trouxemos um evento em parceria com o ABADÁ Capoeira (figura 03), no sentido de demonstrar o quanto a inclusão social também se dá pela capoeira. Trou-

xemos a discussão da comunicação antirracista para a universidade com o intuito de atender a proposta de trazer para o debate acadêmico de forma efetiva.

« [...] temáticas de raça e racismo [que possam] [...] ser vinculadas a todos os campos de conhecimento. Se na universidade, esses temas foram abordados de maneira tímida, na vida profissional isso não pode mais ser repetido, sob pena de trazer prejuízos para a empresa contratante e contratados. É preciso se qualificar para suprir as lacunas do passado e evitar novos erros, sobretudo os que têm penalização legal. (MACHADO, 2022, grifo nosso).

Nesse sentido, uma outra vertente abordada pelo grupo consiste na ideia de que o esporte tem sido inserido no contexto escolar, a nível de contribuição social. Considera-se essa característica para que os alunos tenham contato com a movimentação corporal, prática que usualmente não é possível, devido à situação de vulnerabilidade social, identificada em muitas escolas.



Figura 3 Abad  Capoeira: Batizado e Troca de Cordas

Ao trazer o evento para dentro da universidade, a inten o foi espelhar e disseminar a importância histórica desse esporte que foi marginalizado em vários momentos da trajetória dentro do país.

Com um número significativo de alunos e alunas negros e negras, a inser o social através do esporte aumenta a aceita o da popula o marginalizada, e mostra a possibilidade de inser o social. Torna-se necessário observar que o futebol não consiste e não deve ser a única alternativa possível.

## NEABI e Cinema na Universidade

Como forma de provocar a reflexão de todas as pessoas que circulam pela universidade e trazer este tema para o centro da discussão, o Neabi Oliveira Silveira articulou entre seus componentes e gestores do Campus Bagé a instala o de um estande no hall de entrada do Campus (Figura 04). Nele foi disponibilizado um painel em tecido branco, onde todos poderiam, de livre escolha, deixar seu comentário a respeito do tema, expondo suas angústias, desejos e reflexões críticas sobre o preconceito racial e suas diferentes facetas.

A proposta se voltou para o impacto visual e sonoro dos documentários e filmes transmitidos, buscando



Figura 4 Estande alusivo ao Novembro Negro "Sankofa"

novas formas de comunica o antirracista, no sentido da desconstru o da ideia convencional. Durante este período, e no mesmo local, foram exibidos documentários, entrevistas e filmes, ininterruptamente, que tratam desta temática, expondo as diferentes facetas existentes do preconceito racial e como ele foi retratado ao longo dos séculos em filmes nacionais e internacionais reconhecidos por sua relevância e premia es. Entre os filmes exibidos, relacionam-se:

**Amistad (1997)**, direção de Steven Spielberg com roteiro de David Franzoni;  
**Crash: No limite (2004)**, direção de Paul Haggis com roteiro de Paul Haggis e Bobby Moresco;  
**12 Anos de Escravidão (2013)**, direção de Steve McQueen e roteiro de John Ridley;  
**42: a história de uma lenda (2013)**, direção e roteiro de Brian Helgeland;  
**Cara Gente Branca (2014)**, direção e roteiro de Justin Simien;  
**Selma: uma luta pela igualdade (2014)**, direção de Ava DuVernay e roteiro de Paul Webb;  
**Estrelas Além do Tempo (2016)**, direção de Theodore Melfi e roteiro de Allison Schroeder e Margot Lee Shetterly;  
**Raça (2016)**, direção de Stephen Hopkins e roteiro de Anna Waterhouse e Joe Shrapnel;  
**Corra (2017)**, direção e roteiro de Jordan Peele;  
**Green Book: O Guia (2018)**, direção de Peter Farrelly com roteiro de Nick Vallelonga e Peter Farrelly;  
**Infiltrado na Klan (2018)**, direção e roteiro de Spike Lee;

Entre os seriados de TV, foi exibido o programa Sexta Black, que propõe diálogos sobre a diversidade étnica e racial no Brasil. O programa apresenta quatro temporadas disponíveis no Globoplay e é exibido pelo canal de TV fechada GNT.

## Roda de Conversa Papo com as Pretas

A proposta foi trazer uma discussão com mulheres que têm um papel significativo na sociedade da cidade de Bagé. Mulheres negras apresentando seu ponto de vista sobre dificuldades enfrentadas e como vencer as barreiras que são impostas frequentemente.

Nesse dia, foram realizadas duas rodadas de apresentações e discussões. A primeira parte do debate foi exposta pelas convidadas, representando as profissões e cargos de advogada e vereadora, em que ambas relataram as suas vivências como mulheres e

as suas ocupações em cargos de poderes que são majoritariamente ocupados por homens, principalmente, por sujeitos-brancos.

Já a segunda parte da discussão foi exposta pela ialorixá, pela Mestra em Educação e pela Coordenadora da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, também trazendo as suas vivências como mulheres negras, explorando o aspecto da educação, em que sofrem os preconceitos dentro do ambiente de trabalho por conta das suas religiões, e dentro da academia/universidade por conta dos seus interesses de pesquisas.

Cabe ressaltar que, na cosmovisão do candomblé, acredita-se na troca, acredita-se em Exu. Dentro dessa perspectiva, Exu é diferente de Oxalá, porém eles dançam no mesmo xirê, formando a roda que gira em prol da vida.

Com essas tecnologias ancestrais em discussão, é possível entender que precisamos, sim, ser pacíficos, ou seja, trabalhar para a paz acontecer nem que para isso sejam necessárias várias lutas. Porém, isso não tem nada a ver com ser passivo. São realidades que precisam ser trazidas para a academia, não apenas no âmbito social.

A presença no evento da coordenadora nacional da Rede Nacional de Mulheres Negras de Combate à Violência, Silvana Veríssimo, mostra de forma significativa que as ações voltadas para a discussão da temática racial de enfrentamento ao racismo nos espaços educacionais, formais e não formais, precisam ser permanentes.

Quando se aborda quem sofre violência em nosso país, é imprescindível destacar que tem cor, sexo, que são pessoas de baixa renda e de identificação religiosa de remanescência africana na sua grande maioria.

Como organização feminista, a Rede Nacional de Mulheres Negras de Combate à Violência atua nas cinco regiões do Brasil. Há 15 anos, sua participação traz um âmbito nacional para o debate. Entre os seus objetivos, consta denunciar toda forma de violência e

violação de direitos sofrida por jovens e mulheres negras; oferece de forma gratuita seminários, audiências públicas, cursos de capacitação sobre a Lei Maria da Penha, entre outros.

A ética institucional da Rede contempla o “combate e enfrentamento a todas as formas de violência e discriminações, racismo, ao tráfico de seres humanos, trabalho escravo, patriarcado, fundamentalismo, opressões, lesbofobia, lgbtfobia, transfobia, machismo, sexismo, violações de direitos civis e humanos”. Esse é um aspecto que resolvemos trazer para o conhecimento e debate acadêmico.

Quando nos voltamos para a comunicação antirracista, é necessário observar esses aspectos também, no sentido de identificar a fragilidade inserida nesse nicho social, e, dessa forma, não somente alertar, mas também destruir qualquer forma de propagação dessa prática inadmissível de violência direcionada para as mulheres.

Durante este curto espaço de tempo que estiveram conosco, a coordenadora nacional e Yá Carmen compartilharam momentos difíceis que mulheres negras enfrentam em outros locais de militância. Elas enfatizaram a relevância da criação de uma rede de apoio às mulheres negras que ocupam espaços de decisão e controle social, a qual deve ser substancial e incessante.

O contato com as representações femininas nacionais da Rede Nacional de Mulheres Negras fortaleceu a concepção da importância da permanência de acadêmicas negras nas universidades, já que, pela representatividade destas pessoas, a comunidade se vê refletida tanto nos espaços de cultura quanto nas academias.

A oportunidade que a Rede Nacional oferece às jovens dos cursos de licenciatura de ministrar aulas síncronas para mulheres negras de todo o Brasil que estejam sendo assistidas por ela é um grande passo para a valorização do processo de aprendizagem.

Trazer pessoas que fazem parte desse núcleo foi um meio de informar e disseminar práticas responsáveis pelo combate ao racismo e violência, não só no nível social, como também no acadêmico.

A Rede Nacional tornou-se conhecida no meio universitário por quem ainda não tinha a percepção da sua existência e importância, chamando os participantes a se inscreverem nos cursos oferecidos nessa temática, pois se caracteriza por ser uma instituição de promoção educacional com a oferta de subsídios e fortalecimento identitário.

Neste contexto, os eventos realizados cumpriram os princípios institucionais e individuais da Rede Nacional de Mulheres Negras de Combate à Violência, e



Figura 05 Papo com as Pretas

também atenderam as expectativas da comunidade acadêmica e o público geral.

## Fórum: Trajetórias Profissionais Negras em Foco

Esta iniciativa teve como norteador principal trazer para o contexto acadêmico a possibilidade de atuação profissional de homens e mulheres negras. Logo, buscou, através de seus convidados, apresentar histórias de luta, resiliência e, sobretudo, de sucesso obtido pela dedicação e esforço de profissionais negros e negras que obtiveram êxito em suas carreiras. A representatividade para os estudantes ali presentes foi significativa, considerando que, tal como para todos os demais, independentemente do que nos impõe a sociedade em muitas circunstâncias, temos e devemos ambicionar outros caminhos que nos tragam maior satisfação pessoal e financeira.

Pensando nisto, o Neabi Oliveira Silveira promoveu, no dia 23 de novembro de 2023, o 1º Fórum: Trajetórias Profissionais Negras em Foco. O evento apresentou a comunidade acadêmica e comunidade externa, formada por escolas públicas de ensino médio, assim como demais setores da sociedade, profissionais negros que têm destaque em suas atividades na cidade de Bagé/RS (Figura 06).

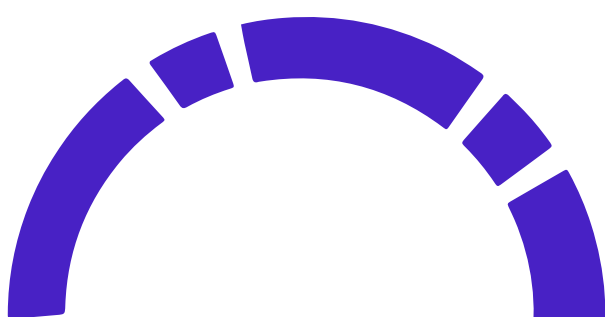
Em sua primeira edição, cinco profissionais com diferentes formações (Direito, Engenharia, Música, Psicologia e Economia) realizaram explanações sobre sua trajetória acadêmica e/ou profissional, bem como sua luta contra o preconceito encontrado ao longo deste percurso. Por meio dos depoimentos, foi possível observar pela interação dos participantes o impacto de se perceberem como inseridos em um contexto social que nem sempre aponta possibilidades reais de sucesso em atividades que não compreendam a subserviência.



Figura 06 1º Fórum: Trajetórias Profissionais Negras em Foco

Há uma carência de abordagem dessas temáticas nos ambientes acadêmicos de forma mais efetiva. Assim, intensificamos nossas propostas durante o mês de novembro, apesar de termos trabalhado durante todo o ano de 2023, não só no âmbito da universidade como também nas escolas do município de Bagé.

Cabe ressaltar que nenhuma ação é efetiva de forma isolada e sem que o coletivo consiga ter efetiva participação, sendo assim, essa movimentação fortaleceu o trabalho do grupo e nos trouxe resultados muito positivos no que tange ao reconhecimento em um nível não só local, como regional e, por que não dizer, nacional, considerando que foi transmitido através do Canal do Youtube do Campus Bagé. Quanto maior o alcance de uma comunicação antirracista, maior o impacto que causa no ambiente em que se propaga, gerando transformações significativas e necessárias.





## Considerações finais

É imprescindível considerar que debates com essa temática são de extrema importância, pois, além de promoverem ações que sejam responsáveis pela erradicação da desigualdade racial, estimulam de forma mais efetiva também o combate, pois apenas o conhecimento sobre as práticas antirracistas não têm sido suficientes para trazer um cenário de igualdade de oportunidades e condições equivalentes.

Apesar desse crescente apelo social, ainda há um déficit de políticas que tragam no seu contexto práticas voltadas para a comunicação antirracista, ambicionando desconstruir as teses racistas propagadas cotidianamente em todos os núcleos sociais, diferentemente do multiculturalismo, que valoriza a diferença pela diferença.

A potencialidade alcançada pelos eventos nos trouxe uma perspectiva de continuidade para o próximo ano. As discussões provocadas pelas falas proporcionaram debates potentes e enriquecedores, envolvendo o público presente de forma a permitir que existissem integrações entre o vivenciado no cotidiano de todos.

Sendo assim, o “paradoxo temporal” não serve para designar o termo “Sankofa”. O desvelamento da cultura negra na contemporaneidade, o enfrentamento de diversas áreas contra o racismo liderados pelas organizações e movimentos da sociedade civil, para as relações étnico-raciais e o rompimento do processo de apagamento desta população, fazem surgir esta “síncopa cultural” em espaços ocupados pelas minorias sociais.

Desta forma, podemos identificar que, trabalhando a temática estabelecida e exaltando profissionais negros e negras e suas trajetórias acadêmico/profissionais, quebramos o estereótipo estabelecido pela sociedade ainda nos dias de hoje. E os envolvidos nas atividades podem vislumbrar um cenário diferente, onde as possibilidades de um futuro se descortinam. Aos poucos, vamos rompendo o sistema que tenta nos excluir, e, através de ações que proporcionam uma visibilidade, é possível buscar novas formas de trazer essa reflexão de forma mais contundente.

## Referências

- ANDRADE, Bruno Cesar Nunes de; NICOLAIDES, Christine Siqueira; MOTA, Vanessa Moreno. Por uma linguística aplicada antirracista: problematizações acerca de discursos silenciadores e de (re)existência da negritude. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 37, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/56105>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF: MEC, 1999.
- COUTO, Sonia. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/141>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- MACHADO, Wagner. **Comunicação antirracista: formação aborda combate à discriminação**. Porto Alegre: PUCRS, 2022. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/comunicacao-antirracista/>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- MOMBAÇA, Jota. **Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala**. Buala, Lisboa, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 15 set. 2022.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SILVA, Justino Amorim da. Racismo no Brasil: desigualdade e injustiça social. **Geledés**, São Paulo, fev. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-no-brasil-desigualdade-e-injustica-social/>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em: doi: [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29000](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000). Acesso em: 21 fev. 2023.

# Quando o Cinema Brincante Encontra a Escola: Práticas Audiovisuais Antirracistas e Pedagogias em Interlocução

Daise dos Santos Pereira, Edmilson dos Santos Ferreira,  
Léo Lima\*

## Introdução

« (...) morava uma senhora nesta casa chamada Maria. Estava um dia sentada nesta escada chupando o caroço da manga. Acabou de chupar, abriu um buraquinho aqui e colocou o caroço da manga e disse para minha mãe: vocês ainda vão chupar o caroço da manga, eu não. Ela morreu antes, a minha mãe ainda chupou muita manga desse pé. O tronco da mangueira, pertence à tranca rua das almas. As folhas da mangueira, pertencem à Oxossi, o fruto da mangueira – porque ela é Espada – pertence a Ogum e as flores são das crianças. Tia Dorinha<sup>1</sup>

Esta escrita traduz interlocuções resultantes de um encontro entre professores, adolescentes e jovens situados em diferentes contextos educativos na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Trata-se de um texto feito a seis mãos, que se colocaram em um movimento de conhecer-com (e não conhecer sobre), a fim de fortalecer lutas de distintas experiências no âmbito da educação escolar antirracista e movimentos sociais que têm a comunicação comunitária em periferias urbanas como princípio norteador para a construção de outros mundos possíveis.

Somos professores da educação básica, formadores de professores e educadores sociais com atuação em redes municipais de ensino e comunicação comunitária de favela. Estamos localizados em territórios que convergem em sua origem para o aqui-lombamento de homens e mulheres que resistiram/resistem historicamente com força criativa contra dominação e todo tipo de exploração material e simbólica. A título de informação, situamos nossos lugares de origem brevemente.

\***Daise dos Santos Pereira** é doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação-PUC-Rio. Graduada em Pedagogia, especializada em Ensino de História e Mestra em Ensino, Diversidade e Inclusão (UFF). Professora da Educação Básica na rede municipal de Petrópolis. Integra o Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas (GECEC) da PUC-Rio e tem como principal tema de interesse a Educação Antirracista, Relações Étnico-raciais, Decolonialidade, Interculturalidade e Formação de Professores. Natural de Magé, tendo atuado por nove anos no ensino público deste município situado na Baixada Fluminense.

\***Edmilson dos Santos Ferreira** é pós-doutorando em História Comparada pelo PPGHC-UFRJ, Doutor em Educação pelo PPGE-UFRJ. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis, Licenciado em Pedagogia pela UERJ e em Ciências Biológicas pela Universidade Salgado de Oliveira. Professor da Secretaria de Educação e Cultura do município de Magé (SMEC) e Técnico em Assuntos Educacionais do CESPEB/ FE-UFRJ. Membro do Laboratório de Diversidade de Corpo, Raça e Gênero – LADECORGEN e do Grupo de Estudos de Currículo em Movimento na Educação Infantil em Movimento – CEIMOV. Pai do Felipe e Carine. E avô da Mirella.

\***Léo Lima** é pai de Malu, Ariel e Zuri. Casado com Carolina Meirelles. Fotógrafo desde 2009, formado pela escola de fotógrafos populares do Imagens do Povo no Observatório de Favelas, Maré-RJ. É estudante de pedagogia, co-autor da pesquisa do documentário Favela que me viu crescer (2014) e co-criador da Cafuné na Laje (2013).

1. Narrativa que abre o filme *Favela que me viu crescer*, produzido pelo Coletivo Cafuné na Laje (2014-2015). O filme foi exibido na escola Municipal Profª Ophélia Ribeiro Martins. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=JiT3ovJgbYM>

Falamos do município de Magé, interior da cidade do Rio de Janeiro, lugar de onde temos notícia do 1º Território de Remanescentes Quilombolas da Baixada Fluminense, com certificação datada em 2007 (CARVALHO, 2016). Podemos afirmar que o Quilombo de Maria Conga e todo o território mageense foi forjado em posição de resistência contra-hegemônica de pessoas que têm nos sinalizado, em sua corporeidade e pensar-fazer, marcas de tensionamentos, disputas, afirmação de identidades e reelaboração da vida.

Expressamo-nos também da Favela do Jacarezinho, zona Norte do Rio de Janeiro, sobre o qual os mais velhos afirmam ser um quilombo urbano:

**Podemos afirmar que Jacarezinho é um quilombo urbano. Muitos acham que quilombos só são os que ficam no interior, mas se esquecem dos negros que vieram para o centro. O Rio de Janeiro recebeu mais de 1 milhão de negros para serem escravizados ali no Cais do Valongo, que foi abandonado como tudo o que é nosso é abandonado (...).**  
Rumba Gabriel, liderança local<sup>2</sup>

Neste texto, focaremos na favela do Jacarezinho e, a partir da epígrafe que abre a escrita, buscamos evidenciar a força ancestral deste território, que, segundo dados da Prefeitura do Rio, estima-se que tenha 37 mil moradores<sup>3</sup>. Neste movimento, privilegiamos espaços/tempos e sujeitos sociais que se afirmam com suas experiências, valores, políticas de resistência e identidades, promovendo o que vamos chamar no texto de Outras Pedagogias (ARROYO, 2012).

Esta perspectiva também se vincula ao legado do Patrono da Educação Brasileira Paulo Freire, que, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), destaca que os sujeitos oprimidos criam suas próprias pedagogias de conscientização da opressão e dos processos de desumanização a que estão subjugados. Ainda de acordo com Arroyo (2012), ao passo que novas pedagogias são criadas, novos sujeitos pedagógicos também emergem com suas experiências coletivas,

2. Narrativa retirada do Relatório Técnico do Programa de fomento – retomada do audiovisual carioca 2021.

3. Dado retirado do Relatório Técnico do Programa de fomento – retomada do audiovisual carioca 2021.

evidenciando concepções, epistemologias e práticas de emancipação. Nessa direção, a *Pedagogia do Oprimido* de Freire é atualizada e repolitizada por outros sujeitos e ações emancipadoras. E o reconhecimento da ação pedagógica desses atores estará expresso em nossas reflexões.

A narrativa de Maria das Dores Lima, tia Dorinha, foi ao nosso encontro na Baixada Fluminense e nos brindou com memórias de afeto, ancestralidade, religiosidade, saberes insurgentes e tantos outros valores afro-brasileiros, outrora bem definidos pela ancestral Azoilda Trindade (2010), e ainda tão desacreditados e apagados em nossa sociedade e, conseqüentemente, nos espaços educativos.

Por meio do filme *Favela que me viu crescer* – produção do coletivo Cafuné na Laje –, nos encontramos com outras vozes e memórias de pessoas comuns do Jacarezinho que foram nos orientando para o diálogo com a filosofia africana, em especial, para um princípio filosófico do povo Akan (atual Gana), o chamado *Sankofa* (*Sanko* = voltar, *Fa* = buscar/trazer) (NASCI-MENTO, 2008). O *Sankofa* é atualmente um símbolo popular, tendo como uma de suas representações um pássaro mítico com os pés para frente (futuro), cabeça para trás (passado) e um ovo no bico, representando a esperança.

Ao abrir esta escrita referendando uma produção audiovisual protagonizada por narrativas dos mais velhos, como Tia Dorinha, Vó Chiquinha, Tião do Azul e Mais Preto, optamos por voltar ao passado para aprender com ele, retornar para perceber que temos raízes e que são fortes, tal como a mangueira centenária da casa de tia Dorinha. Voltar para trazer à memória e fazer conhecida a luta de Aline Santos de Deus<sup>4</sup>, ancestral viva em cada novo projeto do Cafuné na Laje.

4. Conheci Aline (*in memoriam*) na mesma época que ingressei no mundo das artes e da produção cultural através da fotografia no Complexo da Maré, ao visitar um curso ofertado pelo projeto “Jovens Urbanos” (2007). Aline surgiu em 2011. Muito competente, atuava no Bela Maré como produtora. Certa vez fomos ao Complexo do Alemão entregar fotos que fiz de moradores e as imprimir para devolvê-las, bebemos alguns litros e nos fotografamos. Papo vai, papo vem, surgiu a paixão que virou amor e gerou nossa filha Malu. Paralelamente a isso, criticávamos muito as formas de fazer dos projetos das favelas voltados às crianças e adolescentes nos quais não previam que eles fossem as cabeças pensantes das ações, como também incomodava o fato de não haver uma produtora local na favela do Jacarezinho. Tínhamos uma câmera e uma ideia na cabeça, o amor a nosso favor e um edital a concorrer. Aline é o coração desse projeto. Até hoje batemos cabeça para tentar organizar as ideias, colocar no papel e soltar no mundo. Aline não parava nas vírgulas dos textos da vida. Ela corria. Sorria. Brincava, incentivava e organizava. Ela talvez soubesse que tinha pouco tempo de vida, mal sabia ela que era eterna. (Léo Lima)

Assim como o pássaro mítico, enquanto professores, realizamos o movimento de olhar para trás a fim de buscar outras perspectivas que colaborem para a construção de processos educativos conectados com a vida nas suas diferentes dimensões. bell hooks (2017) diria que se trata de uma pedagogia engajada, com uma abordagem holística que une mente, corpo e espírito.

Também como docentes comprometidos com uma educação antirracista, temos questionado um currículo colonizado e colonizador, e que, portanto, exige de nós propostas emancipadoras, como já afirmava Nilma Lino Gomes (2012). Ao discorrer sobre relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos, Gomes (2012) coloca em questão as respostas epistemológicas que têm surgido no campo da educação. Seriam elas tão fortes como a dura realidade dos sujeitos que as demandam? Seriam elas concebidas como parte da formação humana de meninos e meninas negras/os? A autora nos questiona com provocações intensas e complexas.

Concordamos com Vera Candau (2014) sobre a necessidade de reinventar a escola, tendo em vista um pensamento pedagógico débil/frágil que não discute os sentidos da escolarização atual, fruto de um formato que é historicamente reducionista e instrumental. Mas atentemos que na escola a diversidade de sujeitos pulsa, o direito à educação básica é para todos e todas, cujas diferenças precisam ser vistas como riqueza e não problema a ser resolvido.

Meninos e meninas, negros, com deficiência, em vulnerabilidade social, têm chegado nos espaços educativos com seus saberes, suas histórias, corporeidade, dores, demandas políticas e, sobretudo, alegrias e esperanças. Pensar em uma escola outra, pedagogias outras, espaços/tempos e lógicas de organização curricular a partir do diálogo com aqueles que já promovem educação fora do eixo dos referentes de modernidade (em que imperam os padrões colonial, patriarcal e capitalista), parece-nos um caminho acertado para a promoção de um *curriculum* descolonizado (SANTOS, 2019).

Ao trazer a interlocução com os atores sociais de um movimento independente de arte-educação que trabalham na perspectiva do lúdico, do ensino, da comunicação audiovisual e do protagonismo infanto-juvenil negro, comunicamos o que pretendemos nas próximas linhas: situar a Lei Federal nº 10.639/03 – que institui uma educação antirracista – a partir da seção “20 da Lei nº 10.639/03: o que temos a contribuir?”; posteriormente, compartilhar os ecos da implementação da Lei no município de Magé por meio do diálogo com o coletivo Cafuné na Laje na seção “O Cinema Brincante vai à escola”; na terceira seção, nomeada de “Outras Pedagogias: o Cinema Brincante como caminho metodológico”, buscamos apontar caminhos, materiais e técnicas utilizados na produção dos audiovisuais, e que são reveladores do que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2019) chama de epistemologias do Sul. Caminhando para finalizar nossas análises, apresentamos a seção “Afrofuturismo e a Menina do Futuro: interlocuções”, na qual trazemos uma sequência de atos do filme *A menina do Futuro – 1º episódio*, protagonizado por crianças e adolescentes do Coletivo e alguns diálogos com a perspectiva Afrofuturista.

## 20 anos da Lei 10.639/03: o que temos a contribuir?

Já se foram 20 anos de sanção da Lei nº 10.639/03, que aponta para a obrigatoriedade das questões étnico-raciais, considerando a história e a cultura afro-brasileira e africana nas escolas e outras instituições de ensino. Nesse percurso, inclui-se a Lei nº 11.645/08, que garante a ênfase na cultura dos povos originários. Esse arcabouço legal também traz para o cenário os remanescentes das comunidades quilombolas, como prevê o art. 68 da Constituição Federal de 1988, e reafirma as dimensões históricas em tempos bem atuais de resistência dos povos indígenas e da população negra em defesa de um projeto cultural, político, social, ético e estético, em uma perspectiva intercultural.

De acordo com Catherine Walsh, conhecida como pedagoga da decolonialidade, a interculturalidade aponta e representa:

**“(...) processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política (WALSH, 2019, p. 9).**

Importante salientar que a Lei nº 10.639/03, enquanto marco de uma educação antirracista no Brasil, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B, tornando obrigatória a questão racial no currículo<sup>5</sup>.

Em que pese a importante conquista de uma legislação no campo educacional que trata do ensino das relações raciais, vale salientar que essa preocupação é histórica e tem o movimento negro como seu maior reivindicador. Na obra *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, a intelectual Nilma Lino Gomes (2017) discute sobre o protagonismo de homens e mulheres do movimento negro na produção de saberes e conhecimentos. A autora afirma que os movimentos sociais são protagonistas políticos da emancipação social e, ainda que os tempos sejam obscuros, eles atuam como faróis que apontam caminhos para a construção da democracia e emancipação social. Inspiradas nesta afirmação, é que propomos a parceria com o coletivo Cafuné na Laje.

Interessa-nos o contexto das práticas sociais com potencial para dialogar com políticas públicas, sobretudo aquelas que possam estar vinculadas à educação, às crianças e aos jovens de periferia que se comunicam ao produzirem cultura e constroem outras formas de pensar seus afro-saberes, constituídos a

5. Cabe esta nota para ressaltar que, posteriormente à Lei nº 10.639/03, políticas foram criadas para regulamentar e apontar os caminhos de implementação da educação antirracista brasileira, a saber: criação de órgãos para atuação na área da igualdade racial, documentos como o Parecer 003/2004 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que visaram orientar a implementação da Lei e tantos outros meios.

partir da ludicidade, do cotidiano, da cooperativida

de e da ancestralidade. Neste sentido, inspirados em Paulo Freire, afirmamos que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 46).

Entendemos que uma comunicação antirracista é a busca por promover diálogos, considerando as questões étnico-raciais que estimulam o contato com políticas públicas, práticas e pensamentos contra-hegemônicos. Paulo Freire já afirmava que o diálogo é o encontro amoroso entre os sujeitos, e, investidos dessa relação dialógica com a cidade de Magé, acompanhamos a implementação de práticas antirracistas na Rede Municipal de Ensino de Magé<sup>6</sup>, sendo a experiência narrada a seguir parte deste movimento.

## O cinema brincante vai à escola

A partir do eixo temático *tecnologias*, nos propomos a compartilhar reflexões geradas por uma experiência singular no campo do audiovisual e educação antirracista: o encontro entre professores, estudantes da Baixada Fluminense, adolescentes e jovens ativistas em comunicação de favela do Jacarezinho no dia 10 de outubro de 2018, em Suruí, no município de Magé. Convém situar que se trata de uma interlocução localizada em um espaço que ao longo da história teve como intencionalidade transmitir conhecimentos *strictu sensu*, a partir de relações hierarquizantes entre saberes e sujeitos: a escola.

A Escola Municipal Profa. Ophélia Ribeiro Martins, com o atendimento do ensino fundamental regular e modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), realizou naquele ano ações curriculares no âmbito da educação antirracista. Práticas educativas de

6. Em 2018, foi criada a Coordenação de Promoção de Igualdade Étnico-racial e Diversidade (COPIED) pela Secretaria de Educação Municipal de Magé, onde atuamos como professores técnicos por três anos. (Daise Pereira e Edmilson Ferreira)

professores e estudantes de 8º e 9º anos ganharam destaque no “Projeto Identidades”, no qual os alunos produziram vídeos com uso do celular. A equipe responsável (COPIED) pelos processos de formação continuada para a implementação da Lei nº 10.639/03 contava com a parceria do Projeto ARMA Alliance (*Anti-Racism Media Activist Alliance / Aliança Midiativista Antirracista / www.armaalliance.com Finlândia*<sup>7</sup>) que proporcionou o encontro, visto que um de seus princípios se dava na troca de conhecimentos. Logo, a escola Profa. Ophélia Ribeiro foi escolhida para ser sede desse momento insurgente<sup>8</sup>.

O momento foi conduzido por sorrisos, olhares atentos e muitas trocas. Inicialmente, os alunos, junto aos professores, apresentaram seus vídeos, tematizados pelo racismo e preconceito. Posteriormente, o coletivo fez a exibição dos curtas de Cinema Brincante. Em seguida, aconteceu uma roda de conversa sobre maneiras de usar recursos tecnológicos disponíveis para criar e contar histórias que amplifiquem suas vozes, mesmo em meio à escassez de recursos materiais e humanos.



Imagem 1. Estudantes e coletivo reunidos.  
Acervo: Arma Alliance



Imagem 1. Estudantes e coletivo reunidos. Acervo:  
Arma Alliance



Imagem 3. Energia Vital - Cafuné na Laje.  
Acervo: Arma Alliance



Imagem 4. Olhares atentos  
Acervo: Arma Alliance

7. Agradecemos a generosidade do amigo Léo Custódio por nos apresentar e promover este encontro em 2018. Prometemos que teriam outros e aqui estamos!

8. A reportagem sobre esse momento pode ser encontrada no link: <https://m.facebook.com/prefeituramage/videos/interc%C3%A2mbio-de-cinema-em-oph%C3%A9lia-ribeiro-martins-e-coletivo-cafun%C3%A9-na-laje/251789182198734/>

Esta experiência nos mobilizou a buscar compreender em que medida a agência de crianças e adolescentes da favela do Jacarezinho pode apontar uma educação antirracista e interrogar perspectivas pedagógicas, mediadas por tecnologias e conhecimentos artesanais próprios mobilizados em lutas concretas. Nosso entendimento sobre conhecimentos artesanais está pautado no que Santos (2019) defende como descolonização cognitiva, que implica em identificar, reconstruir e validar saberes não científicos que surgem em lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

Salientamos que o coletivo Cafuné na Laje, enquanto promotor de memórias afetivas por meio de tecnologias audiovisuais, tem contribuído para tirar da invisibilização o cotidiano, as lutas e memórias dos moradores do Jacarezinho. O protagonismo de crianças e adolescentes nesta construção conduz ao caminho metodológico de cinema brincante, no qual é lançada mão do lúdico presente no cotidiano das favelas para criar narrativas e imagens, materialização de corpos concretos, sejam eles coletivos ou individuais. Consideramos oportuna a reflexão sobre o lugar da alegria nas lutas sociais:

**Entre os grupos oprimidos, esperança e alegria são os sinais vitais de que a injustiça pode ser vencida, de que o sofrimento causado pela opressão pode ser evitado e de que o sofrimento que inevitavelmente resultará da luta contra a opressão é recompensador. Ao contrário do medo e da tristeza, a esperança e a alegria são as condições prévias existenciais da resistência (SOUSA, 2019, p. 149).**

Ainda de acordo com o autor, a alegria é a emoção que faz crescer o desejo de persistir, não apenas na esfera individual, como também na vida coletiva. Com isso, os momentos de alegria podem expressar solidariedade e esperança de vencer. Talvez possamos afirmar que o contrário da alegria seja o que Simas e Rufino (2020, p. 11) têm chamado de desencantamento, estando relacionado às “formas de desvitalizar, desperdiçar, interromper, desviar, subordinar, silenciar, desmantelar e esquecer as dimensões do vivo.” Os autores relacionam o desencanto com uma

política de produção de escassez e de morte. Nós temos pensado que resistir a essa política com alegria e vitalidade pode nos abrir brechas para inventar outros mundos e outras pedagogias.

Diante dessas reflexões, chegamos à conclusão de que a parceria entre o Cinema Brincante do coletivo Cafuné na Laje, o Projeto *ARMA Alliance* e toda a comunidade escolar da Ophélia Ribeiro, trouxe encantamento e inspiração para resistir com criatividade e solidariedade às lógicas de opressão que tendem a paralisar, entristecer e individualizar corpos e mentes que estão dentro e fora da escola.

## Outras Pedagogias: o Cinema Brincante como caminho metodológico

**Eu fico na câmera, bato claquete, fico no áudio, eu gosto mais de ser atriz. Eu gosto da Cafuné (na Laje) porque é muito legal, é um ajudando o outro. A gente entra em um projeto, só que brincando e é a forma mais legal de se aprender. Crislayne S., 11 anos<sup>9</sup>**

O título deste texto anuncia um encontro atravessado por práticas audiovisuais antirracistas, mas também por artesanias e epistemologias, quando pensamos em outras pedagogias construídas em contexto de luta. Etimologicamente, a palavra epistemologia em grego quer dizer *episteme* (ciência) e *logos* (discurso, estudo), significando o discurso/estudo sobre a ciência (OLIVEIRA, 2016). Muitos são os autores que se debruçaram para construir definições acerca da epistemologia enquanto dimensão normativa do conhecimento científico.

Santos (2019) defende a necessidade de ocupar a epistemologia por meio do que chama de epistemologias do Sul (em contraposição às epistemologias

9. Esta narrativa compõe a entrevista que os integrantes do coletivo deram à Prefeitura Municipal de Magé na ocasião do intercâmbio de práticas na escola Municipal Ophélia Ribeiro Martins. Pode ser acessado pelo seguinte link: <https://m.facebook.com/prefeituramage/videos/interc%C3%A2mbio-de-cinema-em-oph%C3%A9lia-ribeiro-martins-e-coletivo-cafun%C3%A9-na-laje/251789182198734/>

do Norte), que se referem aos conhecimentos que surgem dos enfrentamentos de grupos que têm sido vítimas sistematicamente de injustiça, opressão e destruição: afrodescendentes e africanos vítimas de racismo, mulheres vítimas de violência doméstica, população LGBTQIA+ vítima de homofobia, crianças em situação de vulnerabilidade social, trabalhadores precários, pessoas com deficiências, idosos, e tantas outras minorias sociais que, em termos quantitativos, representam uma maioria em nossa sociedade. Segundo o autor, o objetivo das epistemologias do Sul é permitir que os grupos historicamente oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos. Agindo assim, serão capazes de transformar suas circunstâncias, a partir de anseios próprios. E quais seriam as aspirações de crianças e adolescentes de um território de favela, se não ser feliz e brincar? Quais seriam seus desejos, se não de serem percebidos como legítimos outros, capazes de criar e de protagonizar histórias que inspiram até quem está no chão da escola?

Sobre identificar e valorizar conhecimentos outros, Paulo Freire (1996) já nos apontava para os saberes necessários à prática educativa que envolvia, dentre outros aspectos relevantes, a alegria, a esperança e a curiosidade. Sobre este último, o educador defendeu a importância de professores e alunos se assumirem epistemologicamente curiosos, ou seja, com uma curiosidade crítica que supera a ingenuidade do senso comum. O diálogo com Paulo Freire nos oportuniza lentes para reafirmar o potencial educador dos movimentos sociais, especialmente de uma iniciativa independente formada por moradores de favela, tendo crianças como interlocutoras e suas dimensões de vida privilegiadas.

O coletivo Cafuné na Laje, em seus 10 anos de atuação, já produziu mais de 30 curtas<sup>10</sup> com a metodologia de cinema brincante. O lúdico é compreendido como dispositivo criador de narrativas e imagens. Cada etapa do pensar-fazer de um filme, a brincadeira e o aprendizado se entrelaçam, permitindo que todos os participantes atuem juntos e horizontalmente. Crianças e adolescentes estão no centro deste processo de criação, sendo respeitados seus lugares de atores sociais

que opinam, atuam e reinventam suas realidades, em um território que por vezes pode ser ameaçador às experiências de infância<sup>11</sup>.

Sim, crianças pretas ensinando e aprendendo desde cedo que a alegria do brincar pode ser sinal vital de que a injustiça é capaz de ser vencida com tática criativa de resistência. Santos (2019, p. 148) aponta que o que desencadeia a resistência é uma descoberta tripla: a de que o opressor possui pontos fracos; a de que há caminhos, por estreitos que sejam, para lutar contra a opressão e de que há capacidade para percorrer esses caminhos. Nisso mora a esperança, enquanto abertura de possibilidade, e a alegria, enquanto capacidade de se beneficiar dela.

Crianças ensinam e também aprendem com uma aldeia que entendeu que, para educar, a dimensão individual é insuficiente. Aprendem com os atores desta aldeia que não existe uma única pedagogia, mas pedagogias construídas na indignação, na contestação e na desestabilização de pedagogias hegemônicas que desumanizam e subordinam.

“O terceiro filme foi “Por quê?”. Estava no quarto eu, Aline e Ingrid lendo o livro (conto) *Marcelo, marmelo, martelo e outras histórias* [Ruth Rocha]. A gente leu para Ingrid porque ela não sabia ler, mas já tinha 12 [anos] e não sabia ler quase nada, só o nome dela, mamãe e papai. E a gente achava aquilo um absurdo porque a Ingrid sempre estudou. Então a gente começou um processo de alfabetização e letramento da Ingrid a partir de coisas que ela já conhecia: queimado, futebol, boneca, amigas e o conto (...). Léo Lima

11. Fazemos memória a Agátha Felix, Kauê Ribeiro, Kauã Rosário, Kauã Peixoto, Jenifer Cilene e tantas outras crianças que tiveram suas infâncias interrompidas nos últimos anos, vítimas de um estado racista e genocida.

12. Os curtas podem ser encontrados no Canal do YouTube do coletivo no link: <https://www.youtube.com/@CafunenaLaje>

13. O curta pode ser encontrado por meio do link: [https://www.youtube.com/watch?v=i-8D\\_LJ9vmg](https://www.youtube.com/watch?v=i-8D_LJ9vmg)



“Por quê”<sup>12</sup> foi o terceiro filme do Cafuné e surgiu neste contexto de ensinar a aprender a ler as palavras a partir da leitura de mundo, da afirmação de pedagogias que emancipam e de sujeitos que contestam o que foi produzido para oprimir e silenciar. A memória daquele dia foi materializada em imagens, sons, afetos e na certeza de que histórias de crianças pretas importam.



Imagem 5. Cena do Curta “Por quê”

É a partir deste terceiro filme que as crianças passam a ter participação direta na criação/produção/encenação dos audiovisuais. Meninos e meninas ocupam lugares de produtores e atores dos audiovisuais. Destacamos algumas narrativas que expressam o valor deste momento para elas:

**O que eu mais gosto de fazer no filme é ser atriz e gravar. Às vezes eu gravo, fico no som, faço várias coisas. Eu gostei da Casa Mal Assombrada 1 e 2. Comecei a fazer filme no Cafuné na Laje tem uns 5 anos e é muito bom (...)** Karolin Cristina Souza Prado

**Eu gosto muito, minha mãe me apoia, fica feliz com o que faço. Ela fala para eu não ligar para a opinião dos outros, porque isso não importa, tenho que fazer o que eu gosto (...)** Aqui eu tô realizando meu sonho de ser atriz.  
Crislayne Belo de Souza

**Não vou esquecer que cresci fazendo filme. (...)** Não vou ter vergonha quando eu crescer porque aqui (na favela) eu tenho história, diversão. Kamilly Pacheco da Silva (Florzinha)<sup>13</sup>

13. As três narrativas podem ser encontradas no vídeo *Fazendo Cafuné*, um filme (produto midiático), fruto do trabalho de monografia de João Vitor dos Santos (integrante do Coletivo), apresentado no Curso de Estudos de Mídia da Univer-

Se ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, como indicou Paulo Freire, essas vozes soam como verdadeiros faróis para nossa luta cotidiana, para a nossa busca de reinventar a escola, em que os processos pedagógicos sejam orientados por outros atores, conhecimentos e epistemologias. A seguir, destacamos a estrutura das oficinas brincantes.

## Oficina de Cinema Brincante

Nesta seção, apresentamos o processo inicial das oficinas brincantes que, ao longo desses anos, vem aperfeiçoando as técnicas e modos de fazer cinema dos meninos e meninas do Jacarezinho<sup>14</sup>. Modos que em nossa percepção, desde o início, desafiam o domínio de um universo teórico, metodológico e pedagógico *Euro-USA-centrismo*<sup>15</sup> fortemente estruturador dos processos educativos de instituições de ensino.

E afinal, como iniciaram as oficinas de Cinema Brincante? As oficinas, após o filme “Por quê”, foram se estruturando em cinco (5) momentos complementares: Concepção/Roteiro/Argumento; Direção/Produção; Arte/Figurino/Cenário/Maquagem; Elenco/Artes Cênica/Atuação; Fotografia/Som.

Os objetivos iniciais foram: 1. Realizar um ciclo de oficina com atividades de experimentação com o audiovisual composta por oito (8) encontros para oficinas práticas, intercaladas por três sessões de cineclube; 2. Formar duas (2) turmas, cada uma com 15 crianças e adolescentes moradores do Jacarezinho; 3. Trabalhar conhecimentos de cada setor que compõe o audiovisual, traçando um panorama geral do campo, a fim de compor com os participantes um itinerário de formação artístico-cultural por meio da linguagem do cinema.

sidade Federal Fluminense em 2019. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Zc5yEPaVcoE>

14. EntreTelas (2022) é a atual produção do coletivo a ser lançado neste ano de 2023.

15. De acordo com Vera Candau (2017), a expressão *Euro-USA-centrismo* é uma ampliação da categoria de eurocentrismo defendida pelos intelectuais do grupo Modernidade/Colonialidade, que trata de uma perspectiva da ciência construída no mundo ocidental não só a partir da Europa, mas também dos EUA. Essa referência pode ser encontrada no vídeo “Abecedário de Educação e Interculturalidade” produzido pelo CINEAD LECAV/UFRJ, disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=0OWPYJUaT10>

Os temas eram levantados pelos próprios participantes, sempre partindo de situações reais do cotidiano. Os encontros, em formato de cineclube, oportunizavam que as crianças<sup>16</sup> tivessem acesso a curtas-metragens que dialogassem com os temas de interesse. Esse momento era seguido de roda de conversa em lugar aberto.

A dinâmica de roda de conversa em lugares abertos já nos sinaliza uma pedagogia que percebe as vontades do corpo, sua potência e táticas para o seu desemparedamento (TIRIBA, 2010). O formato de roda lembra o que Azoilda Trindade (2010) chama de circularidade, enquanto valor civilizatório afro-brasileiro que nos aponta para o início e fim em comum, para uma não hierarquia, pois, quando se está em círculo, todos se veem sob a mesma ótica.

Os mediadores (oficineiros) do processo de ensino-aprendizagem são arte-educadores que integram o coletivo desde sua fundação (JV Santos, Léo Lima, Eduardo Santos e Jonas Rosa). Não obstante, há também convidados: profissionais e artistas atuando de forma conjunta e articulada.

Importante salientar que as peças audiovisuais produzidas durante as oficinas pelas crianças e adolescentes são disponibilizadas online pelos canais do coletivo. E na foto abaixo é possível ver a estreia do filme *Favela que me viu crescer* para toda a comunidade do Jacarezinho.

As ações do Cafuné na Laje e todos os seus atores desafiam muitos domínios hegemônicos, não apenas por fazerem arte sem investimentos adequados, não apenas por lutarem em espaços subalternizados, mas também por lançarem mão da fruição e da alegria, que emergem dos momentos de sociabilidade: festas, brincadeiras, refeições, rituais religiosos etc. Houve um momento da história do coletivo que foi necessário pausar, diminuir o ritmo. A partida da Aline, idealizadora do projeto, gerou um consenso sobre a necessidade de repensar o lugar dessa proposta no mundo. Postura que exigiu humildade e, como já afirmava Santos (2019), uma humildade que

16. Cada participante recebeu neste momento inicial um incentivo em bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 para alimentação e materiais necessários para as oficinas.

implica em reconhecer que os caminhos que levam à resistência e à luta são infinitos.



Imagem 6. Estreia do filme "Favela que me viu crescer"

## Afrofuturismo e a Menina do Futuro: interlocuções

A ficção científica está presente no imaginário infanto-juvenil. Os estudantes de escola pública estão ansiosos para utilizar o celular como ferramenta pedagógica, os aplicativos e as redes sociais disponíveis. E os nossos jovens reivindicam o imaginário futuro vivenciado no tempo atual. Com as crianças do Jacarezinho que vivenciam a experiência de fazer arte com mídias digitais, esse sentimento não é diferente. Neste sentido, buscamos nesta seção compartilhar uma breve reflexão sobre o filme *A menina do futuro*<sup>17</sup>, que foi exibido na escola e que nos aponta diálogos com a ficção científica para a produção de imaginários insurgentes no campo da educação para as relações étnico-raciais. Dados os limites do texto, compartilharemos a proposta do filme, realizando algumas aproximações com o Afrofuturismo (LIMA, 2022; SOUZA; ASSIS, 2021; ERNESTO, 2018), movimento/conceito que tem crescido e ocupado o debate em distintos campos, inclusive o educacional. O Afrofuturismo é um termo criado no campo da ficção científica na década de 1990 por Mark Dery, um pro

dutor cultural branco dos EUA. A ausência de escritores negros/as nas produções relacionadas à ficção científica era uma questão a ser problematizada. A

17. A menina do futuro – Episódio 1 <<https://www.youtube.com/watch?v=PHJn-7Vhk4FM>>

partir deste incômodo, Dery cria o conceito de afro-futurismo para defender que a população negra tem muito a dizer sobre tecnologia e cultura, visualizando um futuro com o protagonismo negro. Esse movimento vai envolver ficção científica, ancestralidade, fantasia e distopia como ferramentas de empoderamento da população negra.

Salientamos que distopia é o oposto de utopia. Enquanto o segundo sugere o imaginário de um mundo perfeito, diante de um sonho impossível, o primeiro acentua os problemas sociais, políticos, econômicos, assim como a violência presente no cotidiano da população negra. A distopia se configura como um gênero artístico que traduz a opressão do Estado idealizada em condições desproporcionais no futuro. No Brasil, Luciene Ernesto, ou melhor, Lu *Ain-Zaila*, como é reconhecida pelo seu trabalho literário, é uma mulher negra com proeminente trabalho na literatura ficcional. Suas obras circulam entre ancestralidade, tecnologia e imaginação. Em suas produções, o afro-futurismo se traduz em contos que dialogam com a educação. Para ela, trata-se de um:

**(...) movimento político-ideológico e estético como um artefato maior de poder, que bem sustentado e articulado tem a capacidade de plantar questionamentos na psique da população negra que vive sob projetos de vida e nação racialmente desfavoráveis (ERNESTO, 2018).**

Em recente artigo, a historiadora Thayara Lima (2022) reflete sobre a perspectiva afrofuturista em interlocução com a literatura e a história, propondo uma reeducação do imaginário para as relações étnico-raciais e para a produção de novos futuros. A pesquisadora compartilha diferentes autores e definições do afrofuturismo e fomenta análises acerca da potência política da produção de imaginários ao dialogar com revolucionários de lutas anticoloniais como os martinicanos Frantz Fanon<sup>18</sup> e Aimé Césaire<sup>19</sup>, além de intelectuais brasileiros engajados na luta antirracista deste século.

18. Ibrahim Frantz Fanon (1925-1961) foi um psiquiatra, filósofo e ativista político martinicano de grande relevância na luta anticolonial e de descolonização da África, em especial da Argélia.

19. Aimé Fernand David Césaire (1913-2008) foi múltiplo: poeta, dramaturgo, ensaísta e político que militou contra o colonialismo, sobretudo o francês.

Uma das reflexões que nos atravessou foi o enfoque na temporalidade, no sentido de questionar como um povo que sofreu sistematicamente violências coloniais (de expropriação de suas subjetividades e heranças africanas, sobretudo) hoje consegue sonhar e projetar outros futuros a partir de si próprio. Essa é uma das provocações que o texto de Lima (2022, p. 11) nos faz, chegando a trazer uma ideia que nos pareceu instigante, que é o ato cronopolítico<sup>20</sup>:

**(...) se o futuro desenhado hoje é um futuro predatório, racista e colonizado/colonial, a intervenção na produção e na distribuição dessa dimensão temporal constitui, para o autor, um ato cronopolítico. A cronopolítica seria, assim, uma percepção politizada do tempo ou ainda, uma ação política que busca intervir no tempo para criar outros futuros possíveis.**

Nós temos apostado em uma produção de imaginário baseado na histórica resistência/re-existência de mulheres e homens pretos que pode inspirar a comunidade negra a produzir outras narrativas utilizando a tecnologia para desestabilizar a realidade instituída e imaginar um futuro outro, no sentido proposto por Paulo Freire (2002): juntando-se com outros para fazer de outro modo.

Em síntese, compartilhamos uma concepção de afro-futurismo fundamentada na ficção científica ou na ficção especulativa que coloca em cena o protagonismo negro, afro-brasileiro e africano. Um movimento com uma estética própria que utiliza a tecnologia e envolve diferentes manifestações artísticas, gêneros textuais como cinema, literatura, música, produções acadêmicas, dentre outros.

Sob a perspectiva Afrofuturista, analisamos a experiência vivenciada pelas crianças e adolescentes negros ao assumirem o protagonismo na produção de audiovisuais:

20. Importante salientar que tal categoria, segundo Lima (2022), é pensada a partir dos estudos do teórico e cineasta britânico-ganense chamado Kodwo Eshun.

🗣️ Tia Beta faz uma aposta no futuro de que o Brasil venceria a copa e essa aposta dá errado. Então, ela viaja ao passado para tentar impedir ela mesma de realizar essa aposta. Ao viajar no tempo um misterioso portal se abre na favela do Jacarezinho e tudo que é presente, passado e futuro se misturam no território. Saneamento básico ainda é uma necessidade básica. Educação e moradia ainda são privilégios e *smartphones* com acesso à internet são acessíveis a favela. Unicórnios, seres voadores e todo tipo de animais intergalácticos ultrapassaram a barreira do tempo que tia Beta deixou aberta no futuro ao voltar no passado. O Rei Miguel, preocupado, observa a situação de sua nave espacial e pensa num plano de resgatar a menina do futuro e fechar o portal para que o desequilíbrio da Terra não siga. (Argumento do filme)<sup>21</sup>

*A menina do futuro* foi pensado para ser uma série com alguns episódios. As imagens/planos em destaque estão relacionadas ao episódio 1. Como princípio do Cinema Brincante, a temática dos filmes nasce de um acontecimento cotidiano e o filme é gestado para marcar o vivido.



Imagem 7: Plano 1



Imagem 8: Plano 2

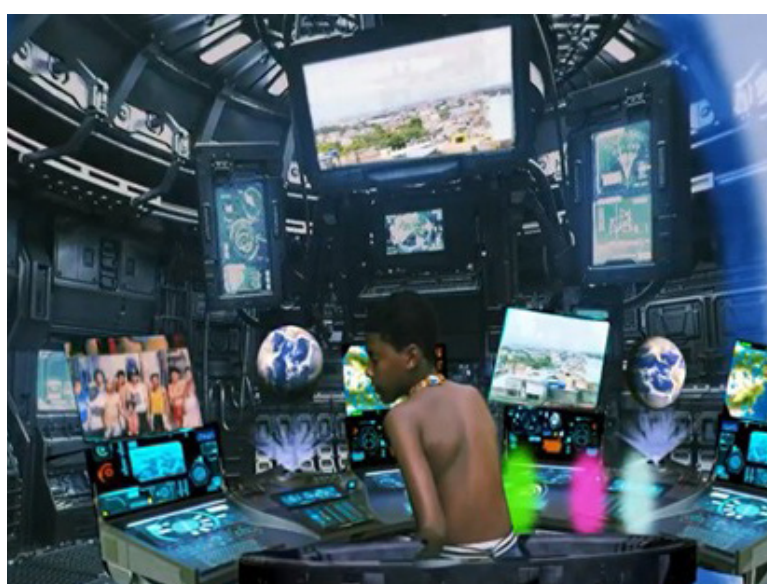


Imagem 10: Plano 3



Imagem 10: Plano 4

21. O filme pode ser encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=PHJn7Vhk4FM&t=69s>

Este enredo é gravado na Copa do Mundo de 2018, dia de jogo do Brasil, tempo de socializar, de usufruir, compartilhar alegrias e também plantar sementes de insurgências.

As meninas e meninos do Cafuné protagonizam o futuro, sem deixar de retomar um passado, onde percebem que elementos fundamentais para uma vida digna sempre foram negados, como saneamento básico, moradia e educação. A crítica social enquanto premissa do afrofuturismo se faz presente no enredo, junto à ideia de não linearidade do tempo: passado, presente e futuro fazem interlocução, com a própria ideia do pássaro mítico de pés para frente e cabeça para trás, já mencionada aqui.

No plano 1, duas meninas sentadas na cadeira (Karolyn e Florzinha) atuam como blogueiras que acompanham a saga do 1º episódio de forma humorada e descontraída, através de *reacts* (reações) no canal delas. No plano 2 e 3, o Rei Miguel está em sua nave espacial observando tudo e começa a articular um plano para resgatar a menina e fechar o portal a fim de romper com o desequilíbrio da Terra. No plano 4, um fundo ilustrando a chamada do filme, assim como em todas as cenas, apresenta aspectos de uma arte futurista com nave espacial, máquinas, velocidade e dinamismo.

Neste filme foi a primeira vez que a técnica chamada *Chroma Key* (recurso que usa fundo verde para ser manipulado em *software* de edição) foi utilizada. Jovens e crianças pretas criando e protagonizando a tridimensionalidade do tempo (passado, presente e futuro) com caminhos metodológicos que envolvem princípios da ludicidade, dos afro-saberes, das mídias digitais e da ficção científica em compromisso com a comunidade negra presente na favela e na escola.

## Conclusão

Iniciamos este texto com a narrativa de uma ancestral e ousamos finalizá-lo reivindicando a força dessa memória como mais um dispositivo para religar o que um dia foi separado: corpos, mentes, emoções. Somos convidados a uma *imaginação epistemológica* que

remete à capacidade de passar de uma perspectiva para outra, com novas ideias, nas quais conceitos e realidades que outrora não eram convencionalmente relacionáveis passem a ser.

Se para Tia Dorinha o tronco da mangueira pertence à tranca rua das almas, suas folhas a Oxossi, o fruto a Ogum e as flores são das crianças, desejamos imaginar que virão dessas flores o aroma, as cores e a vitalidade para resistir e lutar contra violações de direitos, seja em territórios subalternizados como a favela, seja em instituições que foram feitas para reproduzir o que não dá prazer, para expropriar a humanidade do outro ao contar uma única história e reiterá-las cotidianamente.

O fazer cinema dos meninos e meninas do Jacarezinho vem ao longo desses 10 anos potencializando o que mais tem de seu: a ludicidade, que proporciona, dentre outras coisas, realizar perguntas instigantes e respondê-las na mesma medida. Esse modo insurgente de pensar e fazer cinema na favela tem se afirmado e feito presença em diferentes espaços, como a escola e a universidade<sup>22</sup>, instituições que historicamente detêm a exclusividade do conhecimento. Ao entrar nesses espaços, o Cinema Brincante do Cafuné na Laje abre brechas para a criação de Outros Conhecimentos e Outras Pedagogias, em um tempo difícil, cada vez mais exigente de respostas fortes, narrativas outras e comprometidas com a luta antirracista.

Nós, enquanto professores e educadores antirracistas, esperamos com encontros como esse que aconteceu em uma escola de Magé e que se atualiza nesta escrita, onde a reciprocidade, a cooperação e a complementaridade se fazem busca para a construção de outros mundos e pedagogias possíveis

22. Dentre outras participações, destacamos a presença do coletivo no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS/UFF), em 2018, para um Cine Debate com cineastas indígenas. Recentemente participamos de uma Roda de Conversa promovida pelo Laboratório de Fotografia da Faculdade de Comunicação da UERJ.


## Referências

- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 1 dez. 2021.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificado pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 1 dez. 2021.
- CANDAUI, Vera Maria. **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CARVALHO, Camila Abreu de. **Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória, Identidade e Ensino de História**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145449/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20Camila%20.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador – saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.
- HOOKS, bell. **Ensinando e transgredir: a educação como prática da liberdade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- LIMA, Thayara Cristine Silva de. Literatura e História na reeducação de imaginários e na produção de novos futuros. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 69, 2022.
- ERNESTO, Luciene Marcelino (Lu Ain-Zaila). **Sankofia: breves histórias sobre afrofuturismo**. Rio de Janeiro: Edição da autora, 2018.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- OLIVEIRA, Ivanilde A. **Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- SOUZA, Esdras Oliveira; ASSIS, Kleyson Rosário. O afrofuturismo como dispositivo na construção de uma proposta educativa antirracista. **Entheoria: Cadernos De Letras E Humanas**, Itabaiana, v. 6, n. 1, p. 64-74, 2021.
- TIRIBA, Léa. Crianças da natureza. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- TRINDADE, Azoilda Loretto. Valores civilizatórios e a educação infantil: uma contribuição afro-brasileira. In: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da. (org.) **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, v. 5, n. 1, 2019.



# ONG CRIOLA

CRIOLA é uma organização da sociedade civil com 30 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras. Nossa missão é contribuir para a instrumentalização de mulheres negras jovens e adultas, cis e trans, e para a garantia dos direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver. Criola tem suas ações definidas por seu corpo de associadas e recebe apoio de diferentes organizações e movimentos, bem como de organizações filantrópicas nacionais e internacionais. É também e principalmente, apoiada pela população negra, especialmente por mulheres negras. No ciclo de celebrações de seus 30 anos, completos em 2022, reitera o seu compromisso com a defesa e a ampliação dos direitos das mulheres negras, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver.



Conectadas com seu tempo, pessoas negras têm utilizado diferentes meios de comunicação e tecnologias para comunicar suas ideias e propostas para a sociedade. Com a internet, essas muitas vozes ampliaram-se em número, visibilidade e alcance geográfico. Em diferentes áreas e carreiras profissionais ou formações, em especial as mulheres negras travestis, trans e cis ocupam o espaço virtual (ciberespaço) para disputar brechas no acesso e na criação de sistemas de produção como autoras-narradoras de suas histórias de vida, inquietações, ações, demandas e sonhos.

Neste Práticas de Comunicação Antirracista no Brasil, **CRIOLA e Aliança Midiativista Antirracista (ARMA Alliance)** apresentam estudos, experiências e práticas/formatos comunicacionais inovadores e criativos produzidos por pessoas negras contra o racismo histórico, sistêmico e cotidiano na sociedade brasileira. Os 17 artigos selecionados após o processo de edição revelam como diversas iniciativas antirracistas no campo da comunicação ou da educação ainda são pouco divulgadas e reconhecidas pela sociedade. Ao reunir esses trabalhos em uma única publicação, esperamos dar visibilidade às práticas relatadas, ampliar a troca entre seus autores e, acima de tudo, fortalecer essas ações em diversas áreas. Nosso sonho comum é que as ações aqui reunidas deixem de ser movidas apenas por iniciativas individuais em contextos de extrema resistência para se integrarem a políticas institucionais, com aporte de recursos, incentivo e todos os investimentos necessários.

Este e-book também celebra a finalização do trabalho realizado em parceria entre CRIOLA e ARMA Alliance após uma série de entrevistas conduzidas pelas duas organizações entre 2018 e 2019 com militantes e intelectuais negres que utilizavam a comunicação em suas práticas antirracistas no Brasil. Agora, ativistas ganham o protagonismo para relatar e compartilhar avanços e limites do esforço que empreendem em seus campos de atuação.

Boa leitura!

Realização



Apoio

**Ford Foundation**



**KONE FOUNDATION**



